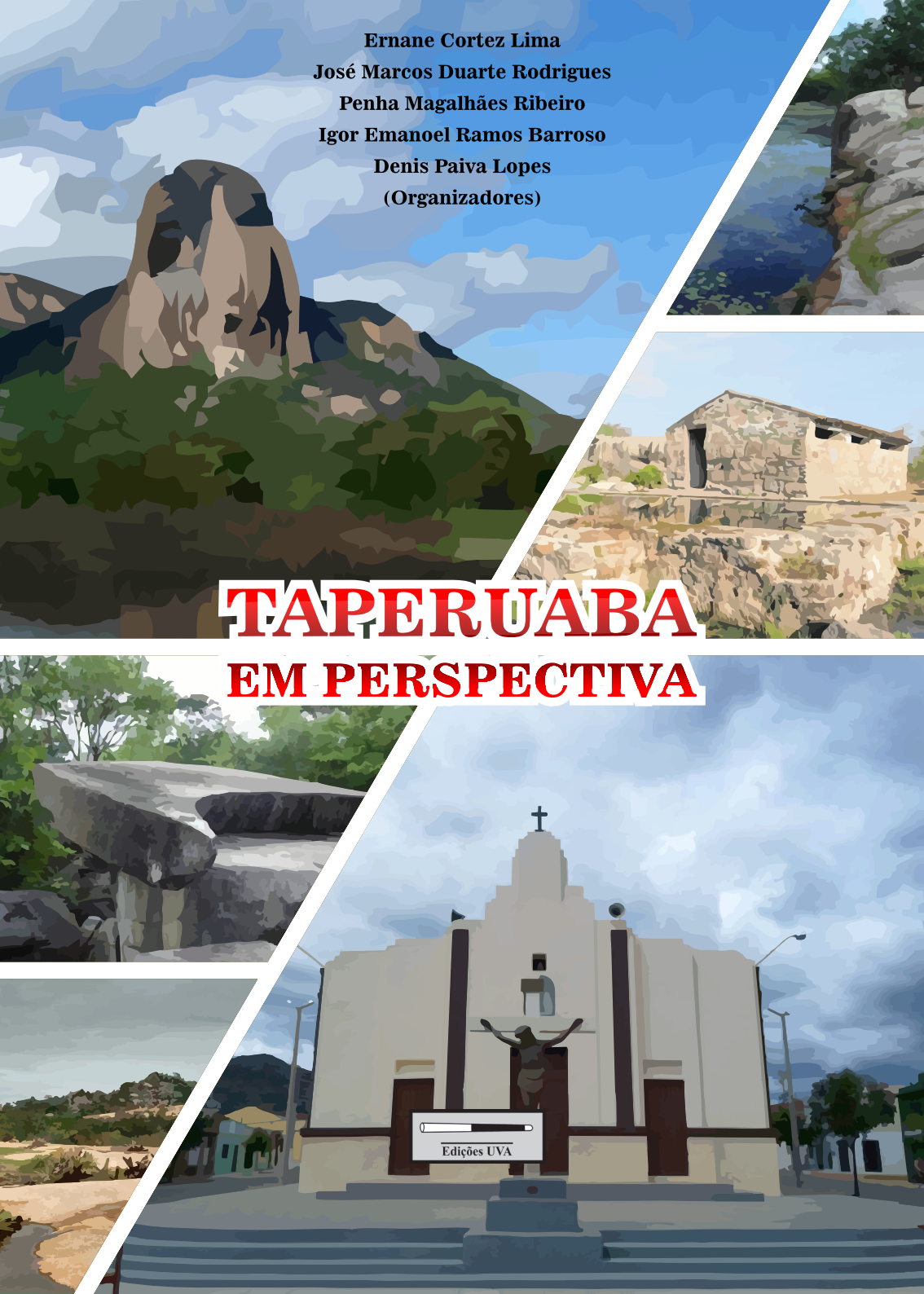


**Ernane Cortez Lima**  
**José Marcos Duarte Rodrigues**  
**Penha Magalhães Ribeiro**  
**Igor Emanuel Ramos Barroso**  
**Denis Paiva Lopes**  
**(Organizadores)**

# **TAPERUABA**

## **EM PERSPECTIVA**





Ernane Cortez Lima  
José Marcos Duarte Rodrigues  
Igor Emanuel Ramos Barroso  
Penha Magalhães Ribeiro  
Denis Paiva Lopes  
**Organizadores**

# TAPERUABA EM PERSPECTIVA

Sobral - Ceará  
2018



**Taperuaba em perspectiva** © 2018 Copyright by Ernane Cortez Lima, José Marcos Duarte Rodrigues, Igor Emanuel Ramos Barroso, Penha Magalhães Ribeiro, Denis Paiva Lopes (Orgs.)  
Impresso no Brasil/Printed in Brasil  
Efetuado depósito legal na Biblioteca Nacional



Av. da Universidade, 850 - Campus da Betânia - Sobral - CE  
CEP 62040-370 - Telefone: (88) 3611.6613



**Reitor**

Fabianno Cavalcante de Carvalho

**Vice-Reitora**

Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque

**Diretora das Edições UVA**

Maria Socorro de Araújo Dias

**Conselho Editorial**

Maria Socorro de Araújo Dias (Presidente)

Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo

Ana Iris Tomás Vasconcelos

Carlos Augusto Pereira dos Santos

Claudia Goulart de Abreu

Eneas Rei Leite

Francisco Helder Almeida Rodrigues

Israel Rocha Brandão

Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque

Maria Adelane Monteiro da Silva

Maria Amélia Carneiro Bezerra

Maria José Araújo Souza

Maria Somália Sales Viana

Maristela Inês Osawa Vasconcelos

Raquel Oliveira dos Santos Fontinele

Simone Ferreira Diniz

Renata Albuquerque Lima

Tito Barros Leal de Ponte Medeiros

Virginia Célia Cavalcanti de Holanda

**Catálogo**

Neto Ramos CRB 3/1374

**Revisão de texto**

Antonio Jerfson Lins de Freitas

**Capa**

Aristides Mesquita

**Editoração**

Bibliotecário Responsável: Neto Ramos CRB 3/1374

**T175** Taperuaba em perspectiva [recurso eletrônico] / Ernane Cortez Lima et al. (orgs.). - Sobral: Edições UVA, 2018.  
284 p.: Ebook: PDF

ISBN: 978-85-9539-031-7

1. Taperuaba. 2. História. 3. Cultura. 4. Ambiente. 5. Educação. 6. Lima, Ernane Cortez. 7. Rodrigues, José Marcos Duarte. 8. Barroso, Igor Emanuel Ramos. 9. Ribeiro, Penha Magalhães. 10. Lopes, Denis Paiva. I. Título.

CDD 981.8131

# Apresentação

O livro “Taperuaba em Perspectiva” vem contribuir e ampliar os conhecimentos relativos ao distrito de Taperuaba, do município de Sobral, concentrando discussões sobre assuntos diversificados e específicos desta localidade, resgatando temas políticos, culturais até questões ambientais mais recentes. Vale ressaltar que os temas são mais significativos pelo fato de valorizarem a história dessa comunidade tradicional e ribeirinha, habitando em meio ao semiárido nordestino.

O livro foi produzido por uma equipe multidisciplinar, formada por pesquisadores de universidades, professores, pedagogos, geógrafos, diretores de escolas, pós-graduandos, o que evidencia os pontos de vista de diferentes áreas que tratam o assunto. Esta pluralidade de perspectivas oferece ao leitor uma visão ampla sobre o distrito, analisado a partir de questões históricas, territoriais, políticas, culturais, ambientais e educacionais. Por isso, a obra está dividida em quatro partes contendo, cada uma, três capítulos. Ressalta-se o fato de que a maioria dos artigos resulta de pesquisas de trabalhos de conclusão de curso defendidos na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), o que deixa claro a expressiva quantidade de estudantes do distrito formados por esta universidade pública e gratuita.

A primeira parte, intitulada “perspectivas históricas, políticas e territoriais”, inicia-se com o texto intitulado “Origem e evolução do distrito de Taperuaba: a contribuição da Família Mendes Ferreira”, de autoria da historiadora Déborah Mendes Augusto, no qual ressalta a origem do distrito. Já o segundo capítulo, de autoria da historiadora e mestranda em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (MAG/UVA), Penha Magalhães Ribeiro, com título “De Santa Maria à Taperuaba: a Santa ‘maioria’ dos Barreto nas eleições municipais de 1962 a 1992”, nasce do interesse de levar ao público uma síntese de sua pesquisa de graduação

em História, que tem como foco o estudo acerca da política no distrito de Taparuaba no período. O terceiro capítulo, denominado “Esboço da periodização das transformações territoriais”, de autoria do graduando em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Renato Oliveira Barros, e do doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), José Marcos Duarte Rodrigues, traz uma periodização das transformações territoriais ocorridas no distrito de Taparuaba. Este último capítulo constitui-se de um esboço, pois necessita de maiores detalhes que só serão obtidos através de estudos mais detalhados e aprofundados.

A segunda parte intitula-se “Perspectivas Culturais”, também constituída de três capítulos. O quarto capítulo, “Curas Populares”, da historiadora e professora Andréa Maria Ávila Rodrigues Mesquita, tem por objetivo destacar alguns aspectos e experiências no âmbito da religiosidade popular, com ênfase para as práticas de cura através de orações e do uso de ervas medicinais. O quinto capítulo aborda a “Herança Cultural Indígena”, elaborado pela historiadora Nayara Estevam Ximenes, onde a autora aborda as inscrições rupestres existentes no distrito de Taparuaba, buscando fazer associação entre o saber rupestre e a cultura indígena. O capítulo 6, intitulado “Da agulha à máquina: o bordado no mundo feminino em Taparuaba (1985-2002)”, da também historiadora Francisca Rosângela Alves André, traça a evolução histórica da prática do bordado como atividade exercida por pessoas do sexo feminino.

A terceira parte do livro enfoca as “Perspectivas Ambientais”, dando sequência à numeração dos capítulos anteriores, sendo no caso, o sétimo capítulo, de autoria do doutorando em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), José Marcos Duarte Rodrigues, realiza uma “Compartimentação Geoambiental” do distrito de Taparuaba a partir das inter-relações entre seus componentes, tendo o relevo como fator diferenciador das unidades de paisagem. O oitavo capítulo refere-se às

“Potencialidades para o Ecoturismo”, de autoria do geógrafo e professor Antônio Fábio Braga Mendes Júnior, no qual ele identifica os pontos com potencialidades e também traça possíveis medidas para o desenvolvimento da atividade. O nono capítulo trata da “Gestão ambiental e desenvolvimento sustentável: o caso da unidade de conservação refúgio de vida silvestre Pedra da Andorinha”, escrito pelo administrador Denis Paiva Lopes e pela Profa. Dra. Benedita Marta Gomes Costa, visando abordar a temática Gestão Ambiental focada nas denominadas Unidades de Conservação, destacando a descrição e os princípios fundamentais relativos ao Meio Ambiente.

A quarta e última parte do livro, “Perspectivas Educacionais”, também em continuidade aos capítulos anteriores, traz o décimo capítulo, “Resgate histórico da educação escolar”, de autoria da pedagoga e também bióloga, Maria Vilma Gomes Mendes, e do Prof. Dr. José Edvar Costa de Araújo, apresentando um registro sócio histórico feito a partir de uma pesquisa sobre a educação escolar no distrito de Taparuaba, desde o surgimento das escolas nas fazendas até as redes escolares atuais. O décimo primeiro capítulo, “Proposta de Roteiro de aula de Campo para o estudo da geomorfologia local”, do professor e geógrafo Antônio Pereira Alves, se propõe a refletir como a geografia, especialmente a geografia física, através da geomorfologia, observa, descreve e analisa as diferentes formas de relevo, apresentando a aula de campo como possibilidade de apreensão dos diferentes compartimentos geomorfológico do distrito Taparuaba.

Por fim, realçamos novamente o significativo destaque dado pelo livro à ação de poderes locais, como também a importância dos conhecimentos populares atrelados à herança cultural indígena, os trabalhos de bordado feminino, as perspectivas ambientais, as potencialidades do distrito para o ecoturismo, o refúgio de vida silvestre Pedra da Andorinha, as perspectivas educacionais, o resgate histórico da educação escolar em Taparuaba, a percepção da paisagem no ensino de geografia, e finalmente a

proposta de roteiro de aula de campo para o estudo da geomorfologia local.

Ademais, a obra é um novo instrumento de pesquisa que servirá como base de conhecimento para diversos cursos de graduação e pós-graduação, como também para escolas públicas e privadas e órgãos públicos.

Fortaleza, 31 de janeiro de 2018.

*Prof. Dr. Ernane Cortez Lima*



# Organizadores



**Ernane Cortez Lima** - Professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Possui graduação em Geografia/Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bacharelado em Geografia pela UFC. Especialização em Botânica pela UFC. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Doutorado em Geografia pela UFC. Pós-Doutorado em Educação Ambiental Aplicada a Gestão Territorial em Comunidades Ribeirinhas e Litorâneas pela UFC. Pesquisador do CNPq, líder do Grupo de Pesquisa Planejamento e Gestão Ambiental em Bacias Hidrográficas (PLAGESBH). Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geomorfologia, atuando principalmente nos seguintes temas: bacia hidrográfica, meio ambiente, degradação ambiental, planejamento ambiental e EIA/RIMA.



**José Marcos Duarte Rodrigues** - Graduado em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Especialista em Metodologias de Ensino em Geografia pela Faculdade Evolução. Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da UVA. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Planejamento e Gestão Ambiental em Bacias Hidrográficas (PLAGESBH/CNPq). Colaborador no Laboratório de Geoprocessamento (LABGEOP/UVA). Doutorando no Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal da Paraíba. Atua na área de Geografia Física com ênfase em análise ambiental em bacias hidrográficas e geoprocessamento.



**Igor Emanuel Ramos Barroso** - Graduado em História pelo Centro Universitário INTA, onde atuou como bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, desenvolvendo projetos voltados para o ensino de História nas escolas estaduais de Sobral. Mestrando em História Cultural pela Universidade Estadual do Ceará, tendo como foco de pesquisa a relação entre história e a literatura e suas dinâmicas culturais na sociedade sobralense do século XIX.



**Penha Magalhães Ribeiro** - Professora do ensino fundamental do município de Sobral e professora do Ensino Médio do Estado do Ceará. Possui Graduação em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Especialização em Teoria e Metodologia da História pela UVA. Especialização em Gestão da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia da UVA.



**Denis Paiva Lopes** - Graduado em Administração pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, onde atuou no Grupo de Estudos e Pesquisa GEPMEI, voltado para análise dos microempreendedores individuais (MEIs) na cidade de Sobral. Realizou seu trabalho de conclusão de curso na a Gestão Ambiental, especificamente no desenvolvimento da Unidade de Conservação e Refúgio de Vida Silvestre Pedra da Andorinha.

## **Autores**

**Andréa Maria Ávila Rodrigues Mesquita** - Professora da Rede Estadual de Ensino do Ceará na EEM Deputado Cesário Barreto Lima, Taparuaba/Sobral – CE. Licenciada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Pós-Graduada em Metodologias do Ensino de História pela Faculdade Evolução.

**Antônio Fábio Braga Mendes Junior** - Professor da Rede Estadual de Ensino do Ceará na EEM Deputado Cesário Barreto Lima, Taparuaba/Sobral – CE. Possui Graduação, bacharelado e licenciatura, em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Especialização em Ensino de Geografia pela Faculdade Farias Brito. Especialização em Gestão e Avaliação da Educação Pública pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAED.

**Antônio Pereira Alves** - Professor na E.E.M Cesário Barreto Lima, Taparuaba-Sobral/CE. Possui licenciatura plena em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Ao longo da atuação profissional na Escola Cesário Barreto também exerceu a função de Professor Coordenador de Área - PCA e lecionou filosofia e sociologia.

**Benedita Marta Gomes Costa** - Professora na área de Administração Geral com ênfase em Métodos Quantitativos e Gestão Ambiental da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Possui graduação em Ciências – Matemática. Mestrado em Gestão Educacional. Doutorado em Biotecnologia. Tem experiência na área de Métodos Quantitativos, atuando principalmente nos seguintes temas: Empreendedorismo, Gestão Ambiental, Sistema Regional de Inovação e bionegócios.

**Déborah Mendes Augusto** - Professora de História, nas turmas de 6º ao 9º ano, na Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Coronel

Araújo Chaves, Taparuaba-Sobral/CE. Especialista em Gestão de Pessoas pela IEducare. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Graduanda em Direito pelo Centro Universitário INTA. Atuou no projeto Saúde e Prevenção nas Escolas - SPE e, no Projeto Jornada Ampliada pela Prefeitura Municipal de Sobral. Tem experiência na área de História e Gestão de Pessoas.

**Denis Paiva Lopes** - Graduado em Administração pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Participou do Grupo de Estudos e Pesquisa GEPMEI.

**Ernane Cortez Lima** - Professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Possui graduação em Geografia/Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bacharelado em Geografia pela UFC. Especialização em Botânica pela UFC. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará. Doutorado em Geografia pela UFC. Pós-Doutorado em Educação Ambiental Aplicada a Gestão Territorial em Comunidades Ribeirinhas e Litorâneas pela UFC.

**Francisca Rosângela Alves André** - Professora de Educação Infantil da Escola Deputado Francisco Monte e Professora de História da EEM Deputado Cesário Barreto Lima, Taparuaba-Ceará. Licenciada em História e Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Especialista em Metodologias para a Educação Básica e em Metodologias do Ensino de História pela Faculdade de Tecnologia Evolução.

**José Edvar Costa de Araújo** - Professor Adjunto do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)/Centro de Filosofia, Letras e Educação. Graduado em Letras pela Universidade Estadual do Ceará. Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutorado em Educação pela UFC. Líder e Pesquisador do MEDUC - Grupo de Pesquisa História e Memória Social da Educação e da Cultura.

Colaborador do NIHME - Núcleo de História e Memória da Educação e da LHEC - Linha de História da Educação Comparada, da UFC. Exerce à docência, a pesquisa e a extensão a partir das disciplinas Metodologia do Trabalho Científico, Princípios e Métodos da Pesquisa em Educação, Estudos Histórico-Educativos na Formação do Educador, com ênfase nos temas: processos culturais e educação, formação e prática docente, história das instituições educativas, cultura escolar, memórias.

**José Marcos Duarte Rodrigues** - Graduado em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Especialista em Metodologias de Ensino em Geografia pela Faculdade Evolução. Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da UVA. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal da Paraíba.

**Maria Vilma Gomes Mendes** - Possui graduação em Biologia e Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Especialista em Metodologia do Ensino de Educação Infantil pela Faculdade Evolução. Especializando em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Ceará.

**Nayara Estevam Ximenes** - Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Em maio de 2013 teve a oportunidade de acompanhar o mapeamento de sítios rupestres de Taperuaba realizado pela equipe da Empresa ArqueoSócio Consultoria Ltda. e IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Sua abordagem no trabalho de conclusão de curso foi sobre indígenas e vestígios rupestres.

**Penha Magalhães Ribeiro** - Professora do ensino fundamental do município de Sobral e professora do Ensino Médio do Estado do Ceará. Possui Graduação em História e Especialização em Teoria e Metodologia da História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Especialização

em Gestão da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia da UVA.

**Priscilla Pontes Bezerra Mendes** - Professora de Filosofia na rede estadual de ensino e professora no Curso de Filosofia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Foi professora de História e Língua Portuguesa de 6º ao 9º ano na rede municipal de ensino, articulando projetos de incentivo à leitura no Programa Jornada Ampliada, através do projeto Professor Agente de Leitura. Graduada em Filosofia pela UVA. Mestrado em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará. Especialista em Metodologia do Ensino de Filosofia pela Faculdade Evolução. Possui Experiência no Ensino Fundamental da rede pública do município de Sobral- CE. Foi professora do Parfor-Pedagogia da UVA. Graduada em Pedagogia - EAD pela Universidade Federal do Ceará.

**Renato Oliveira Barros** - Graduado em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), sendo Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa Planejamento e Gestão Ambiental em Bacias Hidrográficas - PLAGESBH/CNPq. Colaborador do Laboratório de Geoprocessamento – LABGEOP/UVA.

# Sumário

PERSPECTIVAS HISTÓRICAS, TERRITORIAIS E POLÍTICAS.....	15
<b>CAPÍTULO 1 - ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DISTRITO DE TAPERUABA: A CONTRIBUIÇÃO DA FAMÍLIA MENDES FERREIRA</b> .....	17
<i>Déborah Mendes Augusto</i>	
<b>CAPÍTULO 2 - A SANTA “MAIORIA” DOS BARRETOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1962 A 1992</b> .....	41
<i>Penha Magalhães Ribeiro</i>	
<b>CAPÍTULO 3 - ESBOÇO DA PERIODIZAÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS</b> .....	65
<i>Renato Oliveira Barros; José Marcos Duarte Rodrigues</i>	
<b>PERSPECTIVAS CULTURAIS</b> .....	89
<b>CAPÍTULO 4 - CURAS POPULARES</b> .....	91
<i>Andréa Maria Ávila Rodrigues Mesquita</i>	
<b>CAPÍTULO 5 - HERANÇA CULTURAL INDÍGENA NO DISTRITO DE TAPERUABA</b> .....	115
<i>Nayara Estevam Ximenes</i>	
<b>CAPÍTULO 6 - DA AGULHA À MÁQUINA: O BORDADO NO MUNDO FEMININO EM TAPERUABA (1985-2002)</b> .....	141
<i>Francisca Rosângela Alves André</i>	
<b>PERSPECTIVAS AMBIENTAIS</b> .....	165
<b>CAPÍTULO 7 - COMPARTIMENTAÇÃO GEOAMBIENTAL</b> .....	167
<i>José Marcos Duarte Rodrigues</i>	

**CAPÍTULO 8 - POTENCIALIDADES PARA O ECOTURISMO .... 187**

*Antônio Fábio Braga Mendes Júnior*

**CAPÍTULO 9 - GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE PEDRA DA ANDORINHA..... 215**

*Denis Paiva Lopes; Benedita Marta Gomes Costa*

**PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS ..... 237**

**CAPÍTULO 10 - RESGATE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO DISTRITO DE TAPERUABA..... 239**

*Maria Vilma Gomes Mendes; José Edvar Costa de Araújo*

**CAPÍTULO 11 - PROPOSTA DE ROTEIRO DE AULA DE CAMPO PARA O ESTUDO DA GEOMORFOLOGIA LOCAL ..... 261**

*Antônio Pereira Alves*

**POSFÁCIO ..... 283**



# PERSPECTIVAS HISTÓRICAS, TERRITORIAIS E POLÍTICAS





## CAPÍTULO 1

# ORIGEM E EVOLUÇÃO DO DISTRITO DE TAPERUABA: A CONTRIBUIÇÃO DA FAMÍLIA MENDES FERREIRA

*Déborah Mendes Augusto*

### INTRODUÇÃO

Pretendemos propor discussões que problematizem e discutam a falta de registros históricos sobre a gênese da formação do distrito de Taparuaba. Buscando na família Mendes Ferreira, uma das famílias fundadoras do local, pistas da atuação daqueles que foram agentes ativos, pois tentando sobreviver às secas constantes do final do século XIX, tiveram como alternativa a migração para o Norte.

Tal conhecimento histórico só foi possível ao passo que tivemos contato com os escritos dos memorialistas locais, bem como o relato oral de várias pessoas que nos apresentaram o valor inestimável de suas lembranças. Além da história oral, escolhemos como fonte aqueles que abordaram em suas obras a historiografia, a seca e a migração nordestina/cearense à Amazônia. Bem como teóricos que defendem a utilização das diversas linguagens de que dispomos, se tornando indispensáveis para a nossa pesquisa, tais como: a oralidade, o cinema, literatura, inventários e livros de tombo. Todos imprescindíveis dentro do processo de criação em que nos inserimos.

### TAPERUABA: PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS

De acordo com a tradição oral e pelos poucos escritos que temos sobre o local, Taparuaba teria se originado da fazenda Santa Maria: “sítio

que vem de 1778” (COSTA, 2008, p. 38) e que só na metade do século XX passou a ser reconhecida como uma organização populacional, a ponto de receber o status de vila: “No dia 22 de novembro de 1951, Taparuaba passava à categoria de Vila pelo Decreto – lei 1.153” (PERREIRA, s/d, p. 16). E Sobre o período da mudança do nome, de “Santa Maria” para “Taparuaba”, não há uma data fixa, como veremos adiante.

Segundo o último senso demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), há no distrito cerca de seis mil habitantes. E sobre sua organização populacional, a historiadora Andréa Rodrigues, nos informa que:

O distrito de Taparuaba pertence ao município de Sobral, situado na região noroeste do Estado do Ceará, sendo, pois, o distrito mais distante da sede, com cerca de 70 Km de distância. A maioria da população possui tradição católica apostólica romana, entretanto, existem também representantes de outras igrejas como, Assembleia de Deus, Igreja Universal [...] (2004, p. 08).

Esses são os dados de que dispomos. Um resumo sobre o que é Taparuaba: número de habitantes, fazenda em que se deu sua origem, data em que ascendeu à vila, religiosidade. Enfim, informações imprescindíveis para qualquer pesquisa que queira conhecer melhor qualquer realidade cidadina e, com a nossa, não seria diferente.

Essa ausência histórica é justificada pela carência de registros documentais, mas, para nós, acadêmicos embebidos pela escola de Annales, tal realidade se mostra mais como um incentivo a repensarmos a nossa escrita do que um problema em si

Sendo os diversos modos de representações humanas a nossa principal fonte de pesquisa, cabe a nós encontrarmos a melhor maneira de analisar as diferentes “linguagens” que envolvem o nosso meio.

Goldmann (1978, p. 6) assinala que: “O que procuramos nos fatos históricos é menos sua realidade material do que sua *significação humana*, impossível evidentemente de ser conhecida separada da primeira”. A materialidade coletiva está lá, nas ruas, casas e órgãos públicos, porém, a significação humana do distrito parece se manter ideológica, pairando por entre os diversos tipos de linguagens. Cabendo a nós, com os diversos métodos e técnicas que aprendemos a dispor, chegarmos à origem dessa questão.

Não nos lançamos nessa pesquisa como Antônio Biá<sup>1</sup>, que teve a função de escrever toda história de Javé através das diversas interpretações que os moradores tinham daquele espaço, e por procurar uma verdade absoluta, falhou no seu intuito. Como historiadores, percebemos que tal verdade nunca existirá, e sim verdades plurais, de acordo com o contexto histórico em que se insere cada narrador que se propõem a ajudar nossa escrita.

Nesse panorama, percebemos que para se entender melhor essa Santa Maria do final do século XIX, precisaríamos adentrar na formação do município de Sobral. Estudando suas atividades de desenvolvimento, bem como o modelo em que ao longo dos anos sua história foi sendo contada e, principalmente, escrita. Narrativas que se estabeleceram dentro de uma perspectiva oficial, sendo formulada pelos agentes do catolicismo, deixando de lado tudo aquilo que fugisse da sede, desse modo, os distritos.

O que nos faz perceber que a história que tentamos apresentar nesse artigo é mais uma perspectiva de pessoas que vieram do anonimato,

---

1 Personagem do filme *Narradores de Javé*. O filme tem direção de Eliane Caffê, roteiro de Eliane Caffê e Luiz Alberto de Abreu, produção de Vânia Catani e no elenco conta com José Dumont (como Antônio Biá), Gero Camilo (como Firmino), Nelson Dantas (como Vicentino), Sílvia Leblon (como Maria Dina) e outros. Foi rodado entre junho e setembro de 2001, em Gameleira da Lapa, cidade do interior da Bahia. Recebeu vários prêmios, entre eles: nove prêmios no Festival de Recife 2003, incluindo melhor filme; melhor filme também no Festival de Cinema das 3 Américas, de Québec/ Canadá, e no Festival de Bruxelas – Independent Film.

indivíduos “comuns”. E visitando Sharpe (1992, p. 43) chegamos à conclusão que:

Em geral, entretanto, quanto mais para trás vão os historiadores, buscando reconstruir a experiência das classes sociais inferiores, mais restrita se torna a variedade de fontes à sua disposição [...] em segundo lugar há vários problemas de conceituação. Onde exatamente o “baixo” deve ser localizado, e o que seria feito com a história vista de baixo, uma vez escrita?

E a história que impera por entre os escritos da origem de Sobral, ainda é aquela pautada no positivismo, engrandecendo apenas “os grandes homens”, e “os grandes lugares”, tratando da ação social dos indivíduos vindos de baixo como um aspecto desnecessário na formação de tal ciência humana. Tomemos então essa problemática para nós, e será respondendo a indagação: “o que seria feito com a história vista de baixo, uma vez escrita?” que nos lançaremos no desenrolar das próximas páginas.

## **DA PRINCESA DO NORTE SE FEZ A SANTA MARIA**

Sobral teve como seu berço uma fazenda de nome “Caiçara”, que como podemos observar no livro de D. José Tupinambá da Frota, “História de Sobral”, passou a ser conhecida tendo como chefe o capitão Antônio Rodrigues Magalhães, doador das terras em que hoje se localiza a igreja da matriz:

Não foi difícil conseguir o terreno para a igreja, pois o capitão Antônio Rodrigues Magalhães prontificou-se a cedê-lo de boa vontade e assim ficou definitivamente determinada a sede do curato, berço da atual opulenta cidade de Sobral (FROTA, 1995, p. 24).

Em sua monografia, Rabelo Filho nos diz que as bases da cidade de Sobral “vem a surgir ainda no século XVIII, quando da concessão, em 1702, de uma sesmaria à Ribeira do Acaraú do português Antônio da

Costa Peixoto” (RABELO FILHO, 2009, p. 20). Assim, a cidade passou a se desenvolver como tantas outras do nosso país, como resultado de um entendimento do governo português de que aquele espaço deveria ser de alguma maneira utilizado, tornando-o mais uma habitação sertaneja. E nesse processo, seguindo a ordem cronológica dos fatos, o referido autor nos indica os graus de “evolução” que a cidade sofreu:

Nomeada vila distinta Real de Sobral em 1773, e elevada oficialmente à condição de cidade em 1841, com nome de fidelíssima cidade Januária do Acaraú, a cidade, então, para aqueles autores que a entendem como um espaço homogêneo passa a existir oficialmente (RABELO FILHO, 2009, p. 22).

A respeito dos distritos percebemos que pouco foi escrito, pois o próprio Dom José nada relata sobre a existência desses, deixando-nos apenas a nota que: “Em 1870 havia no Ceará 972 fazendas” (FROTA, 1995, p. 29). Uma informação um tanto quanto ampla, pois trata de todo o território cearense, mas que ao mesmo tempo nos deixa uma confirmação: foram essas tantas fazendas construídas ainda no século XVIII e desenvolvidas no século XIX em que foi formado Taparuaba e tantos outros distritos da região.

De acordo com Costa e Rocha (2008, p. 19) “O termo distrito é usado desde a Idade Média e significa uma área administrativa cujos limites são conhecidos”. Sendo, desse modo, uma verdadeira continuação política, econômica e cultural da sede. Tal obra ainda nos oferece outro dado que complementa os escritos de D. José: “Em 1776 existiam 105 fazendas em torno de Sobral” (COSTA; ROCHA, 2008, apud BARBOSA, 2000, p. 14). Mostrando-nos que no século XVIII, em torno da “princesinha do Norte”, já havia uma organização populacional de tamanho considerável, pois de fazendas se faziam os povoados, vilas e dessas se fizeram os distritos.

No livro referido há uma tentativa frequente dos autores contarem, nem que seja de maneira resumida, a história dos distritos sobralenses. No espaço que foi cedido ao relato da organização de Taparuaba, eles indicam que:

Partindo de Sobral em direção a Canindé chegava-se a Santa Maria da Taparuaba, passando pelo olho D'água do pajé. Taparuaba significa morada das andorinhas e refere-se a uma importante formação rochosa conhecida como Rocha da andorinha que, possivelmente daria nome a família Rocha que fora herdeira das terras de Bento Pereira Viana cuja sesmaria abrangia os olhos d'água do pajé e limitava-se com as terras de João de Mesquita Pinto, considerado o fundador do núcleo populacional chamado Santa Maria, sítio que vem de 1778 (COSTA; ROCHA, 2008, p.38).

A fim de localizar Taparuaba, os autores tentaram posicioná-la por entre pontos turísticos da região: o Olho d' água do Pajé, a pedra da andorinha, e ainda nos apresentam os primeiros possuidores de terras, aqueles herdeiros das sesmarias em que ficou localizado o distrito. No mais, as informações se mostram superficiais e exageradamente objetivas, não nos mostrando de fato a gênese dessa formação.

E Girão, acrescenta:

Distrito do Município de Sobral. Anteriormente, Santa Maria, mas sendo necessário mudar este nome, foi achado certo compô-lo em forma tupi, significando lugar das andorinhas, inspirada na chamada pedra das andorinhas, que fica perto da vila. Assim o fez o Dec. – lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943. A vila demora à margem direita do riacho Bom Jesus, afluente do Aracatiçu. No distrito existem quatro açudes, sendo um público – o Santa Maria, construído em 1919 e reconstruído em 1954, com 10.000.000m<sup>3</sup>; e os particulares Bom Jesus, Valentim e Taparuaba. (1983, p. 372).



O autor nos apresenta maiores detalhes: posição geográfica, quantidade de açudes da região, porém, continuamos a observar uma história positivista. Ou seja, o caráter oficial impera absolutamente nos relatos e os indivíduos parecem não existir diante dessa concepção.

Nesse sentido, percebemos que a nossa pesquisa teria que enveredar pelo viés da oralidade, uma decisão que não partiu apenas do fato de não termos a história “oficial” a nosso favor, mas porque aprendemos ao longo de nossa formação que esse método, que há muito tempo vem demandando espaço no meio acadêmico, nos oferece recursos historiográficos muito importantes dentro dos nossos objetivos.

Sabemos que tal repasse de experiências adquiridas ao longo da vida, ou com histórias ouvidas de outrem, acaba sendo um relato individual e, que como tal, está sujeito à “peneira” da memória seletiva que possuímos. Por esse motivo, analisamos o relato oral de muitas pessoas de inestimável importância para história de Taparuaba.

No ato de procurarmos em primeira instância toda historiografia a respeito do assunto, aos poucos, fomos entendendo que a origem do nome deveria ser relevante nesse contexto. Pois como tantas outras vilas, distritos e cidades cearenses, o nome “Taparuaba” é resultado da influência indígena marcada na região. De acordo com o ex-professor de Taparuaba, João Batista de Sousa, grande conhecedor da história local, tal nome é resultado de:

A única tribo que se tem notícia que permaneceu na região até o final do sec. XVIII foram os remanescentes dos índios canindés e o último cacique habitante da região tinha o nome de “Taperiaba”, “taperi”: andorinha, “aba”: morada, ou seja, “o chefe da morada das andorinhas” pois era adorador da pedra da andorinha (outro ponto turístico da região) e queria morrer e se enterrar no local. Esse cacique deu início a mudança do nome do distrito, antes chamada Santa Maria. Taperu: muitos bichos; aba: morada, ou seja, Taparuaba significa: morada de muitos bichos. (SOUSA, 2001, s/p).

Essa é a versão mais aceita por todos, e que ao longo dos anos vem tomando carona na oralidade para se perpetuar na memória taperuabense. E a influência indígena passou a ser lembrada em vários pontos turísticos da região, como no nome do distrito que se fez oficial, na pedra da andorinha, que continua a brindar a todos os passageiros de destino Taperuaba-Canindé-Fortaleza, bem como com a “pedra do sino” e algumas inscrições rupestres na fazenda Olinda (MENDES JÚNIOR, 2007).

Dando continuidade a essa construção, utilizamos os escritos de duas memorialistas da nossa terra, que com muito esmero nos deram sua colaboração na divulgação de registros históricos valorizando nossa memória local. São elas: Francisca Camêlo Cavalcante, cabeleireira, professora e dedicada militante do Apostolado da Oração. Autora de um artigo que é considerado um dos grandes registros da história local, e a Irmã Rosália Mendes Pereira, uma missionária formada em pedagogia, autora do livro “Taperuaba origem e evolução”.

Em seu artigo, Cavalcante (2000, s/p) nos conta uma versão não mencionada pelos autores que já citamos, pois ela afirma que:

A sede do distrito é a vila de Taperuaba, que teve sua origem na Fazenda Santa Maria, de propriedade do Sr. Francisco Mendes Ferreira. Uma irmã desse senhor chamada Joaquina Mendes Ferreira, casada com Silvino Mendes Ferreira, era muito religiosa e festejava todos os anos o mês de maio. Durante o mês, à noite se reuniam diante de uma imagem de Nossa senhora da Conceição (que se encontra no Museu Diocesano de Sobral) e rezavam o terço entoavam hinos, em louvor à Rainha do Céu. (CAVALCANTE, 2000, s/p).

A referida senhora continua sua narrativa destacando a influência da família Mendes na construção e desenvolvimento da localidade, bem como de sua religiosidade, um fato bastante enfatizado pela paróquia, pois estamos comemorando o centenário da evangelização.

A Irmã Rosália Mendes Pereira, se apropriando dessas expressões orais, foi mais além em suas afirmações e nos apresentou uma versão dos fatos que podemos considerar o impulso de nossa pesquisa. Ela cita em seu livro a migração desses dois integrantes da família Mendes para a região Norte, o que lhes possibilitou a compra de vários hectares de terra, fazendo-lhes serem os primeiros povoadores de Taparuaba:

Tudo começou no ano de 1912. Taparuaba teve sua origem, na fazenda Santa Maria, e com esse nome foi chamada por longo tempo. Um casal de irmãos retorna da Região Amazônica, na época da extração da borracha. Anos atrás havia migrado toda a família para trabalhar no seringal. E lá ficaram por vários anos. Os membros da família foram morrendo pouco a pouco. Quando restava da família apenas este casal de irmãos, resolveram voltar para o Ceará. E por ser originários das nossas plagas, escolheram este lugar para reiniciar suas vidas. (PEREIRA, s/d, p. 11).

Tal história sobre a formação da região nos instigou a vontade de procurar saber um pouco mais sobre o êxodo que ocorreu em massa no final do século XIX, ao Norte do Brasil. Sendo possível nos aproximarmos dessa realidade, estudando os vários casos de cearenses que se arriscaram em levar a desbravar a região amazônica, nunca antes conhecida, todos em busca de um refúgio em tempos difíceis de seca.

Desse modo, podemos analisar que o retorno dos irmãos Mendes dessa aventura, repletos de dinheiro resultado da extração da borracha e aplicando todo esse montante em vários quilômetros de terra, torna-se um componente latente e decisivo dentro do desenvolvimento do distrito.

## **O SERTANEJO QUANDO SAI DO SEU QUERIDO TORRÃO, SÓ SAI PORQUE NECESSITA, SAI PORQUE TEM PRECISÃO**

Em se tratando do movimento migratório cearense, é indispensável que reconheçamos o papel do antigo município de São Francisco da Uruburetama, hoje Itapajé. A relação entre esse e Santa Maria (Taparuaba)

se deu de uma maneira muito próxima, já que averiguando os livros de tomo na paróquia de Itapajé, descobrimos que Santa Maria por muitos anos pertenceu ao distrito de Juá, que por sua vez fazia parte do antigo São Francisco da Uruburetama. Hoje Juá pertence ao município de Irauçuba e Taperuaba a Sobral.

Daqueles que estudam o desenvolvimento do município da serra da Uruburetama, ecoam muitas histórias sobre migrações organizadas para o Norte. O porto para escoar tanta gente estaria em Fortaleza, e de lá, muitas expedições partiram para a Amazônia nos séculos XIX e XX. Por sua vez, Melo (2002) cria uma narração histórica para nos apresentar a vida aventureira de seu tio-avô João Gabriel de Carvalho e Melo, um cearense altamente conhecido na região Norte, pois foi um dos primeiros desbravadores dos rios Purus e Acre.

De acordo com o autor, João Gabriel saiu de Uruburetama (Itapajé) na segunda metade do século XIX, após sofrer grande abalo ao ver sua mulher e filha passarem necessidades e não ter ninguém a quem recorrer, pois a única pessoa abastada naquela região, o fazendeiro e capitão João Paz d'Ávila, tinha negado apoio.

Quando chega ao Pará, depois de ter passado algum tempo vagando, é indicado a procurar o Visconde de Santo Elias, o maior aviador da região naquele período, ou seja, era ele quem vendia os artigos de que precisavam aqueles que desejassem explorar as terras ainda virgens, depois o aviado (nome da pessoa que era financiada) pagava seus gastos, como alimentação, viagem e utensílios com o que ganhasse com a arrecadação da borracha, nos anos que ficasse recluso trabalhando nessa empreitada.

Sobre esse episódio, o autor cria um suposto diálogo entre os dois personagens, em que João Gabriel deixa bem claro suas intenções ao ter deixado sua terra natal:

Na verdade, sou cearense de Uruburetama e graças a Deus sei ler e escrever. Cheguei mesmo há poucos dias, mas não pretendo ficar aqui em Belém. O meu maior desejo é viajar para o Amazonas e aventurar-me na exploração de produtos regionais e, assim, conhecer de perto essa imensa região tão cheia de mistérios, como dizem ser. Estou aqui procurando um meio de conseguir realizar esse desejo (MELO, 2002, p. 25).

Passados vinte e dois anos ininterruptos na empreitada de explorar os seringais da Amazônia, o cearense resolve voltar para sua terra natal para rever familiares e amigos, porém, o retorno ao Acre é uma decisão sempre enfatizada em todos os diálogos. É como se os vinte e dois anos passados longe não tivessem sido o bastante para arrecadar a quantidade de dinheiro suficiente que lhe desse a sensação de dever cumprido.

A volta é vista como um acontecimento que cria um verdadeiro vácuo entre o João Gabriel sertanejo, de duas décadas atrás, e o homem de negócios, que agora era apresentado com o título de comendador, dado pela Corte e entregue no palácio do governo provincial em Belém devido aos esforços que empregou na exploração de terras ainda virgens da Amazônia. Tal diferença é sentida em sua volta, com aparência bem distinta da de anos atrás:

Por onde ia passando, os sertanejos, vendo com admiração aquele comboio vistoso, chefiado por um homem elegantemente vestido, montando um garboso cavalo, perguntavam uns aos outros se seria talvez o Imperador que andava visitando o Ceará, possivelmente para ajudá-los, devido à seca (MELO, 2002, p. 56).

A comparação com alguém “importante” era feita a partir das informações sobre aqueles que se aventuravam na exploração do Norte. Pois se não fosse o imperador, no mínimo seria alguém que retornava do Norte, repleto de dinheiro, pronto para mostrar sua onipotência na compra de vários hectares de terra. E foi isso que João Gabriel fez ao retornar à sua antiga Uruburetama.

Procurando uma relação sobre tal história com a dos “Mendes” de Taparuaba, percebemos em uma das publicações da revista do instituto do Ceará, por Soares Bulcão, um dado bastante instigante. Tratando do João Gabriel, o historiador afirma que quando da sua volta em 1869, sobre uma das suas aquisições feitas no Ceará, está uma fazenda de nome Santa Maria.

A demora de João Gabriel no Ceará foi apenas de alguns meses. Amparou a família, auxiliando aos irmãos e cunhados que o procuraram. Comprou em Sobral, a D. Luiza, [...] as fazendas de Santa Maria, Valentim, Touro e Cruz das Almas no Aracaty–assu, e situou-as com 1.005 cabeças de gado vaccum. [...]. As fazendas custaram-lhe 30.000\$000, que naquele tempo representavam uma fortuna (BULCÃO, 1932, p. 25).<sup>2</sup>

Os relatos continuam nos informando que João Gabriel teria, ao longo de todo o final do século XIX, formado várias caravanas de cearenses para explorar a Amazônia, mais precisamente a região Acreana, não deixando registros que apontem a quantidade de migrantes e nem tampouco suas famílias procedentes. Tendo como base a nossa pesquisa oral, nos indagamos se seria possível que em tal processo de imigração planejada os Mendes de Taparuaba não tenham ido de fato para a Amazônia nessas caravanas. A certeza que temos é que, para tal aventura ter se tornado realidade, o caminho mais próximo seria o do Itapajé.

No intuito de conhecermos mais próximo a relação histórica que se criou entre tais espaços, estudamos os livros de tombo de Itapajé. Nesses escritos, podemos perceber a proximidade do vigário do local, o Padre Catão Porfírio Sampaio, que permaneceu à frente da paróquia de 1903 a 1931.

---

2 Artigo publicado na revista do Instituto do Ceará com o título “O Comendador João Gabriel”.

No ano de 1912, foi lançada a pedra fundamental da Capela de N. S. do Carmo, um fato altamente relevante para a construção e desenvolvimento da sociedade taperuabense, já que a população em si passou a se organizar em volta da igreja. Um espaço que hoje é conhecido como a Avenida central de Nossa Senhora do Carmo, e não por acaso, pois estudos sobre o assunto indicam que a maioria das cidades do Ceará foi se estabelecendo ao redor da primeira igreja local (SILVA JUNIOR, 2009).

Observamos que o bispo exigiu que essa doação fosse realizada dentro da lei. Sendo ofertada por aquela que passou a ser conhecida como a matriarca da família Mendes, a Sra. Joaquina Mendes Ferreira, irmã de Francisco Mendes Ferreira. Ambos descritos por muitos como sobreviventes da seca do final do século XIX e como aqueles que, por enfrentarem destemidamente as selvas Amazônicas, receberam como recompensa muito dinheiro, a ponto de terem comprado as terras da Antiga Santa Maria.

## **FRANCISCO E JOAQUINA MENDES FERREIRA, OS IRMÃOS E FILHOS DA ORALIDADE**

“Taperuaba plena singeleza, onde a natureza veio se expandir” (PEREIRA, s/d, p.121). Tal frase compõe o hino do distrito, que em suas três estrofes nos apresenta um lugar com pontos turísticos em evidência: “de serras rodeadas e cantos de pardais”, onde a igreja católica detém um espaço todo especial: “À frente está Nossa Senhora Rogando toda hora por nossos ideais”. Estando os eventos históricos totalmente envoltos nessa religiosidade.

E é nessa perspectiva que a história dos irmãos “Mendes” se insere, os tornando relevantes a partir do momento em que as terras adquiridas pelo trabalho árduo em outra região são doadas (em parte) para o patrimônio da igreja. A mãe Quininha (como era conhecida a Sra. Joaquina), no centenário de evangelização, realizado no mês de novembro,

aparece como uma personagem de destaque nesse processo. Pois sem os seus esforços, a igreja não teria o espaço central em que se localiza até hoje. Foram exatamente 100 metros de terras doados para a construção da primeira igreja da região.

Nas primeiras semanas do mês de novembro, muitos fiéis, realizaram a semana do centenário da evangelização da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, com uma programação toda diferenciada para informar ao povo a evolução que o catolicismo teve nesse século dentre os moradores de Taparuaba. E como não poderia faltar, os benfeitores dessas mudanças foram citados, dentre esses o nome de Joaquina Mendes Ferreira, lembrada como aquela que fundamentou todo esse processo. E para homenageá-la alguns integrantes da família ergueram uma placa.

Como já citado, nossa pesquisa tem como fonte principal as diversas memórias, que durante muitos anos tiveram como veículo condutor apenas a oralidade. Nosso trabalho não poderia deixar de lado tal contribuição histórica, pois foi através das entrevistas realizadas que pudemos conhecer eventos até então desconhecidos pela maioria da população, dentre esses, os mais recentes.

E sobre o ato de relembrar o passado, Pollak (1989, p. 07) nos diz:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra. Como vimos, em tentativas comuns ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc.

E foi essa intenção de não deixar a história morrer que encontramos em nossos entrevistados, pois procuramos entender os sentimentos de pertencimento que envolvem aqueles que ficaram dessa família. Desse modo, fomos à busca dos sucessores diretos de Joaquina Mendes Ferreira, aquela conhecida como uma das sobreviventes do ciclo da borracha.



A cerca de 30 quilômetros de Tapuruaba, se localiza a fazenda Miramar, e lá, residindo desde muito tempo, o Sr. Francisco Pereira Duarte, casado com a Sra. Adaugiza Santana Duarte. Agricultor de 87 anos, este senhor informa que muito do que sabe é resultado do que ouviu de seus pais: José Bento Duarte e Amélia Pereira Duarte, essa que era filha de Antonio Silvino, que por sua vez nasceu de Joaquina Mendes Ferreira. Desse modo, o Sr. “Fransquinho” (como é popularmente conhecido) é bisneto da mãe Quininha (DUARTE, 2012).

Sr. Francisco mostra uma certa preocupação em relatar tudo com exatidão. Através da fala do Sr. Francisco, pudemos entender um pouco mais sobre os laços de afetividade que envolvem aqueles que falam do passado e como tais histórias, mesmo tendo sido vividas há muitos anos, traduzem-se em sentimentos ainda latentes em suas vivências, poder esse que só a oralidade mantém, daí ser considerada por muitos como uma fonte exageradamente subjetiva e inconstante, pois se elabora longe, cronologicamente, dos fatos ocorridos. Sobre isso, Portelli (1997, p. 09) assinala:

Um subproduto deste preconceito é a insistência de que as fontes orais se situam distantes dos eventos e, por isso, submetem-se a distorção da memória imperfeita [...] as fontes orais podiam compensar a distância cronológica com um envolvimento pessoal mais íntimo.

E foi esse envolvimento que encontramos, compreendendo aos poucos que o ser humano não é apenas aquele que absorve memória, mas também aquele que a constrói: “Mas o realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações” (PORTELLI, 1997, p. 09). E é dessa construção constante de significados que se dá a história oral, nem verdadeira nem falsa, apenas singular na sua composição.

A Sra. Antônia Pereira Duarte, de 80 anos, mais conhecida como “Toinha Bento”, residente no bairro de Vassouras (Taparuaba). Tia Toinha (como gosta de ser chamada) enfatiza uma Joaquina Mendes de personalidade diferente das demais mulheres de sua época, e continua nos apresentando a faceta de uma mãe Quininha solidária (DUATE, 2012).

Lembranças que tratem do irmão de Quininha, Francisco Mendes Ferreira, inexistem na memória desses irmãos. E outro fato que muito nos instiga é a parte da memória que relata espontaneamente a saída desses irmãos para a Amazônia, informações pouco precisas que não conhecem ano de ida tampouco de volta, mas que sentem necessidade de ressaltar tal feito, cada um com seu jeito próprio.

Além do dinheiro que de lá trouxeram, histórias sobre dificuldades, superação, também parecem ter-lhes acompanhado, narrativas que só aqueles de mais idade sabem contar. Essa Amazônia, traçada nos relatos, está muito próxima daquela que encontramos nos escritos de Prado Júnior (1987).

E para complementar e contrapor as memórias até aqui apresentadas, procuramos o outro lado dos sucessores da família, ou seja, os de Francisco Mendes Ferreira. Esses se localizam em sua maioria em Taparuaba, e dentre esses está o treta-neto de Francisco Mendes Ferreira, o coordenador da escola Dep. Cesário Barreto Lima, o Sr. Francisco Agenor Almeida Mendes, que nos conta:

A década era de 1870. Conhecida como a Grande Seca, assolou o nosso estado no triênio 1877, 1878 e 1879. Essa realidade interferiu diretamente na vida dos sertanejos, tornando-os vítimas das mais terríveis situações de sobrevivência. [...] foi aí que os Mendes Ferreira, somando-se a tantas outras famílias emigraram para a Amazônia, com a finalidade de povoá-la e trabalhar no I Ciclo da Borracha. (MENDES, 2012, s/p).

Percebemos maiores detalhes sobre o contexto estudado, e não por acaso, pois o professor tem como objetivo lançar um livro relatando tais memórias. Na sua fala, fazemos um pequeno retrocesso sobre a Santa Maria do século XIX: pertencente a São Francisco da Uruburetama (Itapajé), padecida pelas constantes secas e que, como tantas outras regiões nordestinas, tiveram na imigração uma solução para a realidade sofrível.

Como nós, o Sr. Agenor diz lamentar a falta de documentos escritos que auxiliem na verificação de tais acontecimentos, já que o cartório do distrito, um meio que se faria passível de análise, já não guarda nenhuma documentação antiga. Porém, com auxílio dele conseguimos conhecer um documento da família que muito nos esclareceu sobre a grande aquisição de terras naquela época, pois da morte de Francisco Mendes Ferreira, sua viúva, Delfina Francisca da Conceição, fez o inventário de suas posses, repartindo-as entre seus filhos e genros.

Em sua formação, o documento se faz demasiadamente extenso, pensando nisso, organizamos praticamente a localização das terras adquiridas pelo patriarca da família. Não citando a quantidade dos diversos animais, como bois, novilhas, cavalos, éguas, burros.... Porém, localizamos as habitações, como sítios, casas, casebres, pois acreditamos que esses dados mostram um pouco da extensão do patrimônio, não precisando citar a quantidade exata que cada filho herdou, bem como o valor em réis de cada terra. Em resumo, eis o inventário:

**Quadro 1** - Inventário das terras do Sr. Francisco Mendes Ferreira. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.

<p>Santa Maria (Taperuaba)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Seiscentos e quarenta e cinco e meia braças de terra, no lugar denominado Santa Maria do distrito de Juá do termo e comarca de São Francisco da Uruburetama;</li> <li>- Uma posse de terra no sítio denominado Serrinha;</li> <li>- Três casas e uma casinha, sendo três de taipa e uma de tijolo, um açude velho, oito pés de coqueiros, vinte pés de canafistulas e mais utensílios e benfeitorias existentes, no lugar Santa Maria deste termo.</li> </ul>
<p>Aracatiaçu</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cento e oitenta e cinco e meia braças de terra ao poente do Riacho Pajé, extremando com águas do Rio Groairas (da comarca de São Francisco);</li> <li>- Duas casas de tijolo na povoação de Santo Antonio deste termo, avaliadas por seiscentos mil réis.</li> </ul>
<p>Olho d' água do Pajé à Bilheira</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cento e dezoito braças de terra em Olhos D'Água do Pajé, à nascente do riacho do mesmo nome, com uma lagoa de fundo ao Riacho Bilheira, daquele mesmo termo, de São Francisco;</li> <li>- Uma casa de tijolo no lugar Olhos D'Água do Pajé e uma cacimba feita na pedra e mais benfeitorias.</li> </ul>
<p>Canindé</p>	<p>Setecentos e cinquenta e uma e meia braças de terra no lugar denominado Bom Jesus, no Rio Curú, da Freguesia de Canindé.</p>

Fonte: Elaborado a partir do inventario fornecido por Delfina Francisca da Conceição.

Essa é uma pequena amostra de tudo aquilo conquistado pelo patriarca dos Mendes. Nessas pequenas linhas, sentimos o quão diversos foram os bens que a família herdou (os doze filhos), uma realidade um

tanto quanto rara no contexto da época em questão, pois de acordo com as suas origens humildes, somente a imigração justificaria veementemente tamanha abundância.

A tese de que não tendo como aplicar o dinheiro numa caderneta de poupança, pois ali não existiam agências bancárias, teria os incentivado a nomear as compras de propriedades de terras como aquisições lucrativas, passa a fazer sentido nesse panorama. Terras essas que hoje delimitam o distrito de Taperuaba.

Nos dias atuais, muitos são os Mendes que ainda habitam essas terras, e nos servindo o olhar historiográfico de que detemos, podemos analisar nesses espaços a persistência de uma sofrível realidade com a seca, que parece querer se manter intacta.

Mas não só dos Mendes se fez Taperuaba. Muitas são as famílias que, contemporâneas a dos irmãos, empreenderam e ao longo dos anos continuam a empreender um grande valor para o desenvolvimento local. Estórias e linhagens que foram se cruzando, rumo a uma contemporaneidade ainda carente de identificação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao darmos início a esse artigo, lançamo-nos na seguinte questão: seria possível tratar de uma temática tão complexa como migração cearense no século XIX sem termos um registro escrito que prove tal feito? Pois sabendo do preconceito que a história oral ainda enfrenta, temíamos não saber utilizá-la da maneira correta.

O desafio se fez constante em cada fase dessa pesquisa e, na corrida intermitente por algo que certificasse fisicamente nossas hipóteses, percebemos o quão insuficiente se faz a nossa formação acadêmica. Pois estando lá, emparedados naquela redoma intelectual, sentindo as teorias somente no mundo das “ideias”, nunca aprenderíamos de fato a quão valiosa se faz a escrita da memória popular.

Essa Taparuaba se fez absoluta nas narrativas que dela se perpetuaram. E ouvindo os mais maduros em suas conversas sobre o passado, percebemos que toda aquela epopeia tinha de se fazer perpetuar por entre os demais, e nesse objetivo lançamo-nos de coração e mente.

Entender essa Santa Maria do início do século XX exigiu de nós uma visão mais ampla do sertão nordestino do período em questão. Sobretudo para perceber como um espaço tão pequeno em seu status de distrito poderia abarcar em si as consequências de um ciclo econômico advindo do Norte, como a extração da borracha.

As problemáticas que tentamos abarcar sobre Taparuaba giraram em torno primeiramente da relação historiográfica que esse distrito vem mantendo com o seu município (Sobral), onde um território aparece quase que totalmente desvinculado historicamente do outro, pois quando a história oficial o cita, o aborda de uma maneira exageradamente objetiva e superficial. Entendendo essa carência, fomos à busca daqueles que detêm essa vontade de falar e escrever sobre o distrito, dentre esses muitos memorialistas, verdadeiros escritores da terra.

Eles desenrolam suas narrativas sempre preocupados em relatar as “origens”, do nome de procedência indígena, do ano da primeira igreja local, bem como os processos que envolveram o desenvolvimento religioso da população. Nessas narrativas, percebemos os esforços mais genuínos em não deixar a história taparuabense cair no esquecimento.

E foi conhecendo essa dinâmica que chegamos ao fio condutor da nossa pesquisa: a migração dos irmãos “Mendes” para a Amazônia, uma história conhecida por poucos, residente na oralidade daqueles que têm mais experiência, na arte de lembrar de “cor”. Uma epopeia enfatizada pelos que dela se lembram com admiração.

Uma admiração também sentida por nós, que até há pouco tempo

desconhecíamos por total tantas facetas de uma Taparuaba com pouco mais de seis mil habitantes. E tal ignorância historiográfica nos atentou para a necessidade de registrar tudo aquilo que pudemos aprender e apreender com a nossa curiosidade sempre tão à flor da pele.

Desse modo, concluímos que a pesquisa aqui apresentada nada mais é do que uma necessidade subjetiva de proporcionar para muitos o mesmo prazer que encontramos ao chegar mais perto de uma Taparuaba tão pouco conhecida. E assim, desejamos que o resultado seja satisfatório para quem o ler, tanto quanto foi para quem o produziu.

## REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, F. C. **Artigo histórico de Taparuaba**. 2000 (Artigo independente publicado em meios de comunicações locais, encomendado pela Igreja).

COSTA, A. C. C.; ROCHA, H. V. **Sobral da origem dos distritos**. Sobral: Sobral Gráfica e Editora Ltda., 2008.

FROTA, J. T. **História de Sobral**. 3. ed. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1995.

GIRÃO, R. **Os municípios cearenses e seus distritos**. Fortaleza: SUDEC, 1983.

GOLDMANN, L. **Ciências humanas e filosofia: o que é a sociologia?** 6. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 07 dez. 2012.

MELO, M. D. **Do sertão cearense às barrancas do Acre**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora de publicações científicas, 2002.

MENDES JUNIOR, A. F. B. **As potencialidades do ecoturismo no distrito de Taparuaba/Sobral (CE)**. 2007. 46 fl. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2007.

PEREIRA, R. M. **Taparuaba: origem e evolução**. Sobral: Imprensa Oficial do Município), s/d.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. Rio de Janeiro: Estudos históricos, 1989.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (org.). **Usos e abusos da História Oral**. 8 ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RABELO FILHO, J. V. **Uma Sobral muitas cidades: apresentando tensões, e decifrando silêncios (1958 – 1966)**. Trabalho monográfico. UVA, 2009.

RODRIGUES MESQUITA, A. M. Á. **Rezas e curas populares no distrito de Taparuaba (1997 a 2004)**. Trabalho monográfico. UVA, 2004.

SHARPE, J. A História vista de baixo. In: BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA JÚNIOR, A. S. **“Cidades sagradas”**: a igreja católica e as transformações urbanas no Ceará (1870-1920). 2009. 384 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Rio de Janeiro, 2009.



## DEPOIMENTOS ORAIS E ESCRITOS

DUARTE, Antônia Pereira. Entrevista realizada por Déborah Mendes Augusto. Taparuaba, 8 de nov. 2012.

DUARTE, Francisco Pereira. Entrevista realizada por Déborah Mendes Augusto. Taparuaba, 5 de out. 2012.

MENDES, Francisco Agenor Almeida Entrevista realizada por Déborah Mendes Augusto. Taparuaba, 4 de ago. 2012.

SOUZA, João Batista. Entrevista realizada por Déborah Mendes Augusto. Taparuaba, 8 de mai. 2009.



## CAPÍTULO 2

### A SANTA “MAIORIA” DOS BARRETOS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1962 A 1992

*Penha Magalhães Ribeiro*

*O pior analfabeto é o analfabeto político...*

*Bertolt Brecht*

#### INTRODUÇÃO

Esse capítulo nasce do interesse de levar ao público uma síntese atualizada de nossa pesquisa de graduação em História, que tem como foco o estudo acerca da política no distrito de Taparuaba entre os anos de 1962 e 1992. Essa periodização se justificou pela permanência de um vínculo eleitoral dos taperuabenses com a família Barreto, que durante três décadas disputou as eleições municipais de Sobral com a família Prado, vencendo sempre nas urnas desse distrito, e por isso se referiam a essa localidade como “Santa Maioria”. Isso porque anteriormente o distrito chamava-se Santa Maria, assim como era de costume na maioria das localidades, que eram batizadas com nomes de santos católicos e só posteriormente passaram a receber outras nomenclaturas mais seculares.

Esse estudo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a postura de candidatos e eleitores no exercício do poder, não só no período eleitoral, mas também a partir de necessidades do cotidiano: educação, saúde, trabalho, e como a satisfação dessas necessidades pode influenciar na escolha de um candidato. Dessa forma, procuramos entender como interesses particulares e coletivos dialogam dentro de um contexto eleitoral.

Trabalhamos com Micro história e a História Local como base teórico-metodológica, a partir de autores como Thompson (1981), Ginzburg (1991), Williams (1997) e Samuel (1995). Entendemos que a pesquisa local tem como premissa nos aproximar dos fazeres humanos, dos sujeitos históricos de carne e osso, pessoas que constroem a história do seu lugar, mas que apesar de singular, não está deslocada de um contexto mais amplo, nacional e mundial, e por isso há toda uma série de acomodações, tensões e resistências.

Optamos também em trabalhar com a História Oral, dessa forma, contamos com a valiosa contribuição de autores como Montenegro (1994) e Portelli (1997), que a partir de seus trabalhos nos ensinaram como a oralidade pode ser importante como fonte, e em nosso caso, imprescindível devido a pouca documentação escrita e a vasta tradição oral de nossa comunidade, o que contribuiu bastante para que as narrativas permanecessem vivas, apesar do passar do tempo.

Devemos lembrar, porém, que como qualquer documento, a história oral também tem limitações e contradições e, por isso, as narrativas não podem ser tomadas como a “verdade” ou como a “história” de forma absoluta, estamos cientes de que o passado não pode ser resgatado, mas o que chega até nós são fragmentos inundados de interesses e escolhas. Já os documentos escritos também são limitados e só registram uma parte do que foi aquele momento. Com a memória das pessoas acontece a mesma coisa, elas só lembram em parte, e tem mais um detalhe: só revelam de suas memórias aquilo que consideram pertinente. Por isso, essa pesquisa consiste em um fragmento do passado que nos chega com suas incompletudes, interesses, medos e sonhos, porque como seres humanos também projetamos, muitas vezes o depoente fala de como gostaria que tivesse sido, como nos lembra Portelli (1993).

Por isso buscamos, através da base teórica e do estudo dos documentos escritos e orais, ir construindo uma análise da cultura política taperuabense, procurando desnaturalizar os fatos e situá-los dentro de seu contexto histórico, trazendo a análise de conceitos como: coronel, cabo-eleitoral, voto de cabresto e curral eleitoral, para entendermos que as escolhas se dão a partir de um contexto.

Nosso texto está estruturado na seguinte sequência: em um primeiro momento, buscamos apresentar uma pequena introdução histórica do distrito de Taparuaba, em seguida procuramos compreender como as famílias Barreto e Prado se revezaram no poder municipal no período de 1962 a 1992, e por fim, tentamos compreender como acontecem as relações de poder, a partir da análise da relação entre diferentes personagens desse processo, tais como: candidato, eleitor, “cabo eleitoral” e “coronel”, a fim de refletir sobre as práticas eleitorais.

De uma forma geral, nossa intenção durante todo o trabalho foi apresentar uma narrativa que leve em conta as vivências cotidianas de pessoas que fazem suas escolhas a partir de um contexto histórico, ou seja, não “livres”, mas estão presas a todo um sistema que as leva a tomar determinadas decisões, ou a seguir uma cultura bastante arraigada.

## **DE SANTA MARIA A TAPERUABA**

O distrito de Taparuaba era inicialmente chamado pelo nome de Santa Maria, segundo Girão (1983), João de Mesquita Pinto foi o fundador dessa localidade no ano de 1778, de acordo com ele, essa comunidade localizava-se a meia légua do Riacho do Bom Jesus e a 55 km de extensão a partir da ribeira do Aracatiaçu. No início do século XX, essa região ainda fazia parte do município de São Francisco, hoje Itapajé, a sede do distrito só começa a se configurar em torno de 1910, com a construção da primeira igreja, como nos relatou Dona Francisca Camelo Cavalcante:

Até então as terras que compõe a sede do distrito pertenciam a Francisco Mendes Ferreira. A irmã do então proprietário da fazenda Santa Maria, D. Joaquina, era muito religiosa e costumava fazer as novenas a Santa Maria no mês de maio, no ano de 1910 passou por ali um homem que ia para o Maranhão chamado Raimundo Barros, que possuía cânticos marianos, ele foi chamado a participar da novena e as famílias das fazendas vizinhas souberam da beleza dos cânticos que eram lidos por sua filha e vieram participar também, sendo realizado no último dia, um belo leilão. A renda do leilão foi entregue a Dona Joaquina, ela chamou alguns cidadãos e pediu-lhes que iniciassem com a renda do leilão a construção de uma capela para venerarem Maria, ela doaria o terreno para a Igreja e mais cem braços de terra. Ajudaram na construção Francisco Neves, Augusto Pinto, Antônio Silvino e D. Nana Figueiredo. As cem braços de terra foram chamadas de terra da santa, onde hoje está construída boa parte das casas das principais ruas da sede do distrito. (CAVALCANTE, 2001, s/p).

A fazenda Santa Maria, que mais tarde se chamaria Taperuaba, localiza-se ao sopé da serra do Valentim, tendo a vista a Serrinha e a Pedra da Andorinha. Segundo Dona Francisca Camelo Cavalcante, a Igreja só foi benta em 1912, quando na ocasião Pe. Catão celebrou a primeira missa e foi determinado que a padroeira seria Nossa Senhora do Carmo. A imagem foi trazida de Roma até Fortaleza de navio, já de Fortaleza a Santa Maria, por mais de 200 km, foi carregada no ombro por dois homens: Francisco Jaguaribe e Nezinho Pinto. A imagem foi doada pela dona da Fazenda Corrente, D. Francisca Magalhães.

Desde então, a localidade de Santa Maria começou a crescer, um dos motivos seriam as festas de Nossa Senhora do Carmo, segundo Dona Dalila Magalhães: “Os filhos de Santa Maria retornavam de muitos lugares para visitar parentes e passar a semana da festa de julho, as novenas de Nossa Senhora do Carmo eram celebradas por diversos padres” (MAGALHÃES, 2001, s/p) Todos os anos, no mês de julho, os moradores das fazendas se deslocavam até a igreja para as novenas, sendo assim, sentiam a necessidade de construir suas

casas mais próximas da capela para passar os festejos. Segundo os depoentes, a maior parte das pessoas vivia em fazendas que, entre as mais conhecidas, estavam Bom Jesus, Jurema, Valentim, Fazenda Olinda, Boa Vista, Corrente, Chumbado, Macapá e Bilheira. Na economia, predominava a agricultura de subsistência, pecuária extensiva e a cultura do algodão, que era o produto mais rentável.

De acordo com o Censo de 1960 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Sobral possuía uma população de 73.716 habitantes, 36.010 desses viviam na zona rural, ou seja, nesse período, quase a metade das pessoas ainda vivia em fazendas. Apesar de não termos conseguido os registros oficiais da população do distrito de Taparuaba nesse período, podemos presumir que a sede do distrito ainda era muito pequena. As fazendas eram bem mais povoadas, porém, no período das secas, o êxodo acabou atingindo a muitos camponeses.

## **A SANTA MAIORIA DOS BARRETOS**

Podemos observar no quadro 1 que no período de trinta anos em que Prado e Barreto disputaram o poder executivo, há registro de oito eleições, das quais os Barretos venceram quatro e os Prados venceram as outras quatro. Esses últimos estiveram à frente do passo municipal por três vezes, e no ano de 1976 apoiaram seu então aliado José Euclides Ferreira Gomes Júnior, que nos pleitos seguintes lançaria seu próprio candidato. Com a família Ferreira Gomes na disputa, Prado e Barreto se uniram nas eleições de 1988, separando-se novamente no pleito seguinte, de 1992, onde o prefeito José Prado apoiou o candidato da família Ferreira Gomes, Pymintel Gomes, contra o então vice-prefeito Ricardo Barreto, candidato da família Barreto. Essa foi a última eleição em que os dois grupos, Prado e Barreto, se enfrentaram, sendo finalmente suplantados no pleito seguinte, no ano de 1996, pelo grupo Ferreira Gomes.

**Quadro 1** – Eleições Municipais de Sobral entre 1962 e 1992- Revezamento entre Barreto, Prado e seus aliados. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.

PLEITOS	CANDIDATOS MARJORITÁRIOS	ANO DA ELEIÇÃO
1	CESÁRIO BARRETO LIMA X JERÔNIMO MEDEIROS PRADO	1962
2	JERÔNIMO MEDEIROS PRADO X CESÁRIO BARRETO LIMA	1966
3	JOAQUIM BARRETO LIMA X VICENTE ANTENOR FERREIRA GOMES FILHO	1970
4	JOSÉ PARENTE PRADO X CARLOS ALBERTO ARRUDA	1972
5	JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR X CESÁRIO BARRETO LIMA	1976
6	JOAQUIM BARRETO LIMA X JOSÉ PARENTE PRADO	1982
7	JOSÉ PARENTE PRADO X JOSÉ LINHARES PONTES	1988
8	FCORICARDO BARRETO DIAS X RAYMUNDO PYMENTEL GOMES NETO	1992

Fonte: Construído a partir de dados da Ata Geral de Apuração do Cartório Eleitoral de Sobral.

No ano de 1962, inicia-se a formação dos grupos políticos Prado e Barreto, tendo como chefes Jerônimo Prado, pela UDN, e Cesário Barreto, pelo PTB. Como poderemos perceber, essas duas famílias se revezaram no poder executivo municipal de Sobral por 30 anos, sendo candidatos ou indicando algum de seus aliados.

Os Barretos venceram as eleições de 1962. Como podemos observar no quadro 2, a diferença entre os dois candidatos a prefeito foi de apenas 783 votos. Nesse pleito votava-se para prefeito em separado do vice-prefeito, o vice de Cesário Barreto, Hidelfonso Cavalcante, também



venceu as eleições, embora com uma diferença menor, de 389 votos, os votos brancos e nulos somados deram um total de 1.059, representando um percentual de aproximadamente 6% dos votantes.

**Quadro 2** – Resultado das eleições municipais de Sobral para prefeito - ano de 1962. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.

CARGO	PARTIDO	SITUAÇÃO	CANDIDATO	VOTOS
PREFEITO	PTN	ELEITO	Cesário Barreto Lima	8.471
	UDN	NÃO ELEITO	Jerônimo Medeiros Prado	7.688
VICE-PREFEITO	PTN	ELEITO	Hidelfonso Holanda Cavalcante	8.056
	PSP	NÃO ELEITO	Eduardo de Almeida Sanford	7.667
VOTOS BRANCOS				536
VOTOS NULOS				523
VOTANTES				17.218

Fonte: Construído a partir de dados do Cartório Eleitoral de Sobral.

Nosso depoente, professor Antonio Muniz André, relata: “Cesário ganhou a política com a maioria de 750 votos no geral, em Taperuaba a maioria teria sido de 850 votos. Essa maioria que elegeu o Cesário, se essa Santa Maioria não existisse, ele não teria sido prefeito de Sobral” (ANDRÉ, 2001, s/p). Podemos observar que os dados apresentados pelo professor estão bem aproximados dos dados gerais da eleição fornecidos pelo cartório eleitoral, o que nos leva a acreditar que os votos das urnas de Taperuaba fizeram toda diferença na eleição, dando de fato a Cesário uma vantagem importante.

O apelido “Santa Maioria” já era utilizado pelo Deputado Chico Monte em eleições anteriores, quando esteve no domínio da região taperuabense nos 30 anos anteriores, agora os Barretos seriam os

detentores da “Santa Maioria”. A proximidade da família Barreto com o distrito de foi atribuída pelos depoentes ao fato de possuírem uma fazenda próxima, na localidade de Pedra Vermelha, por isso, passava sempre na região e se relacionavam com muitas pessoas no distrito.

Podemos observar, entre outras informações apresentadas no quadro 2, que nesse pleito havia quatro partidos políticos, essa pluralidade partidária desaparece nos pleitos seguintes devido à ditadura militar, só sendo retomada a partir de 1982, quando já se ensaiava a possibilidade de uma abertura democrática.

Em 1966, novamente Barretos e Prados se enfrentam, segundo lembra o ex-vereador Sr. Abdelmoumem de Melo: “Na primeira eleição, o Cesário ganhou, na segunda nós insistimos, nós da UDN, insistimos com o Jerônimo Prado e ele ganhou a eleição, mas o Cesário ganhou na Taparuaba disparado” (MELO, 2001, s/p). A informação sobre o candidato que disputou a eleição com o então eleito Jerônimo Prado está ausente na Ata da Eleição consultada no Cartório Eleitoral de Sobral, nem mesmo nos gráficos atuais do TRE-CE existe esse registro, só foi apontado no resultado das eleições o candidato a prefeito e o vice que venceram o pleito, não há nem mesmo o número de votos (quadro 3).

**Quadro 3** – Resultado das eleições municipais de Sobral para Prefeito - ano de 1966. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.

CARGO	PARTIDO	SITUAÇÃO	CANDIDATO	VOTOS
PREFEITO	ARENA	ELEITO	JERÔNIMO MEDEIROS PRADO	-
VICE-PREFEITO		ELEITO	JOSÉ WALMIR CARNEIRO FROTA	-

Fonte: Construído a partir de dados do Cartório Eleitoral de Sobral.

Nesse pleito podemos perceber a mudança na nomenclatura do partido, o ARENA (Aliança Renovadora Nacional) era uma agremiação ligada diretamente aos militares e esteve presente durante quase todo

período pesquisado. O bipartidarismo, ARENA e MDB (Movimento Democrático Brasileiro), esteve em vigor nos pleitos eleitorais municipais de 1966, 1970, 1972 e 1976. Nesse ponto podemos constatar como o local está alinhado ao nacional, mantendo suas particularidades, entre elas as disputas entre grupos rivais dentro de um mesmo partido, como o ARENA.

No pleito municipal de 1970, como está apresentado no quadro 4, Joaquim Barreto vence as eleições com o apoio de Cesário Barreto, como lembra o Sr. Vicente Ferreira: “O Cesário era bom de agitação, mas o Kinca era povão” (FERREIRA, 2001, s/p). Se no imaginário de alguns o candidato era considerado povão, para outros depoentes o que garantiu mesmo a eleição foi a ação clientelista das campanhas, como relata o ex-vereador Abdelmoumem de Melo: “Ele tinha uma política clientelista, uma política de comprar voto e de dar demais” (MELO, 2001, s/p).

**Quadro 4** - Resultado das eleições municipais de Sobral para Prefeito - ano de 1970. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.

CARGO	PARTIDO	SITUAÇÃO	CANDIDATO	VOTOS
PREFEITO	ARENA 2	ELEITO	JOAQUIM BARRETO LIMA	11.734
VICE-PREFEITO			JOSÉ FROTA CARNEIRO	
PREFEITO	ARENA 1	NÃO ELEITO	VICENTE ANTENOR FERREIRA GOMES FILHO	10.617
VICE-PREFEITO			MANOEL ELÍSIO FEIJÃO	
VOTOS BRANCOS				850
VOTOS NULOS				777
VOTANTES				23.979
APTOS				33.831
ABSTENÇÃO				9.852

Fonte: Construído a partir de dados do Cartório Eleitoral de Sobral.

Já no ano de 1972, os Barretos lançaram a candidatura de Carlos Alberto Arruda, que apesar de não vencer as eleições contra os Prados, recebeu a maioria dos votos nas urnas de Taparuaba. Carlos Alberto era o candidato da família Barreto, já o candidato eleito, José Parente Prado, recebeu o apoio da família Sabóia e venceu com a ampla maioria de 2.190 votos, como podemos observar no quadro 5.

**Quadro 5** – Resultado das eleições municipais de Sobral para Prefeito - ano de 1972. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.

CARGO	PARTIDO	SITUAÇÃO	CANDIDATO	VOTOS
PREFEITO	ARENA 2	ELEITO	JOSÉ PARENTE PRADO	13.529
VICE-PREFEITO			JOÃO EDSON ANDRADE	
PREFEITO	ARENA 1	NÃO ELEITO	CARLOS ALBERTO ARRUDA	11.331
VICE-PREFEITO			FRANCISCO MARCELO BARRETO ALVES	
VOTOS BRANCOS				344
VOTOS NULOS				397
VOTANTES				25.601
APTOS				36.646
ABSTENÇÃO				11.045

Fonte: Construído a partir de dados do Cartório Eleitoral de Sobral.

Podemos observar que os candidatos a prefeito concorreram pelo partido ARENA, subdividido em 1 e 2, não havia candidato a prefeito pelo MDB, mas de acordo com a ata eleitoral dessa eleição foram eleitos dois vereadores: Félix Dias Ibiapina e Benedito Loiola Siqueira, esse último, taperuabense, de acordo com Silveira e Silva (2017), o MDB tinha menor expressão política, pois era um partido de oposição consentida pelo regime

militar, já que os partidos de oposição mais emblemáticos tinham sido completamente extintos ou funcionavam na clandestinidade sem poder participar diretamente dos pleitos eleitorais, como o PCB.

Nas eleições de 1976, José Euclides Ferreira Gomes vence com o apoio do prefeito anterior, José Parente Prado, concorrendo com Cesário Barreto, que perde a eleição e nas urnas da sede municipal, porém nas urnas do distrito de Tapuruaba, Cesário mais uma vez vence. O professor Antonio Muniz André lembra: “O Zé Prado não tinha quem competisse com o Cesário, tem que ser um Doutor, não tinha quem quisesse, o Dr. Euclides era professor no Estadual e aceitou” (ANDRÉ, 2001, s/p), mas como podemos ver no quadro 6, foi uma disputa acirrada, só 421 votos separaram o candidato eleito de seu oponente.

**Quadro 6** – Resultado das eleições municipais de Sobral para Prefeito - ano de 1976. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.

CARGO	PARTIDO	SITUAÇÃO	CANDIDATO	VOTOS
PREFEITO	ARENA 2	ELEITO	JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR	15.079
VICE-PREFEITO			ANTÔNIO VALDIR COELHO	
PREFEITO	ARENA 1	NÃO ELEITO	CESÁRIO BARRETO LIMA	14.658
VICE-PREFEITO			EUCLIDES CARMO GOMES	
VOTOS NULOS				308
VOTOS BRANCOS				421
VOTANTES				30.466
APTOS				38.538
ABSTENÇÃO				8.072

Fonte: Construído a partir de dados do Cartório Eleitoral de Sobral.

A eleição de 1982 contou com cinco candidatos a prefeito, três eram do PDS (Partido Democrático Social) com a maioria dos seus componentes de origem do ARENA, um do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e um do PT (Partido dos Trabalhadores), o PMDB e o PT não conseguiram eleger nem mesmo um vereador.

Nesse pleito, Joaquim Barreto (PDS-3) venceu as eleições, disputaram com ele José Parente Prado (PDS-1), Aurélio Cavalcante Ponte (PDS-2), Rildson Magalhães Martins, candidato do PMDB, e José Valmir Linhares, candidato do PT. Nessa eleição, a disputa pelo poder executivo municipal teve o maior número de candidatos e partidos de todo o período pesquisado.

Sobre as eleições de 1982 (quadro 7), Sr. Vicente Ferreira conta como Cesário administrava a campanha: “Quinca, tu fica na cidade que eu não resolvo problema na cidade, meu problema é nos distrito” (FERREIRA, 2001, s/p) Segundo o mesmo, Cesário Barreto era o administrador das campanhas e o Quinca Barreto era povão, tendo grande apoio na cidade. Já nos distritos, o Cesário reunia os cabos eleitorais e perguntava de que estavam precisando.

**Quadro 7** - Resultado das eleições municipais de Sobral para Prefeito - ano de 1982. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.

CARGO	PARTIDO	SITUAÇÃO	CANDIDATO	VOTOS
PREFEITO	PDS-3	ELEITO	JOAQUIM BARRETO LIMA	17.108
VICE-PREFEITO			ANTÔNIO FÉLIX IBIAPINA FILHO	
PREFEITO	PDS-1	NÃO ELEITO	JOSÉ PARENTE PRADO	16.361
VICE-PREFEITO			HUGO ALFREDO CAVALCANTE	
PREFEITO	PDS-2	NÃO ELEITO	AURÉLIO CAVALCANTE PONTE	5.773

VICE-PREFEITO			JOSÉ FROTA CARNEIRO	
PREFEITO	PMDB	NÃO ELEITO	RILDSON MAGALHÃES MARTINS	2.297
VICE-PREFEITO			JOSÉ LOPES PONTE	
PREFEITO	PT		JOSÉ VALMIR LINHARES	73
VICE-PREFEITO			JOSÉ AQUINO DE ALBUQUERQUE	

Fonte: Construído a partir de dados do Cartório Eleitoral de Sobral.

O ex-vereador Benedito Loiola reforça a fala do Sr. Vicente Ferreira, quando conta o Quinca dizia: “Quando o Cesário quer ganhar uma campanha, ele me chama” (SIQUEIRA, 2002, s/p). Segundo ele, também o motivo pelo qual o então prefeito, Dr. Euclides, não conseguira eleger seu candidato, Aurélio Cavalcante Ponte, fora devido à transparência de seu mandato, já que nesse período o que predominava eram as práticas assistencialistas.

A disputa entre Prado e Barreto nos parece sempre acirrada, mas agora, pela primeira vez, são ameaçados por um novo grupo político, os “Ferreira Gomes”, que antes foi aliado dos Prado, em 1988, as famílias Prado e Barreto unem-se em uma candidatura: José Parente Prado é o candidato a prefeito e Francisco Ricardo Barreto Dias (vice), disputam com Pe. José Linhares, que teve como vice Cid Ferreira Gomes, filho do ex-prefeito José Euclides Ferreira Gomes Júnior.

O ex-vereador Benedito Loiola, que nesse período apoiava a candidatura do Pe. José Linhares e Cid Ferreira Gomes, fala um pouco sobre essa eleição: “Ninguém podia imaginar que as facções Prado e Barreto fossem se unir, pois desde o início eles sempre foram adversários

políticos” (SIQUEIRA, 2001, s/p). Podemos observar na Quadro 8 que a união das famílias rivais deu a elas a vitória no pleito, no entanto a família Ferreira Gomes obteve grande número de votos.

**Quadro 8:** Resultado das eleições municipais de Sobral para Prefeito ano de 1988. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.

CARGO	PARTIDO	SITUAÇÃO	CANDIDATO	VOTOS
PREFEITO	25	ELEITO	JOSÉ PARENTE PRADO	24.205
VICE-PREFEITO			FRANCISCO RICARDO BARRETO DIAS	
PREFEITO	15	NÃO ELEITO	JOSÉ LINHARES PONTES	22.639
VICE-PREFEITO			CID FERREIRA GOMES	
PREFEITO	13	NÃO ELEITO	PEDRO FERNANDES CORRÊA	258
VICE-PREFEITO			RIVANA MARIA ROCHA MOURA	
PREFEITO	22	NÃO ELEITO	MARIA DA CONCEIÇÃO AGUIAR NOBRE	69
VICE-PREFEITO			MARIA ELZA SILVINO	
VOTOS BRANCOS				6.925
VOTOS NULOS				594
VOTANTES				54.432

Fonte: Construído a partir de dados do Cartório Eleitoral de Sobral.

Nas eleições de 1992 (quadro 9) concorrem três candidatos, Dr. Raymundo Pimentel, candidato dos Ferreira Gomes, apoiado pelo prefeito José Prado, o arquiteto Edilson Aragão, do PT, que tem um número considerável de votos, e Dr. Ricardo Barreto, que era o vice-prefeito da



gestão em exercício. Essa foi a última eleição municipal de Sobral em que um membro da família Barreto venceu, fechando de certa forma um ciclo de forma conturbada, Francisco Ricardo Barreto Dias cumpriu apenas dois anos do mandato, no ano de 1994, e foi cassado.

**Quadro 9:** Resultado das eleições municipais de Sobral para Prefeito - ano de 1992. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.

CARGO	PARTIDO	SITUAÇÃO	CANDIDATO	VOTOS
PREFEITO	PDS/PDT PMDB/PL	ELEITO	FCO RICARDO BARRETO DIAS	26.353
VICE- PREFEITO				
PREFEITO	PDC/PFL PSDB	NÃO ELEITO	RAYMUNDO PIMENTEL GOMES NETO	25.023
VICE- PREFEITO				
PREFEITO	PT/PSB PC do B	NÃO ELEITO	FCO EDILSON PONTE ARAGÃO	7.013
VICE- PREFEITO				
VOTOS BRANCOS				3.432
VOTOS NULOS				1.454
VOTANTES				63.275
APTOS				74.575
ABSTENÇÃO				11.300

Fonte: Construído a partir de dados do Cartório Eleitoral de Sobral.

A cassação do chefe do executivo é um fato que marca profundamente a história política de Sobral, como lembra o vereador Luciano Linhares: “Eu tenho um dossiê com as reportagens que saíram nos jornais e revistas do país, a revista Veja veio aqui, me entrevistou, entrevistou o prefeito, o vereador Veveu, eram muitas as irregularidades fiscais” (PONTES, 2001, s/p). Durante o período de quase um ano, a

prefeitura de Sobral foi administrada em revezamento, dias pelo prefeito, Ricardo Barreto, dias pelo vice, Façanha Júnior, até que concluídas as investigações, o prefeito foi afastado definitivamente do cargo, assumindo o restante do mandato o vice, Aldenor Façanha Júnior, coligado à Família Ferreira Gomes, que vence a eleição municipal seguinte, de 1996, e passa a comandar a partir de então o município de Sobral.

## **O POVO E O PODER**

Buscamos, nesse momento, compreender como a política partidária no distrito de Taparuaba se desenvolveu no cotidiano das pessoas, como foi sendo construída a relação dos grupos políticos com seu eleitorado, mas, sobretudo, como se deu a construção de um imaginário em relação a Cesário e de que forma isso pôde se estender à família Barreto, gerando prestígio político junto à maior parte do eleitorado taparuabense.

Começamos a perceber indícios desse imaginário na fala da professora Dalila Magalhães: “Sobre Cesário, ele era muito bom, trazia muito leite pro povo, trazia isso, trazia aquilo, né, Cesário Barreto! O povo chamava até de pai, o povo dizia: Ah! Chegou o pai Cesário” (MAGALHÃES, 2001, s/p).

Vamos percebendo que essa cultura na política não está relacionada apenas à localidade que estudamos. A imagem de homem bondoso também se faz presente em outras figuras políticas, inclusive na história nacional, como a de Getúlio Vargas, presidente do Brasil de 1930 a 1945 e 1951 a 1954. Quando descrito em uma entrevista oral a Montenegro (1994), o depoente, Sr. Felipe Néri, se refere ao ex-presidente da seguinte forma: “Ah! Getúlio era o homem da nação. Outro não dava, ele deu, só quem fez foi Getúlio, nenhum pra pobreza”. Montenegro chama atenção para uma memória coletiva que se formou do político, que acabou por apagar as lutas sindicais na conquista dos tantos benefícios populares, dando a Getúlio a característica do “pai, justiceiro, bondoso” (MONTENEGRO, 1994, s/p).

Isso nos remete a uma discussão em torno do mito, das figuras ilustres da memória popular, certamente em nossa região muitos atribuíram essa figura a Cesário, como político paternalista, homem bondoso, que vive pelas “causas do povo”. Em outros distritos, essa imagem cabia a Jerônimo Prado. A escolha por um candidato estava baseada muitas vezes na “personalidade”.

Mas essa figura se coaduna com boa parte da descrição que é feita do coronel, que pode ser candidato ou indicar um protegido, o certo é que essa personalidade tem muitos votos a serem negociados devido aos favores que distribui. Leal (1997) diz que o coronel pleiteia e distribui, protege e mobiliza a segurança coletiva, manifestando seus serviços aos pequenos pecuaristas e agricultores em troca de favores (DOMINGOS,1999).

Segundo Pang (1979), o início do coronelismo deu-se no período colonial. Entre 1850 e 1950 o termo “coronel” significa literalmente coronel, um posto militar originado das milícias coloniais no fim do século XVIII, apesar de muitos acharem que o título vem da Guarda Nacional. O autor esclarece que no período colonial não havia no país uma Guarda Nacional organizada, e os grandes fazendeiros disputavam entre si o poder, fazendo de seus capangas grupos particulares (seu exército), sendo assim, a principal função do coronelismo era a hábil utilização do poder privado acumulado pelo patriarca de um clã.

Quem é, na verdade, o coronel? Será que Cesário Barreto e Jerônimo Prado se encaixariam na “era dos coronéis” junto a outros nomes da política estadual cearense do mesmo período: Virgílio Távora, César Cals, Adalto Bezerra e Gonzaga Mota? Fica a questão em aberto, será a figura do coronel ultrapassada?

No contexto do sertão, diversas foram as possibilidades de negociar o voto, mas nem sempre o eleitor o fazia diretamente com o candidato, daí a figura do cabo eleitoral. Esse personagem apareceu inicialmente como

fazendeiro, já que a maior parte da população era agrária. Já seus herdeiros, que na maioria migraram para atividades mais urbanas (se tornaram empresários, funcionários públicos e outros profissionais liberais), também acabaram por exercer o mesmo papel na cena política.

Os cabos eleitorais faziam a mediação entre o povo e os candidatos. Na zona rural, a falta dos meios materiais, como a propriedade da terra, um trabalho com remuneração digna, acesso à educação, saúde e transporte, tornava a vida das pessoas muito mais difícil, favorecendo esse tipo de prática.

Dentro desse contexto, como se observou anteriormente, Taparuaba era predominantemente agrária, favorecendo a prática do chamado curral eleitoral, já que o fazendeiro tinha como certo o voto dos moradores, o agricultor que vivia na condição de morador tinha um vínculo direto com o dono da terra, dependendo disso para sobreviver, como alerta Queiroz (1999).

Dessa forma, o eleitor se mantinha fiel aos interesses do dono da terra. Já o cabo eleitoral podia negociar em interesse próprio o emprego para os filhos como funcionários públicos ou a construção de um açude em sua propriedade. O favorecimento e o nepotismo parecem estar claros, embora ele tente se apresentar enquanto mediador, que dá ao eleitor acesso a serviços como: dentistas, médicos, documentos pessoais e outros benefícios que o povo tinha dificuldade em usufruir. Esses favores podiam se dar em momentos de emergência ou no período eleitoral. Sobre isso, o ex-vereador Abdelmoumem de Melo lembra qual era a função do cabo eleitoral na cidade:

Os cabos eleitorais, em cada bairro tinha um, eram pagos pelos chefes políticos, bem empregados no estado ou emprego federal. Ele é quem distribuía os favores, dinheiro, gêneros alimentícios, emprego de professor. Nessa época não tinha concurso, os empregos eram dados pelos políticos. (MELO, 2001, s/p).

O que vai se delineando ao longo do estudo é a presença de uma cultura política que vai se reproduzindo e se naturalizando geração após geração, onde o eleitor muitas vezes considera o voto uma moeda de troca, uma forma de pagamento a um favor recebido, ou ainda adiantamento pela promessa de um benefício que será recebido após a eleição, a exemplo, um emprego público. A construção da primeira escola municipal de Taperuaba abre espaço para essa possibilidade, sendo recebida com grande festa, como mostra o correspondente taperuabense do jornal Correio da Semana, Senhor Batista Siqueira: “Sem nenhuma dúvida, a maior festa do ano trata-se da inauguração do grupo escolar de Taperuaba à realizar-se no dia 8 de agosto, estando presente o governador Virgílio Távora, prefeito Cesário Barreto e outras autoridades.” (SIQUEIRA, 1965, s/p).

Para o povo, a chegada da escola também é motivo de alegria e gratidão política, como observamos na entrevista com Dona Maria do Nascimento, quando se refere a Cesário Barreto: “Eu comecei a votar tinha dezoito anos, nunca comprou voto, sempre com aquela presença dedicada, às vezes trazia um agradinho para as crianças, um leite, a escola com farda e sapato”. Se a escola por um lado abre a possibilidade de gerar empregos que seriam importante moeda de troca, por outro, sua inauguração dá visibilidade à personalidade política que permanece na memória do eleitor como aquele que trouxe um benefício para comunidade.

Como observamos na citação do jornal Correio da Semana, a inauguração da Escola Francisco Monte trouxe a Taperuaba o Governador do Estado, Virgílio Távora. No mesmo período veio a Sobral o então Presidente da República Castelo Branco, isso mostra o prestígio de Cesário Barreto junto ao Governo Estadual e ao Governo Federal. Esse alinhamento rendeu investimentos importantes ao município de Sobral, no cenário nacional o poder estava nas mãos dos militares.

Se por um lado houve manifestações de apoio imediato e os arranjos políticos se davam na medida do possível com forte alinhamento, em outros momentos vários grupos foram perseguidos, até aqueles ligados aos militares, como Pe. Palhano e Cesário Barreto, que devido às rivalidades locais foram cassados ou acusados de comunistas. Como podemos perceber, a política municipal, estadual e federal não estavam descoladas, o coronelismo e a ditadura caminharam bem próximas, arregimentando recursos e votos.

Dessa forma, não podemos pensar uma eleição como algo simples, ou seja, uma transferência de poder e negligenciar totalmente as relações que se fazem presentes não apenas no período de campanha eleitoral, mas no cotidiano como um todo, desenvolvendo-se a partir de um aparato complexo, como a escola, o emprego, o leite das crianças, que como vemos, contribuem com a imagem que se tem de um determinado grupo político. Segundo Foucault (1999), os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social, não existe de um lado os que têm o poder e do outro aqueles que se encontram dele aleijados. Mas dentro dessa discussão devemos questionar: até que ponto o poder do povo está livre para ser demandado?

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nossa pesquisa não tem como premissa o resgate do passado ou as histórias de glória, mas se esforça em registrar memórias e narrativas de um período que se relaciona ao presente. Dessa forma, buscamos refletir sobre certas práticas eleitorais que são consideradas hoje desonestas e ilegais, tais como a compra de votos e a troca de favores, porém, podemos considerá-las como uma cultura bem arraigada, o que suscita questionamentos acerca de um sistema considerado ultrapassado. Mas em que medida o coronelismo, o cabo eleitoral, o voto de cabresto, os currais eleitorais deixaram de existir? Se houve mudanças, como governam agora as elites

locais? Analisando essas memórias, podemos nos perguntar se essas são realmente lembranças do passado ou narrativas mergulhadas no presente.

O fato é que chegamos aqui com mais perguntas que certezas, esperamos que nosso trabalho possa suscitar o mesmo nos leitores, com certa pretensão almejamos que esse texto instigue discussões acerca da política eleitoral local e quem sabe novas pesquisas. Esperamos ainda contribuir com as gerações atuais e futuras na reflexão de como essas práticas se reproduzem entre os eleitores, candidatos e outros atores políticos.

Por fim, deixamos como última reflexão a frase de Aristóteles: “A política não deveria ser a arte de dominar, mas sim a arte de fazer justiça”. Então, como o filósofo, busquemos conhecer e exercitar nosso papel enquanto cidadãos, sejamos políticos, no sentido de sermos livres e fazermos uso da razão e do bom senso, para escolhermos, participarmos e fiscalizarmos, dessa forma veremos o poder emanar do povo, como declara a lei.

## REFERÊNCIAS

DOMINGOS, M. **Os poderosos no sertão**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza: UFC, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 1999.

GINZBURG, C. O nome e o como. Troca desigual e mercado historiográfico. In: **A micro história e outros ensaios**. Lisboa: DIPEL, 1991.

GIRÃO, R. **Os municípios cearenses e seus distritos**. Fortaleza: SUDEC, 1983.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em 08 jan. 2018.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MONTENEGRO, A. T. **História oral e memória, a cultura popular revistada**. 3a ed., São Paulo: Contexto, 1994.

PANG, E. **Coronelismo e oligarquias**. Rio de Janeiro: 1979.

PORTELLI, A. “Sonhos Ucrônicas, Memória e Possíveis Mundos dos Trabalhadores, IN: **Projeto história**. São Paulo: DHPEPGH, 1993.

QUEIROZ, M. I. P. **Velhas e novas práticas do mandonismo local**. Revista de Ciências Sociais, 1999.

SAMUEL, R. História local e história oral. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: brasiliense, 1995.

SIQUEIRA, B. **Jornal correio da semana**. Sobral: 1965.

THOMPSON, A. “A lógica histórica”. In: **Miséria da teoria de planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althesser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRE-CE-Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, Secretaria de Informática: Seção de Estatísticas Eleitorais. **Eleições municipais de 1962, 1966, 1970, 1972, 1976, 1982, 1988, 1992** – Município de Sobral. Disponível em: <<http://www.tre-ce.jus.br/eleicao/resultados>> Acesso em 02 jan. 2018.

WILLIAMS, R. Cultura. In: **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

## **DEPOIMENTOS ORAIS E ESCRITOS**



ANDRÉ, Antonio Muniz. Entrevista realizada por Penha Magalhaes Ribeiro. Taperuaba, 1 de jan. 2001.

CAVALCANTE, Francisca Camelo. Entrevista realizada por Penha Magalhaes Ribeiro. Taperuaba, 1 de jan. 2001.

FERREIRA, Vicente. Entrevista realizada por Penha Magalhaes Ribeiro. Taperuaba, 1 de fev. 2001.

MAGALHÃES, Dalila. Entrevista realizada por Penha Magalhaes Ribeiro. Taperuaba, 31 de jan. 2001.

MELO, Abdelmoumem de. Entrevista realizada por Penha Magalhaes Ribeiro. Sobral, 13 de nov. 2001.

PONTES, Luciano Linhares. Entrevista realizada por Penha Magalhaes Ribeiro. Sobral, 5 de dez. 2001.

SIQUEIRA, Bendito Loila. Entrevista realizada por Penha Magalhaes Ribeiro. Sobral, 4 de nov. 2001.



## CAPÍTULO 3

# ESBOÇO DA PERIODIZAÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS<sup>1</sup>

*Renato Oliveira Barros  
José Marcos Duarte Rodrigues*

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu da ideia de relatar a configuração territorial do distrito de Taparuaba, tomando como ponto de análise as mutações ocorridas neste território ao longo da sua história, a começar pela sua formação inicial, ainda no século XIX, até os dias atuais.

Dentro das leituras realizadas para a compreensão desse estudo no distrito de Taparuaba, percebeu-se uma atenuação de materiais com essa característica, de contar não somente a história do território de Taparuaba, mas oportunizar uma reflexão de cunho geográfico, no que concerne as origens, organização espacial e transformações territoriais que o distrito vem sofrendo desde a sua formação inicial até a contemporaneidade.

Dessa maneira, para a construção dessa pesquisa, lançamos mão de uma periodização dos eventos que foram marcantes para o entendimento dos processos de ocupação que ocorreram no território taperuabense, ancorado na proposta de Silveira e Santos (2006). Onde, com a periodização realizada, identificaram-se três momentos distintos, a saber, o período técnico, período técnico-científico e o período técnico-científico-informacional. Alguns eventos, ou melhor, algumas ocupações

---

<sup>1</sup> Este trabalho é uma versão revisada e melhorada de artigo com o título, “O distrito de Taparuaba-Sobral (CE): um olhar sobre as transformações socioespaciais”. Publicado nos Anais do III Seminário Regional Comércio, Consumo e Cultura nas Cidades. <http://srccc.com.br/proceedings>. 2017.

e produções do espaço que ocorreram em um determinado momento, não se restringiram apenas àquele período, ou seja, muitas vezes existe uma continuidade de uma determinada ocupação que ocorreu intensamente num passado recente. Para melhor entender, cita-se, a prática da agricultura, que em nosso território foi amplamente utilizada e que ainda hoje acontece, não como outrora, é bem verdade.

Portanto, objetiva-se realizar aqui uma síntese, mesmo que incompleta, das diversas transformações socioespaciais do distrito. Espera-se que esse trabalho possa contribuir para maiores reflexões e debates que venham a ter desdobramentos positivos para uma maior compreensão da configuração territorial do distrito de Taperuaba.

## **A PERIODIZAÇÃO DOS MEIOS GEOGRÁFICOS PARA A COMPREENSÃO DO TERRITÓRIO DE TAPERUABA**

Dentre os conceitos existentes na ciência geográfica, esse estudo pormenoriza em analisar o território. Antecipadamente, deixa-se claro que a concepção de território a ser analisada aqui é o território usado. Busca-se, desse modo, compreender e contar a história da configuração territorial taperuabense, o caminho percorrido entre etapas do pretérito ao presente.

Silveira e Santos (2006) afirmam que por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada, ou num sentido mais restrito, o território vem a ser um nome político para o espaço de um país. Assim, fica evidente que esta é uma questão central para o desenvolvimento da história humana e de cada país, haja vista que sem uma porção de terra dificilmente o ser humano consegue obter uma evolução enquanto ser social.

Quanto ao uso do território, Silveira e Santos (2006, p. 21) destacam: “O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestrutura [...]”, como o sistema de engenharia, distribuição da prática da agricultura, indústria, serviços etc. Para os autores, essa noção de território usado

aponta para necessidade de “um esforço em analisar sistematicamente a constituição do território” (SILVEIRA; SANTOS, 2006, p. 21).

Os autores elaboraram uma matriz metodológica para analisar, entender e explicar a ocupação do território brasileiro, analisando como ponto de partida o uso da técnica, que nos indicam como o território é usado: como, onde, por quem, por que, para quê. Dessa forma, adotando tal ênfase nas técnicas, pode-se privilegiar uma história secular do território brasileiro, delimitar períodos e redescobrir os respectivos contextos “A história do território brasileiro é, a só tempo, una e diversa, pois é também a soma e a síntese das histórias de suas regiões. Para entendê-la no seu processo e na sua realidade atual, um esforço de periodização é essencial” (SILVEIRA; SANTOS, 2006, p. 23).

Nesse contexto imbricado nas técnicas, os autores supracitados periodizam o território brasileiro num transcurso que leva do meio natural ao meio técnico e ao meio técnico-científico-informacional, de maneira que o primeiro período é marcado pelos tempos lentos da natureza comandando as ações humanas, em outras palavras, a presença humana buscava adaptar-se aos sistemas naturais. O segundo período é a fase dos diversos meios técnicos, que gradualmente buscam atenuar o império da natureza. O terceiro período é a construção e a difusão do meio técnico-científico-informacional.

Em conformidade com a literatura brevemente apresentada, percebe-se que esse recurso metodológico é bastante utilizado por historiadores, economistas, sociólogos e geógrafos, sendo que esses últimos atentam em preencher algumas lacunas que os demais não priorizam, sobretudo a análise das materialidades e os dinamismos do território.

A título de exemplificação, é oportuno lembrar o pensamento de Silveira e Santos (2006), que citam a obra de Caio Prado Jr. do ano de 1945, intitulada “História Econômica do Brasil”, quando este propõe mostrar a

história da ocupação do Brasil desde a colonização e, para isso, periodiza a obra em 8 momentos: a) preliminares (1500-1530); b) a ocupação efetiva (1530-1640); c) a expansão da colonização (1640-1770); d) o apogeu da colônia (1770-1808); e) a era do liberalismo (1808-1850); f) o império escravocrata e a aurora burguesa (1850-1889); g) a república burguesa e, por fim, h) a crise de um sistema a partir de 1930.

Vale ressaltar também a obra de Celso Furtado, intitulada “Formação econômica do Brasil”, que distinguiu em cinco etapas: a) os fundamentos econômicos da ocupação territorial (até a implantação da empresa agrícola); b) a economia escravagista da agricultura tropical (séculos XVI e XVII); c) a economia escravagista mineira (século XVIII); d) a economia de transição para o trabalho assalariado (século XIX) e, finalmente, e) a economia de transição para um sistema industrial (século XX).

Contudo, baseado nas concepções apresentadas, pretende-se com o presente trabalho realizar um esboço, ou mesmo uma aproximação de uma periodização dos meios técnicos do distrito de Tapuruaba, Sobral-CE. Porém, deixa-se claro que essa metodologia de periodizar é uma tarefa temerária, devido ao fato de que o espaço acumula defasagens e superposições de divisões de trabalho, então, realizar uma periodização de acordo com os usos do território se complica mais ainda. Daí a necessidade de escolher as variáveis-chave que em cada pedaço de tempo irá comandar aquele período.

Portanto, elencaram-se algumas variáveis consideradas essenciais para se compreender e caracterizar o uso do território em determinado período de tempo, em determinado espaço, no caso o distrito de Tapuruaba, para então, a partir de tais variáveis, construir a sistematização do uso do território.

## PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO PARA O DISTRITO DE TAPERUABA

Optou-se, pois, fazer uma periodização dos usos do território do distrito de Taparuaba, ainda que de forma simples e generalizada, pois se trata de uma primeira elaboração, ou mesmo, de uma primeira tentativa de aplicar tais concepções em um distrito, onde ainda não se passou pelo processo de industrialização propriamente dito, apenas sofre os rebatimentos do processo da mundialização da indústria, embora que notadamente no atual estágio já seja possível identificar, ainda que de forma incipiente, o processo de industrialização por meio da modernização dos meios de produção do bordado.

Como coloca Santos (2006, p. 111), “cada período é portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade”. Tal sentido portado é que caracteriza e é caracterizado pelo uso do território, por meio dos diferentes sistemas técnicos utilizados pela sociedade. Portanto, dividiram-se os períodos para o distrito de Taparuaba quanto aos usos do território em: meio natural, meio técnico-científico e meio técnico-científico-informacional.

No quadro 1 apresenta-se uma síntese da periodização proposta para o distrito. No entanto, para a análise apresentada escolheu-se, para cada período, uma atividade que se sobressai perante as demais, como a agricultura e a pesca no período pré-técnico, a pecuária extensiva, agricultura de subsistência e o ciclo do algodão para o período técnico-científico e a produção do bordado para o período técnico-científico-informacional, sendo este marcado pelo advento da utilização de máquinas modernas e de técnicas mais elaboradas.

Contudo, cabe lembrar que outras atividades características dos referidos períodos também serão colocadas em debate. Em meio às discussões surgiram algumas ponderações ancoradas no pensamento do

professor Milton Santos, tais ideias, auxiliadas neste, também evitam o exagero no empirismo. Além do mais, este intelectual nos ajuda na leitura acerca das transformações territoriais, realizando uma união entre teoria e empiria, já que as informações acerca do distrito são escassas, principalmente em relação à transformação territorial.

**Quadro 1** – Síntese dos períodos para o distrito de Taperuaba. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.

	Eventos	Características Transformações territoriais
Natural ou Pré-Técnico (1800-1900)	Nomadismo	As transformações territoriais quase não são percebidas, período esse ditado pela harmonia homem-natureza, condicionado pelos tempos da lentidão.
	Presença indígena	
	Pesca-Caça	
Período Técnico-Científico (1900-1990)	Fazenda Santa Maria (1800)	As transformações territoriais são impulsionadas, principalmente, pela agropecuária (binômio gado-algodão), as mutações do território são facilmente percebidas nesse momento, devido sobretudo, a relação do espaço endógeno com os espaços exógenos que vieram contribuir nas alterações socioespaciais de Taperuaba.
	Coronelismo	
	Chegada de máquinas industriais (1980)	
	Construção da primeira Igreja (1912)	
	Educação realizada nas fazendas	
	Pecuária extensiva	
	Agricultura de subsistência	
	Binômio gado-algodão	
	Latifúndio	
	Passa a status de vila (1951)	
	Educandário Santa Maria (1943)	
	Existência de escolas isoladas	
	Chegado do rádio e TV (décadas de 50 e 60)	
	Grêmio Recreativo de Taperuaba (1963)	
	Grupo Escolar Municipal Dep. Francisco Monte (1965)	
	Bordado a mão (década de 50)	
	Escola Deputado Cesário Barreto Lima (1987)	
Comércio		
Chegada da luz elétrica		
Surge os carros de horário		
Construção da CE-362		
Telefonia (orelhão)		
Técnico-científico-informacional (1990-Atual)	Modernização do bordado	As técnicas da informação são as impulsionadoras das transformações do território, as presenças das forças exógenas intensificam-se, porém, convive a par e passo com outras atividades remota.
	Modernização do comércio	
	Chegada da internet	
	Chegada da telefonia móvel	
	Chegada de caixas econômico	
Serviços especializados na área da saúde e estética		

Fonte: Elaborado pelos autores.



## PERÍODO NATURAL

Nessa fase, necessitava-se largamente dos recursos naturais, em grande medida das atividades desenvolvidas ao longo da história da humanidade e que essas foram responsáveis em caracterizar os primórdios da espécie humana. É o caso de atividades voltadas para a pesca, caça e extrativismo vegetal, ou seja, pode-se dizer que os habitantes a que se tem registros, por meio da literatura ou mesmo por registros em escrituras rupestres, eram caçadores-coletores. Estudos mostram que os grupos indígenas que possivelmente ocuparam o distrito de Taparuaba foram os Tremembés, Canindés-Jenipapo e Carirés. Os locais onde se encontram registros, através de escrituras rupestres, são: Fazenda Olinda, Miramar, Pedra do Sino, Bilheira, Oiticica e Serra do Feijão.

Hodiernamente, a cultura da caça de animais é pouco exercida e isso se deve, sobretudo, pela ação desenfreada que aconteceu em períodos pretéritos quando se tinha uma prática ostensiva da caça, sendo essa utilizada para a subsistência de famílias que se alimentavam dos animais capturados, e quando excedia o suficiente para o seu sustento, eram destinados à comercialização. Portanto, atualmente muitos animais ainda estão em processo de extinção devido ao extermínio de várias espécies que aconteceram nas últimas décadas.

No que diz respeito à pesca, ainda na atualidade é visível percebermos marcas dessa atividade. Ocasionalmente essa é a única renda de algumas famílias que estão dispersas ao longo das planícies fluviais, que convivem numa relação paradoxal de fartura e carência. Esse binômio é regimentado pelas condições climáticas, uma vez que quando a quadra chuvosa é abundante, enche os reservatórios, possibilitando assim a prática da pesca e assegurando a renda dessas famílias. Entretanto, em períodos de longas estiagens essa atividade fica comprometida, condicionando uma situação de carência para os povos que necessitam dela.

## PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Esse período se refere e está ligado ainda à fase inicial de sua ocupação, datada a partir do início das primeiras décadas do século XX e final dos últimos decênios do mesmo século, nos quais as principais atividades que dinamizavam o espaço taperuabense estavam centralizadas no setor primário da economia, destacando a agricultura de subsistência, que desempenhava a função do consumo familiar, sendo que o excedente muitas vezes era utilizado para o escambo de outras produções não cultivadas e a pecuária extensiva de gado.

As características para esse período são ratificadas, se analisarmos o aspecto histórico do distrito de Taperuaba, ao identificarmos que no final do século XIX e início do século XX, dona Joaquina Mendes Correia e seu esposo, adquirem as terras que atualmente correspondem ao distrito e em seu território estabelecem uma grande fazenda de gado denominada de Fazenda Santa Maria.

Portanto, as mudanças territoriais passam a ser ocasionadas principalmente pela pecuária extensiva e, secundariamente, pela agricultura de subsistência. O predomínio da pecuária extensiva ocorreu de forma dispersa no território cearense, as fazendas se espalhavam sertão adentro, objetivando a autossubsistência, o que acaba por adiar a formação dos núcleos urbanos com vida econômica, sendo que as primeiras vilas formadas tinham funções militares, administrativas ou religiosas. Holanda (2014) reflete que a pecuária foi sem dúvida a atividade preponderante no processo de formação da vila do município de Sobral, assim como para a ocupação e organização do espaço cearense.

Mendes (2014) reflete que a origem do distrito de Taperuaba está ligada à religiosidade. Com a construção da capela de Nossa Senhora do Carmo, em 1912, emergiram as primeiras construções residenciais.

Anteriormente se situava no local a Fazenda Santa Maria, que teve a casa sede construída nos finais dos anos de 1800 e veio a desmoronar-se em 1968.

Pelo decreto lei estadual nº 1114, de 30 de dezembro de 1943 Santa Maria passou a se chamar Taperuaba, vindo a tornar-se distrito somente em 1951, pelo decreto-lei 1153 da Assembleia Legislativa do Ceará. A partir daí até então passou a se chamar Taperuaba, cujo significado está atrelado ao último chefe indígena cultuado na memória dos primeiros habitantes da região, que se chamava “Taperiába”, que na língua dos autóctones (Índios Canindés-Jenipapo) denotava “Chefe da morada das andorinhas” (MENDES, 2014).

Além da prática religiosa, o processo de povoamento está relacionado com o uso dos recursos naturais, principalmente do solo e da vegetação, por meio de práticas agrícolas como o cultivo do feijão, do milho e do algodão. Tão importante quanto as práticas agrícolas foi a prática da pecuária extensiva, sobretudo da criação de bovinos e ovinos (RODRIGUES, 2016).

Quanto à produção de algodão, outra atividade importante para a compreensão das transformações territoriais, conforme Holanda (2014), foi uma das atividades econômicas de maior intensidade em todo o Nordeste no século XIX, devido ao alto consumo na indústria de tecidos na Europa.

O crescente desenvolvimento da cultura do algodão acaba por proporcionar um rearranjo no território cearense através da chegada de um importante sistema de engenharia: a via férrea. A construção desse grande objeto imprime, do ponto de vista do cearense, um sopro de modernização. A construção do primeiro trecho da ferrovia, em 1870, ligava Fortaleza a Baturité. Sua ampliação em 1877 passa a abranger quase todo o estado, proporcionando a ligação da Capital com as áreas produtoras de algodão (ibidem. p. 155).

No distrito de Taparuaba o cultivo do algodão teve seu auge nas décadas de 30 e 40 do século XX, acarretando vastas áreas de capoeiras com algodão mocó e herbáceo. O início do cultivo dava-se nos meses de março e abril, concomitantemente com o período de maior índice pluviométrico da área (RODRIGUES, 2016).

O cultivo do algodão foi extremamente importante para o crescimento do distrito no que se refere ao quadro político-social, porém foi responsável em gerar uma série de impactos na escala ambiental, uma vez que a produção do algodão acontece a partir da expropriação da vegetação nativa.

Ressalta-se que a própria agricultura de subsistência também é responsável em efetivar a descaracterização ambiental, pois ainda na atualidade é desenvolvida por técnicas tradicionais através do desmatamento e da queimada da vegetação, o que aconteceu também com a produção do algodão, que era realizada em vastas áreas de hectares, e antes de se tornar no “ouro branco” a terra era dilapidada, acarretando um processo de degradação ambiental jamais visto e que ainda na atualidade possui resquícios, a exemplo disso são os núcleos de desertificação do estado do Ceará, que receberam enormemente os impactos causados pela cultura do algodão.

Nessa conjuntura, é bom lembrar o papel que a política dos coronéis desempenhou ao longo dessa fase e que começou desde o surgimento da organização espacial de Taparuaba, estes que eram os donos das grandes extensões de terras e obviamente também eram os proprietários dos modos de produção, inclusive do algodão. Nesse contexto, o coronelismo foi uma política extremamente concentradora dos bens e de serviços. Além da política dos coronéis, havia também uma classe interna mais abastada que possuía propriedades latifundiárias, portanto a população local muitas vezes era duplamente explorada, tanto pelos coronéis como também por famílias internas detentoras de capital.

Muitos trabalhadores não detinham a posse de propriedades e eram submetidos a viverem numa situação de moradores de condições nas fazendas dos patrões, assim, trabalhavam em condições exploratórias e dessa maneira, no imaginário desses trabalhadores, o trabalho por eles realizado, mesmo com a exploração, era totalmente permitido, pois, eles tinham uma “dívida” com os seus patrões, onde por meio do trabalho realizado nas terras a dívida estava minimamente paga.

Outro fator que merece destaque era em relação ao período da colheita e da venda do algodão, quando os trabalhadores deveriam vender a produção exclusivamente para os seus patrões, e não raro a expropriação continuava, dessa vez nos baixos preços que os proprietários estipulavam pela compra do algodão, quase sempre o valor estipulado era significativamente abaixo do preço concorrencial do mercado.

Em relação ao comércio local, popularmente conhecido como “bodegas”, iniciou-se com alguns membros de famílias locais que se forneciam no distrito de Juá, este pertencente ao município de Irauçuba, lembrando que antes mesmo de Taperuaba receber esse nome e se tornar distrito, era uma comunidade do distrito de Juá. Portanto, os comerciantes locais se abasteciam no distrito de Juá ou em outros municípios que pertenciam à serra da Uruburetama.

É importante salientar que inicialmente para esses comerciantes se deslocarem de Taperuaba com destino a essas fontes de abastecimento, cuja direção quase sempre se limitava à serra da Uruburetama, era realizada utilizando a força animal, mais precisamente, o jumento, que traziam produtos alimentares básicos (farinha, rapadura, arroz, feijão) para o abastecimento local.

Indiscutivelmente, o motivo desses comerciantes optarem pela serra da Uruburetama para abastecimento dava-se pela proximidade da distância geográfica e das estradas já existentes. Todavia, a construção

da rodovia estadual CE-362 na década de 1950 possibilitou de maneira considerável um maior número e aumento de comerciantes a se deslocarem para abastecer-se em Sobral.

Portanto, o distrito acolhe atividades econômicas, a exemplo do comércio voltado para gêneros alimentícios, vestuário, bares e lanchonetes. Os comércios voltados aos gêneros alimentícios encontram-se espalhados no centro do distrito, assim como os voltados para o vestuário. No centro também são identificados serviços advocatícios, lanchonetes, salão de beleza e oficinas. Também se pode destacar a chegada de duas clínicas, uma odontológica e a outra de fisioterapia dermatofuncional. Destarte, tais serviços só eram encontrados na sede do município de Sobral. Enquanto os bares, em sua maioria, são estabelecimentos encontrados na zona rural, principalmente nas pequenas localidades (RODRIGUES, 2016).

A construção e revitalização da CE-362 possibilitou também ao distrito um aumento do número dos conhecidos popularmente “ônibus de horários”, coletivos que trafegam diariamente nessa via transportando a população local em direção a cidade de Sobral, considerada uma cidade média dentro da rede urbana cearense, de grande importância e influência na região noroeste do estado do Ceará.

Nas décadas de 1950-60, Taperuaba foi marcada, também, pelo acesso ao rádio e à televisão, essas duas materialidades se restringiam a uma pequena parcela da população, haja vista o valor desses objetos não condizer com a renda local, nesse sentido, como forma de entretenimento para a população, naquele momento foi implementada no auditório da escola Deputado Francisco Monte de Taperuaba uma televisão, na qual os moradores se reuniam para usufruir-se daquela atração.

Apesar das várias mutações que o distrito de Taperuaba acumulou durante esse período, vale ressaltar que foi amparado na atividade da

agricultura de subsistência, na pecuária extensiva de gado e no cultivo do algodão que houve uma nova realidade e crescimento para o distrito em voga.

## **PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL**

A terceira fase de ocupação do território de Taparuaba pode ser constatada a partir da década de 1990 até os dias atuais. Está compreendida por uma dinamização e ocupação do território, onde se destaca a modernização da confecção do bordado, a modernização do comércio, acesso a meios mais rápidos de informação e comunicação, como a internet e telefonia móvel.

Desta forma, Santos (2001), ao destacar que nesse período há um mundo informatizado, possibilitando a unidade das técnicas e dos momentos, permite reconhecer a importância do acesso à internet por meio de computadores, assim como por meio de telefonia móvel, tais elementos técnicos provocaram no distrito de Taparuaba características que, por um certo ponto de vista, são positivas, mas por outro, são negativas. Exemplificando, o acesso à telefonia móvel trouxe mais agilidade à comunicação e informação, mas também trouxe o aumento da violência por meio de roubos a celulares, que se torna cada vez mais frequente.

Portanto, coloca-se que as transformações territoriais no distrito de Taparuaba são resultantes de uma transformação mais ampla. E o acesso a tais técnicas, por via de uma necessidade implantada, caracteriza o período atual. Como podemos observar no processo de produção do bordado, que evoluiu a partir de manufatura para um processo mais informatizado, onde o trabalho humano é cada vez mais abrandado.

Destaca-se, ainda, haver no atual período uma divisão territorial do trabalho dentro destas, denominadas, microempresas. Elas são divididas em setores e, cada setor tem uma função para a produção final. Não

esquecendo que os materiais primários de produção como malhas, linhas para costuras etc., são adquiridos em outras cidades, demonstrando a ligação da economia local com os modos de produção globalizado. No entanto, como coloca Santos (2001), as técnicas não funcionam sozinhas, no caso do distrito analisado, percebe-se tal fato através da presença de técnicas mais informatizadas do bordado. Há também, ou melhor, ainda existem as bordadeiras, características de seu início, ou seja, são processos que existem e persistem dentro da produção.

Quanto à divisão territorial do trabalho, dentro de uma empresa há várias funções, divididas por setores, desde o corte da malha até o empacotamento do produto final. No entanto, se partirmos de uma visão dos detentores dos meios de produção, ou seja, dos donos das empresas, coloca-se nessa divisão territorial do trabalho a compra dos materiais primários até a venda do produto final. Vale destacar também que com a modernização da produção do bordado houve o surgimento de novas funções dentro das empresas, mas algumas funções persistem, mostrando haver uma desigualdade social entre os detentores dos meios de produção e os que detêm apenas a força do trabalho.

Em relação à produção, inicialmente caracterizava-se através de trabalhos manuais. As bordadeiras realizavam a produção manualmente e eram donas dos meios de produção, porém, posteriormente por pressões do mercado comercial, acabaram inevitavelmente cedendo e aceitando as propostas do empresariado, aglutinando em suas linhas de trabalho as máquinas, inicialmente a pedal e a posteriori movidas à eletricidade, como instrumento principal no estabelecimento da produção, e conseqüentemente instalando a condição obsoleta na produção manual que era, até então, pautada na agulha.

De acordo com André (2005), a cultura do bordado chegou a Taparuaba no início da década de 1950. Anterior a esse período, essa



atividade era considerada apenas como “passatempo”, “hábito”, “costume” que simbolizava a vida pacata rural em contraste com a urbana, passando depois a ser trabalho remunerado e de grande importância para a dinâmica econômica.

Quanto aos produtos, André (2005) lembra que a maioria das peças produzidas é destinada ao uso de recém-nascidos. Identifica-se uma grande variedade, dentre as quais camisetas, fraldas, mantas, colchas para berço e outras peças que compõem o enxoval dos bebês. É claro que para obter essa variedade de peças, conta-se com ajuda importantíssima das máquinas, não apenas das máquinas de bordar, mas também as de costura, que desempenham um importante papel na confecção de peças, que exige habilidades e detalhes pontuados.

As vendas dessas confecções são realizadas diretamente em feiras populares de confecções, mercados, lojas, atacados e em outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão, Piauí e Rondônia. Destaca-se que os proprietários da produção têm seus próprios boxes de vendas em Fortaleza e os seus representantes, tanto no Ceará como nos estados mencionados (MENDES JÚNIOR, 2007).

Dessa forma, é indubitável que a confecção de “bordados” configura uma nova dinamização e ao mesmo tempo uma nova divisão territorial do trabalho, efetivando um crescimento no distrito e colocando-o como um dos principais distritos do município de Sobral. Paradoxalmente, nos últimos anos percebeu-se que houve um intenso processo de modernização da produção de bordados, tudo isso exigindo uma maior qualificação do operariado, como por exemplo, o manuseio das máquinas computadorizadas, processo, esse, que acompanha a reestruturação produtiva.

Vale ressaltar que, no início, a confecção de bordados era uma atividade estritamente desempenhada pelas mulheres, todavia, atualmente, se percebe claramente que essa função garante o emprego em grande

medida dos homens, onde muitos deixaram as atividades voltadas para a roça e agora desempenham a confecção de bordados, inclusive muitos jovens veem a produção do bordado como uma alternativa de manter-se no seu lugar de origem, sem a necessidade de ter que migrar em direção a outras regiões do Brasil.

Quanto ao comércio, é perceptível que sofre um processo de modernização, perdendo as características que levaram os pontos comerciais a serem conhecidos como “bodegas”, passando aos denominados mercadinhos. Também surgem novos pontos comerciais especializados em determinados tipos de produtos, como lojas de celulares, produtos de informática, vestuários etc. O processo de modernização torna-se evidente se analisarmos as formas de pagamento, antes somente na caderneta, atualmente no cartão de crédito ou débito.

Contudo, percebe-se que no atual momento a modernização dos meios de produção provoca maior dinamização econômica e social, que por sua vez traz consigo alterações no território do distrito, tanto na área urbana como na área rural, onde percebe-se processo de migração da zona urbana para a zona rural, provocando um crescimento urbano no distrito e dinamizando os movimentos da população. Tais questões serão discutidas no tópico que se segue.

## **DINÂMICA POPULACIONAL: ÊXODO RURAL E RELAÇÃO DISTRITO-SEDE MUNICIPAL**

É perceptível algo em comum no que tange uma convergência nos dois últimos momentos descritos na ocupação territorial de Taperuaba. Tratam-se exatamente de movimentos migratórios ocorridos ao longo da história local. Utilizando a periodização proposta poderíamos apontar que, no segundo período, houve uma migração acentuada para a região Norte do Brasil, incentivada principalmente pelo ciclo da borracha.

No final do segundo período e início do terceiro, aconteceu um processo migratório intenso para a região concentrada do Brasil, sobretudo as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, não perdendo de vista que ocorreu um movimento ascendente no início da década de 1950 para a construção da Capital Federal. Fenômeno esse que não aconteceu exclusivamente com Taparuaba, mas a região Nordeste do Brasil, em grande parte, foi responsável em ascender e contribuir categoricamente com esse fluxo migratório.

Contudo, nos dias atuais é observável que esses movimentos migratórios não acontecem com tanta envergadura como outrora, mas mesmo assim, a partir dos anos de 2010, analisou-se uma procura pela cidade de Curitiba. Inicialmente alguns membros de uma determinada família local fizeram frente para esse processo, encorajando e incentivando, assim, outras pessoas a migrarem para essa parte do Brasil.

Quanto ao êxodo rural verificado no distrito de Taparuaba, torna-se mais evidente no período técnico-científico-informacional devido ao desenvolvimento do setor produtivo, tendo como principal indicador a modernização da confecção do bordado.

Desta forma, entende-se que o desenvolvimento do setor produtivo, devido à modernização da confecção do bordado, influenciou a dinâmica populacional local, principalmente no período de 1991 a 2010, fato este percebido através da análise dos dados populacionais dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010.

De acordo com tabela 1, o distrito de Taparuaba em 1970 apresentava um total populacional de 4.874 hab., destes, apenas 823 hab. residiam na área urbana e 4.051 hab. residiam na área rural, ou seja, a grande maioria da população encontrava-se na zona rural, quadro este que prevalece até 1991, quando o total populacional era de 5.824 hab. e, deste total, 2.643 hab. encontravam-se na área urbana e 3.181 hab. na área

rural. Em 2000, o quadro é invertido e o total populacional é representado, em sua maioria, pela população urbana, demonstrando maior movimento migratório, o êxodo rural. No último censo, em 2010, a população urbana se mostra predominante, com 4.535 hab. de um total populacional de 6.113 hab., enquanto que a população rural está representada por apenas 1.578 hab.

**Tabela 1** - Dados dos censos demográficos dos anos 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010, para o distrito de Taparuaba. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.

Censo	Total Populacional	Total de Homens	Total de Mulheres	URBANO			RURAL		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1970	4.874	-	-	823	-	-	4.051	-	-
1980	5.059	-	-	910	-	-	4.149	-	-
1991	5.824	2.917	2.907	2.643	-	-	3.181	-	-
2000	5.425	2.720	2.705	3.456	1.696	1.760	1.969	1.024	945
2010	6.113	3.076	3.037	4.535	2.237	2.298	1.578	839	739

Fonte: IBGE (2010).

As alterações dos números populacionais entre o rural e o urbano mostrou-se ser mais perceptível no período de 2000 a 2010. Tal fato pode ser atribuído à insustentabilidade das atividades econômicas desenvolvidas no campo, que tem na agropecuária extensiva sua principal representante, como destaca Araújo-Filho et al. (2010), ao afirmar que o sistema agropecuário predominante no estado do Ceará caracteriza-se pelo “baixíssimo nível de produtividade, elevados riscos decorrentes das secas, baixo nível de cultura e de renda dos agricultores”. Tal fato faz com que as populações migrem do campo para a cidade em busca de melhores alternativas de renda.

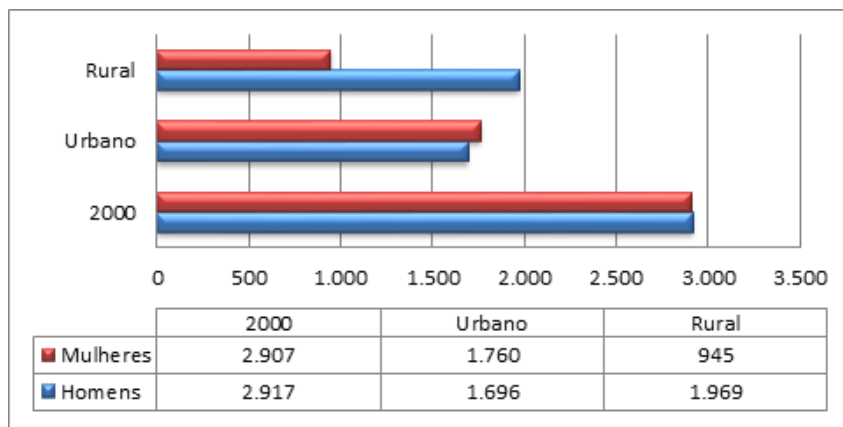
Contudo, é notório que os processos de modernização do último período também provaram mudanças populacionais entre áreas urbanas e rurais por diferenças de sexo. Em 2000, a população masculina residente

de áreas urbanas é quase semelhante ao número de mulheres, sendo que a população feminina sobressai sobre a masculina, com 3,7% a mais. Já nas áreas rurais, a população masculina mostra-se superior, representando 7,7% a mais do que a feminina. Essa superioridade do número de mulheres na área urbana pode ser atribuída à atividade econômica desenvolvida na sede do distrito, que era essencialmente feminina. Nas áreas rurais, as atividades econômicas, agricultura de subsistência e a pecuária extensiva, absorviam a população masculina.

Em 2010, analisa-se que a migração de pessoas do sexo masculino ocorre de maneira mais aguda. Nota-se que em 2010, a população masculina no espaço rural sofre um declínio de 18%, antes, em 2000 totalizavam 1.024 hab., em 2010 totalizam apenas 839 hab. O número de mulheres habitantes de áreas rurais continua em declínio, apresenta 21,7% a menos em relação a 2000. No que concerne ao número de pessoas do sexo masculino no ambiente urbano, há um aumento significativo, em 2000 apresentava-se determinado equilíbrio numérico entre os residentes masculinos urbanos e rurais, em dez anos (2000-2010) os residentes urbanos do sexo masculino representam 62,4% a mais que os residentes rurais.

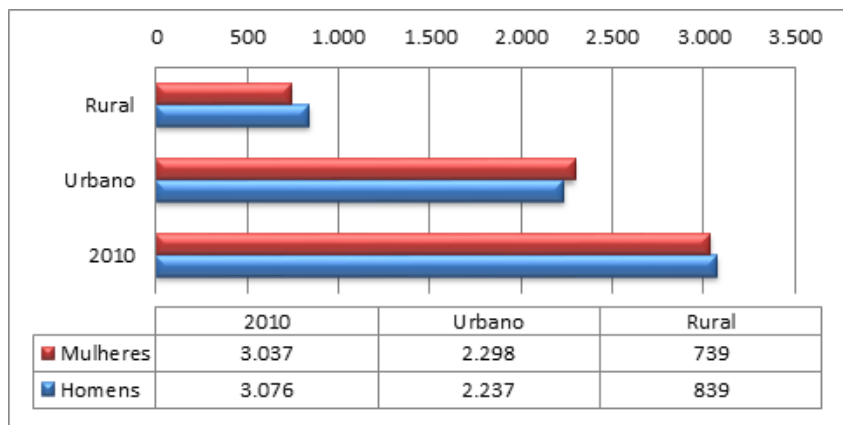
Os gráficos 1 e 2, mostram a dinâmica populacional por sexo de acordo com a situação (urbano ou rural) para os censos de 2000 e 2010.

**Gráfico 1** – Habitantes por situação e por sexo referente ao censo demográfico de 2000. Sobral, Ceará, Brasil, 2016.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Rodrigues (2016)

**Gráfico 2:** Habitantes por situação e por sexo, referente ao censo demográfico de 2010. Sobral, Ceará, Brasil, 2016.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Rodrigues (2016).

O fato da migração de pessoas do sexo masculino ser mais evidente em 2010 dá-se pelo fato de que as atividades econômicas que

empregavam em maior número as mulheres em 2000 sofrem mudanças, englobando tanto homens como mulheres, e como as atividades do campo, a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência, tornam-se não atrativas e insustentáveis, isso faz com que o contingente populacional migre para a zona urbana.

O movimento migratório também é percebido se analisarmos a relação distrito e sede municipal. Regionalmente, o distrito de Taparuaba, assim como uma boa parte do noroeste cearense, possui uma forte relação com a sede municipal de Sobral, uma vez que na sede é oferecida uma variedade de serviços e comércios que não são ofertados em Taparuaba, sobretudo, os chamados bens centrais<sup>2</sup>. Destaca-se na área em estudo a ausência de serviços bancários, concessionárias, incluindo nessa lista ainda a oferta do ensino superior, como também a educação básica da rede particular.

A busca pela sede do município para o acesso às Instituições de Ensino Superior (IES) leva à mobilidade dos estudantes diariamente, que percorrem 72 km até a cidade de Sobral. Essa mobilidade é garantida pela gestão pública municipal e conta com dois ônibus que realizam o transporte dos estudantes em dois turnos: manhã e noite.

Aproximadamente 200 alunos, incluindo os dois turnos, necessitam e fazem uso diariamente desse transporte. O curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) abriga o maior número de alunos. Também há demanda de estudantes cursando faculdades particulares, a exemplos do Instituto Superior de Teologia Aplicada (INTA, atual Centro Universitário Uninta) e das Faculdades Luciano Feijão (FLC).

<sup>2</sup> Contel (2010) explica bens centrais como uma condição restrita a poucos territórios, uma vez que esse, diferentemente dos bens e serviços banais que estão descentralizados no território, caracterizados ainda como necessidades do cotidiano (por exemplo, alguns alimentos), são dispersamente ofertados em qualquer território. Em contrapartida, os bens centrais são consumidos com frequência muito menor do que os serviços banais, estando limitados a poucos territórios que necessariamente já possuem uma consolidação consumista daqueles serviços.

Para a Educação Básica, a busca da rede particular acontece principalmente para: Colégio Luciano Feijão, Colégio Farias Brito (Rede original vinda de Fortaleza, capital do estado) e o Colégio Sant'Ana. Essa procura evidencia que há uma renda no distrito de Taparuaba que consegue até mesmo assegurar aos pais o pagamento das altas mensalidades cobradas por essas escolas, sendo em média em torno de um salário mínimo.

Contudo, vale destacar que a dinâmica populacional quanto ao êxodo rural e migrações pendulares, este último devido à relação distrito-sede, é mais evidente no último período. Porém, no período técnico-científico as migrações para outros estados eram maiores e a população era essencialmente rural. No período atual, as migrações para outros estados já não são tão frequentes, mas ainda bastante evidentes. Quanto ao êxodo rural, este torna-se mais significativo no último período devido, possivelmente, à modernização dos meios de produção, principalmente do bordado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através da realização da periodização do distrito de Taparuaba identificamos três períodos diferentes, mas não excludentes, em decorrência do uso de seu território. Percebeu-se que o atual período caracteriza-se pelas transformações socioespaciais em maior escala, ancoradas principalmente na reestruturação produtiva, que acaba por inserir a confecção do bordado na lógica de produção mais globalizada.

Dessa forma, analisa-se que Taparuaba sofreu um processo de mutações produtivas ao longo de sua história. No momento atual, a atividade do bordado, que tornou o distrito conhecido no Ceará e em outros estados, é atrelada a outras potencialidades voltadas ao ecoturismo, dada a presença de inscrições rupestres, diversidade de flora e fauna na Unidade de Conservação Pedra da Andorinha e às águas termais no Olho D'água do Pajé.



Nesse contexto, depreende-se que o distrito apresenta potencialidades visíveis, tanto naturais como também aquelas construídas pela ação humana, importantes no processo de desenvolvimento local a longo ou em médio prazo. Para tanto, é necessário que o poder público local faça uma intervenção, investindo nessas potencialidades.

Paralelo ao trabalho voltado ao desenvolvimento local é necessário o debate sobre as formas de superação de alguns problemas urbanos que outrora atingiam mais visivelmente as cidades, tais como falta de saneamento básico, a violência, a ineficiência das áreas da saúde e da segurança pública etc. Esses problemas podem ser mitigados em um trabalho de parceria entre a comunidade civil e representantes do poder público local. Todos com um objetivo em comum, identificar os entraves e propor soluções para o desenvolvimento local.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, F.R.T. **Da agulha a máquina**: o bordado no mundo feminino em Taperuaba-Sobral/Ceará (1985 – 2002). 2005. 59 p. Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral.

ARAÚJO-FILHO, J. A. et al. **Sistema de produção agro-silvo-pastoril no semiárido do Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Recursos Hídricos, 33 p. 2010.

CONTEL, F. B. **Rede urbana e cidades médias no Brasil**: abordagens clássicas, abordagens contemporâneas. In: HOLANDA, V. C. C; AMORA, Z. B. (Org.). Leituras e saberes sobre o urbano, Cidades do Ceará e Mossoró no Rio Grande do Norte. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010, p. 15-36.

GOMES, R. **Pequenas cidades e dinâmicas de inserções no processo de globalização**: uma leitura a partir da realidade brasileira. Revista de Geografia e Ordenamento do Território, n.º 2 (Dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. p. 117 a 138, 2012.

HOLANDA, V. C. C. **Modernizações e espaços seletivos no Nordeste brasileiro**. Revista de Geografia (UFPE), v. 31, n. 1, 2014, p. 146-165.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 17 out. 2014.

MENDES, F. A. A. **Presença dos Mendes na fundação, povoamento e desenvolvimento de Taparuaba**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2014.

MENDES JÚNIOR, A. F. B. **As potencialidades do ecoturismo no distrito de Taparuaba/Sobral (CE)**. 2007. 46 p. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral.

RODRIGUES, J. M. D. **Análise dos sistemas ambientais da sub-bacia hidrográfica do rio Bom Jesus, Taparuaba, Ceará, Brasil**. 2016. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral. 2016.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

# PERSPECTIVAS CULTURAIS





## CAPÍTULO 4

### CURAS POPULARES

*Andréa Maria Ávila Rodrigues Mesquita*

#### INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo destacar alguns aspectos e experiências no âmbito da religiosidade popular, com ênfase para as práticas de cura através de orações e do uso de ervas medicinais, que percebemos, ainda, bem presentes no cotidiano da comunidade de Taparuaba, mesmo com a existência de uma Unidade de Saúde, com acompanhamento de profissionais especializados.

O contexto a ser abordado abrange as particularidades que envolvem essas práticas, tais como representações simbólicas, sentimentos, orações e suas especificidades, ressaltando ainda de que forma atendem às necessidades dos que buscam ajuda nessas práticas e as influências delas no dia-a-dia da comunidade.

O desenvolvimento da pesquisa teve como subsídio, principalmente, as fontes orais, tendo em vista a inexistência de documentação escrita sobre as práticas desenvolvidas pelas “rezadeiras” no distrito de Taparuaba, tais como orações ou outras referências.

Acreditamos que este capítulo venha contribuir para o registro da cultura popular do distrito de Taparuaba, visto que a comunidade dispõe de pouquíssimos documentos escritos sobre a história local, resumindo-se à produção feita por memorialistas. Assim, esperamos contribuir para que outros pesquisadores possam ressaltar os fatos que dizem respeito à construção histórica dessa localidade.

## A HISTÓRIA ORAL COMO FONTE DE PESQUISA

A oralidade é uma fonte histórica muito antiga, mas só recentemente passou a ser utilizada como fonte oficial na pesquisa e produção de trabalhos científicos, abrindo novas perspectivas de estudos na historiografia contemporânea.

Trabalhar com oralidade é um desafio, levando em conta a pouca credibilidade de alguns historiadores e pesquisadores de outras áreas em relação à sua eficiência como fonte histórica. Todavia, o uso da fonte oral propiciou a construção de uma história do cotidiano, contada por pessoas comuns. Como ressalta Thompson:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo [...] traz a história para dentro da comunidade [...] propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história (THOMPSON, 1998, p. 44).

A partir dos horizontes da história oral é possível construirmos novas abordagens históricas, ressaltando sujeitos até então desconhecidos e ocultos dos acontecimentos, mas que podem contribuir na construção de uma história que mostre outras versões, com a participação de pessoas que também fazem parte dessa história.

Alessandro Portelli destaca que:

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados. Isso não implica que a história oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas (PORTELLI, 1997, p. 31).

A história oral permite que tenhamos conhecimento de aspectos referentes aos significados dos eventos, sem limitarmo-nos especificamente ao seu contexto geral, possibilitando o acesso a informações sobre a vivência e experiência do cotidiano das pessoas que são excluídas de participação.

Mesmo consideradas pouco confiáveis por alguns estudiosos, as fontes orais, no entanto, possibilitam o registro histórico das comunidades que não dispõem de documentos escritos que possam ser consultados, sendo, pois, deslocadas do eixo historiográfico, como se não fizessem parte da história da humanidade. Nesse contexto, a história oral vem dar voz e vez àqueles povos que permanecem mudos na documentação escrita da nossa história.

Essa abordagem, em que se ressaltam versões históricas vivenciadas pelas minorias, só foi possível com o surgimento da chamada História Nova, iniciada pela Escola dos Annales:

A escola dos Annales a partir de 1970 tornou-se reconhecida e prestigiada internacionalmente através de estudos que só contribuíram para o desempenho da História Social, já que tais estudos propunham a inclusão de uma política que envolvesse tudo que fosse referente ao ser humano, estavam voltados para o lado social e classes marginalizadas, as renegadas pela pesquisa científica histórica, interesses estes que se constituíam como objeto de estudos voltados apenas à sociologia ou antropologia (CUNHA, 2009, p. 12).

Essa nova forma de produção histórica contribuiu para uma mudança no imaginário social do Ocidente, assumindo o compromisso de pesquisar e destacar personagens até então excluídos do contexto histórico social. A partir de pesquisas regionais e locais reinterpretam-se fatos, reconstruindo valores e desconstruindo discursos estabelecidos pela história universal.

## O IMAGINÁRIO RELIGIOSO EUROPEU NA ÉPOCA DA COLONIZAÇÃO DO BRASIL

Para entendermos melhor o contexto das práticas de curas populares, é importante direcionarmos um olhar sobre os elementos históricos que contribuíram para a formação da religiosidade diversificada e peculiar do Brasil, conhecendo aspectos do imaginário religioso europeu no período da colonização, para melhor fundamentarmos e contextualizarmos as especificidades da religião popular que se configurou nas primeiras experiências religiosas na colônia.

A visão europeia em relação às terras americanas baseava-se nas narrativas de exploradores medievais que realizaram viagens entre os séculos XIII e XIV, passando pela Ásia e região do Índico, associando fantasia e realidade aos seus escritos, numa época em que ouvir tinha maior significado do que ver, enxergava-se primeiro o que se ouvia dizer. Os europeus buscavam no decorrer de suas viagens a confirmação do que ouviam nas narrativas. Segundo Jabotão:

[...] o descobrimento do Brasil desvendou aos portugueses a natureza paradisíaca que tantos outros aproximaram do Paraíso Terrestre: buscavam, assim, no acervo imaginário, os elementos de identificação da nova terra. Associar a fertilidade, a vegetação luxuriante, a amenidade do clima às descrições tradicionais do Paraíso Terrestre tornava mais próxima e familiar para os europeus a terra tão distante e desconhecida. A presença divina fazia-se sentir também na natureza; esta, elevada à esfera divina, mais uma vez reiterava a presença de Deus no universo (apud SOUZA, 1986, p. 29).

A busca do Paraíso descrito nos relatos dos viajantes rondava o imaginário dos colonizadores, que mesmo aterrorizados com a suposta existência de monstros no além-mar tornaram a aventura marítima uma realidade, e a travessia oceânica levou o colonizador ao encontro de novas terras, fortalecendo o empreendimento de buscar novas fontes para suprir o



mercado. A partir de então, o ato de ouvir se aliou ao ato de ver, confrontando realidade e fantasia, agora com a visão do próprio colonizador, mas com uma concepção enraizada pelo imaginário construído anteriormente.

A ideia de reciprocidade entre a Providência divina e a descoberta de riquezas pelo colonizador também está presente nesse imaginário, fortalecida na ação deste último em conseguir trazer o maior número possível de adeptos à fé cristã, para que as almas perdidas fossem salvas, adquirindo como recompensa o acesso à descoberta de minas de metais preciosos. Assim sendo,

Cabia ao colono descobrir riquezas na terra e ainda enriquecer os céus, convertendo almas [...] os bons cuidados da Providência, propiciando o achado de prata e ouro, deveriam ser pagos com almas; por outro lado, quanto mais almas se enviassem aos céus, melhores seriam as disposições do Criador para com os colonos (SOUZA, 1986, p. 34).

Dessa forma, havia uma espécie de “trato” entre o colono e a Providência divina, o que tornava ainda mais forte o imaginário sobre a concepção de que Deus havia propiciado aos europeus, em especial aos portugueses, a primazia de encontrar essa terra desolada, para então transforma-la num lugar próspero, descobrindo riquezas naturais e conduzindo as almas pagãs à evangelização cristã. No que afirma o frade Jaboatão, referindo-se ao descobrimento do Brasil como acontecimento sobrenatural:

Por muitos anos Deus mantivera oculta a existência desta dilatada região, desvendando-a por fim aos olhos dos homens e permitindo que deste tesouro colhesse o Céu ‘multiplicado lucros’. Prodigioso não é apenas o que ocorre de forma sobrenatural e milagrosa, mas também ‘o que naturalmente acontece fora da ordem comum das coisas’, tal como se deu no descobrimento do Brasil, por isso miraculoso e sobrenatural (apud SOUZA, Op. cit., p. 29).

Assim, a ação divina havia propiciado o encontro do colonizador com aqueles povos concebidos como criaturas demoníacas, que não se pareciam com as populações do Velho Mundo, e desenvolviam práticas culturais que mais se associavam às práticas de bruxos e feiticeiros, sendo, pois, essa terra a moradia do próprio demônio. Necessitava, para tanto, proporcionar o encaminhamento dessas populações na vida cristã.

O imaginário sobre a religiosidade dos povos ameríndios estava amplamente subordinado às concepções construídas em torno das manifestações da cultura popular europeia, tendo por base as práticas desenvolvidas, principalmente pelos artesãos e camponeses, envolvendo “rituais de fertilidade, preparo de porções amorosas, uso de orações e ervas, na hora do parto ou para a cura de doenças familiares” (LOYOLA, 1987).

A história da cultura das classes populares foi, inicialmente, colocada em segundo plano, tendo em vista que os interesses políticos e econômicos que estavam em jogo restringiam-se apenas aos anseios de uma minoria que se encontrava no poder, dessa forma, os olhares estavam direcionados apenas para o que essa elite considerava importante, sendo ela quem apontava os rumos a serem tomados na sociedade europeia da época.

Entretanto, a massa popular acabou ganhando espaço e o reconhecimento de sua participação na construção da história da humanidade, ressaltando ainda que a chamada cultura erudita não seria possível sem a cultura popular, e ambas estavam interligadas, complementando-se mutuamente. Ginzburg resalta o caráter dessa chamada “cultura primitiva”:

[...] o emprego do termo ‘cultura’ para definir o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas num certo período histórico é relativamente tardio e foi emprestado da antropologia cultural. Só através

do conceito de ‘cultura primitiva’ é que se chegou de fato a conhecer que aqueles indivíduos outrora definidos de forma paternalista como ‘camadas inferiores dos povos civilizados’ possuíam cultura (GINZBURG, 1987, p. 16).

Peter Burke (1989, p. 25) diz que “cultura” é uma palavra detentora de vários significados, sendo, pois, imprecisa, mas define-a como “um sistema de significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas (...) em que eles são expressos ou encarnados”. Nesse sentido, a cultura é um produto da construção do cotidiano de um povo, que se forma a partir das necessidades que surgem no grupo social, expressos na forma de ser, falar e agir dos respectivos indivíduos.

Os traços culturais que herdamos de nossos antepassados são, sem dúvida alguma, essenciais para a nossa vivência, pois muitos hábitos que carregamos conosco, sejam passados pelos nossos pais, avós ou outros membros do nosso convívio, ajudam-nos a entender melhor a nossa história, contribuindo para que possamos analisar e compreender determinadas formas, gestos, atitudes e todo um universo de crenças e rituais característicos de nossa cultura.

O caráter da religião vivenciada pela cultura popular não condizia com os propósitos estabelecidos pelo culto vigente, havendo, pois, muitas cobranças para que a população se encaminhasse na fé cristã:

Viver nos séculos XVI e XVII significava ter algumas crenças firmes e absolutas. Aquele que nascesse na Igreja católica acreditava que a graça que lhe fora concedida por Deus venceria o pecado e lhe daria a salvação eterna. O luterano se sentia justificado pela fé, o calvinista acreditava na predestinação divina, o judeu confiava na força de suas leis e na justiça. Impossível viver sem religião. A apostasia não era admitida e a heresia era condenada por todas as religiões (DEL PRIORE, 1995, p. 20).

Desta forma, muitas pessoas não só eram suspeitas de não exercerem a fé, mas também vítimas de perseguições e, com o apoio do Santo Ofício e do Tribunal da Inquisição, em Portugal, julgadas e punidas com castigos físicos, desolamento nas prisões e até mesmo a condenação máxima de serem queimadas na fogueira em praça pública, neste último caso, eram indicados aqueles que feriam os dogmas da Igreja católica.

O brilhante século XVI viu o surgimento do Antigo Sistema Colonial, das Reformas religiosas, de Estados Modernos já francamente consolidados, de uma produção artística e intelectual impressionante, mas viu também o estabelecimento das Inquisições ibéricas [...] o horror das guerras de religião, o incremento da história inacreditável que foi a caça às bruxas (SOUZA, 1995, p. 6).

No rol desses condenados, estavam as pessoas que desenvolviam práticas de curas com ervas medicinais, através de orações e que realizavam rituais onde se invocavam divindades, cultuavam-se os mortos e utilizavam instrumentos sonoros e danças específicas de cada ritual, sendo estes rituais associados ao *sabá* – uma espécie de assembleia, numa clareira, que reunia homens e mulheres de diversas condições sociais, com músicas e danças, além de comidas extravagantes, em reverência ao demônio, que presidia a reunião e assumia ora a forma humana ora a forma animal, sendo a celebração da sexualidade sem limites, com a entrega de homens e mulheres ao demônio – incluindo-se também aqueles que vivenciavam formas diferentes dos ensinamentos cristãos, além dos que não tinham cultos religiosos específicos, eram ateus ou vivenciavam mais de uma forma de religiosidade.

As manifestações de religiosidade popular estiveram presentes desde o início da colonização, marcadas pela presença de elementos culturais das religiões indígenas, negras e do cristianismo europeu, além das contribuições de outros povos, como os judeus, ou cristãos novos, e muitos

outros que, ao passarem ou fixarem morada no território, também deixaram um importante legado religioso, formando a característica polissêmica da cultura religiosa brasileira. Como verificamos em Del Priore:

[...] os rituais religiosos no Brasil são polissêmicos, isto é, possuem vários sentidos. Eles comunicam mensagens relacionadas com o sobrenatural, mas também com o econômico, o social, o lúdico, o étnico, com a identidade cultural de todo fiel e, finalmente, com todo o sistema cultural (DEL PRIORE, 1995, p. 5).

As práticas e os sentimentos religiosos dos habitantes do Brasil colônia não se constituíam em simples tradições passadas de pai para filho, mas sim, um conjunto de práticas que tomaram forma no dia-a-dia, a cada instante de suas vidas, no agir, no falar, no pensar, no ambiente onde viviam, seja na família ou na participação social e política. A partir de suas experiências e atitudes, construía uma realidade simbólica norteadas de significados, onde associavam elementos especificamente religiosos, mas com o caráter peculiar de suas culturas.

As várias formas de adivinhar o futuro, descobrir objetos perdidos, curar doenças e feitiços, recuperar animais para a economia de subsistência, procurar ter controle sobre a lide marinha faziam com que as práticas mágicas e a feitiçaria tivessem muita importância na vida cotidiana da colônia, procurando tornar menos ásperas e ameaçadoras as agruras ligadas ao universo material. Garantindo o dia-a-dia, tentavam ainda resolver situações de conflito, ora acirrando-os, ora atenuando-os (SOUZA, 1995, p. 273).

As dificuldades vivenciadas no dia-a-dia da colônia contribuía para que essas práticas compreendidas como feitiçarias, envolvendo elementos e rituais específicos, fossem tomando consistência e servindo como forma de aliviar as situações adversas que surgiam, buscando garantir novas formas de sobrevivência.

A singularidade das crenças e rituais católicos, indígenas, negros, judaicos e de outros povos constituíam um sincretismo religioso que marcava as manifestações de religiosidade popular na colônia, e são responsáveis pela propagação e existência ainda hoje dessa diversidade de cultos e práticas religiosas por todo o país.

## **AS CURAS POPULARES NO DISTRITO DE TAPERUABA**

A maioria da população possui tradição católica apostólica romana, entretanto, existem também representantes de outras igrejas como Assembleia de Deus, Igreja Universal e Testemunhas de Jeová, sendo estes em número mais reduzido, mas atuantes na comunidade.

Uma das expressões mais fortes que percebemos no caráter religioso da comunidade católica de Taperuaba é o momento em que são realizados os festejos da padroeira Nossa Senhora do Carmo. A devoção pela santa teve início com os primeiros moradores da Fazenda Santa Maria, hoje Taperuaba<sup>1</sup>, de propriedade da senhora Joaquina Mendes Ferreira, que costumava por devoção celebrar todo mês de maio, realizando leilões, dos quais as arrecadações de alguns anos foram direcionadas para a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição, no ano de 1912, sendo o terreno doado também por ela.

Por conta da existência de outra capela que tinha como padroeira Nossa Senhora da Conceição, situada na localidade de Juá – hoje pertencente ao município de Irauçuba – a padroeira de Taperuaba passou a ser Nossa Senhora do Carmo, tendo como responsável o Pe. Catão Porfírio Sampaio, na época vigário de Itapajé.

Hoje, a festa de Nossa Senhora do Carmo permanece como tradição no mês de julho, atraindo grande número de pessoas tanto da região quanto de outros municípios, além de pessoas naturais no distrito e que residem

---

1 As informações sobre o distrito de Taperuaba foram colhidas no livro “Celeiro de  
**100** | Taperuaba em Perspectiva

em outros estados, as quais sempre que podem vêm visitar o lugar nesse período, por conta dos respectivos festejos.

Taparuaba reproduz um clima de interior, onde as pessoas sentam nas calçadas no fim da tarde, mas ao mesmo tempo convive com atividades que denotam a vida corrida da modernidade, em que algumas pessoas seguem um ritmo acelerado, com hora certa para desenvolver suas tarefas no trabalho, seja em casa, seja nas escolas, no comércio ou em outros ambientes nos quais atuam profissionalmente.

A vida aparentemente calma do lugar ganhou mais mobilidade com o asfaltamento da CE-362, que passa no centro do distrito, viabilizando o acesso a localidades como Sobral, Santa Quitéria e Canindé. A esta última, por ocasião dos festejos de São Francisco, dirigem-se muitos devotos, aumentando ainda mais o número de veículos que circulam diariamente no distrito.

A comunidade taparuabense tem na sua formação histórica, ainda não comprovada cientificamente, indícios da presença de povos de origem indígena, visto que em alguns locais próximos encontram-se inscrições rupestres que são associadas à existência daqueles na região, sendo fruto do que ficou no imaginário das populações anteriores e que, pela tradição oral, foram repassadas para seus descendentes. Entretanto, somente com a realização de estudos científicos detalhados poderemos detectar se essas inscrições são realmente de populações indígenas, como se imagina, ou se pertencem a outros povos que estiveram nessa região.

A cultura popular do distrito é percebida na prática do artesanato, com objetos feitos de barro, de palha e, principalmente, do bordado – hoje, na sua maioria, confeccionado em máquinas industriais, existindo ainda Recordações”, do Prof. João de Deus do Nascimento (in memoriam), natural desse distrito, sendo editado pela Editora Henriqueta Galeno de Fortaleza, no ano de 1984. Nesse livro, o autor coloca suas memórias, lembrando os lugares, as pessoas e os principais acontecimentos de sua vida desde a infância, sendo este um importante registro da história local.

algumas pessoas que fazem o trabalho de forma manual – constituindo-se na principal fonte de renda do lugar.

Existem também violeiros, repentistas, poetas populares, rezadeiras/curandeiros, entre outros, que ainda guardam em seus hábitos e costumes, um pouco do que lhes foram repassados por seus pais, tios, avós, e que muito nos ajudam no entendimento da memória histórica do lugar, reconstituindo parte do passado que representa o patrimônio cultural de Taperuaba.

No cotidiano das pessoas do distrito, as práticas de curas populares são uma tradição, e representam uma expressão da fé, servindo também como aliadas no combate a determinadas doenças que são tidas como exteriores à competência médica acadêmica, sendo, pois, através dos rezadores que muitas pessoas da comunidade encontram o auxílio para suas aflições.

Além de pessoas que realizam curas com o uso de orações e ervas medicinais, Taperuaba tem em sua história algumas pessoas que prestaram serviços de assistência à saúde, realizando trabalhos de suturas, sarjas, aplicações de injeções, de soros, e muitos outros procedimentos que ajudavam a comunidade nos momentos em que surgiam certas urgências, sendo que esses “cirurgiões populares” dispunham de pouco material, bem como de poucos equipamentos para a realização desses atendimentos. No entanto, prestaram seus serviços à população taperuabense e ainda de regiões vizinhas.

As práticas populares de cura, desenvolvidas por rezadeiras/benedeiras/curandeiros, estão ligadas à tradição católica ou, mais precisamente, ao catolicismo popular, sofrendo uma influência de elementos da cultura religiosa ameríndia, africana e europeia cristã, sendo que as pessoas que desenvolvem esse ofício identificam-se como agentes de cura,



e não como agentes de alguma religião, estando, pois, fundamentados na religiosidade popular constituída ainda na Colônia brasileira.

Para compreendermos melhor as emoções envolvidas nas manifestações de fé e devoção popular é interessante que façamos uma abordagem em torno das concepções do significado de religiosidade popular.

Assim, não há uma definição unânime entre os estudiosos do tema, variando desde o entendimento de que a religiosidade popular é uma manifestação exclusiva das classes subalternas, bem como a interpretação de que esta não depende de classe social para se manifestar.

Entretanto, em relação ao catolicismo popular, as manifestações de religiosidade popular se apresentam como oposições, tendo em vista que estas compreendem diversas práticas de diversos cultos.

Isnard de Albuquerque afirma que: “Sejam as práticas de catolicismo oficial, sejam as manifestações de religiosidade popular, ambas se sustentam em alicerce comum: a noção do sagrado” (CÂMARA NETO, 1997, s/p). Dessa forma, cada uma busca à sua maneira realizar os ritos que mais se incorporem às suas crenças e anseios.

Os agentes de cura popular constituem um grupo que representa a junção do saber da medicina popular com a religião popular. No caso das benzedeiras, na maioria são,

[...] mulheres idosas, casadas ou viúvas, analfabetas, migrantes rurais, e geralmente apresentam seu trabalho de benção através de uma religião, embora não sejam beatas no sentido mais rigoroso do conceito. Elas são praticantes de uma religião, e membros de uma Igreja, mas realizam a sua prática de benzimento por sua conta, fora das esferas e quadros coletivos de seu grupo de fé (OLIVEIRA, 1983, p. 81).

A medicina popular realizada pelas benzedeadas constitui-se numa forma de produzir saúde agregando a sabedoria das plantas medicinais com os segredos da religião, resultando num conhecimento empírico que se caracteriza como uma ciência do povo, sendo esta praticada pelos agentes através de ritos e bênçãos.

Este benzimento se constitui numa forma de proteção aos homens, que nas suas relações concretas deparam-se com doenças, angústias, desencontros, incertezas, aflições, ou seja, conflitos nas relações homem-homem e homem-deuses, e também na quebra de harmonia da relação homem-organismo (OLIVEIRA, Op. Cit., p. 82).

Diante de seus conflitos materiais ou espirituais, muitas pessoas buscam ajuda nessas práticas, encontrando aí uma espécie de suporte que lhes dá certo equilíbrio em meio às situações adversas da vida humana.

Sendo conhecidos e difundidos por todo o Brasil, os benzimentos, bênçãos ou rezas tiveram suas bases no conhecimento a partir do contato com os indígenas, através dos pajés, e, posteriormente, com os africanos, além da contribuição da cristandade europeia, sendo que a sua utilização como mecanismo de cura efetivou-se com os primeiros mestiços.

Além dessa característica de médica popular e rezadeira, também atuam como conselheiras, em que executam seu trabalho junto a um público que busca resolver seus mais variados problemas, e que circula pelo campo do sagrado e do secular, sendo nesse contexto a atuação do trabalho de bênçãos e curas dessas agentes.

Os curandeiros são assim chamados por acrescentarem a seus poderes de cura o uso de plantas medicinais, sendo que as benzedeadas, em sua maioria, também são conhecedoras das atribuições de algumas ervas, ministrando-as quando necessário. Os grandes curandeiros do Brasil

foram os negros africanos, índios e mestiços, por serem estes exímios conhecedores das plantas medicinais, além dos rituais próprios de sua cultura, associados ao legado da medicina popular europeia.

O uso de ervas medicinais e de orações nos procedimentos de cura, realizados pelas rezadeiras/curandeiros, consolidou-se inicialmente com intuito de ajudar familiares ou vizinhos nos momentos de doença, visto que, nos primórdios do Brasil, muitas pessoas não dispunham do auxílio de médicos especializados, tendo que recorrer aos saberes desses agentes informais, o que é percebido ainda hoje, como resultado da persistência de elementos oriundos dessa diversidade de práticas religiosas que fazem parte da cultura popular brasileira.

Sendo estas pessoas bem próximas do convívio na comunidade, possibilitavam o entendimento da descrição que os pacientes fazem de suas doenças, esclarecendo as dúvidas e as aflições dos doentes, obtendo, pois, um certo reconhecimento por parte da população onde vivem.

Os curadores/rezadores são percebidos como aqueles que exercem suas práticas por solidariedade humana, não recebendo nenhum dinheiro pelos seus préstimos. Em alguns casos, pessoas que se dizem curadas, retribuem com mantimentos ou outros utensílios, apenas como forma de reconhecimento a esses praticantes.

Dentro dessas práticas específicas, são realizadas curas envolvendo procedimentos difíceis de serem compreendidos, em que se faz uso de orações, objetos e muitos outros artifícios que têm por finalidade restituir a saúde física e espiritual, visando à proteção contra os males sobrenaturais.

As práticas populares de cura, realizadas por pessoas comuns, não reconhecidas pela medicina oficial, e muitas vezes são vistas como

uma espécie de sobrevivência de tradições culturais constituídas em uma época passada, ou ainda, como práticas específicas de regiões rurais e comunidades isoladas, que não dispõem de serviços médicos profissionais.

Todavia, as curas populares não estão limitadas às regiões rurais ou isoladas, sendo também bastante praticadas no meio urbano, constituindo-se numa alternativa à medicina acadêmica, ressaltado pelo caráter da fé que as pessoas depositam nessas práticas, como subsídio para encontrar a cura dos problemas que circundam a vida humana, seja de ordem física ou espiritual.

No entanto, difunde-se com mais vigor nas áreas rurais, mesmo com o avanço tecnológico e a abrangência da medicina científica nesses meios, devendo-se ainda ao fato de muitos não buscarem tratamento nos postos de saúde, ou, por outro lado, quando buscam e não conseguem alcançar o resultado desejado para os problemas que afligem suas vidas, reconhecendo nessas práticas o caminho para solucioná-los.

A procura por essas práticas é mais comum em doenças infantis, nos casos de quebranto, “vento caído”, entre outras, os adultos buscam ajuda em casos de doenças de pele, “espíndela caída”, engasgos, torções, dores no corpo, buscando ainda a proteção para a família e para os males que afligem o psicológico e o social.

A procura por esses agentes na comunidade não se restringe às pessoas residentes na localidade, havendo procura significativa de pessoas que moram em outros municípios ou Estados, que vêm buscar nas curas populares a solução dos problemas físicos, psicológicos e sociais.

De acordo com os depoimentos colhidos, as pessoas que exercem o ofício de curar são pessoas comuns, de baixo poder aquisitivo, que não

têm o suficiente para o seu sustento e de suas famílias, mesmo sendo aposentadas. Entretanto, pelo trabalho de cura não recebem nenhum pagamento, pois não exercem essas práticas por dinheiro, e buscam apenas ajudar a quem precisa de conforto e auxílio para seus males.

Ainda sobre os depoimentos constata-se que a iniciação desses agentes no âmbito das curas populares apresenta um aspecto em comum, que é a mediunidade, fator pelo qual, segundo eles, implica na necessidade do desenvolvimento dessas práticas sob pena de ficarem sujeitos a uma vida de perturbação espiritual. Todavia, nenhum dos entrevistados afirmou realizar algum tipo de trabalho que envolva elementos diabólicos, sendo esse tipo de prática abolida severamente por eles.

Sobre o aspecto da mediunidade, pode-se dizer que é característico do ser humano, estando presente em práticas religiosas ou não, sendo percebido no decorrer da história da humanidade e, de acordo com a época, foi tratado de diferentes formas. Embora não se compreendesse muito bem, essa característica era utilizada nas práticas de rituais e no trato do que era considerado sagrado.

Durante muito tempo, principalmente na Idade Média e até recentemente, acreditava-se que a mediunidade era um sintoma associado à loucura, mas pesquisas recentes sobre a mente humana comprovaram que essas práticas são realizadas por pessoas perfeitamente sadias e socialmente ajustadas, existindo perturbações mentais somente nos casos em que há predisposições psíquicas para tal situação, sendo que muitos que se encontravam à beira da loucura puderam sentir alívio na prática da mediunidade. Assim sendo, a mediunidade pode ser definida como: “[...] a faculdade que possibilita o ser humano colocar-se num estado alterado de consciência permitindo-lhe manter comunicação psíquica com seres humanos, no mesmo ou em outros níveis existentes” (FERRAZ, 1998, p. 92).

Desse modo, a mediunidade corresponde à capacidade que o indivíduo tem de transpor sua própria consciência, permitindo-lhe atingir um plano que possibilita a comunicação com seres da mesma espécie ou de origem considerada como sobrenatural, adquirindo aí uma percepção mais aguçada em relação à matéria e ao espírito.

Percebemos melhor essa situação através da experiência dos depoentes que desenvolvem as práticas de cura, sendo estas pessoas que se dizem possuidoras de uma fé e uma devoção muito forte, além da sabedoria adquirida ao longo da vida, cada um com sua forma especial de ser e de realizar suas curas.

Entretanto, alguns deles afirmam haver pessoas na comunidade que não acreditam no conhecimento e na capacidade de curar que eles afirmam possuir. Em muitos casos, são pessoas da própria religião católica, mas também há aqueles que pertencem a outras religiões, e conforme os preceitos de seus cultos, não dispensam credibilidade às referidas práticas.

Esse preconceito adquiriu consistência no período colonial brasileiro, onde aqueles que praticavam essas curas eram vistos como pessoas que exploravam a ignorância popular. Todavia, não podemos deixar de ressaltar que existiram aqueles que se aproveitavam da necessidade do povo, principalmente no interior do país, e realizavam vários tipos de procedimentos aos quais tomavam como próprios de seus conhecimentos, o que se constituía em charlatanismo.

Os diversos aspectos das práticas de curas populares envolvem um misto de fé e devoção a Deus, a Jesus, à Virgem Maria, e a outros santos, tanto por parte dos agentes de cura como dos que buscam ajuda para sanar suas doenças. Nesse contexto, a devoção aos santos, imagens e às relíquias sempre foi muito marcante no imaginário religioso cristão, podendo ser

observada ainda no período colonial brasileiro a existência em muitas casas de um local específico só para reverencia-los, sendo que os colonos tinham uma forte devoção por Maria Santíssima.

No contato com alguns depoentes que desenvolvem o ofício de curar em Tapuruaba, quando em visita às suas residências, observamos em algumas a existência de uma espécie de altar, com imagens de Nossa Senhora e de outros santos, ou ainda molduras com as mesmas imagens, onde fazem suas orações pessoais e suplicam por proteção, tanto para si e os seus familiares, como para quem solicita deles ajuda para alcançar graças.

Essa tradição de destinar um local na casa para a colocação de imagens esteve muito presente no cotidiano da colônia brasileira, em que os católicos mais devotos quando se encontravam distantes das igrejas, preparavam na própria moradia um espaço para fazer suas orações, sendo estas um dever de todo católico.

A casa de moradia é o *locus* privilegiado para o exercício da religiosidade privada dos católicos [...] em muitas casas urbanas do Brasil antigo, conforme fixou a tradição oral, podia-se ver uma cruzinha de madeira pregada à porta da entrada; nas zonas rurais, um mastro, com bandeira de um santo, revela aos visitantes a preferência da devoção familiar. Dentro de casa, uma série de imagens, quadros e amuletos sinalizavam a presença do sagrado no espaço privado do lar (MOTT, 1997, p. 175).

Esse sentimento de devoção é característico da religiosidade popular que se constituiu nos tempos da colônia brasileira, onde as práticas de cura popular estavam diretamente relacionadas às próprias necessidades do cotidiano da população colonial, que buscava respostas concretas para os seus problemas, estando ainda muito próximas da religião vivenciada por eles.

A religiosidade popular na qual se agregam essas práticas de cura, que envolvem medicina popular e religião, é fruto de uma tradição que atravessa tempos e lugares, fortalecendo suas raízes para constituir o patrimônio cultural de um povo. Dessa forma, vem se perpetuando de geração em geração, constituindo-se numa alternativa nos momentos de aflição daqueles que acreditam na existência e força dessas práticas.

No contexto desses ritos de cura, costuma-se usar ramos de planta, com destaque para a vassourinha, o pião roxo, entre outros, bem como outros objetos, que fazem parte de todo um ritual específico dessas práticas, onde cada um possui seu significado peculiar, inclusive diferenciando-se de pessoa para pessoa.

Os benzimentos, na sua maioria, são feitos com orações oficializadas pela igreja católica, bem como deturpações dessas mesmas orações. Entretanto, alguns praticantes não revelam as orações que utilizam no momento da cura, pois afirmam que, se o fizerem, perderão as forças para continuar curando.

O segredo que envolve o contexto dessas orações, segundo os praticantes, só deve ser repassado para outras pessoas quando se encontrarem no leito de morte, sem condições de continuar curando, ocorrendo dessa forma a perpetuação das orações e práticas.

Os aspectos que permeiam o contexto dessas práticas de curas são ricos em detalhes e significados, com símbolos, gestos, sentimentos e emoções. O sentimento de fé na oração que vai resolver os problemas de saúde física, mental ou social é percebido não apenas por quem pratica o ritual de cura, mas também pelas pessoas que buscam sanar seus males.

O poder de cura das orações ganha força, proporcionando um



sentimento de satisfação por parte dos curadores em estar ajudando a quem precisa, como também dos que buscam a cura, por acreditarem que através desses agentes, Deus está providenciando a resolução de seus problemas.

A fé que leva muitas pessoas a buscarem auxílio nessas práticas é percebida como um sentimento que transcende a matéria, como algo que não se consegue determinar, mas que está presente no momento em que acontece o rito de cura, materializando-se na força positiva de que a solução dos problemas será providenciada por Deus.

O conhecimento popular sobre as formas de proceder junto às doenças que afetavam a sociedade, mediante o uso de ervas e procedimentos de curas religiosas, ganhou espaço e a confiança das pessoas, mesmo com a afirmação da medicina científica. E em muitos casos, até mesmo as pessoas de alto poder aquisitivo, que dispunham de condições de tratar-se com médicos, buscavam na sabedoria popular a cura para suas doenças.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os aspectos que envolvem as práticas de curas populares são diversos e norteados de detalhes significativos, onde cada palavra, expressão ou sentimento caracteriza-se de forma diferente, sendo também percebida de forma variada por cada pessoa, embora se observe que a tradição mantenha vivas algumas concepções nesse âmbito.

Assim, observamos que na compreensão dos rezadores, bem como daqueles que buscam essas práticas, o poder de cura é atribuição divina, sendo que as pessoas que se dedicam ao ofício de curar pela oração recebem de Deus o dom para realizar essa graça, como recompensa por isso, ganham o reconhecimento por parte de quem acredita que eles são capazes de intermediar a cura de seus males.

A busca por esses meios para resolver situações físicas ou espirituais continua muito evidente no dia-a-dia da comunidade taperuabense, demonstrando que existe por parte de algumas pessoas uma continuidade na tradição que nossos antepassados preservaram e hoje ainda persiste, sendo ponto de apoio da própria medicina acadêmica local, que mesmo não mantendo um contato direto com os rezadores, procura estabelecer um vínculo, incentivando a procura pela Unidade de Saúde e também a continuação da cura junto aos rezadores.

As experiências relatadas pelos depoentes são muito ricas e certamente necessitam ser mais bem aprofundadas ou mesmo reinterpretadas, bem como exemplificadas com outros depoimentos como forma de tentar conhecer mais e ampliar o contexto dessas práticas, resultando numa pesquisa mais detalhada.

A produção de trabalhos que agregam aspectos do cotidiano das pessoas comuns só é possível porque hoje existe uma abertura para a realização de pesquisas que ressaltam histórias em um contexto mais específico, sem, no entanto, se desvincular do contexto geral dos acontecimentos.

A história dos acontecimentos do cotidiano não pode ser conduzida de forma separada de outros acontecimentos maiores, entretanto, não devemos excluir “pequenos acontecimentos”, pois, a partir deles é possível conseguir compreender outros que se apresentam incompreensíveis para o historiador.

Mesmo com todos os dados colhidos e o embasamento teórico utilizado na realização da pesquisa, consideramos que ela não se conclui aqui, mas é apenas o ponto de partida para a construção de novas abordagens, bem como de ampliação do próprio contexto.

## REFERÊNCIAS

BURKE, P. **Cultura popular na idade moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 25.

CÂMARA NETO, I. A. **Diálogos sobre religiosidade popular** – Departamento de Ciências Sociais e Letras – Universidade de Taubaté, São Paulo.

CUNHA, R. C. S. **A Escola dos annales e a reinterpretação de fatos históricos**. Dissertação de Mestrado em História Regional e Local – UNEB. Disponível em: [http://www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/anais/rejane\\_cristina\\_santana\\_cunha.pdf](http://www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/anais/rejane_cristina_santana_cunha.pdf). Acesso em: 21 jun. 2013.

DEL PRIORE, M. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. São Paulo: Ática, 1995, p. 9.

FERRAZ, A. M. **Conhecendo o espiritismo**. Salvador: Fundação Lar Harmonia, 1998, p. 79-92. Disponível em: <[http://www.panoramaespirita.com.Br/livros\\_espiritas/livros/conhecendo.pdf](http://www.panoramaespirita.com.Br/livros_espiritas/livros/conhecendo.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2013.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LOYOLA, M. A. Medicina popular: rezas e curas de corpo e alma. **Revista Ciência Hoje**, v. 6, n. 35, p.34-43, 1987.

MOTT, L. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: **História da vida privada do Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. NOVAIS, F. A. (Coord.); SOUZA, L. M. (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, E. R. A questão da medicina popular na cidade. In: **A vida em meio à morte num país do terceiro mundo**. São Paulo: Edições Paulinas, 1983.

PORTELLI, A. **O que faz a história oral diferente**. São Paulo: Proj. História, 1997.

SOUZA, L. M. **O diabo e a terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, L. M. **Feitiçaria na Europa moderna**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

THOMPSON, P. **A Voz do passado**: história oral. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

## CAPÍTULO 5

# HERANÇA CULTURAL INDÍGENA NO DISTRITO DE TAPERUABA

*Nayara Estevam Ximenes*

### INTRODUÇÃO

O presente capítulo aborda as inscrições rupestres existentes na área de Taparuaba, distrito pertencente ao município de Sobral-CE, do qual é distante 72 km. Pretende-se fazer uma associação entre arte rupestre<sup>1</sup> e cultura indígena, uma vez que o lugar teria abrigado no passado grupos indígenas, como Tremembés, Canindés-Jenipapo e Carirés.<sup>2</sup>

---

1 Refiro-me por arte rupestre ou saber rupestre ao conjunto de símbolos denominados de *grafismos*, *petróglifos*, *inscrições rupestres* e *pinturas rupestres*. As *gravuras rupestres* ou *itacoatiaras* (que no tupi significa “pedras pintadas”), são as inscrições rupestres sem coloração avermelhada. É importante salientar que o termo *inscrição* resulta da técnica donde primeiro raspavam a rocha para depois inserir a tinta, a qual poderia ser oriunda de variadas composições, como sangue, urina, seiva de plantas ou mesmo de óxidos de ferro. Detalhe: esse processo de raspar o suporte não se vê nas *pinturas rupestres*, apenas o ato de pintar os locais que serviam de abrigo. Além desse aspecto, as pinturas rupestres possuíam um tipo de conteúdo mágico que as envolvia, e procuravam retratar basicamente cenas do cotidiano com a maior veracidade possível. Já as inscrições se constituem geralmente em símbolos muitas vezes indecifráveis. As pinturas eram feitas bem no interior das cavernas, enquanto as inscrições normalmente são gravadas na parte externa ou interna de pedras.

2 Informação cedida por João Batista Sousa, professor aposentado do colégio EEFM. Dep. Cesário Barreto Lima o qual é tido pela comunidade de Taparuaba como um profundo conhecedor das inscrições rupestres, devido ao enorme interesse que demonstra em relação a elas e também ao passado indígena da região de Taparuaba, interesse esse que o já fez realizar vários passeios de cunho arqueológico e antropológico aos sítios arqueológicos daquela região. Já visitou inúmeros sítios, como é o caso de: Fazenda Olinda, Miramar, Pedra do Sino, Riacho das Pedras, Riacho dos Urubus, Bilheira, Bom Jesus, Pastos Bons, Serra do Feijão, Oiticica, Santa Maria Velha, e a Pedra do Cemitério dos Índios. E realizou passeios com turmas de estudantes para conhecer alguns desses lugares, sendo que um deles foi filmado e transformado numa espécie de documentário amador intitulado “Vestígios Indígenas”, onde mostra a visita com alunos aos sítios da Olinda, da Pedra do Sino, do Riacho das Pedras, Bilheira, Pedra do Cemitério dos Índios e à fonte de águas termais Olho d’água do Pajé. 57 anos, entrevistado no dia 25-04-2012.

A região de Taperuaba compreende ricos sítios de inscrições rupestres, dentre eles: Fazenda Olinda, Miramar, Pedra do Sino, Bilheira, Oiticica e Serra do Feijão. Existe ainda o cemitério indígena denominado “Pedra do Cemitério dos Índios”, situado na Fazenda Corrente, localizada na serra de mesmo nome, a qual fica na divisa entre o município de Santa Quitéria e o distrito de Taperuaba. Lá, em vez de inscrições foram encontrados fragmentos de ossos – provavelmente humanos<sup>3</sup> – e de utensílios de cerâmica, como tachos para cozinhar, dentre outros objetos materiais.

A pesquisa pretende, assim, tornar visível ao conhecimento histórico o imaginário que envolve essas descobertas arqueológicas, mostrando que por detrás de cada símbolo e de cada objeto encontrado há uma história, há toda uma contextualização que explica o porquê de uma determinada inscrição ser localizada em tal lugar e não em outro.

Necessário se fez o diálogo com a ciência arqueológica e a antropológica acerca das manifestações rupestres e das populações indígenas a partir do aspecto cultural, destacando a contribuição que ambas trazem à História, sobretudo à historiografia cearense, devido às lacunas que a ela apresenta sobre esse tema.

O recurso da História Oral (entrevistas) também é fundamental, pois a partir dos depoimentos orais, teremos uma noção da concepção dos leigos acerca do que exprimem para eles aquela simbologia, intercalando os diferentes pontos de vista e impressões que essas inscrições causam em cada um.

Procurar-se-á partir da História da Arte pré-colombiana para o estudo dessa simbologia e sua possível relação com a cultura de grupos indígenas, e explanar sobre a presença indígena em Taperuaba. Para isso, o testemunho oral será a principal fonte de informação, considerando as carências que a historiografia cearense também apresenta nesse assunto.

---

<sup>3</sup> Esse dado ainda não foi comprovado.

## INSCRIÇÕES RUPESTRES E INDÍGENAS: UM DISCURSO EM FALTA NA HISTORIOGRAFIA CEARENSE

O ser humano, direta ou indiretamente, transmitiu ao longo da História formas e manifestações que fizeram perdurar aquilo que havia aprendido enquanto ser cultural e social. Podemos destacar como uma dessas formas e manifestações os vários vestígios rupestres espalhados por todo o mundo, os quais instigam a curiosidade de alguns leigos e estudiosos em pelo menos saber a sua origem.

O território brasileiro está entre os diversos lugares do mundo que abarcam esse saber rupestre. E mais precisamente no Estado do Ceará, encontramos várias áreas responsáveis por abrigar uma grande quantidade desses símbolos.

A efeito de curiosidade, em Taperuaba, os lugares onde se encontram esses símbolos são conhecidos pela denominação “pedra do índio”, uma vez que são atribuídos pelo imaginário popular a um aspecto cultural dos indígenas que habitaram a região, a exemplo do que disse em uma entrevista o professor de geografia Antônio Pereira Alves. Ele afirma que: “[...] os moradores dizem que em tal lugar você tem uma pedra marcada pelo índio” (ALVES, 2012, s/p). Por isso designam como *letreiros* as inscrições rupestres, visto que alguns desenhos lembram as letras do alfabeto.

Partindo dessa questão, foi despertado o interesse em relacionar inscrição rupestre e cultura indígena. Afinal, do mesmo modo que entre ambas possa não haver relação alguma ou não serem de uma mesma origem, pode haver indícios que atestem sim a associação de uma e outra. Mas se essa associação for verdadeira, como saber se ela advém não só de uma, mas de várias culturas indígenas? E se tiverem sido os indígenas seus verdadeiros criadores, quais dentre os grupos que habitaram a região de Taperuaba no passado provinham?

Algumas obras que abordam sobre indígenas em território cearense são de fundamental importância nessa pesquisa, sobretudo para termos uma noção de como se deu sua presença aqui. Ainda assim, elas deixam a desejar no tocante a sua cultura, o que nos impede de conhecer um universo de informações que poderiam contribuir de forma significativa para este estudo.

Por exemplo, em obras como *Os aborígenes do Ceará*, de Studart Filho, e *Índios do Ceará & Topônimos Indígenas*, de Batista Aragão, vemos de forma geral informações sobre os primeiros grupos indígenas que existiram no Estado do Ceará. Sua formação, as áreas de maior povoamento, guerras entre tribos, processos de catequização, além de conflitos com o colonizador europeu que resultaram no seu aprisionamento e extermínio. Porém, não faz referência à ocupação indígena em localidades pequenas, como é o caso do distrito de Taparuaba, devido ao pouco conhecimento que se tem sobre localidades menores.

Por essa razão, acabamos partindo para a análise de obras escritas por autores de nossa região. É o caso, por exemplo, do Monsenhor Fortunato Alves Linhares<sup>4</sup>. Em sua obra *Notas Históricas da Cidade de Sobral (1712-1922)*, Monsenhor Linhares apresenta alguns eventos que marcaram a história da cidade de Sobral no seu início, dentre eles a época em que a região era habitada por grupos indígenas, entre os quais: “Potiguaras, Tabajaras, Tarariús, Arariús ou Acriús, existiam em Caiçara, Meruoca, Jaibaras e mais sertões adjacentes; os Acriús foram aldeados no Riacho Guimarães e os Tremembés em Almofala” (LINHARES; ALVES, 1945, p. 59).

---

<sup>4</sup> Religioso que já atuou por três vezes em Taparuaba quando vigário encarregado da Paróquia de Santo Antonio do Aracatiagu quando esta correspondia à Diocese de Fortaleza, de 18 de junho de 1894 a 11 de março de 1905; de 04 de junho de 1922 a 16 de setembro de 1922; e de 15 de abril de 1928 a 08 de novembro de 1935.



## A CONTRIBUIÇÃO ARQUEOLÓGICA NO ESTUDO DAS INSCRIÇÕES RUPESTRES

O estudo das inscrições rupestres no Estado do Ceará teve seu início por volta do século XVII, baseado em descobertas realizadas por missionários, viajantes e aventureiros (VIANA; LUNA, 2002, p. 236). Contudo, não se tratava de achados com intuítos arqueológicos (MARQUES, 2009, p. 17). Depois, com o advento republicano, “entre os muitos excluídos que a República criou, um grupo esteve sistematicamente distante das políticas e propostas dos governantes republicanos: os ameríndios e indígenas de uma maneira geral” (SCHUARCZ, 2012, p. 39).

De fato, o extermínio de grupos indígenas foi algo presente em quase todo o país, e autores cearenses como Carlos Studart Filho, Raimundo Batista Aragão e Monsenhor Fortunato Alves Linhares discutiram em suas obras esse processo no Estado do Ceará. O extermínio dos detentores de uma cultura. Haveria sido isso o que ocorreu com os indígenas que habitaram Taperuaba no passado? As inscrições rupestres podem mostrar que não, se essas forem realmente resquícios da sua cultura.

Um estudo pré-científico na área da Arqueologia se deu por iniciativa de João Batista Sousa, este foi movido pela curiosidade em saber quem havia concebido aquelas inscrições. Segundo o seu relato:

[...] quando foi pelo ano de 1982 eu comecei a atividade docente em Taperuaba, eu trabalhei com Educação Artística e comecei a me interessar pela arte de nossa região, e no rumo desse contexto das artes, moradores mais antigos foram me dizendo que tinha pinturas rupestres na região, e a gente começou a visitá-las com dificuldade porque eles não sabiam mais direito o local, e a gente foi associando uma entrevista com outra, fomos descobrindo... Até elaborarmos um mapa, e a partir desse mapa foi estendendo cada vez mais. [...]. Esse mapa ele é aberto, a gente pode descobrir elementos novos e ir colocando nele, e essas pinturas que constam no mapa estão razoavelmente preservadas. A gente tem o cuidado de periodicamente visitá-las [...]. (SOUSA, 2013, s/p).



arqueológicos de nossa região, e o Museu Dom José, antigo Museu Diocesano, fundado em 29 de março de 1951 e oficialmente inaugurado no dia 10 de março de 1971.

No que diz respeito ao rico acervo arqueológico na área de Taparuaba e de regiões circunvizinhas, é incentivada a preservação das inscrições por parte de pesquisadores, principalmente da área da Arqueologia e Geologia, através de estudos realizados. Aliás, boa parte dos sítios arqueológicos de Taparuaba já foi catalogada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) do Ceará, sendo que muitos estão localizados em terrenos particulares, como é o caso dos sítios da Fazenda Olinda, Fazenda Miramar e da Pedra do Sino, que ficam em propriedade privada.

Embora nem sempre haja esse cuidado e valorização por parte de quem visita os sítios, o professor Antonio Pereira Alves defende que no sítio rupestre da Fazenda Olinda vem a ser diferente devido à conscientização de sua proprietária. Ele diz:

No caso particular do sítio da Olinda eu creio que sim. É uma pessoa instruída, gosta muito da propriedade e de todo aquele relevo. Inclusive ela disse que já tinha recebido algumas propostas de venda. Mas se mostrou uma pessoa altamente consciente e valorizadora daqueles vestígios. Então, a gente fica mais tranquilo por isso. Ela colocou inclusive um portão na entrada, ela colocou um cartaz. Então já mostra uma certa precaução, não só por prevenir de estranhos, mas também porque pessoas vão e depredam. [...] (ALVES, 2012, s/p).

## **INDÍGENAS EM TAPERUABA: O QUE DIZ A ORALIDADE?**

A História Oral permite ao pesquisador outro olhar diante de seu objeto de estudo, o olhar do leigo e não do especialista, possibilitando a comunicação entre as duas visões. A oralidade se constitui numa rica fonte de informação por isso. Nesse contexto, vejamos que informou o professor João Batista Sousa. Segundo ele:

[...] a gente tem conhecimento através de livros publicados pelo Padre Francisco Sadoc, pelo Padre Lira, e pelo Gustavo Barroso, que foi o primeiro pesquisador indígena do Ceará, e que essa nossa região aqui, que é uma região é.... Como se fosse um planalto onde nascem três bacias hidrográficas, a gente também tinha a presença de três tribos diferentes: a tribo das Canindés-Jenipapo, que habitavam essas serranias até mais ou menos a Pedra das Andorinhas. Era um marco para eles.... Um limite para eles, a pedra que eles consideravam muito importante, uma divindade para eles. Já para o lado norte nós temos a nascente do Rio Aracatiaçu, onde tinha a presença de índios Tremembés, e também nós tínhamos a presença dos índios Carirés ou Carirús e que habitavam o Rio Acaraú, e aqui tem um braço desse rio, que é o Rio Groaíras. Então, essas três tribos andavam por essa região, viviam e até que.... Essas pinturas.... Esses sinais tenham sido dos antecessores deles, não é? (SOUSA, 2013, s/p).

É interessante a observação que ele faz com relação a um monólito bastante conhecido na região de Taparuaba, denominado “Pedra das Andorinhas”, localizado a menos de dez quilômetros da sede do distrito, e aos índios do grupo Canindés-Jenipapos, os quais possivelmente teriam habitado as serranias da região, e uma dessas teria sido exatamente o Complexo Serra do Corrente onde se situa o monólito já mencionado. Aliás, os Canindés têm relação direta com o nome Taparuaba.

Segundo a tradição oral, o distrito de Taparuaba – antigo povoado de Santa Maria – recebeu essa denominação por sugestão do padre Francisco Sadoc de Araújo, quando este atuava na Paróquia de Santo Antônio de Aracatiaçu, à qual pertencia a então Capela de Nossa Senhora do Carmo de Taparuaba, hoje Paróquia. A sugestão do religioso foi uma homenagem ao chefe indígena dos Canindés-Jenipapos, cujo nome era “‘Chefe Taperiaba’, que, na língua dos nativos queria dizer ‘chefe da morada das andorinhas’ [...]” (CAVALCANTE, 2010), e que teria permanecido na memória dos primeiros colonizadores dessa região. Porém, há discordância entre alguns

autores sobre o significado real do nome Taperuaba. Por exemplo, em sua obra *A Santa Peregrina*, Orane Cunha diz que: “[...] de Santa Maria, passou a se chamar Taperuaba, nome indígena que significa ‘casa velha’ [...]” (CUNHA, 2007, p. 12). Raimundo Batista Aragão, em sua obra *Cronologia dos Municípios Cearenses*, apresenta uma versão semelhante ao referido por Orane Cunha, apesar deste escrever *Taperoaba*, com “o” no lugar do “u”. Segundo sua tradução, a palavra Taperuaba “traduz-se, tupi e gramaticalmente, por *taba* = aldeia + *puêra* = que já não é mais + *oca* = casa + *aba* = índio, donde se obtém habitação indígena em ruínas e abandonada” (ARAGÃO, 1996, p. 30).

Contudo, o mesmo autor vai dizer em outra obra, esta intitulada *Índios do Ceará & Topônimos Indígenas*, que Taperuaba, aqui já escrita com a grafia usual, quer dizer: “[...] taperu = bicho + aba = pêlo, donde se obtém bicho peludo ou verme selvagem que ataca frutas” (Idem, 1994, p. 167).

Considerando que o nome do distrito esteja ligado à memória do chefe indígena Canindés-Jenipapo que, segundo a tradição oral, teria habitado a Pedra das Andorinhas e outras serranias da região no passado, conclui-se que esse grupo tenha sido um dos últimos, se não o último, a viver na região de Taperuaba.

Pelo fato dos Canindés-Jenipapo considerarem a Pedra um marco, um ponto de referência ou mesmo uma divindade, conclui-se que de onde esse monólito está localizado, tem-se uma visão privilegiada da região correspondente ao distrito de Taperuaba, ou seja, de todo um território a ser ocupado por eles. Inclusive, da fenda que a Pedra apresenta conseguimos enxergar e ter dimensão de toda uma área a ser povoada.

É fato que se os Canindés-Jenipapo levavam um modo de vida nômade, o seu dia-a-dia seria com base em locais onde pudessem oferecer água em abundância, alimentos, e um abrigo seguro; e seguir o curso dos

rios certamente levaria a esses locais, garantindo assim a sua sobrevivência e a perpetuação de sua cultura, cultura essa que poderia ser expressa através de inscrições rupestres nos espaços escolhidos para morada. E quando não oferecesse mais nada, partiam para outros lugares.

Mas, afinal, o que levou ao sumiço desses grupos indígenas? Seria somente o fato de viverem de forma nômade? E essa forma de viver caberia a todos eles? Uma possível resposta se encontra na fala de Júlia Lopes, ao dizer que no início do século passado “tinha muito índio nessa época [...] era mata demais... aí foram fazendo roçado e derrubaram a mata” (BORGES, 2013, s/p). Ou seja, a expansão de roçados em detrimento à diminuição das matas seria o principal fator, uma vez que a presença do homem branco representaria um tipo de ameaça à própria vida deles e à manutenção de sua cultura. Assim, foram impulsionados a se dispersarem por outros caminhos, em busca de novos espaços onde pudessem sobreviver.

## **O CEMITÉRIO INDÍGENA DA SERRA DO CORRENTE**

No complexo Serra do Corrente há um lugar conhecido pelo nome de “Pedra do Cemitério dos Índios”, o qual ao invés de inscrições rupestres foram encontrados objetos materiais e restos mortais. O lugar, inclusive, já havia sido mencionado na obra de João de Deus do Nascimento, intitulada *Celeiro de Recordações*. Segundo o autor, foram encontradas no cemitério indígena, algumas jarras e igaçabas – que são urnas funerárias de índios (NASCIMENTO, 1984, p. 115-116).

O professor Francisco Agenôr Almeida Mendes, que visitou o cemitério indígena em companhia de uma colega de trabalho, de um irmão seu, e de um caçador, relatou o seguinte:

[...] a gente encontrou restos mortais e pedacinhos de porcelana, barro e utensílios tinham bastante. A gente não pegou, mas eu tenho uma foto. [...]. Eu não sei se trouxeram alguma coisa.... Porque o que eu fotografei, o que eu encontrei lá foi... Como se fosse ossos de costelas

humanas... Era arcada dentária, essas coisas. Pedacos de utensílios de cerâmica, pedacinhos pequenos assim... (MENDES, 2013, s/p).

Abaixo (figura 2), temos uma fotografia tirada por Francisco Agenôr Almeida Mendes quando esteve no cemitério indígena.

**Figura 2** – Vestígios Arqueológicos encontrados no Cemitério dos Índios. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.



Fonte: Francisco Agenôr Almeida Mendes (arquivo pessoal).

É inquestionável que esses achados arqueológicos são indícios do que restou do passado indígena já extinto. No entanto, o mesmo caberia às inscrições rupestres?

## **INSCRIÇÕES RUPESTRES: UMA HERANÇA CULTURAL INDÍGENA?**

Os sítios rupestres da Fazenda Olinda e Miramar, e seu rico acervo de inscrições rupestres são bastante conhecidos por pesquisadores que visitam Taparuaba e por moradores. Localizados a aproximadamente dez quilômetros do distrito, precisamente na região de Juá, apresentam inscrições rupestres bastante semelhantes em sua forma, composição e

conjunto. Apesar de estarem situados na região de Juá (distrito de Irauçuba), fazem parte da área arqueológica de Taperuaba por serem próximos à sede do distrito, não é à toa que ambos estão inseridos no mapa antropológico e turístico elaborado por João Batista e Rarison Mendes (apresentado anteriormente).

É importante salientar que Fazenda Olinda abrange um sítio arqueológico diverso e complexo, que compreende as subdivisões Olinda 1, 2, 3, 4, 5, e 6<sup>s</sup>, que se encontram numa mesma área, mas um pouco afastadas umas das outras. Nelas, as inscrições são encontradas no interior de blocos enormes de rochas, denominados matacões (figura 3). Próximo a este sítio existe o de Miramar, que apresenta seu conteúdo simbólico parecido ao de Olinda (figura 4).

**Figuras 3 e 4** – Paredão de inscrições rupestres da Fazenda Olinda e Inscrições encontradas sobre um bloco de rocha em Miramar. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.



Fonte: Nayara Estevam Ximenes (arquivo pessoal)

A Pedra do Sino, que fica situada a menos de dois quilômetros do sítio da Olinda, entre este e o de Miramar, há curiosidade tanto por suas inscrições, como também pela própria Pedra do Sino. Há um mistério envolto nela, principalmente por causa dela emitir um som semelhante ao de um sino quando é batida por algum objeto. Ela desperta tanta curiosidade que foi até mencionada numa obra do padre João Mendes Lira, intitulada

5 Informação cedida pelo arqueólogo Igor Pedroza durante o mapeamento das inscrições da Fazenda Olinda e de Miramar, e do qual participei em maio de 2013.



*Sítios arqueológicos encontrados na região centro-norte do Ceará, onde ele vai dizer o seguinte:*

Há, também, uma rocha tipo fonólito, cognominada A Pedra do Sino. Quando batida por um ferro ou outra pedra, emite um som agudo que pode ser ouvido a longa distância. Encontrei um desenho muito parecido com um mapa, talvez, indicando os lugares já visitados em toda a circunvizinhança do local. Uma escavação ali poderia mostrar muita novidade na área da arqueologia (LIRA, 1989, p. 51).

Na perspectiva de Padre Lira sobre o que motivou a realização de desenhos rupestres em rochas, é que “os povos que por ali passaram sabiam perfeitamente que um povo sem memória é um povo sem história” (Op. Cit., p. 51), onde alia as inscrições rupestres à da memória dos povos que as elaboraram, como uma alternativa encontrada para perpetuar sua história. No entanto, a memória possui vazios e intenções, nem tudo o que ela mostra diz toda a história de um povo. Possivelmente, as inscrições rupestres tenham se constituído em mais uma dentre tantas formas de saber que nossos antepassados encontraram para expressar sua cultura e sua história.

O seu formato de meia lua desperta a curiosidade e estimula a imaginação em saber por que ela é assim. Considerando essa particularidade, ou seja, “[...] de que já foi um centro de rituais e/ou cemitério principal e o seu formato de meia-lua que, ao ser batida, produz um som de sino que poderá ser ouvido a uma distância de 5 km” (CAVALCANTE, 2010, s/p), podemos supor ainda outro interesse que motivou a disseminação do saber rupestre naquele espaço, como por exemplo a ideia de que fosse mais um local demarcado pelo grupo tribal que ali esteve.

Outra hipótese é a realização de práticas ritualísticas naquele local em épocas passadas por povos ancestrais. É possível que oferendas e pedidos fossem efetuados com esse propósito. E o som produzido

pela batida na pedra servia como um chamado ou de hino em louvor às divindades adoradas pela sociedade que viveu ali.

Em relação às inscrições rupestres, podemos imaginar que estas fariam parte da celebração como símbolos que tinham a finalidade de representar as crenças e mitos defendidos por esses povos. Um tributo em agradecimento ao deus ou deuses cultuados. Símbolos de adoração inseridos dentro de um contexto de fazer reverências a um ser supremo.

## **O SABER RUPESTRE: ARTE OU CÓDIGO SECRETO?**

Para além dos questionamentos em relação às inscrições rupestres serem ou não criação indígena, façamos agora uma análise dos estilos que esse saber engloba. O importante aqui não é exatamente entender o que significa cada desenho, mas sim o que todos aqueles desenhos juntos querem transmitir, o contexto dessa mensagem.

O objetivo aqui é associar essas inscrições a uma tradição pré-colombiana referente aos indígenas que viveram por lá. Nosso trabalho se volta para esse período, que engloba as antigas culturas inca, maia, asteca, olmeca, tolteca e outras, e não necessariamente para uma cultura pré-histórica. A razão é que a cultura indígena, ao mesmo tempo em que se encontra mais próxima a nós, também se aproxima a um costume de vida semelhante ao de grupos primitivos<sup>6</sup> que habitaram nosso planeta há milênios.

Ao observarmos as inscrições rupestres, vemos que elas não se assemelham tanto às pinturas rupestres, mas a uma simbologia similar à encontrada na arte dos povos maias, astecas e incas. Para se ter uma ideia, se compararmos uma fotografia da inscrição rupestre em forma de “labirinto” encontrada na Pedra do Sino com outra do glifo simbólico de *Vênus* ou *Quetzalcoatl* na teosofia maia, notar-se-á ligeira semelhança (figuras 5 e 6).

<sup>6</sup> Termo que designa os povos pré-históricos, anteriores ao surgimento da escrita. Embora seu uso tenha ganhado força no século XIX, é considerado obsoleto nos dias atuais, pois implicava a ideia de que desconsiderava os povos não ocidentais como civilizados.

**Figura 5 e 6** – Glifo de Quetzalcoalt e Inscrição em formato de labirinto na Pedra do Sino. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.



Disponível em: <https://raices.com.mx/tienda/revistas-los-toltecas-AM085>

Fonte: João Batista Sousa (Arquivo Pessoal)

Os maias, é importante ressaltar, costumavam representar suas divindades com um conjunto de glifos, os quais também estavam relacionados a um sistema numérico que ia de acordo com a criação do mundo maia.

Essas questões nos fazem pensar que as referidas inscrições não teriam sido fruto de uma cultura pré-histórica. Ainda assim, afirmar que elas se constituíam num resquício pré-colombiano é também inconsistente, uma vez que não temos posse de costume algum dos grupos indígenas que povoaram a área de Taparuaba e comunidades circunvizinhas no passado. Além do mais, as grandes civilizações pré-colombianas conhecidas deixaram uma vasta herança, perceptível nas mais distintas formas de expressão artística, a exemplo dos grandes templos construídos pelos maias, incas e astecas no culto aos deuses, as gravuras esculpidas e desenhadas nas paredes dos templos construídos, as esculturas em pedra, bem como os utensílios decorativos, os adornos e amuletos sagrados, os hieróglifos presentes na Pedra do Sol – o calendário asteca – a escrita pictográfica asteca e numérica dos maias e incas e as enigmáticas linhas de Nazca, de mais de mil anos encontradas no sul do Peru.

Ou seja, essas civilizações já possuíam uma noção de organização social e um senso estético bem mais amplo e diverso do que o de comunidades pré-históricas, pois elas já vinham de um longo processo de formação de sua sociedade.

Certamente, as sociedades pré-colombianas possuíam características em comum no tocante às suas formas de expressão artística. Figuras de animais e seres humanos eram frequentemente encontradas em sua cerâmica, escultura e obras arquitetônicas (pirâmides, templos, palácios etc.). Na arte maia, por exemplo, vemos a representação de serpentes em esculturas. Do mesmo modo, os Toltecas esboçavam imagens de serpentes e de figuras humanas nas colunas de pirâmides. Os incas também se serviam de imagens de cascavéis em seus objetos de cerâmica, além da figura de felinos entalhados e pintados, sem falar da imagem de um deus jaguar, bastante cultuado também pelos astecas e olmecas. Os desenhos, basicamente retratados de perfil, lembram bastante as antigas culturas da Mesopotâmia e do Egito. Nas culturas marajoara e tapajônica da Amazônia, há a prática de uma cerâmica bastante prestigiada por sua diversidade de formas, além de notáveis trabalhos em cestaria e escultura em madeira.

Mas, e no caso das inscrições rupestres, onde entrariam numa cultura pré-colombiana? Sabe-se que os povos tupis, vindos da América Central, teriam chegado ao Brasil por volta do ano mil. Eles teriam percorrido pelas regiões onde hoje se encontram a Bolívia, o Peru e a Colômbia, até penetrarem em território brasileiro e daí se espalhado por todo o país.

Poderia as inscrições serem um dos únicos resquícios que remeteriam à cultura dos primeiros ameríndios brasileiros, e mais precisamente cearenses, durante o seu processo de deslocamento para o continente sul-americano? Nelas, pode estar escondida “boa parte de uma herança cultural ainda não traduzida” (DONATO, 1995, p. 53).

Todavia, muitas hipóteses foram levantadas na tentativa de relacionar as inscrições e as pinturas rupestres à cultura de povos do mundo antigo, a exemplo dos fenícios. E que os indígenas americanos seriam descendentes remotos desses povos, bem como de outros tantos oriundos dos continentes europeu, africano e asiático, a partir de um contexto bíblico pregado pelos missionários durante a catequese de indígenas no Brasil e em demais países do continente americano, pois “[...] o que aconteceu estava na Bíblia, e o que nela não aparecia simplesmente não existia” (Ibid., p. 22), e que por isso os missionários “[...] precisavam de uma explicação bíblica e pós-diluvial para que se justificasse a existência de homens na América” (Ibid., p. 22).

Mas voltando à questão da simbologia das inscrições, podemos propor múltiplos sentidos, pois uma coisa é certa: elas possuem uma espécie de comunicação. Como uma forma também de linguagem, a inscrição rupestre tem um transmissor e um receptor da mensagem que ela quer transmitir, carregando em si um peso, um sentido de existir e uma função específica.

Sem querer partir de uma interpretação direta dos registros rupestres, mas ao vê-los, a impressão que passa é a de que expressam um tipo de código secreto de comunicação, onde transparece a intenção de demarcar com símbolos os locais que provavelmente serviam de moradia por certo período ou temporada. Essa é a sensação que consigo extrair da sua observação: um modo encontrado por seus criadores de estabelecer sua presença, através da demarcação dos territórios conquistados com formas simbólicas que servissem de aviso a invasores e grupos inimigos que representavam ameaça.

É difícil também não imaginarmos que seus criadores não tenham se deixado levar pelo que viam em sua realidade cotidiana quando elaboraram esses símbolos. Partindo desse raciocínio, vem à mente os diferentes estilos ou temáticas que esse saber apresenta.

Por exemplo, nos sítios rupestres, presenciamos como se fossem representações de corpos celestes, formas geométricas, ou mesmo figuras de animais, é o que os arqueólogos denominam de antropomorfos (para seres humanos); zoomorfos (para animais); e fitomorfos (para plantas e vegetais).

E é devido a tantos elementos retratados neles que Gabriela Martin, em *Pré-História do Nordeste do Brasil*, apresenta como meio de distinguir esses diversos estilos, três critérios em especial, denominados de *tradição nordeste*, *tradição agreste* e *tradição geométrica*, que gera certa polêmica quanto à sua validade, por se encontrar presente também nas outras duas tradições. Há também as itacoatiaras.

Nesse sentido, a tradição nordeste engloba elementos humanos, que são esboçados em tamanho pequeno e em movimento, e muitas vezes de perfil. Também apresenta figuras de animais, danças e atividades de caça. Por sua vez, a tradição agreste, a qual deve seu nome “à grande concentração de sítios com pinturas localizadas nos pés de serra, várzeas e brejos da região agreste [...] como nas áreas sertanejas semiáridas” (MARTIN, 1999, p. 247), exhibe figuras maiores e mais isoladas umas das outras, e também nela há, como na outra tradição, desenhos de animais e de seres humanos, além de retratar mãos humanas e formas parecidas com um labirinto. Já a dita tradição geométrica expõe em seu conteúdo símbolos que lembram formas geométricas ou mesmo corpos celestes, como o sol, a lua, as estrelas e outras. Enquanto isso, as Itacoatiaras apresentam traços que se encontram nas demais tradições, como figuras humanas e de animais, e mesmo de formas geométricas. A sua diferença reside em não possuir a tonalidade avermelhada das demais.

Mas afinal, como se deu a criação e perpetuação de tradições simbólicas tão distintas? Talvez a razão de um mesmo saber apresentar formas simbólicas variadas se deva ao fato de que a cada local habitado

pelo grupo criador, este procurava deixar inscritos símbolos com base nas experiências ali vividas.

## **O MISTÉRIO DAS INSCRIÇÕES RUPESTRES: O QUE DIZ A TRADIÇÃO ORAL?**

Muitos moradores associam cada inscrição ao ser humano, animal, vegetal, planta, fenômeno da natureza, ou seja, a algo já conhecido. E é justamente o que buscaremos aqui, ou seja, as múltiplas formas de ver concebidas por pessoas comuns, que não estão inseridas no círculo de estudiosos e pesquisadores do saber rupestre. Analisaremos o que pensam sobre essas inscrições, sua origem e o sentido de sua existência. Assim, apresentamos o parecer de quatro pessoas da comunidade de Taperuaba que expuseram, à sua maneira, o seu ponto de vista.

É o caso, por exemplo, de Francisco Agenôr Mendes sobre o que pensa o que sejam as inscrições rupestres da Fazenda Olinda. Conforme o seu depoimento: “lá na Olinda são mais é desenhos indecifráveis. É como se fosse um labirinto. Essa questão da grafia das palavras” (MENDES, 2013, s/p).

Vejamos o que intui João Batista Sousa a respeito das inscrições rupestres:

Em algumas inscrições a gente vê é.... Traços de como se quisesse retratar algumas letras, alguns símbolos. Em outras encontra só animais ou seres humanos, em outras a gente encontra como seja marcações, contagem talvez de luas, de ou de períodos que se iam, ou de pessoas que iam morrendo... (SOUSA, 2013, s/p).

É interessante observar o que ele destaca, ou seja, a questão de medir o tempo, de se seguir um calendário, inclusive da própria noção de tempo, da ideia de um começo e de um fim, talvez levada até mesmo pela concepção de um ser superior capaz de controlar esse tempo. Daí

as inscrições retratarem a morte de pessoas, onde parte de um princípio fatalista da vida, dos períodos do ano e do passar deste, o que lembra muito as tradições inca e maia com relação à questão do tempo e do transcorrer desse tempo.

O mesmo recurso utiliza o professor de geografia Antônio Pereira Alves, ao expor sua opinião sobre as inscrições rupestres de Fazenda Olinda. Segundo ele, “é um painel com alguns gráficos, provavelmente um calendário, tem alguma coisa representando o sol, a lua, intrigante mesmo, algumas inscrições complexas”. (ALVES, 2013, s/p).

Conforme Paulo Seda, “[...] seria ingênuo de nossa parte acreditar que algum povo não tivesse a necessidade ou maneira de ‘marcar’ o tempo (sejam caçadores coletores, sejam culturas mais complexas) ” (SEDA, 1997, p. 160).

Mas será que os criadores dessa arte rupestre, uma vez tendo consciência de um tempo que tem seu sentido em passar, não teriam também a noção de uma vida após a vida levada no plano terrestre? Os desenhos rupestres poderiam está aliado a essas questões. Em todo caso, o recurso interpretativo não deixa de ser especulativo, pois como não se sabe o que são realmente, a curiosidade aguça a imaginação, o que instiga a visão para que se enxergue algo naqueles símbolos, sempre partindo do que é conhecido na sua observação. Um exemplo é dona Júlia Pequena, que associa as inscrições rupestres às letras do alfabeto. Em seu depoimento, ela faz a seguinte conclusão: “aquilo é com certeza alguma pedra que eles enterraram alguma coisa e colocou ali aquele escrito, mas só que quem entende é eles” (BORGES, 2013, s/p).

Sem dúvida, quem os fez é quem sabe o que querem dizer. Porém, a conclusão de dona Júlia aponta para a existência de várias finalidades do saber rupestre: seus criadores teriam, na sua visão, o elaborado para registrarem que haviam enterrado alguma coisa naquele local, mas



enterraram o quê? Haveria objetos secretos de grande valor soterrados onde estão localizadas as pedras que abarcam essas inscrições? Talvez, até mesmo restos mortais de um grupo indígena já extinto? É uma ideia a se pensar.

Outra razão possível é que se localizado num local específico (como no interior de grutas ou mesmo na parte superior ou inferior de pedras), os desenhos estariam protegidos tanto da ação de agentes naturais, quanto da sua violação por parte de outros grupos humanos. E a escolha desses locais representava segurança para a permanência desses símbolos.

## **INSCRIÇÕES RUPESTRES: UM OBJETO DE ETERNA DISCUSSÃO**

Querer entender a mensagem transmitida no saber rupestre requer reconhecer a importância da visão de conjunto. Perceber que aqueles símbolos somente têm seu sentido juntos, e não de maneira isolada, pois estão intimamente interligados, um se comunica com todos os demais e vice-versa.

Tendo consciência dessa interligação, outra questão surge: e o que dizer dos desenhos rupestres ditos “universais”, isto é, desenhos que se manifestam em diferentes sítios arqueológicos do Brasil e mesmo do mundo?

É bastante comum se manifestar em diferentes sítios desenhos semelhantes, que lembram um sol, uma mão, uma forma geométrica, como um círculo ou um quadrado, o que deduz serem obras de grupos nômades que teriam percorrido extensas áreas da geografia cearense. Mas isso não significa que essas inscrições universais sejam a chave para compreender o mundo simbólico das inscrições rupestres. Agora, não seria demais pensar que elas se constituíam numa simbologia básica, primária, possivelmente a raiz de onde surgiram os demais símbolos desse complexo saber.

Imagino e idealizo o que sejam na realidade, embora tendo a consciência de que talvez jamais saiba o que realmente significam. Tudo o que posso tirar de conclusão de seu estudo é que tenha sido um aspecto cultural de um grupo já extinto naquela região, o qual acharia por bem expressá-lo em um local ou suporte e permanecesse, talvez sem saber que chegaria ao conhecimento de gerações futuras.

## **O QUE SE PODE CONCLUIR DO SEU ESTUDO: CONJECTURAS**

A conclusão que se tira do seu estudo é a de que iremos inevitavelmente nos deparar com hipóteses, conjecturas, mediante o que sejam, e por quem foram feitas as inscrições rupestres. É o único resultado a que se pode chegar até agora. A História Oral, a partir do que disse cada depoente, só tende a comprovar esse fato.

Devemos ter a consciência de que mesmo se elaborarmos mil hipóteses o seu real significado talvez nunca consiga ser desvendado. Ora, há uma infinidade de sítios rupestres no mundo inteiro, muitos dos quais com certeza não foram sequer descobertos, que dirá estudados. O que posso compreender de seu estudo é que, por mais que tentemos formular e reformular respostas, a grande questão das inscrições reside justamente no seu mistério.

Num primeiro olhar, encantamo-nos com a tamanha habilidade com que foram feitas as inscrições. Logo somos movidos pelo interesse em saber o que são, para depois passarmos a criar em nossas mentes hipóteses que possam nos levar ao conhecimento sobre sua origem. Porém, num determinado momento, acabamos reconhecendo que ainda há muito para saber ao seu respeito, e que por isso estudos futuros são esperados no intuito de contribuir trazendo respostas às inquietações surgidas.

Se as inscrições rupestres são de autoria indígena ou não, se foram feitas há mil anos ou há 10 mil anos, se eram uma espécie de código secreto

de comunicação ou símbolos ritualísticos, ou mesmo as duas coisas, estas jamais deixarão de gerar novas discussões em torno de si. Qualquer informação sobre elas carrega incertezas e até omissões, pois muito do que lhes diz respeito se encontra oculto na História. E é por essa razão que foi importante dar vez e voz aos testemunhos orais, bem como se utilizar de diferentes áreas de conhecimento. Utilizá-las elucidou a forma de pensar e o modo como encarava os registros rupestres. A começar essa pesquisa, tinha em mente o quão pouco sabia sobre eles, e ao concluir a mesma tenho a consciência do muito que ainda tenho para conhecer.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever as páginas que se seguiram somente se tornou possível devido à persistência e ao profundo interesse em transferir para o papel aquilo que implicava em minha curiosidade devido desafiar constantemente o meu saber. E foi no desenvolver desse trabalho que pude perceber realmente o quão pouco conhecia desse assunto, cuja origem ainda se mantém em forma de desafio à mente humana.

## REFERENCIAS

AGUIAR, R. S. *Arte rupestre: conceitos introdutórios*. P.1-6. Disponível em: <[www.do.ufgd.edu.br/rodrigoaguiar/arterupestre.pdf](http://www.do.ufgd.edu.br/rodrigoaguiar/arterupestre.pdf)>. Acesso em: out. 2013.

ALVES, G. O. A. **Arte rupestre: O fazer do Artista paleolítico**. Disponível em: <[www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme23/223.pdf](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme23/223.pdf)>. Acesso em: 11. Out. 2013.

ARAGÃO, R. B. **Cronologia dos municípios cearenses**. Fortaleza: Barraca do Escritor Cearense, 2. ed. 1996. 324 p.

BUENO, M. A. T. **Código e arte: A etnomatemática dos incas**. UNESP, Rio

Claro- Disponível em: <file://D:/Mydoes/EscrituraIncaetnomatemática.htm>. Acesso: 11. Out.2013.

CAVALCANTE, A. C. M. **As fantásticas gravuras exóticas da Pedra das Andorinhas no distrito de Taperuaba em Sobral – Ceará**. Arqueologia Digital. Taperuaba, dez. 2010. Disponível em: <http://arqueologiadigital.com/profiles/blogs/as-fantasticas-gravuras? xg.>. Acesso em: 2 maio 2011.

CUNHA, O. V. **A santa peregrina**. Fortaleza: IOM (Imprensa Oficial do Município), 2007. 130 p.

DONATO, H. **Os índios do Brasil**. Coleção Povos do Passado. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1995. 62 p.

LINHARES, M.; ALVES, F. **Notas históricas da cidade de Sobral 1712-1929**. Sobral: [s.n.], 1945.

LIRA, J. M. **Sítios Arqueológicos encontrados na região centro-norte do Ceará**. Sobral-Ce./ Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1989. 59 p.

MARQUES, M. **Materiais e saber na arte rupestre**. Fortaleza: Museu do Ceará. Secult, 2009. 177 p: Il.

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 3.ed. Atual. Recife: Imprensa Universitária da UFPE, 1999. 440 p.: Il.

NASCIMENTO, J. D. **Celeiro de recordações**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1984, 133 p.

SOBRINHO, P. Os litóglifos da Pedra do Oratório e uma hipótese relativa às origens das inscrições rupestres. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza. Disponível em <www.ceara.pro.br/temas/PesquisaArtigosANO. php<sup>r</sup>>. Acesso em: mar.2013.

SCHWARCZ, L. M. **A abertura para o mundo: 1889 – 1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. 133 p.

SEDA, P. **A questão das interpretações em arte rupestre no Brasil**.

In: Clio Arqueológica. Recife-Pe. V.1, nº 12. 1997-UFPE. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFPE. 1997. P.160.

SILVA, M. A. Z. **Civilização maia**: matemática e mitologia. Centro de Pesquisas Estratégicas da Universidade Federal Juiz de Fora (UFJF/), Juiz de Fora. Disponível em: <[www.ecsbdefesa.com.br/fts/Maia.pdf](http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/Maia.pdf)>. Acesso em: 11. Out.2013.

VIANA, V.; LUNA, D. Arqueologia Cearense - Histórico e Perspectivas. **Revista Clio Arqueológica**, p. 235-241. Disponível em: <[www.ufpe.br/clioarq/images/documentos/2002-N15/2002a12.pdf](http://www.ufpe.br/clioarq/images/documentos/2002-N15/2002a12.pdf)>. Acesso em: mar. 2013.

## DEPOIMENTOS ORAIS E ESCRITOS

BORGES, Júlia Lopes. Entrevista realizada por Nayara Estevam Ximenes. Taparuaba, 5 de maio. 2013.

MENDES, Francisco Agenôr Almeida. Entrevista realizada por Nayara Estevam Ximenes. Taparuaba, 8 de março. 2013.

PEREIRA, Antonio Alves. Entrevista realizada por Nayara Estevam Ximenes. Taparuaba, 19 de junho. 2012.

SOUSA, João Batista. Entrevista realizada por Nayara Estevam Ximenes. Taparuaba, 25 de abril. 2013.



## CAPÍTULO 6

### DA AGULHA À MÁQUINA: O BORDADO NO MUNDO FEMININO EM TAPERUABA (1985-2002)

*Francisca Rosângela Alves André*

#### INTRODUÇÃO

O distrito de Taparuaba configurou, durante os anos, mudanças nos diversos aspectos das relações sociais e hoje apresenta-se na região como um dos principais polos industriais de confecção para recém-nascidos, cuja produção é enviada para diversas cidades (Sobral, Fortaleza, Crato etc.) e estados. A produção tem atraído vários atravessadores e vem gerando renda e empregos para a população local, tornando-se, inclusive, o principal meio de sustentabilidade para a localidade.

Entretanto, em meio a isso havia um aspecto que muito me chamava atenção: a cultura do bordado, caracterizado como a principal produção do distrito, onde a confecção fica, na sua maioria, sob a responsabilidade do trabalho feminino. Por isso, considerei importante mapear a história de vida dessas mulheres e perceber como as suas experiências estão atreladas, intimamente, à arte e às técnicas de bordar. Uma cultura que “repassada” de mãe para filha desde a infância, em um período que ainda se podiam notar tarefas definidas para homens e mulheres, cuja última categoria destinava-se à dedicação aos trabalhos domésticos e as prendas do lar, como por exemplo, o bordado.

O recorte temporal escolhido centra-se entre as décadas de 1985 a 2002, por ser um período caracterizado pela introdução da industrialização na cultura do bordado, implicando em grandes mudanças nas relações sociais, bem como na concepção formada por essas mulheres sobre o trabalho.

O que me levou a escolher essa temática como estudo foi o fato de querer perceber as experiências de trabalhos dessas mulheres bordadeiras no sentido de mapear como o bordado deixou de ser apenas um hábito ou costume e passou a ser encarado como um trabalho gerador de fonte de renda para a localidade. Qual o significado da ocupação do bordado na vida dessas mulheres, que passam praticamente uma vida inteira dedicada a ele? Em trabalho específico do mundo feminino, como a mão de obra masculina é inserida nesta atividade?

Para realizar esta pesquisa, escolhi a metodologia da História Oral por considerar uma técnica importante para notar como essas mulheres se estabelecem perante as formas dos trabalhos domésticos e do trabalho com o bordado.

Para buscar e entender as experiências dessas bordadeiras foi importante, através da memória, observar quais caminhos os relatos indicam. A construção de tais relatos dá-se baseada na atuação que sujeitos vivem e criam resistência para viverem. Sobre esse aspecto, Silva enfatiza que:

[...] essas falas trazem à tona a existência de uma outra história que pode ser narrada a partir de memórias daqueles que nela atuam como sujeitos com suas experiências adquiridas no viver e nas suas mais diversas dimensões (SILVA et al., 2004, p. 197).

As memórias dessas mulheres foram construídas com base em uma seleção feita por elas sobre os principais aspectos da vida cotidiana na



lida com bordado, seja no processo manual e/ou à máquina, o fato é que os encaramos como transformações históricas e culturais.

Não se trata aqui de apenas inserir os relatos das experiências desses sujeitos, mas, sobretudo, de compreender o significado de suas vivências através dos indivíduos que atuam na realidade social. Aspectos como esses dificilmente poderiam ser percebidos pelos historiadores através de documentos escritos. Nesse caso, Samuel salienta:

A evidência oral pode também ser crucial para a compreensão do pano de fundo. Ela pode nos dar contextos novos que os documentos, por si mesmo, apesar de muito trabalhados, não fornecem (SAMUEL, 1989, p. 231).

É através dos relatos dessas mulheres bordadeiras que pretendemos usar como fonte de compreensão de aspectos peculiares do significado dessas vivências desses sujeitos históricos que compõem o espaço taperuabense.

## **A CULTURA DO BORDADO**

Taperuaba, distrito do município de Sobral, situado a leste, distancia-se da sede 72 quilômetros. Era denominado de Vila Santa Maria do Arataiaçu, criado após a Divisão Territorial Brasileira de 1911, é elevada a distrito pelo Decreto Lei nº 1153 de 22 de novembro de 1951, hoje apresenta uma população de aproximadamente 7.500 habitantes.

A cultura do bordado chegou a Taperuaba no início da década de 1950, anterior a esse período, essa atividade era considerada apenas como “passatempo”, “hábito”, “costume” que simbolizava a vida pacata rural em contraste com a urbana e, por muito tempo, transformou-se em um trabalho remunerado e de grande importância para a sustentabilidade econômica das famílias taperuabenses. Essa informação pode ser notada no relato da senhora Angelina Ávila:

O bordado é uma arte bem primitiva no nosso lugar, e esta arte está na alma do nosso povo, ele chegou em Taparuaba no início dos anos cinquenta através do senhor Ismerino Cordeiro que agenciava estes trabalhos de uma fábrica de confecções em Fortaleza que atendia pelo nome de Mundica Paulo (ÁVILA, 2004, s/p).

Dona Angelina, residente no distrito de Taparuaba, empresária, entende bem como o bordado é um elemento presente no cotidiano dos taparuabenses. Ao interpretar que o bordado está “na alma do povo”, nos remete a uma problemática em pensar a mudança no comportamento da produção dessa cultura do bordado, levando-a a migrar, através de atravessadores, para outras localidades, que acabou por dissecar a produção doméstica, que não tinha nenhuma intenção de produzir excedentes.

Em Taparuaba, hoje, o trabalho da produção de bordados movimenta a economia, pois emprega homens e mulheres que lidam cotidianamente e dependem do emprego. A maioria das vagas é assumida por mulheres que ainda são a principal mão de obra das empresas de bordado.

Entretanto, para que possamos compreender melhor como se deu o início do bordado no local, considero importante citar também o depoimento do senhor Antonio Xavier, que trabalha como comerciante autônomo de peças de bordados. O depoente já chegou a fabricar bordados e a trabalhar no acabamento das peças, e por já estar nesse ramo há bastante tempo, poderá nos fornecer mais detalhes para que possamos ter uma melhor compreensão:

[...] eu morava aqui numa fazenda aqui perto e o bordado vêi de Fortaleza para uma fazenda, (...) fazenda Corrente né? Então trouxe os mostruários da Mundica Paula e lá ela começou a ensinar as irmã e as irmã começaram a ensinar o pessoal lá da fazenda, morava muita gente, tinha muita gente muitas família e lá começou a espalhar o bordado na região todinha... (XAVIER, 2004, s/p).

Podemos notar que a apreensão inicial desse saber foi realizada através das artes e da criatividade de mulheres simples que residiam na Fazenda Corrente, a sua transmissão se deu no interior de suas próprias casas, assim sendo, o trabalho passou a assumir um caráter doméstico. Nesse momento, não há separação entre lar e trabalho.

Esse processo, em muitos aspectos assemelha-se com o que Maria Sylvia Porto Alegre denomina de “indústria rural doméstica”. A autora classifica como tal as novas formas de sobrevivência dentro dos currais e das fazendas, nos povoados e vilas, e dá grande ênfase a elas como uma possibilidade dessas novas formas de sobrevivência no período colonial do Ceará:

[...] Em decorrência, teria se desenvolvido no interior das fazendas uma indústria doméstica que, somada à produção de alimentos, caracterizava a ‘plantation’ escravista como um misto de economia mercantil e natural. A produção de alimentos e manufaturas caseiras era, portanto, não somente uma alternativa, mas uma necessidade estrutural ou, pelo menos, uma possibilidade estrutural da sociedade colonial. (ALEGRE, 1989/1990, p. 17).

A indústria rural doméstica consistia nos engenhos e casas de farinha, onde produziam artigos, tecidos e objetos de uso diário. O que vale destacar do trecho acima é a grande importância da indústria rural-doméstica como garantia do suprimento das necessidades internas da propriedade rural, este era o seu principal objetivo.

De acordo com os depoimentos e centrando a interpretação na década de 1950, podemos citar, inicialmente, três características sob a produção do bordado: 1) a produção era apenas um meio de subsistência; 2) o trabalho era realizado através de serviços manuais; 3) a produção de bordado usava, especificamente, mão de obra feminina.

Desde esse momento até os dias de hoje, a cultura do bordado, em Taparuaba, tem experimentado grandes mudanças. Em meados da década de 1980, foram surgindo alguns empresários locais do bordado que começaram a vender suas mercadorias no Mercado Central em Fortaleza. A demanda aumentou e surgiu a necessidade de aumentar a produção do bordado, portanto, tiveram que inserir máquinas como forma de substituir o trabalho manual.

Para tentar apreender essas mudanças pelas quais as bordadeiras passaram, recorreremos às fontes orais como um recurso importante para pontuar o cotidiano da cultura do bordado. Através da oralidade, poderemos ter acesso às experiências, os modos de vidas, a visão sobre as mudanças ocorridas e sobre o que representa o trabalho do bordado na vida de mulheres que passam mais de dez horas por dia pedalando em frente de uma máquina.

Sobre a ênfase da oralidade como fonte, no âmbito da História Social, a historiadora Yara Aun Khoury pontua alguns traços importantes dessa metodologia como instrumento capaz de apreender a realidade social dos atores em foco:

[...] nesse sentido, mais do que buscar dados e informações nas fontes, nós as observamos como práticas e/ou expressões de práticas sociais através das quais os sujeitos se constituem historicamente. Nessa perspectiva é que as fontes orais foram sendo progressivamente incorporadas ao nosso trabalho, constituindo-se em instrumento útil na investigação da complexidade e da dinâmica social, por sua natureza peculiar, marcada por um processo de diálogo entre duas pessoas, por meio do qual se produzem versões únicas da realidade social (KHOURY, 2001, p. 81).

Perante essa busca da “realidade social” e da historicização das complexidades da cultura do bordado e das formas de vida encaradas e vivenciadas pelas bordadeiras de Taparuaba é que tomo a oralidade, para

perceber como essas mulheres rompem com o cotidiano do lar e adentram em um ritmo de trabalho ditado pela produção, máquinas e horários severos dos empresários que controlam esse mercado.

Para tanto, sobre a transformação no setor da produção do bordado, note, abaixo, o depoimento da senhora Angelina Ávila, que pôde acompanhar algumas dessas transformações:

[...] É na época todo mundo trabalhava na máquina a pedal e devido a necessidade das pessoas que cobravam alguma coisa melhor, é, a gente foi trazendo o bordado da máquina industrial, pra você ter uma ideia, em oitenta e cinco, com certeza, não existia nenhuma máquina industrial aqui em Taparuaba, e dezoito anos depois uma, uma, em processo muito lento né? É hoje com certeza se você quiser encontrar trezentas máquinas industriais trabalhando em Taparuaba com certeza isso aí vai além das trezentas máquinas né? (ÁVILA, 2004, s/p).

O trecho acima acaba nos dando indícios sobre o período a que nos propusemos pesquisar, já que o recorte temporal é de 1985 a 2002. Esse período foi escolhido exatamente por ter sido em meados da década de 1980 que o bordado à máquina começou a aparecer em Taparuaba, e com isso pode-se perceber o alastramento dessa atividade no local dentro dos moldes de trabalho assalariado.

Quando Angelina fala que em 1985 não se encontrava nenhuma máquina industrial em Taparuaba e que dezoito anos depois há no local mais de trezentas máquinas, podemos perceber a grande mudança, inclusive, a profissionalização dessa cultura do bordado em Taparuaba, que acabou por se constituir em fonte geradora de renda predominante para a população.

## VIVÊNCIAS DE TRABALHO DAS BORDADEIRAS

Aprendido no próprio núcleo familiar, onde a mãe e parentes próximos se responsabilizavam em “repassar” a arte, o bordado não era, se não, mais uma das atividades domésticas que ajudavam as mulheres a passar o tempo.

Para tanto, mais uma vez faço referência à indústria rural doméstica. Onde novamente cito Sylvia Porto Alegre, para que possa nos fornecer mais detalhes sobre essa indústria, bem como qual a sua função e como ela se desenvolveu:

Nas fazendas da região algodoeira - pecuária cedo desenvolveu-se uma indústria caseira destinada, de fato, a suprir as necessidades dos moradores e suas famílias, de forma semelhante à agricultura de alimentos. Utilizando processos e equipamentos rudimentares, essa indústria rural doméstica se expandiu incorporada à estrutura de propriedade da terra, com uma função complementar à produção agrária, à qual estava intimamente ligada (ALEGRE, 1989/1990, p. 18).

Como podemos perceber, essa indústria “caseira” ou “doméstica” era assim denominada por ter como objetivo manter o suprimento das necessidades das famílias, onde seus membros produziram os alimentos ou artigos para satisfazerem tais necessidades na própria localidade, sem que fosse preciso comprá-los ou nem mesmo para isso, se deslocarem para vender ou de intermediários.

A cultura do bordado em Taparuaba apresentou-se inicialmente através de trabalhos manuais, onde as bordadeiras eram donas dos seus meios de produção e, depois, por pressões do mercado comercial, tiveram de ceder às propostas dos empresários e aceitado as máquinas como instrumento principal para estabelecer produção. Este fato criou uma relação de dependência entre as bordadeiras e as máquinas.

O importante é perceber a grande diferença que está impregnada nessas duas formas de trabalho. Não se trata aqui apenas de mudanças estéticas, mas sim de uma radical mudança nos costumes locais, o que nos remete a interpretar as questões históricas e sociais desse processo. O fato é que não nos interessa apenas registrar essa mudança, mas perceber como essas bordadeiras cederam aos empresários e como se adaptaram a essa forma de trabalho.

Sob o processo de mudanças ocorrido na segunda metade do século XIX, com a chegada da Revolução Industrial, Marques, ao fazer referência à análise do economista inglês Maurice Dobb, trata a questão da dependência ao qual o produtor estava subordinado:

Nos velhos tempos, a produção era essencialmente uma atividade humana, em geral individual em seu caráter, no sentido de que o produtor trabalhava em seu próprio tempo e a sua própria maneira, independente de outros, enquanto as ferramentas ou os implementos simples que usava pouco mais eram do que uma extensão de seus próprios dedos [...] (MARQUES, 2001, p. 32).

Trata-se do fato de o produtor desempenhar o trabalho, mas que o produto depois de acabado não pertence a quem o produziu, porque esse não detém mais os meios de produção através dos quais o produto foi feito.

No cenário dessas mudanças, encontramos as bordadeiras, onde as percebemos como sujeitos históricos atuantes, pois acompanharam e perceberam essas mudanças e que, realmente, vivenciaram-nas. Portanto, deram sua parcela de colaboração para a construção da história taperuabense, assumindo papéis de bordadeiras, trabalhadoras, mães e donas-de-casa.

Para que possamos ter acesso às experiências do cotidiano do bordado dessas trabalhadoras, considero de fundamental importância a utilização de fontes orais para nosso estudo. Através da memória guardada por essas mulheres e como elas podem, através das suas narrativas, nos trazer a realidade social a qual estão inseridas.

Silva fala sobre a importância da ênfase que o historiador deve dar para a construção contínua que se faz da memória, através da vivência das fontes orais as quais nos propomos analisar ao longo da pesquisa.

[...] as memórias ganham novo sentido a cada vez que são narradas, pois a experiência faz-se presente na interpretação que o narrador faz do passado quando a memória é arrancada do esquecimento. Entre o momento vivido e aquele no qual o sujeito narra, há uma trajetória que deve ser levada em consideração e analisada como processo de composição (SILVA, 2004, p. 80).

Portanto, o que iremos nos propor a analisar é justamente a construção dessas narrativas pelas fontes orais, tomando como referência o significado dessas experiências que, às vezes, aparecem impregnadas nos relatos colhidos. É através da construção e seleção desses relatos que vamos perceber características peculiares dessa realidade.

Nesse sentido, considero importante também citar Montenegro, já que se trata de um autor que chama atenção para a relevante contribuição que a inserção dos relatos das memórias dos sujeitos sociais pode proporcionar para o trabalho do historiador.

Montenegro salienta de maneira bastante interessante as especificidades das fontes escritas e fontes orais. Segundo o autor, as fontes escritas podem fornecer ao historiador o registro de uma história imediata, entretanto ao recorrer aos relatos orais acerca das memórias dos indivíduos possibilita ao historiador o conhecimento das formas de reconstrução do passado e do grupo social ao qual o entrevistado se encontra inserido (MONTENEGRO, 2007, p. 30).

Para enriquecer este debate, o referido autor cita a tese de Walter Benjamin “sobre o conceito de história” no intuito de fornecer um maior embasamento à sua fala (BENJAMIN, 1994 apud MONTENEGRO, 2007, p. 30). O importante aqui é perceber que o intuito do historiador não se



trata de ter acesso ao passado tal como ele era, pois isso não seria possível, mas, sobretudo, apreender como esse passado foi percebido ou assimilado pelo sujeito em questão através de suas memórias.

Para que continuemos a analisar essa construção da memória através de relatos, vejamos o depoimento da senhora Tereza Pires, bordadeira, 49 anos, em que na sua fala ela seleciona elementos que revelam a sua concepção em relação às duas formas de trabalho – bordado manual e à máquina. Vejamos como ela recorre à memória para poder fornecer tais elementos que caracterizam essa concepção:

É, o bordado na mão, é ótimo muito bonito, muito bonito, eu fazia, mas não pelo dinheiro que ia ganhar, que vou me interessar, que vou subir por causa do bordado. O bordado feito à máquina, não gosto, não gosto, não queria bordar na máquina, meu trabalho, meu intento mais era na mão, porque fica delicado, fica um bordado muito bonito, fica é bom, não era pelo dinheiro e sim pela beleza que fica, é muito importante um trabalho feito na mão, com muito carinho [...] é, fica bonito, fica bom, eu acho que tudo que a gente faz com carinho eu acho que fica importante, é importante [...] (PIRES, 2004, s/p).

Dona Teresa também bordava a mão e em seguida também teve de fazer seu trabalho à máquina. Mesmo tendo de obedecer a uma pressão vinda através do novo sistema que estava sendo imposto, ela não esconde de que maneira prefere trabalhar. Sua preferência pelo bordado manual ocorre por conter nessa forma de trabalhar características que ela considera importantes na hora de executar seu trabalho, pois ao terminá-lo, “gosta” de perceber os detalhes, a “beleza”, porque os faz com “carinho” e o bordado feito à mão expressa essa “delicadeza”. Enquanto que o bordado produzido à máquina não expressa delicadeza, talvez seja o fato das bordadeiras não criarem o bordado e se realizar alguns comandos para que a máquina pudesse “criar”, então o trabalho das bordadeiras passou a ser apenas intermediário.

Notamos nessa questão, apesar das imposições que essas mulheres sofrem, uma resistência quanto à industrialização do bordado. Esse fato encontra-se registrado na maioria das suas narrativas, onde pontuam resistência, dependência e desprendimento desse saber. Antes das máquinas e, portanto, dos atravessadores, as bordadeiras eram detentoras desse saber, que é o que chamamos aqui de cultura do bordado. Além desse fator, podemos notar que são mulheres dotadas de vontades próprias, muito embora não possam desempenhar seu trabalho da forma que preferem, mas na sua própria concepção existe essa preferência, como ficou claro no depoimento acima.

Isso ocorre porque o bordado manual não possui características alienantes, como ocorre na outra modalidade. Essas formas de trabalhar estão cada vez mais perdidas dentro do sistema capitalista no qual estamos inseridos, onde as bordadeiras do distrito de Taparuaba não são exceção.

Essas formas desalienantes de se trabalhar também foram detectadas na região do Vale do Jequitinhonha, situado no nordeste do Estado de Minas Gerais. Lá, dentre outras atividades, como fiar, tecer e bordar, também desempenhadas por mulheres, apresentam-se de formas diferentes das relações capitalistas. É o que nos mostra Silva:

[...] por traz da miséria, foi possível perceber que estas mulheres possuem ou possuíram um enorme saber que lhes define seu fazer, sua maneira de ser, como mulheres dotadas de vontade, ação e criação próprias. Todos esses traços estão se perdendo em virtude da migração forçada e do processo de expropriação e exploração (SILVA, 2004, p. 80).

Notem que a noção de trabalho é entendida aqui não apenas no sentido de produção, mas reside no fato de trabalhar com prazer, de sentir satisfação ao ver o produto acabado e não somente uma sensação de alívio por ter, enfim, se “livrado” de um fardo pesado, mas da arte expressa na

criação. Esse significado atribuído ao trabalho tem desaparecido nas novas formas de relações capitalistas, pois a produção, a urgência do excedente não permite ao trabalhador admirar o trabalho realizado.

O bordado manual foi assim substituído pelo bordado maquinário. Entretanto, mudanças assim não são características exclusivas do meio taperuabense, estas já estavam presentes na Inglaterra do século XIX, quando a industrialização estava começando a se instalar no país, remexendo com os seus costumes. E. P. Thompson vai perceber que:

[...] Um após outro, no decorrer do século 19, os velhos ofícios domésticos foram desaparecendo das indústrias têxteis: ‘tosquiadores’ ou ‘aparadores’, desenhistas de estampas para tecidos de algodão, cortadores manuais, cortadores de fusão [...] (THOMPSON, 1987, p. 88).

Muitos desses ofícios domésticos foram substituídos por máquinas e houve uma grande resistência por parte desses trabalhadores ingleses em relação a essas máquinas, por ocuparem uma posição de destaque devido ao ofício que desempenhavam, não conseguiam perceber qual benefício essas trariam para eles.

Continuando a analisar a narrativa de Dona Teresa, é importante que se leve em conta a sua resistência à outra modalidade do bordado, muito embora ela tenha trabalhado nas duas formas, mas somente com o uso da agulha e do bastidor<sup>1</sup> é que lhe dá prazer. A forma com a qual ela estava acostumada a realizar seu trabalho lhe trazia satisfação, que não é mais possível na nova forma de bordar.

E para que possamos dar mais consistência à nossa análise sobre essa resistência aos novos costumes às formas de se viver que foram impostas após a Revolução industrial, volto a citar Thompson, que ao estudar sobre o conceito de “costumes”, mostra que esses eram bastante fortes na cultura dos trabalhadores do século XVIII e XIX, que chegam a gerar conflitos perante os novos padrões de vida:

---

<sup>1</sup> Espécie de caixilho de madeira que segura o tecido para se bordar.

[...] Em outro sentido, os problemas são diferentes, e possivelmente mais agudos, porque o processo do capitalismo e a conduta não econômica baseada nos costumes estão em conflitos, um conflito consciente e ativo, como que numa resistência aos novos padrões de consumo ('necessidades'), as inovações técnicas ou a racionalização do trabalho que ameaçam desintegrar os costumes e algumas vezes, também a organização familiar dos papéis produtivos. Por isso, podemos entender boa parte da história social do século XVIII como uma série de confrontos entre uma economia de mercado inovadora e a economia moral da plebe, baseada no costume (THOMPSON, 1992, p. 21).

Essas características vão ser descritas também pela depoente Regina Célia Pinto. Noutro trecho de sua entrevista, ela aponta diferenças entre os dois tipos de fazer o bordado:

[...] por que a gente trabalha em máquina, sendo na máquina, cê tem aquele lugar né? Lugar certo cê num pode né? Tá, é só trabalho, aí o bordado a mão não, você leva pra onde quer, né? Agora a máquina não, tem que ta só ali (PINTO, 2004, s/p).

Por não haver um espaço certo ou definido para que essa atividade seja executada, é que ela se difere das formas de se trabalhar no sistema capitalista. Por não existir essa delimitação de espaços, no sentido de não ser necessário permanecer em um só local para bordar no estilo de produção manual também não há a necessidade de se estabelecer uma separação entre local de trabalho do espaço doméstico. Ou seja, com o bordado produzido em casa restava-lhe tempo para realizar as tarefas domésticas e em determinados intervalos era o tempo de bordar.

Dona Tereza também analisa que o bordado manual pode ser feito:

[...] Qualquer hora, toda hora que eu podia pegar, um tempim que eu tinha tava pegano, até no claro da lamparina né? Que era, querosene também, lamparina acesa, aí eu fazia toda hora, toda hora, dava um tempim eu tava fazeno,

ou cedo demais, que a gente se levantava as veiz muito cedo, trabalhar na mão é bom por isso, porque não tem hora marcada, como trabalhar na máquina, já tem um vizin que não gosta da zuada, já tem, tem a energia, é, é, também consumo, né? (PINTO, 2004, s/p).

Veja que a entrevistada, no primeiro caso, não encontra limites na hora de fazer o bordado. Ela o fazia a “qualquer hora”, para isso bastava que sobrasse “um tempim”, pois o fato de ser um trabalho que não possui “hora marcada”, não se transforma em um empecilho para Dona Tereza, ao contrário, torna-se um divertimento e uma arte. Quem determina o horário de trabalho e o que criar são elas mesmas.

Enquanto que, no segundo caso, a entrevistada está constantemente se deparando com certas limitações com a produção à máquina, pois tem “o vizin que não gosta da zuada”, a “energia”, o “consumo”. O problema do consumo consiste pelo fato de as máquinas necessitarem de manutenção própria por um técnico especializado como, por exemplo, lubrificação e reposição de peças.

Tanto na versão de Regina Célia como de Dona Tereza, ambas apresentam na nova forma de bordar uma relação incômoda e de dependência, onde o espaço de trabalho e o tempo são fatores que influenciam na vida cotidiana e na divisão do trabalho dessas bordadeiras. Sob essa visão, Silva interpreta que: “Não havendo uma divisão do tempo feminino, o mesmo ocorre com o espaço. Há uma fusão entre espaço e tempo, na qual as dicotomias entre fora e dentro da casa desaparecem” (SILVA, 2004, p. 82).

As bordadeiras de Taparuaba criticam muito essa “dicotomia entre dentro e fora de casa”, pois não havendo nessas atividades delimitações quanto ao tempo e espaço femininos, acabam tendo condições de desempenhar tarefas no âmbito doméstico, juntamente com as outras ocupações do lar – cozinhar, lavar, preparação de lanches, asseios dos filhos

etc. – e, nesse caso, as bordadeiras encontram uma série de empecilhos, pelo rígido horário a cumprir, por conta da produção, e em conciliar o trabalho, serviços domésticos e os filhos.

## **O TRABALHO DAS BORDADEIRAS POR ELAS MESMAS**

Uma questão que considero de fundamental importância ao fazermos nossa análise sobre o grupo das bordadeiras é a forma em perceber como elas encaram o trabalho com o bordado e forjam saídas para romper as rígidas pressões dos empresários com a dedicação familiar.

Outra maneira foi como elas aprenderam esse saber, como iniciaram e vivenciaram as experiências no trabalho do bordado, acabou implicando fortemente na concepção dessas mulheres sobre o significado desse trabalho em suas vidas, ou seja, o trajeto que procuramos traçar sob essas bordadeiras perpassa a questão da cultura. Para a historiadora Yara Aun Khoury, o conceito de cultura, tomando como referência a realidade social do grupo estudado, deve ser notado com especificidade, pois:

Nessa perspectiva, a cultura não é pensada como curiosidade ou um exotismo, mas enraizada na realidade social, impregnada de um sentido intenso, por meio da qual as pessoas se expressam, reagem, exercendo, ou não, suas possibilidades, criativas, forjando os processos de mudança social (KHOURY, 2001, p. 83).

Trata-se aqui de entender a cultura como algo presente no cotidiano social, seja na forma de viver, de se expressar, de reagir, nas experiências de vida, nas formas de encarar o trabalho, nas resistências, nos costumes e tradições.

Esse tipo de observação nos remete não somente em analisar uma certa minoria privilegiada, mas tenta buscar, nesses processos coletivos, como podemos registrar histórias de pessoas “simples” e percebê-las como sujeitos históricos. Para Déa Fenelon:

E nessa parte da questão que não se pode deixar de reconhecer que, por criticar a história construída de cima para baixo, a História Social coloca ênfase em outros sujeitos, que não reis, políticos ou parlamentares como capazes de fazer a História, sem transformá-los outra vez em novos vilões e novos heróis [...] (FENELON, 1992, p. 14).

Partindo da perspectiva dessa nova postura historiográfica – História Social – é que as bordadeiras são privilegiadas nessa pesquisa, não como algo exótico ou abstrato e sim como elementos que permeiam e caracterizam a realidade social taperuabense.

Para tanto, é importante que analisemos aqui qual o significado desse trabalho para as bordadeiras. O que significa bordar na concepção dessas mulheres, que na sua grande maioria dedicaram quase toda sua vida a essa atividade?

Entretanto é de fundamental importância que, ao definir o termo cultura, não caiamos em definições errôneas ou incompletas considerando a complexidade e o significado heterogêneo que o termo abrange, Thompson observa que:

[...] não podemos esquecer que ‘cultura’ é um termo emaranhado, que ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho [...] (THOMPSON, 1992, p. 22).

Portanto, é importante salientar que, mesmo dentro da categoria bordadeiras, há tipos e comportamentos diferentes de bordadeiras. É possível perceber entre elas diferenças no que se refere à forma como

realizam o seu trabalho, como elas o encaram e se oferecem ou não resistências quanto às imposições da industrialização do bordado.

É importante que se faça essa distinção de forma minuciosa para que não se forme uma falsa impressão e uma homogeneidade que não se percebe, quanto a esses aspectos culturais.

O significado desse trabalho na vida das bordadeiras também se apresenta de forma heterogênea, apesar dessas mulheres terem apreendido esse saber no âmbito doméstico, essa forma de aprendizado se deu com características como essas, que também estão presentes na tecelagem manual produzida no Triângulo Mineiro. Num estudo sobre cultura material na região, Claudia Renata Duarte percebe especificidades como: “O grupo das artesãs dos fios e tecidos é bastante heterogêneo na região. Parte delas aprenderam a atividade por necessidade, parte por curiosidade e, por isso mesmo, o modo como apreendem seus ofício são distintos” (DUARTE, 2001, p. 140).

Questões como essas estão relacionadas à própria cultura dessas mulheres, da forma como lhes foi transmitido esse saber e como elas foram influenciadas na forma de criar e definir o trabalho no bordado, características que estão presentes na própria perpetuação do saber, mesmo quando ele se transforma de um trabalho manual para um maquinário.

Vejamos o depoimento de dona Olga Ávila Pinto, empresária e aposentada, 64 anos. Começou a bordar aos dez anos de idade e pôde desempenhar o seu trabalho manual durante muito tempo, pois teve a oportunidade de vivenciar muito bem esse período.

Através da sua experiência, notem como ela define esse trabalho para a sua vida: “Porque esse trabalho ele depende muito da qualidade [...] o bordado é muito importante, mas ele é mais importante ainda se você tiver a criatividade, tive o cuidado, o zelo por ele de sempre ser um trabalho bem feito [...]” (PINTO, 2004, s/p).



Como se pode ver, Dona Olga empresta ao seu trabalho do bordado a “criatividade”, “cuidado”, “zelo”, que são características próprias da personalidade das bordadeiras, pois o exercício dessas artes é caracterizado por detalhes que se encontram inalienáveis à vida dessas mulheres.

Podemos perceber como a bordadeira se doa a esse trabalho, emprestando a ele características próprias, onde registram a cada trabalho suas marcas, pontos que definem características e identidade.

Esse “desejo”, “vontade” ou “criação individual” consiste em uma ponte que se constrói entre o ato de bordar e o momento de devaneio. Esse elo que vai dar origem à criatividade citada por Dona Olga só é possível no bordado manual, onde ainda existe o sentimento de posse do bordado.

Quando a depoente se refere à importância de o bordado ser “um trabalho bem feito”, reflete o seu esmero quanto à qualidade final do produto. Para ela, a importância do bordado consiste na sua qualidade, por isso, então, a razão da sua exigência de um bordado “bem feito”.

Citaremos outro trecho da entrevista de Dona Tereza, bordadeira, 49 anos. A entrevistada também nos revela a sua visão em relação ao trabalho com bordado. Veja que no seu relato ela também deixa transparecer a sua preocupação em fazer um bordado de qualidade:

É, eu acho que, que a gente deve trabalhar, consciente de que o trabalho vai sair bem feito, é muito melhor fazer devagar e ficar bem feito do que fazer às pressas e ficar um trabalho atravessado, um trabalho mal feito, um trabalho feio, eu prefiro mais que seja devagar e que seja bem feito, eu acho que se organiza melhor (XAVIER, 2004, s/p).

No caso de dona Tereza, a exigência pelo trabalho bem feito traduz-se em uma prioridade para ela. Observe que a sua concepção de trabalho não possui elementos alienantes, quando ela considera mais importante fazer o trabalho “devagar”, mas “bem feito” do que “às pressas” e “mal

feito”, o que vai importar aqui não é o tempo que foi “gasto” para produzir o bordado, mas a qualidade final do produto.

Essa importância dada ao bordado bem feito, de qualidade, presente nos dois depoimentos referentes ao trabalho com o bordado, refere-se antes às exigências de mercado, a uma questão de costumes que são adquiridos através das experiências de trabalho e de vida dessas mulheres. Por último, é importante referenciar que durante todas as análises das entrevistas pudemos perceber o elo que as bordadeiras traçam entre a experiência de vida e o bordado, onde tudo se confunde, trabalho, prazer e disciplina. Uma vida embrionada na arte que se inicia desde a infância, talvez seja uma das primeiras responsabilidades que aprendem quando crianças.

Concluo citando Silva, que mesmo analisando as tecelãs do Vale do Jequitinhonha, situado no nordeste do Estado de Minas Gerais, as relações de trabalho se tornam diferentes.

A categoria-chave utilizada é o trabalho, entendido não só como um simples dispêndio de força física e mental, mas como uma atividade que envolve, além desse dispêndio, um conjunto de significados e representações presentes em todas as esferas da vida. Um verdadeiro fazer que remete a ação, ao saber ao devaneio, a realização, ao contrário da alienação do trabalho nas relações capitalistas (SILVA, 1998, p. 79).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A introdução, ou mesmo a imposição, da industrialização no setor da produção do bordado no distrito de Taperuaba é vista aqui não apenas como mudanças estéticas, mas, sobretudo, como transformações históricas, bem como mudanças na cultura local e nas relações sociais de trabalho.

Partindo de um aspecto cultural, o que se percebe é que o bordado manual, ao ser substituído pelo maquinário, acabou por se extinguir no meio

taperuabense, por tratar-se de mão de obra lenta, portanto, barata perante a outra modalidade, e que não acompanharia o novo ritmo de trabalho adotado pelos atravessadores-microempresários e imposto às bordadeiras.

Esse processo traz como consequência a perda da prática do bordado como uma técnica e da arte que era repassada hereditariamente de mãe para filha, sendo mesmo uma atividade pautada na formação, nas prendas do lar, fazedor da própria educação feminina.

Nesse interstício, o ofício do bordado manual não está mais sendo repassado entre essas mulheres e praticamente não existe mais quem o faça, já que as bordadeiras contemporâneas não aprenderam a fazê-lo.

Com essa mudança, percebemos que o alastramento do bordado industrial por Taparuaba e região agora não se configura mais como uma simples atividade doméstica, mas como uma atividade que gera emprego e renda para os taperuabenses, assumindo assim, atividade principal na localidade, oferecendo emprego, mas, sobretudo, explorando o trabalho de homens e mulheres que se dedicam à produção do bordado.

Quanto à inserção do trabalho masculino na produção do bordado, vemos como uma forma de carência de mão de obra e ao mesmo tempo uma desvalorização por parte dos microempresários do trabalho feminino nos setores gerenciais. No demais, notamos que as tarefas sexuais são bem definidas: às mulheres cabe a criação do bordado, aos homens, os trabalhos braçais, como embalamento e distribuição de mercadorias.

Outro fator que gostaria de registrar é a importância da entrevista oral como fonte para o trabalho do historiador, pois através das narrativas pude notar como as lembranças, as memórias vieram à tona e deram vários sentidos ao estudo. Nessa busca metodológica romperam-se as experiências de vida dessas mulheres, a cultura do bordado, a divisão do trabalho e outras formas que se faziam presentes perante o cotidiano do mundo do bordado.

Dado que merece ser ressaltado sobre a história oral como fonte é o fato da ética que devemos adquirir ao nos apropriarmos da narrativa dos entrevistados e fazermos nossa análise. Fato como esse merece ser cuidadosamente analisado e refletido, pois são histórias de vida pautadas em lembranças, que ao serem constituídas dão formas a uma vivência que consideram como “verdades” e que não cabe ao historiador contestar, mas procurar dar sentido a essas falas para mapear os fatos tornando-os compreensíveis de se perceber a contextualização sobre a qual os depoentes narram.

Finalizo observando que as técnicas e a arte da cultura do bordado praticamente desaparecem, cedem lugar às máquinas que comandam o ritmo de trabalhos das bordadeiras, mas as resistências rompem com o cotidiano dessas trabalhadoras.

## REFERÊNCIAS

ALEGRE, M. S. P. Vaqueiros, agricultores e artesãos: Origens do Trabalho Livre no Ceará Colonial. In: **Revista de sociais**, Fort. v. 20/21. Nº 1/2, 1989/1990. p. 01-29.

DUARTE, C. R. A tecelagem manual do Triângulo Mineiro: uma contribuição para a história da cultura material em Minas Gerais. In **História & Perspectivas**, Uberlândia, (25 e 26): 121-146, jul./dez. 2001/ jan./jul. 2002.

FENELON, D. R. O **historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?** IN.: **História e Perspectivas**. Uberlândia, (06): 05-23, jan.-jul./1992.

KHOURY, Y. A. Narrativas orais na investigação da História Social. In: **Projeto história**. São Paulo, nº 22, Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Departamento de Histórias, PUC – SP, jun. 2001.

MARQUES, A. M. *et al.* **História contemporânea através de textos**. Contexto. SP. 2001. p. 26-47.

MONTENEGRO, A. T. Combates pela história: história e memória. in: **História Oral**, v. 10, n. 1, p. 27-42, jan.-jun. 2007.

SAMUEL, R. História Local e História Oral. In.: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 1989.

SILVA, D. M. O. Algumas experiências no diálogo com memórias. In: FENELON, D. R. et al. (orgs). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004, p. 191-207.

SILVA, M. A. M. Fiandeiras, Tecidos, Oleiras: redesenhando as grotas e veredas. In: **Projeto história**. São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em História e departamento de História, PUC-SP, n. 16, fev. 1998, p. 7-15.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. v. II. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Voz do passado: História Oral**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

## **DEPOIMENTOS ORAIS E ESCRITOS**

ÀVILA, Angelina. Entrevista realizada por Francisca Rosângela Alves André. Taparuaba, 2 de jan. 20004.

PINTO, Olga Ávila. Entrevista realizada por Francisca Rosângela Alves André. Taparuaba, 15 de nov. 2005.

PINTO, Regina Célia. Entrevista realizada por Francisca Rosângela Alves André. Taparuaba, 10 de out. 2004.

PIRES, Tereza. Entrevista realizada por Francisca Rosângela Alves André. Taparuaba, 8 de marc. 2004.

XAVIER, Antonio. Entrevista concedida a Francisca Rosângela Alves André. Taparuaba, 4 de fev. 2004.

# PERSPECTIVAS AMBIENTAIS







## CAPÍTULO 7

### COMPARTIMENTAÇÃO GEOAMBIENTAL

*José Marcos Duarte Rodrigues*

#### INTRODUÇÃO

Os estudos geoambientais partem do princípio de que há uma ordem natural promovendo a organização da superfície terrestre a partir das relações estabelecidas entre seus elementos. Desta forma, pretende-se realizar, neste capítulo, uma compartimentação geoambiental do distrito de Taparuaba, tendo como base as inter-relações entre os componentes naturais, considerando o relevo como fator diferenciador das unidades de paisagem.

Contudo, o presente capítulo objetiva compartimentar e classificar as unidades de paisagem de acordo com Bertrand (1972). Desta forma, espera-se contribuir com possíveis ações e medidas voltadas para o planejamento ambiental do distrito de Taparuaba.

A presente pesquisa fundamenta-se nos estudos geossistêmicos, justificados na Teoria Geral dos Sistemas (TGS). Segundo Troppmair (1985), geossistema é um espaço amplo com certa homogeneidade em seus componentes, estruturas, fluxos e relações, que se integram e formam o meio físico, possuindo três características essenciais: a morfologia, a dinâmica e a exploração biológica. Sendo a morfologia - a expressão física do arranjo dos elementos e da conseqüente estrutura espacial; a dinâmica – o fluxo de energia e matéria que passa pelo sistema e que varia no espaço e no tempo; e a exploração biológica – caracterizada pela ação antrópica.

A metodologia adotada foi a de Bertrand (1972). Para este autor, a escala é a etapa fundamental nos estudos da paisagem, desta forma, classifica-a em unidades superiores e inferiores. As superiores são: zona, domínio e região natural. As inferiores: geossistema, geofácies e geótopos. Nas unidades superiores, o que mais interessa aos geógrafos é o relevo e o clima e, acessoriamente, as grandes massas de vegetação. Nas unidades inferiores está o geossistema, é nele que ocorrem os fenômenos que mais agem sobre a paisagem, portanto, são os fenômenos que mais interessam aos geógrafos.

Deste modo, o geossistema funciona como um complexo dinâmico e instável. Portanto, o primeiro passo dado na efetivação da pesquisa foi a descrição dos componentes naturais do distrito de Taparuaba (geologia, geomorfologia, solos, clima e vegetação).

Posteriormente, delimitaram-se e representaram-se cartograficamente as geofácies, seguindo as categorias inferiores de paisagem (geossistema e geofácies), representados na escala de 1:72.000. Destarte estabeleceram-se três geofácies: Planície Ribeirinha do Rio Bom Jesus, Sertões e Pés de Serra de Taparuaba e Serras Secas. A partir de então, descreveu-se cada unidade, quanto às suas características físicas, suas potencialidades e limitações e os principais impactos ambientais.

## **COMPONENTES GEOAMBIENTAIS**

### **BASES GEOLÓGICAS**

Segundo o mapa “Geodiversidade do Estado do Ceará” (CPRM, 2010), na escala 1:500.000, constatou-se que a área do distrito de Taparuaba é constituído pelos Depósitos Sedimentares Cenozoicos, Complexos Gnaisse-Migmatíticos e Granulitos e por Complexos Granitoides Deformados.

Depósitos sedimentares cenozoicos são compostos por argilas, areias, quartzosas e quartzofeldspáticas, conglomeráticas ou não, cascalhos e argilas orgânicas/fluvial, de granulação grosseira. São constituídos por material detrítico ou clástico procedente diretamente do transporte de materiais resultante do intemperismo das rochas preexistentes (BIGARELLA et al., 2009).

Complexo gnaiss-migmatíticos e granulitos corresponde a Suíte Intrusiva Tamboril-Santa Quitéria. Composta por Granito, Granito-Gnáissico, Migmatito, Milonito e Anfibolito. Pertence ao Domínio dos Complexos Gnaiss-Migmatíticos e Granulitos, assim como aos Migmatitos indiferenciados. Área intensamente dobrada, pouco a moderadamente fraturada. Apresenta deformação dúctil/rúptil. Havendo atuação do intemperismo físico, de baixa a alta intensidade, na horizontal e na vertical (CPRM, 2010).

Complexo granitoides deformados composta por Granito, Granodiorito, Biotita-hornblenda granito. Pertence ao Domínio dos Complexos Granitoides Deformados, assim como a séries graníticas subcalcinas: calcialcalinas (baixo, médio e alto-K) e toleíticas. Ex.: Sienogranitos, monzogranitos, granodioritos, tonalitos, dioritos, quartzomonzonitos, monzonitos etc. com alguns minerais diagnósticos: hornblenda, biotita, titanita. Área não dobrada, pouco a moderadamente fraturada. Apresenta deformação rúptil/dúctil. Havendo, de moderada a alta, atuação do intemperismo físico (CPRM, 2010).

## **DOMÍNIOS GEOMORFOLÓGICOS**

Com base na classificação de Souza (1988, 2003), têm-se para a área do distrito de Taparuaba o Domínio dos Escudos e Maciços Antigos (Depressão Sertaneja e Inselbergues) e o Domínio dos Depósitos Sedimentares Cenozoicos (Planícies Fluviais).

Depressão sertaneja: a depressão sertaneja é a unidade de relevo mais típica e representativa no semiárido, para Ab'Sáber (1999, p.15), essas áreas são “heranças de uma longa história fisiográfica, comportando-se como remanescentes de uma vasta rede de planícies de erosão, elaborada entre fins do Terciário e início do Quaternário”, sendo regiões de aplainação desenvolvidas entre as chapadas e os maciços antigos. É marcada por topografias planas e suavemente ondulada com variação de 90 a 180m de altitude com baixo nível de declividade.

Inselbergues: os inselbergues, de acordo com Souza (2000), resultam da erosão mecânica e diferencial, surgem devido a resistências das massas de rochas ao processo de pediplanação do fim do Terciário, quebrando a monotonia das longas depressões sertanejas, apresentando declives íngremes, relevo rochoso e solos rasos. Representam as maiores cotas altimétricas, variando de 270m nos serrotes do Valentim, Serrote Marfim e Serra da Caminhadeira, chegando até 800m de altitude na Serra do Corrente e Serra do Feijão.

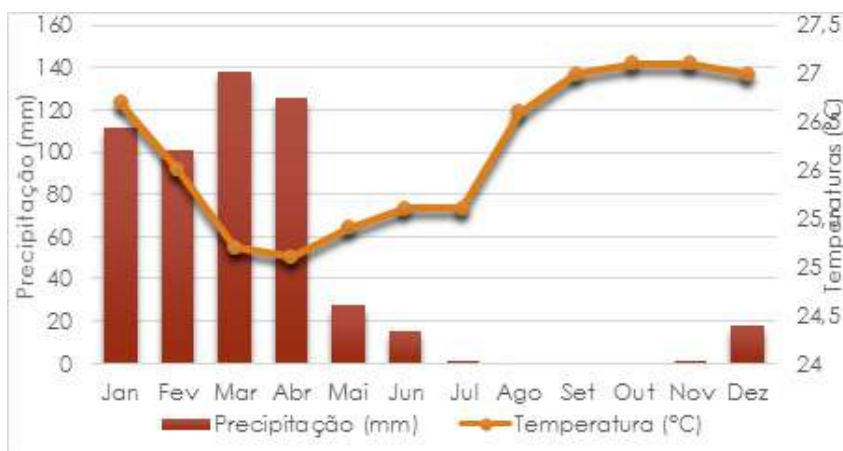
Planícies fluviais: o processo de formação desta unidade de relevo está ligado ao transporte de matéria através dos sistemas fluviais. Na área em estudo, a planície fluvial situa-se nas áreas subjacentes ao rio Bom Jesus e seus tributários, assim como, também, do riacho Bilheira. O leito menor varia de 10 a 21m de largura nas áreas de baixa altitude e de 1 a 10m nas cotas mais elevadas. O dique marginal do rio Bom Jesus, partindo do nível de base local, tanto em relação à margem direita como esquerda, varia de uma média de 3m a apenas alguns centímetros em trechos com um elevado estado de erosão laminar em suas margens (RODRIGUES, 2016; LIMA; RODRIGUES; BARROS, 2016).

## **CARACTERÍSTICAS HIDROCLIMÁTICAS**

O distrito de Taperuaba apresenta clima quente e semiárido - Bsw'h' segundo a classificação de Köppen, com estação chuvosa concentrada nos

cinco primeiros meses do ano. Quanto às temperaturas, o distrito apresentou variação entre 25°C e 27°C, onde as maiores temperaturas concentram-se nos meses de agosto a janeiro, com volumes de precipitação inexpressivos, correspondendo à estação seca, provocando o alto índice de deficiências hídricas. Os menores valores de temperaturas concentram-se nos meses de fevereiro a julho, nesse mesmo período ocorrem os maiores volumes de chuvas, o que corresponde ao período chuvoso, provocando acumulação hídrica e em alguns casos o excedente hídrico, conforme apresentado no gráfico 1.

**Gráfico 1** – Climograma do distrito de Taperuaba. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.



Fonte: extraído de FUNCEME (1998 a 2010).

Conforme o balanço hídrico, pode-se verificar que no distrito de Taperuaba as precipitações concentram-se nos meses de janeiro a maio. No mês de janeiro, a precipitação foi de 111,60mm, inferior à evapotranspiração, que foi de 141,10mm, apresentando um déficit hídrico de 29,5mm. Em fevereiro, a precipitação foi 100,5mm e a evapotranspiração alcançou os 119,03mm, com um déficit hídrico de 18,5mm. No mês de março, a precipitação foi de 138,30mm e a evapotranspiração chegou a 116,76mm,

com um armazenamento de 21,5mm. No mês de abril, a precipitação foi de 125,80mm e a evapotranspiração de 110,29mm, não houve déficit hídrico, mas um armazenamento de 37,0mm. No mês de maio, o índice pluviométrico alcançou apenas 28mm e a evapotranspiração alcançou 117,93mm, provocando um déficit hídrico de 56,88mm (tabela 1).

**Tabela 1** – Balanço hídrico segundo Thornthwaite e Mather (1995). Sobral, Ceará, Brasil, 2018.

Tempo	T	P	ETP	P-ETP	ARM	ALT	ETR	DEF	EXC
MESES	°C	mm	Thornthwaite 1948	mm	mm	mm	mm	mm	mm
Jan.	26,7	111,60	141,10	-29,5	0,0	0,0	111,6	29,5	0,0
Fev.	26	100,50	119,03	-18,5	0,0	0,0	100,5	18,5	0,0
Mar.	25,2	138,30	116,76	21,5	21,5	21,5	116,8	0,0	0,0
Abr.	25,1	125,80	110,29	15,5	37,0	15,5	110,3	0,0	0,0
Mai	25,4	28,00	117,93	-89,9	3,9	-33,1	61,1	56,8	0,0
Jun.	25,6	15,40	116,65	-101,3	0,3	-3,6	19,0	97,7	0,0
Jul.	25,6	1,50	120,39	-118,9	0,0	-0,3	1,8	118,6	0,0
Ago.	26,6	0,00	139,01	-139,0	0,0	0,0	0,0	139,0	0,0
Set.	27	0,00	143,23	-143,2	0,0	0,0	0,0	143,2	0,0
Out.	27,1	0,00	151,44	-151,4	0,0	0,0	0,0	151,4	0,0
Nov.	27,1	0,60	147,89	-147,3	0,0	0,0	0,6	147,3	0,0
Dez.	27	18,00	151,70	-133,7	0,0	0,0	18,0	133,7	0,0
Total anual	26	539,7	1.575,4	-1035,7	62,7	0,0	539,7	1035,7	0,0

Legenda: (T) temperatura; (P) precipitação; (ETP) evapotranspiração; (P-ETP) evapotranspiração potencial; (ARM) armazenamento; (ALT) variação do armazenamento; (ETR) evapotranspiração real; (DEF) deficiência hídrica; (EXC) excedente hídrico.

Fonte: Thornthwaite e Mather (1995); FUNCEME (1999-2008); Celina 1.0. Desenvolvido por Costa (2007). Adaptação: Rodrigues (2016)

## TIPOS DE SOLOS

De acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (EMBRAPA, 2006), foram identificadas na área do distrito de Tapuruaba

duas classes de solo do 1º nível (ordem): os Luvisolos e o Neossolos. Os Neossolos agrupam duas classes do 2º nível (subordem), os Litólicos e os Flúvicos. Os litólicos abrangem os Neossolos Litólicos e os Neossolos Flúvicos. Os Luvisolos apresentam apenas uma classe do 2º nível, os Crômicos, que por sua vez abrangem os Brunos Não Cálcidos.

Luvisolos crômico apresentam o horizonte B textural (Bt) seguido pelo horizonte A ou E, com argila de alta atividade na parte mais superficial com acumulação nos horizontes subsuperficiais. São solos bem ou imperfeitamente drenados, poucos profundos, de 60 a 120cm, podendo apresentar pedregosidade superficial, acontecem em relevo plano a suavemente ondulado característicos da depressão sertaneja (LIMA, 2012).

Neossolos litólicos de acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SIBCS, 2006), são solos poucos evoluídos sem o horizonte B, apresentando o horizonte A seguindo pelo C ou R. Para Lourenço (2013), estes tipos de solos apresentam o horizonte A diretamente sobre a rocha – horizonte R, sendo comum encontrar superficialmente pedregosidade e/ou rochosidade, podendo ser vinculados aos afloramentos rochosos (EMBRAPA, 2006).

Neossolos flúvicos são solos resultantes da sedimentação aluvial do Holoceno, pouco desenvolvidos apresentando sequencialmente os horizontes A e C, são de médio a muito profundos, com textura variando de arenosa para argilosa, com drenagem moderada e/ou imperfeita, são ricos em constituintes primários com fácil decomposição, essencial à vida das plantas. De modo geral, não apresentam graus elevados de suscetibilidade a erosão por situarem-se em área de relevo plano (EMBRAPA, 2006).

## VEGETAÇÃO

Floresta caducifolia espinhosa (caatinga alta) embora seja própria das encostas serranas e das elevações graníticas isoladas, pode ser encontrada em outras áreas da depressão sertaneja, conforma afirma Fernandes (1990). O estrato arbóreo encontra-se de forma pontual em áreas de maior conservação da cobertura vegetal, sendo que se apresenta em estado de degradação devido ao processo de uso e ocupação sofrido, portanto parte deste tipo de vegetação foi transformada em capoeira de caatinga arbórea, onde havia árvores de grande porte de espécies como pau-branco, catingueira, sabiá, Juazeiro, juazeiro, maniçoba, aroeira, Jurema-preta, mofumbo, mandacaru, dentre outras.

Caatinga baixa este tipo de vegetação é resultante do processo de degradação sofrido pela caatinga arbórea ao longo do processo de uso e ocupação, de acordo com Fernandes (1990), em decorrência das intervenções antrópicas através da agricultura de subsistência e da extração madeireira, a caatinga alta é substituída por uma feição antropizada de caatinga baixa com estrato arbustivo/subarbustivo, denominada de capoeiras. Na área de estudo, as capoeiras destacam-se com representação constante e intensa na paisagem constituindo-se de dois padrões, um denso e outro aberto, apresentando dois estratos, arbustivo/subarbustivo e herbáceo, com espécies como o xique-xique, pinhão-bravo, coroa-de-frade etc.

Floresta mista dicótilo-palmácea (mata ciliar e mata de várzea) encontrada nas margens do rio Bom Jesus e seus tributários. Também denominada de mata ciliar, essa vegetação encontra-se em solos de aluvião e está ameaçada pelo desmatamento e pela extração indiscriminada de madeira. São comuns espécies arbóreas dentre as quais se destacam ingazeira, mulungu e oiticica.



Carnaubal (mata de várzea) resulta “dos transbordamentos dos rios, em terrenos planos”, onde a vegetação poderia ser considerada uma extensão da vegetação ribeirinha (FERNANDES, 1990, p. 76). Na área de estudos, localiza-se nos vales do rio Bom Jesus e seus tributários, sendo representada principalmente pela carnaubeira, palmeira que exerce um importante papel econômico na produção de cera a partir do pó retirado de suas palhas, assim como na confecção de artesanato com suas palhas. Neste tipo de vegetação também são encontradas espécies da vegetação ribeirinha e da caatinga arbustivo-subarbustiva, destacando o mofumbo, oiticica, jurema-preta, juazeiro, canafistulas, dentre outras.

## **USO E COBERTURA DO SOLO**

Com o intuito de melhor representar o uso e ocupação do solo, optou-se por estabelecer quatro classes deferentes de uso e ocupação existente no distrito, são elas: área com construções residenciais, área com fraca cobertura vegetal, recursos hídricos e áreas com forte cobertura vegetal.

Áreas com fraca cobertura vegetal: concentram-se em relevo ondulado a plano, recobrando a depressão sertaneja e a planície fluvial do rio Bom Jesus. Em alguns setores, o solo está parcialmente exposto com pedregosidade na superfície.

Essas áreas encontram-se desmatadas devido à agricultura de subsistência, à pecuária extensiva e ao extrativismo vegetal, ocasionando a descaracterização da vegetação ou mesmo deixando o solo parcialmente sem cobertura vegetal, apenas com o estrato herbáceo.

Áreas antrópicas não agrícolas com construções residenciais: podem ser caracterizadas na sede do distrito por residências de porte médio, na maioria dos casos, mas também há residências de maior porte, algumas alcançando dois andares. Nas áreas rurais, as casas caracterizam-se por sede das fazendas e pequenas casas em seu entorno, incluindo casas de taipa e de alvenaria.

No entanto, devido ao elevado número de pessoas que saem do meio rural para a sede do distrito, nota-se que nas localidades acima apresentadas há o abandono de residências, ou seja, nota-se um significativo número de casas sem moradores, ressaltando o processo de urbanização observado na área.

Recursos hídricos: são de pequeno a médio porte, os barramentos de pequeno porte exercem a função de dessedentação dos rebanhos e para uso humano nos períodos de chuva, ressaltando que o período de permanência da lâmina d'água dá-se em função do período chuvoso.

O uso de poços, tanto tabular como amazonas, na área em estudos, volta-se para a dessedentação de animais, devido à salinização das águas. Portanto, o uso humano dessas águas está voltado somente para o uso doméstico. Nesse contexto, as cisternas de placas exercem um papel importante, principalmente para o consumo humano.

Áreas com forte cobertura vegetal: situam-se de forma intensa, em relevo íngreme e de médias altitudes, o que dificulta a construção residencial e as atividades socioeconômicas, prevalecendo o extrativismo vegetal e a pecuária extensiva.

Contudo, se pode afirmar que, de acordo com o quadro socioambiental apresentado, a área requer planejamento e plano de gerenciamento, no que se refere ao uso dos recursos naturais.

## **COMPARTIMENTAÇÃO GEOAMBIENTAL**

De acordo com a metodologia adotada, foi possível propor três geofácies para a área, são eles: Planície Fluvial do rio Bom Jesus, Serras Secas, Sertões e Pés de Serras de Taperuaba.

## PLANÍCIE FLUVIAL DO RIO BOM JESUS

Este ambiente localiza-se nas áreas adjacentes do rio Bom Jesus e seus tributários. Constitui-se geologicamente por Depósitos Sedimentares da era cenozoica do período Quaternário, essas unidades são as mais recentes da área, com cerca de 1,75 milhões de anos, constituída por areias, argilas e cascalhos. Seu relevo está representado pelas planícies fluviais do rio Bom Jesus e seus afluentes. Apresenta uma distribuição pluviométrica semelhante à de toda a área da sub-bacia, com total mínimo anual em torno de 200mm e total máximo próximo de 1000mm, com temperaturas médias entre 25°C e 27°C e boa disposição hídrica superficial e sub superficial. Os solos predominantes são os Neossolos flúvicos (solos aluviais). A vegetação dominante é a Floresta Mista Dicótilo-Palmaceae.

Quanto ao potencial e limitações, esse sistema corresponde a áreas rebaixadas constituídas de sedimentos aluviais com areias mal selecionadas, incluindo silte, argilas e cascalhos. Dispõe de razoável disposição hídrica superficial e sub superficial, apresenta solo aluvial revestido pela Floresta Mista Dicótilo-Palmaceae. São áreas utilizadas para o extrativismo vegetal e o uso agrícola, onde a agricultura prepondera em relação às lavouras de vazante, alguns setores são preferenciais para instalação de olarias. As limitações ambientais estão condicionadas à irregularidade das precipitações, às inundações periódicas e a salinização.

Os principais impactos ambientais são de ordem antrópica, como o desmatamento, queimadas, assoreamento, poluição dos recursos hídricos e a diminuição do número de espécies vegetais e animais, provocada pela caça predatória e pelo extrativismo vegetal. De ordem natural, citam-se as inundações periódicas que em alguns momentos pode prejudicar a lavoura.

## **SERRAS SECAS**

Esse ambiente é constituído pela Serra do Feijão ao sul-sudeste com 14,5km<sup>2</sup> e com altitude máxima de 720m, próximo dela, com menor extensão e menores altitudes, situam-se o Serrote do Vaqueiro, com 1,0km<sup>2</sup> e altitude de 420m; o Serrote do Bezerra, representando 4,6km<sup>2</sup> e altitude máxima de 360m; o Serrote Rajada Preta, constituindo-se de 0,6km<sup>2</sup> e 300m de altitude, e o Serrote do Valentim, com 8,3km<sup>2</sup> e 510m de altitude. Ao Sudoeste localiza-se o Serrote das Quintas, com 2,0km<sup>2</sup> e 510m de altitude. Na direção nordeste encontra-se o Serrote do Marfim (Serrote do Pelado), com 300m de altitude e 1km<sup>2</sup>. A leste encontra-se o Serrote do Paraíba, com 0,5km<sup>2</sup> e 300m de altitude, o Serrote Santa da Farinha, com 1km<sup>2</sup> e 270m de altitude, a Serra da Caminhadeira, com 4km<sup>2</sup> e 360m de altitude e a Serra do Corrente correspondendo a apenas 8,4 km<sup>2</sup>.

O relevo caracteriza-se por agrupamento de inselbergues, com formas dissecadas e altitude máxima de 720m. Sua pluviometria raramente ultrapassa o total anual de 800mm. Os solos predominantes são os Neossolos Litólicos associados aos afloramentos rochosos. O tipo de vegetação que prepondera é a caatinga arbustivo-subarbustiva, existindo remanescentes de Caatinga Arbórea (Floresta Caducifólia Espinhosa).

Seus potenciais e limitações relacionam-se com suas características naturais, por serem áreas íngremes com afloramentos rochosos, o uso agrícola e da agropecuária extensiva é limitado. Apresenta potencial para extrativismo vegetal sustentável.

## **SERTÕES E PÉS DE SERRAS DE TAPERUABA**

Geologicamente, caracteriza-se por relevo plano a ondulado, correspondente à depressão sertaneja com baixas altitudes. Os solos constituem-se dos Luvisolos. A vegetação encontra-se distribuída em seu aspecto fisionômico de acordo com o nível de degradação. Nas áreas

de maior exploração, devido ao desmatamento e à pecuária extensiva, identifica-se o estrato herbáceo e o arbustivo/subarbustivo com a presença da jurema-preta, do mofumbo e do marmeleiro. Essas espécies são mais resistentes e conseguem brotar mesmo após a derrubada da vegetação original, não carecendo de um sistema ambiental equilibrado para se desenvolver.

Os principais impactos ambientais são de ordem antrópica, destacando-se o desmatamento e queimadas para a prática da agricultura de subsistência, ocasionando a extinção de espécies da Caatinga Arbórea. As limitações relacionam-se principalmente com os aspectos climáticos, com os longos períodos de seca, limitando as atividades agrícolas e a pecuária extensiva, retratando um quadro ambiental problemático. Apresenta potencial para o sistema agrosilvipastoril, que consiste na associação da agricultura com a silvicultura e o pastoril. Esse sistema, além de ser mais rentável, possibilita a recuperação de áreas desmatadas.

Na figura 1, mostram-se áreas correspondendo aos Sertões e Pés de Serra de Taparuaba e, ao fundo, as Serras Secas. Claramente percebem-se as características do relevo da depressão sertaneja, como sendo plano a suavemente ondulado, com caimento em direção ao nível de base local. A vegetação, nas áreas mais próximas a quem observa a imagem, está bastante degradada, com solo exposto e com áreas de capoeira, o que caracteriza a atuação antrópica através de cultivo ocorrido em anos anteriores. Percebe-se, também, a presença de estradas carroçáveis, assim como cercas e postes de energia elétrica, demonstrando serem áreas intensamente utilizadas pela comunidade que reside nesta geofácia. Ao observar um pouco mais adiante na imagem, percebem-se áreas, ainda de Sertões e Pés de Serras, com uma vegetação de caatinga de maior porte e mais conservada. Quanto às Serras Secas, na imagem se caracteriza pelo inselbergue Serra das Quintas, percebe-se o relevo com forte declividade e com a presença de afloramentos rochosos nos flancos visualizados na imagem. Embora não

esteja totalmente visível, é notória a presença de uma vegetação mais densa e razoavelmente conservada. Tais características são devidas à dificuldade de uso mais intenso.

**Figura 1** – Sertões e Pés de Serras de Taperuaba e Serras Secas. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.



Fonte: José Marcos Duarte Rodrigues (arquivo pessoal).

Na figura 2, visualiza-se a Planície Fluvial do Rio Bom Jesus. O trecho mostrado na figura demonstra, claramente, forte degradação provocada pela agricultura de subsistência. Tal fato deve-se às características destas áreas, como solos mais profundos e com razoável disponibilidade hídrica. No entanto, algumas plantas típicas deste ambiente ainda resistem, como a carnaubeira e a canafistula. Estas áreas são fortemente utilizadas para a agricultura de subsistência, mostrando sua importância para as comunidades, no entanto, deve-se atentar para preservação destas áreas, necessitando de delimitação das Áreas de Proteção Permanente (APPs), de

acordo com o Código Florestal. Claramente a área representada na imagem demonstra que estas áreas carecem de recomposição da mata ciliar, como a proposta de Lima, Rodrigues e Barros (2016).

**Figura 2** - Planície Fluvial do rio Bom Jesus. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.



Fonte: José Marcos Duarte Rodrigues (arquivo pessoal)

Na figura 3 visualiza-se o Açude Bom Jesus e, ao fundo, ambiente de Serras Secas (inselbergue Serrote do Bezerra). O açude Bom Jesus demonstra a principal característica dos recursos hídricos da área, ou seja, pequenos açudes utilizados principalmente para dessedentação dos rebanhos (bovinos e ovinos). Observa-se também a presença do capim utilizado para alimentar os rebanhos, o que demonstra a importância desse recurso para a sobrevivência das comunidades ribeirinhas. O inselbergue Serrote do Bezerra, ao contrário do anterior, mostra visualmente marcas

da agricultura de subsistência, ficando os blocos de rochas aflorados e, como os solos são rasos e o relevo apresenta-se com forte declividade, os processos erosivos são acelerados.

**Figura 3** – Açude Bom Jesus e ao fundo Serras Secas (Serrote do Bezerra). Sobral, Ceará, Brasil, 2018.

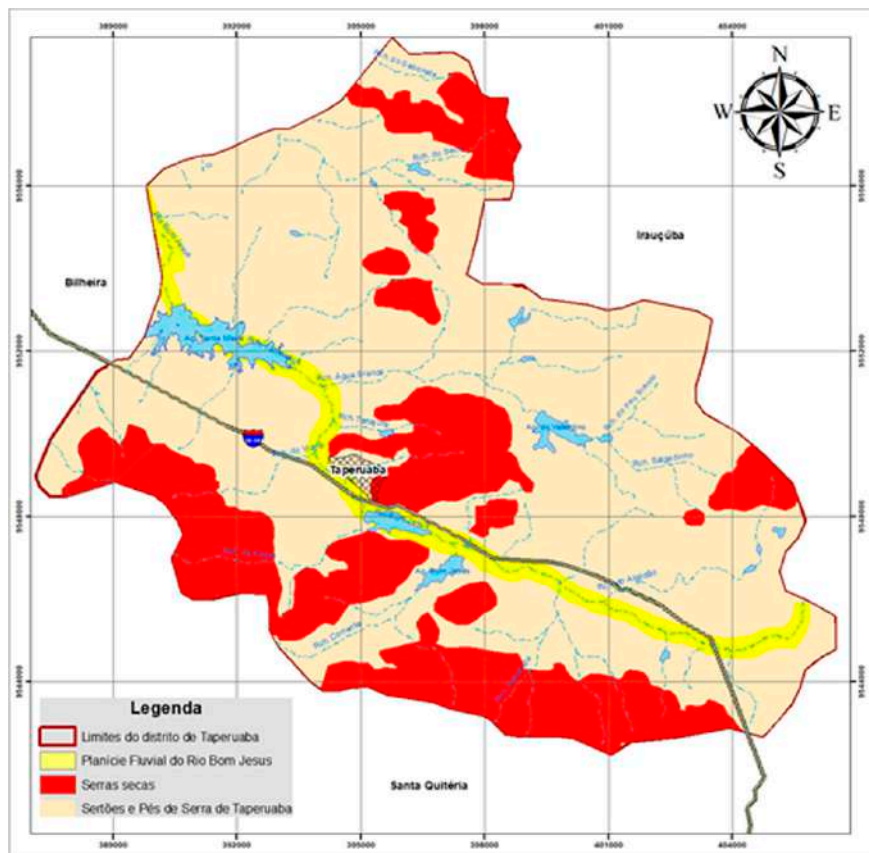


Fonte: José Marcos Duarte Rodrigues (arquivo pessoal)

A figura 4 representa a distribuição espacial das geofácies compartmentadas e descritas nas figuras anteriores. As áreas em cor vermelha representam as Serras Secas, as áreas em cor bege correspondem aos Sertões e Pés de Serras de Taparuaba e, áreas em cor amarela, representam a Planície Fluvial do Rio



**Figura 4** – Compartimentação geoambiental do distrito de Taparuaba. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.



Elaboração: José Marcos Duarte Rodrigues (2018)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A base teórico-metodológica utilizada, calcada nos princípios geossistêmicos, propicia levantamentos de dados referentes aos aspectos físico-naturais integrados com as necessidades socioeconômicas. Isso possibilitou uma visão integrada mediante uma concepção socioambiental, fornecendo uma perspectiva sistêmica da interação sociedade-natureza.

As informações adquiridas permitem-nos afirmar que existe a necessidade de elaboração e efetivação de práticas voltadas para o planejamento e gestão ambiental do distrito de Taperuaba, Sobral, Ceará, prática estas que devem partir das necessidades locais, ou seja, as necessidades socioeconômicas em escala local.

Contudo, espera-se contribuir, com a presente pesquisa, com informações iniciais tanto para o desenvolvimento de novas pesquisas como para o possível planejamento e gestão territorial do distrito de Taperuaba.

## REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, A. N. **Sertões e sertanejo: uma geografia humana sofrida.** Revista de Estudos Avançados, São Paulo, v. 13, n. 36, 1999. p.7-59.

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global - esboço metodológico.** São Paulo: Caderno de Ciências da Terra, 1972.

BIGARELLA, J. J. *et. al.* **Estrutura e origens das paisagens tropicais e subtropicais.** 2ª. Ed.-Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2009.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Mapa geodiversidade do estado do Ceará.** Disponível em: < [http://www.cprm.gov.br/publique/media/geodiversidade\\_ceara.pdf](http://www.cprm.gov.br/publique/media/geodiversidade_ceara.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2017.

COSTA, G. **Celina: Estimativas de Temperaturas para o Estado do Ceará.** Versão 1.0. UFC: 2007.

EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2006. 306 p.

FERNANDES, A. **Temas fitogeográficos**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1990. 116 p.

LIMA, Ernane Cortez. **Planejamento ambiental como subsídio para gestão ambiental da bacia de drenagem do açude Paulo Sarasate Varjota – Ceará**. Fortaleza, 2012. 201f. Tese (Doutorado em geografia) – Universidade Federal do Ceará, UFC, 2012.

LIMA, Ernane Cortez; RODRIGUES, José Marcos Duarte; BARROS, Renato Oliveira. Proposta de recomposição da mata ciliar em parte do médio e alto curso da sub-bacia hidrográfica do rio Bom Jesus, Taparuaba, Sobral – CE. In: CONGESTA, 2016. **Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, Anais**. Ecogestão Brasil, 2016. p. 158-165. Disponível em: <<http://eventos.ecogestaobrasil.net/congestas/>>. Acesso em: 20 de ago. de 2017.

LOURENÇO, R. M. **Diagnóstico físico-conservacionista como aporte para análise da degradação no médio curso da bacia hidrográfica do rio Aracatiaçu (CE) – Brasil**. 2013. 172f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2013.

RODRIGUES, J. M. D. **Análise dos sistemas ambientais da sub-bacia hidrográfica do rio Bom Jesus, Taparuaba, Ceará, Brasil**. 2016. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral. 2016.

SOUZA, M. J. N. **O estado do Ceará: geomorfologia, ambiente e problemas conservacionistas**. Fortaleza, 1983.

\_\_\_\_\_. Bases naturais e esboço do zoneamento geoambiental do estado do Ceará. In: LIMA, L. C; MORAIS, J. O. SOUZA, M. J. N. (Org.). **Compartimentação territorial e gestão**

**regional do Ceará.** Fortaleza: FUNECE, 2000. p. 5-104.

\_\_\_\_\_. Contribuição ao Estudo das Unidades Morfo-Estruturais do Estado do Ceará. **Ver. de Geologia**, (1): 73-91, jun./1988.

THORNTHWAITE, C. W; MATHER, J. R. The water balance. **Climatology**. Centerton, New Jersey v. VIII, p1, 1955.

TROPPIAIR, H. Geografia Física ou Geografia Ambiental? Modelos de Geografia Integrada. **Simpósio de Geografia Física Aplicada**. Bol. de Geografia Teórica 15 (29-30): 63-69, Rio Claro, 1985.

## CAPÍTULO 8

### POTENCIALIDADES PARA O ECOTURISMO

*Antônio Fábio Braga Mendes Júnior*

#### INTRODUÇÃO

O turismo é uma das atividades econômicas que mais crescem no mundo, gerando muitas divisas e também impactos sobre o meio ambiente. Dentre os diversos segmentos do turismo, o ecoturismo vem se destacando em virtude das preocupações ecológicas de conservar os ecossistemas remanescentes e as culturas locais. O ritmo de vida estressante das grandes cidades é outro fator que contribui para o aumento das viagens turísticas em busca de paisagens naturais que proporcionem relaxamento.

Nesse sentido é que buscamos nesse artigo analisar as potencialidades do ecoturismo no distrito de Taparuaba, Sobral, Ceará. Justificamos que a escolha do tema partiu de observações (como morador do distrito) do crescente número de visitas a alguns pontos de Taparuaba que apresentam potencialidades naturais para o aproveitamento turístico.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa se constituiu através da revisão bibliográfica, levantamento de dados e informações sobre o distrito de Taparuaba em fontes escritas e fotográficas, e finalmente o trabalho de campo, onde analisamos e mapeamos sete pontos com possibilidade de desenvolvimento de atividades de ecoturismo.

Portanto, o artigo está estruturado da seguinte forma: no primeiro tópico apresentamos uma breve reflexão teórica sobre os conceitos de turismo, ecoturismo, natureza e sustentabilidade; no segundo apresentamos

um levantamento de sete potencialidades ecoturísticas, seguidas de algumas sugestões para se alcançar a sustentabilidade nos lugares identificados; por último, faz-se uma breve reflexão sobre os desafios da implementação do ecoturismo em Taparuaba.

## **A “NATUREZA” DO TURISMO: POTENCIAL OU MERCADORIA? CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS**

Nas últimas décadas, a Geografia é uma das ciências que vêm demonstrando grande interesse pelo estudo do turismo. Isto ocorre porque o turismo é uma prática social que consome e produz espaço (CRUZ, 2001), ou seja, o objeto de estudo da Geografia é, exatamente, o objeto de consumo do turismo.

A palavra “turismo” surgiu no século XIX, porém, a atividade estende suas raízes pela história. Certas formas de turismo existem desde as mais antigas civilizações, mas foi a partir do século XX, e mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial, que ele evoluiu, como consequência dos aspectos relacionados à produtividade empresarial, ao poder de compra das pessoas e ao bem-estar resultante da restauração da paz no mundo (RUSCHMANN, 1997, p. 13).

Na atualidade, o turismo se apresenta de diversas formas, com viagens que variam de pequenas a longas distâncias, que podem durar de um dia a meses, em vários tipos de alojamentos, em diferentes localidades - zona rural, urbana, praia, serra, sertão etc. Inicialmente aristocrático, o turismo, hoje, é uma das atividades que mais crescem no mundo, difundindo-se também entre as classes menos abastadas.

Essa expansão e amplitude do turismo, no entanto, tem gerado várias discussões conceituais entre os órgãos que gerenciam as estatísticas dessa atividade e os analistas acadêmicos. Buscando formular um conceito que atendesse a ambos os interesses, a Organização Mundial do Turismo

(OMT, 2001, p.40) define: “o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer”.

A OMT ainda esclarece que *turista* é o “passageiro que permanece uma noite, pelo menos, em um meio de alojamento coletivo ou privado do país visitado”, e *excursionista*, o “viajante que não pernoita num meio de alojamento coletivo ou privado do país visitado” (OMT, 2001, p. 40).

Longe de estabelecerem um consenso, essas definições “oficiais” da OMT suscitam diversas críticas dos especialistas acadêmicos, que são levados a formularem definições “parciais” que privilegiam seus campos e objetos de estudo. Na Geografia, podemos destacar o conceito da seguinte forma:

[...] o turismo é uma atividade cuja compreensão requer estudo interdisciplinar, possui uma base geográfica, por envolver os espaços naturais e produzidos pelo trabalho humano. Envolve pessoas e lugares, os dois eixos da Ciência Geográfica. Tanto as que podem viajar como as que não podem - os turistas e os residentes, os produtores dos serviços turísticos e os consumidores -, exigindo políticas públicas e privadas, oficiais e alternativas, denotando a magnitude e a expressividade dessa prática social. A riqueza do turismo está na diversidade de caminhos para sua produção e apreensão, nos conflitos e possibilidades de entendimento desse fenômeno. (SILVA, 2005, p. 153-154),

Entendemos, portanto, que o turismo é uma prática social que dinamiza os lugares onde se instala e que envolve o deslocamento de pessoas (viagens) para qualquer espaço que não seja o de convívio habitual, onde a estadia seja temporária e sem estabelecer vínculo empregatício.

O turismo tem utilizado amplamente a natureza como uma “mercadoria” de crescente valorização na sociedade contemporânea. A

poluição e o “estresse” provocados pela vida nas metrópoles têm gerado a “necessidade” de “fuga” destes espaços para outros ambientes onde o contato com a natureza, a tranquilidade, o ar puro etc., propiciem a sensação de relaxamento. Com isso, a busca do ócio se transformou numa das mais promissoras opções de negócios através das viagens de ecoturismo.

O turista, dessa forma, busca em suas viagens um reencontro com a natureza perdida nas grandes cidades, mas sem abrir mão do conforto e da comodidade da vida urbana. Por isso, redes hoteleiras, pousadas, agências de viagens e o *marketing* camuflam a “natureza natural” e criam uma “natureza artificial” em *resorts* e parques temáticos.

Assim como o turismo, a natureza também não é portadora de um único conceito que integre suas múltiplas interpretações: românticas, materialistas, divinas, ecológicas etc. A definição apresentada abaixo, ilustra um pouco dessa diversidade do que é a natureza:

É material e espiritual, ela é dada e feita, pura e imaculada; a natureza é ordem e desordem, sublime e secular, dominada e vitoriosa, ela é uma totalidade e uma série de partes, mulher e objeto, organismo e máquina. A natureza é um dom de Deus e um produto de sua própria evolução; é uma história universal à parte, e é também o produto da História, acidental e planejada, é selvagem e jardim (SMITH, 1988 apud CAVALCANTE, 2003, p. 112).

Infelizmente, a natureza não tem sido vista pela maioria dos empreendedores do turismo como um potencial que pode ser explorado de forma responsável, visando, acima de tudo, o respeito e a manutenção dos ambientes naturais, levando em conta seus suportes de carga, assim como também a exploração sustentável do patrimônio cultural das populações receptoras.

Como uma atividade capitalista, o turismo também padece dos mesmos males de colocar o lucro acima de qualquer coisa, não importando



qual o resultado da relação custo-benefício para os lugares onde se instala. O turismo não é uma “maldição” nem uma “bênção”. Os seus objetivos e a forma como é planejado e executado determinarão os impactos ocasionados à população e ao meio ambiente.

Ruschmann (1997) destaca alguns impactos positivos e negativos do turismo sobre o meio ambiente, que sintetizaremos abaixo com algumas modificações:

Impactos positivos:

- Criação de planos e programas de conservação e preservação de áreas naturais, de sítios arqueológicos e, ainda, de monumentos históricos;
- Os empreendedores turísticos passam a investir em medidas preservacionistas;
- Promove-se a descoberta e a acessibilidade de certos aspectos naturais em regiões antes não valorizadas;
- A renda da atividade turística, tanto indireta (impostos) como direta (taxas, ingressos), proporciona as condições financeiras necessárias para a implantação de equipamentos e outras medidas preservacionistas;
- Interação cultural e aumento da compreensão entre os povos;
- A recuperação psicofísica dos indivíduos, resultante do descanso, do entretenimento e do distanciamento temporário do cotidiano profissional e social;
- Na economia, o turismo favorece o aumento da renda e sua distribuição nas localidades receptoras;
- Ecologicamente, percebe-se uma utilização mais racional dos espaços e a valorização do convívio direto com a natureza.

Impactos negativos:

- A poluição (ar, água, sonora, resíduos sólidos) intensificada pelo turismo;

- Destruição da paisagem natural e de áreas agropastoris;
- Destruição da fauna e da flora;
- Degradação da paisagem, de sítios históricos e de monumentos;
- Congestionamentos;
- Conflitos entre turistas e anfitriões;
- Competitividade do turismo com outras atividades tradicionais.

Além desses, podemos acrescentar os impactos socioculturais, como a prostituição, o consumo de drogas, o aumento da violência, a destruição de patrimônios culturais, entre outros.

Depreende-se, então, que se torna necessário aos empreendedores turísticos terem mais consciência sobre os impactos que o turismo pode ocasionar, pois a natureza oferece uma imensa quantidade de atrativos que pode ser potencializada de forma responsável, tendo como base um planejamento integrado entre governos, comunidades receptoras e empreendedores do turismo. Os principais atrativos e potenciais naturais explorados pelo turismo são: praias, montanhas e serras, cachoeiras, formas residuais (picos, maciços, morros etc.), grutas naturais, fontes termais, barragens, agricultura e pastoreio tradicionais, parques e reservas ecológicas etc.

A combinação dos atrativos naturais e humanos vai resultar na configuração da paisagem a qual, além de ser um conceito-chave da Geografia, é também a principal “matéria-prima” ou “mercadoria” do turismo.

Conforme Bertrand (1968, apud CONTI, 2003, s/p), a paisagem “é o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, em uma determinada porção do espaço, de elementos físicos, biológicos e antrópicos, os quais, reagindo dialeticamente, uns sobre os outros, fazem dela um conjunto único e indissociável em perpétua evolução”.

Esse dinamismo “natural” das paisagens geralmente é acelerado

pelas atividades econômicas (como o turismo) e pela “crença capitalista” de muitas pessoas que a “natureza” da paisagem é uma fonte inesgotável de recursos e de belezas cênicas. Como uma resposta a tais pensamentos e práticas é que surgiu o ecoturismo com uma perspectiva sustentável de “fazer turismo”, conforme discutiremos a seguir.

Dentre os diversos ramos da atividade turística, o ecoturismo é uma das modalidades que mais têm crescido, sobretudo em virtude dos apelos dos movimentos ecológicos em defesa do uso racional da natureza.

Apesar da ausência de estatísticas oficiais relativas à dimensão deste mercado, estima-se que 10% das pessoas que viajam sejam ecoturistas. Porém, a inexistência de uma definição globalmente aceita para o ecoturismo e o conseqüente enquadramento das atividades que devem ser consideradas neste segmento vem dificultando estudos abalizados e conclusivos sobre a matéria (PENHA; BARROS, 994, p. 4).

Embora o ecoturismo proporcione um “reencontro com a natureza”, sua principal bandeira é o seu uso sustentável. Ao invés de degradar, o ecoturismo se coloca como uma alternativa para a conservação da natureza, ou seja, para o seu uso racional, com a instalação mínima de infraestrutura, maior contato com os ecossistemas remanescentes e com as populações tradicionais, conforme explica Rodrigues:

Ecoturismo é uma atividade econômica, de baixo impacto ambiental, que se orienta para áreas de significativo valor natural e cultural, e que através das atividades recreacionais e educativas contribui para a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade, resultando em benefícios para as comunidades receptoras. A *Internacional Ecotourism Society* define sucintamente ecoturismo como uma viagem responsável para áreas naturais que pretende conservar o ambiente e apoiar o bem-estar das populações locais (RODRIGUES, 2003, p. 31).

Compreendemos, assim, que o conceito de ecoturismo contempla a ideia de natureza na sua concepção mais ampla, que abarca a interação dos fatores físicos, químicos e biológicos na definição dos ecossistemas terrestres, assim como a vida humana e a cultura legada através da história das sociedades. Esse entendimento de ecoturismo também foi ressaltado pelo Governo Brasileiro quando, em 1994, lançou as *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*, nas quais definia esta atividade como:

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994, s/p).

A partir dessas definições, entendemos neste trabalho o ecoturismo como uma atividade que tenta atrelar o desenvolvimento econômico à conservação da natureza, fazendo do patrimônio natural e cultural de determinada área o produto de sua razão de existir, buscando paralelamente contribuir para o desenvolvimento sustentável com a participação das comunidades locais na construção da tão sonhada consciência ecológica por parte de todos.

É importante destacar que se costuma considerar “turismo ecológico”, “turismo de natureza”, “turismo sustentável” e “ecoturismo” como sendo a mesma atividade, porém as suas definições não são obrigatoriamente iguais.

Na literatura especializada, muitos são os conceitos de ecoturismo, trazemos aqui os apontados por Pires (1999 apud RODRIGUES, 2003):

- Viagens recreativas responsáveis para áreas de significativo valor natural com a finalidade de apreciar, desfrutar e fundamentalmente entender tanto os problemas ambientais no sentido físico, quanto

os valores culturais que encerram;

- O apoio à conservação ambiental, com o uso dito sustentável dos recursos;
- A participação das populações locais para obtenção do máximo de benefícios econômicos do turismo, usando os recursos de maneira racional;
- A máxima diminuição de possíveis impactos físicos e culturais que esta atividade possa gerar;
- A educação ambiental visando à formação e aprofundamento da consciência ecológica e respeito aos valores, tanto para a comunidade anfitriã, quanto para os turistas.

Ao analisarmos esses princípios, entendemos que as aspirações do ecoturismo são louváveis, pois buscam não só a prática do lazer, mas é responsável também por desenvolver uma nova ética socioambiental (FURLAN, 2003).

O ecoturismo constitui, assim, uma prática que reflete um dos maiores desafios da humanidade: a sustentabilidade. Tal princípio busca associar à atividade econômica, consciência ecológica e distribuição social das riquezas geradas na comunidade local.

A sustentabilidade se refere primordialmente à conservação do ambiente natural como pré-requisito para a manutenção do ecoturismo a longo prazo. Mas, sua viabilidade (e sustentabilidade) econômica deve também ser colocada em contexto, pois se o ecoturismo não for planejado adequadamente, seu desenvolvimento estará fadado ao fracasso econômico e à depredação social e ambiental. As bases que sustentam os negócios são os ambientes natural e cultural, na forma de recursos atrativos. Se esta base de recursos não permanecer conservada, não haverá mais o interesse da visitação (MITRAUD, 2003, p. 13).

No entanto, o conceito de “sustentabilidade” suscita muitas críticas e controvérsias, especialmente, daqueles que o consideram como uma retórica, uma “nova” roupagem do desenvolvimento capitalista para encobrir “velhas” práticas de expansão mundial em busca do lucro (ASSIS, 2003).

Ao considerarmos o crescimento econômico registrado em vários países do globo, o aumento desenfreado das taxas de consumismo e da produção de mercadorias, torna-se realmente difícil acreditarmos em uma verdadeira sustentabilidade das atividades econômicas do planeta. Porém, não queremos ser céticos e pessimistas quanto ao futuro do turismo e do planeta, já que não devemos esquecer de que a degradação dos ambientes, de modo geral, não interessa ao turismo e nem ao próprio homem. Por isso, concordamos com Assis (2003) quando afirma que:

[...] é possível rumarmos em busca de um outro modelo de desenvolvimento e de turismo, socialmente menos excludente e ecologicamente menos devastador. Não importa que adjetivo usaremos para designar este novo modelo – se sustentável, ecológico, local, equitativo, endógeno, social, comunitário, na escala humana – ou outros. O que importa é a certeza de que ainda há um longo e árduo caminho a percorrer, assentado nas experiências turísticas dos pequenos municípios às grandes metrópoles globais, nos seus erros e acertos, avanços e retrocessos que possam estimular as pesquisas e estudos acadêmicos no sentido de sistematizarem estas práticas turísticas e analisarem se elas são portadoras das mudanças almejadas (ASSIS, 2003, p. 140).

É nessa perspectiva que buscamos, no presente trabalho, identificar o potencial ecoturístico do distrito de Taperauaba (Sobral/CE), sem nos descuidarmos de propormos medidas de uso racional que propiciem, de fato, um turismo sustentável.

## TRABALHO DE CAMPO: LEVANTAMENTO DE SETE POTENCIALIDADES ECOTURÍSTICAS

Taparuaba apresenta sítios arqueológicos, fontes termais, açudes, serras, formações rochosas exóticas, grutas naturais, entre outros, os quais recebem alguns visitantes (moradores do entorno, estudantes, pesquisadores etc.) que já demonstram as potencialidades do turismo no distrito.

No entanto, dentre os diversos atrativos naturais existentes no distrito, selecionamos sete (listados abaixo), por considerarmos os de maior destaque e com reais potenciais para a prática do ecoturismo:

1. Açude de Pedra (Fazenda Olinda)
2. Açude Ézio de Sousa (Sede de Taparuaba)
3. Açude Santa Maria (Localidade de Boa Vista)
4. Gruta de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Fazenda Bom Jesus)
5. Olho D'água do Pajé (Fazenda Olho D'água do Pajé)
6. Pedra da Andorinha (Fazenda Andorinha)
7. Pedra do Sino (Fazenda Olinda)

Após a identificação, fizemos uma caracterização de cada um dos sete pontos citados com suas respectivas distâncias em relação à sede do distrito de Taparuaba e propostas de atividades ecoturísticas que poderão ser realizadas nestes locais.

Açude de pedra (fazenda Olinda): fica localizado a 9,2 km da sede do distrito de Taparuaba. São 9 km de estrada carroçável e 200m de caminhada. Trata-se de alguns blocos de rochas graníticas que barram as águas naturalmente durante o período chuvoso. A origem do nome “Açude de Pedra” (*Figura 1*) deriva justamente da parede e laterais formadas naturalmente por rochas.

**Figura 1** - Açude de Pedra. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.



Fonte: Antonio Fabio Braga Mendes Júnior (arquivo pessoal)

O “Açude de Pedra” formou-se através do processo de erosão diferencial, em que as rochas menos resistentes, que preenchiam a parte interna da barragem natural, foram se degradando entre os blocos de granito, que permaneceram formando a parede e as laterais do açude.

Recentemente, a proprietária da Fazenda Olinda, a Sra. Maria de Fátima, criou um nome oficial para o açude: Vicente Gomes. É importante ainda destacar que o “Açude de Pedra” e a “Pedra do Sino”, outro ponto que será apresentado a seguir, ficam localizados na Fazenda Olinda, a aproximadamente 50 metros de distância um do outro.

Propostas de atividades ecoturísticas: pode ser realizada a contemplação da paisagem, do espelho d’água, da barragem naturalmente formada por rochas e o estudo e apreciação de um sítio arqueológico que guarda tipos raros de inscrições rupestres.

Pedra do Sino (fazenda Olinda): fica localizada a 9,2 km da sede do distrito. São 9 km de estrada carroçável e 200m de caminhada. A origem do nome “Pedra do Sino” (Figura 2) já se faz clara, pois advém do fato



de que se esta rocha for tocada por outra com uma determinada força, ela emite o som de um sino. Algumas pessoas da Fazenda Olinda dizem que se batermos nesta rocha as 18h, que é uma hora silenciosa na mata, podemos ouvir o som emitido a uma distância de seis quilômetros.

**Figura 2** - Pedra do Sino. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.



Fonte: Antonio Fábio Braga Mendes Júnior (arquivo pessoal)

A rocha citada tem um formato de meia lua e fica sobre outro bloco de rocha maior. Supõe-se que é devido ao seu formato e sua que ela consegue emitir o som de um sino através de batidas.

Como já fizemos referência no tópico anterior sobre o “Açude de Pedra”, nessa região podemos encontrar um importante sítio arqueológico, com várias inscrições rupestres produzidas por indígenas que ocuparam a região anos atrás.

Dentre as várias inscrições rupestres encontradas no local, podemos citar algumas que se destacam com formato semelhante a um labirinto e outras pintadas numa tonalidade azul. Ambas, segundo um casal de pesquisadores franceses que esteve na área acompanhados pela Diretora do IPHAN-CE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a Sra. Olga Paiva, e a pesquisadora Verônica Viana, só foram

encontradas semelhantes até hoje em cavernas na cidade de Louvre, na França (informação repassada pelo Professor da comunidade João Batista de Sousa, que levou os pesquisadores ao local).

Propostas de atividades ecoturísticas no local: pode ser realizada a contemplação da paisagem, o estudo e/ou apreciação de um sítio arqueológico que guarda tipos raros de inscrições rupestres, a observação de rochas exóticas, como a própria “Pedra do Sino” e outras, e o principal, que é contemplar o também exótico som semelhante ao de um sino, que a referida rocha emite ao ser tocada com uma determinada força por outro fragmento de rocha ou qualquer outro material pesado.

Açude Ézio de Sousa (sede de Taparuaba): fica localizado a apenas 1km da sede de Taparuaba. São 500m de via asfaltada e 500m de caminhada. O açude Ézio de Sousa (Figura 3) é mais conhecido como “Sonrisal” em função da “fragilidade” do material arenoso utilizado na construção de sua parede, e que com as chuvas tende a desagregar.

**Figura 3** - Açude Ézio de Souza. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.



Fonte: Antonio Fábio Braga Mendes Júnior (arquivo pessoal)

Esse açude foi construído em 1979 e seu primeiro nome oficial era uma homenagem a um morador da comunidade chamado José Júlio Mesquita. Porém, com a mudança do sangradouro do açude, cujas obras duraram de 1982 a 1985, houve uma reinauguração e por motivos políticos o primeiro nome foi substituído pelo atual.

Apesar de ser em menor expressão e importância para o distrito, este açude, quando não está com suas águas muito baixas, também contribui com a economia local através da renda que gera para os pescadores. O açude Ézio de Sousa tem a capacidade máxima de armazenar 3.200.000m<sup>3</sup> de água.

Propostas de atividades ecoturísticas: pode-se realizar a contemplação da paisagem, do espelho d'água, pesca artesanal com vara e anzol, canoagem e o banho.

Açude Santa Maria (localidade de Boa Vista): fica localizado a 9,7km da sede do distrito. São 7,2km de via asfaltada e 2,5km de estrada carroçável. O açude Santa Maria (Figura 4), também conhecido na região como açude da Boa Vista, foi construído em 1919 sob o comando de um engenheiro pernambucano chamado Rômulo. No ano de 1924, ele arrombou, ou seja, sua parede rompeu, por isso passou 26 anos no abandono.

**Figura 4** – Açude Santa Maria. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.



Fonte: Antonio Fábio Braga Mendes Júnior (arquivo pessoal)

Só entre os anos de 1951 e 1952 foi realizada a reconstrução do açude por um engenheiro chamado Deoclécio. A capacidade do açude de comportar água limita-se a 8.000.000m<sup>3</sup>, a origem do nome Santa Maria é derivada do antigo nome do distrito de Taperuaba, que antes se chamava Santa Maria.

É importante ainda destacar que este açude é o principal meio de sobrevivência para muitos pescadores da região e que qualquer proposta de ecoturismo que viermos a apresentar terá a preocupação de não comprometer esta atividade de subsistência.

Propostas de atividades ecoturísticas: no açude pode ser realizada a contemplação da paisagem, do espelho d'água, a pesca artesanal com vara e anzol, a canoagem e o banho.

Gruta de Nossa Senhora do Perpetuo Socorro (Fazenda Bom Jesus): fica localizada a 4,1km da sede do distrito de Taperuaba. São 3km de via asfaltada, 1km de estrada carroçável e 100m de caminhada.

Inicialmente, a Gruta de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro foi criada em uma gruta natural num local chamado Furna, que é pertencente à Fazenda Santa Maria, que deu origem ao antigo nome da comunidade.

Na manhã do dia 29 de junho de 1951, foi realizada uma procissão que levaria a imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro da capela da comunidade de Santa Maria até a gruta na Furna, onde em seguida foi realizada a primeira missa pelo Pe. Otalício Carneiro de Vasconcelos, que foi o maior responsável pela sua criação.

No mês de fevereiro de 1954, Pe. Odilon, recém-chegado na comunidade, alegando o agravamento das cheias da Furna nas épocas invernosas (e provavelmente não satisfeito por ter sido contrariado em seu pedido ao proprietário do lugar, o Sr. Meton Torres de Vasconcelos, da doação de 100 metros das terras que circundavam a gruta) resolveu retirar a imagem da santa do local e trazê-la de volta para a capela de Nossa Senhora do Carmo, em Taperuaba, até encontrar outro lugar (CUNHA, 2005).

No dia 26 de junho de 1954, a imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro foi levada para sua nova morada na Gruta que leva o seu nome (Figura 5) e que fica localizada na Fazenda Bom Jesus, onde permaneceu até o final da década de 70, quando por um incidente, foi trazida para a capela de Nossa Senhora do Carmo, em Taperuaba, por um portador de algum desvio mental (o Sr. Deusdeth), que argumentou que o motivo de seu gesto era a solidão e a tristeza que a imagem se encontrava naquele lugar (a gruta) com a diminuição do número de visitas na época (CUNHA, 2005).

**Figura 5** – Gruta de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.



Fonte: Antonio Fábio Braga Mendes Júnior (arquivo pessoal)

A imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro permaneceu na capela de Nossa Senhora do Carmo em Taparuaba até o ano de 1983, quando foi levada para a recém construída capela que leva o seu nome na comunidade de Vassouras e onde permanece até os dias atuais.

No entanto, até hoje, a gruta localizada na Fazenda Bom Jesus recebe peregrinações e vários tipos de visitas por parte de religiosos e outros curiosos. Bem próximo da gruta, podemos observar outra beleza natural, que é um olho d'água que também leva o nome da santa (Figura 6).

**Figura 6** - Olho d'água. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.



Fonte: Antonio Fábio Braga Mendes Júnior (arquivo pessoal)

Diferentemente de outras grutas formadas naturalmente em rochas calcárias, onde a água dissolve quimicamente grande parte dessas rochas formando estalactites e estalagmites, a Gruta de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na Fazenda Bom Jesus, em Taparuaba, foi formada através do processo de erosão das rochas menos resistentes, fazendo com que espaços vazios fossem sendo criados em meio a blocos de granito, que por capricho da natureza ficaram organizados e apoiados uns nos outros na forma de uma “casa de pedra”, o que gerou a possibilidade da criação da gruta natural.

Propostas de atividades ecoturísticas: pode ser realizada a contemplação da paisagem da gruta e do olho d'água, uma pequena escalada sobre as rochas que formam essa gruta e o conhecimento (por meio de guias) ou estudo mais aprofundado, do histórico científico e religioso de sua formação.

Olho D'água do Pajé (fazenda olho d'água): fica localizada a 20km da sede do distrito. São 19km de via asfaltada e 1km de estrada carroçável.

O Olho D'água do Pajé (Figura 7) é composto por duas fontes distintas. Na primeira fonte a água é fria e jorra para a segunda fonte, onde a temperatura da água é mais elevada e dá a impressão de que está passando por um processo de fervura, pois a água fica borbulhando.

**Figura 7** - Olho D'água do Pajé. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.



Fonte: Antonio Fábio Braga Mendes Júnior (arquivo pessoal)

A água morna de um dos tanques do Olho D'água do Pajé é proveniente de um aquífero subterrâneo. A água passa por um processo de aquecimento derivado do grau geotérmico, ou seja, do aumento de 1°C na temperatura do interior da terra a cada 30 metros de profundidade, em média. Além disso, é importante destacar o diferencial da composição química da água das fontes, pois ela é sulfurosa (rica em enxofre).

O nome originou-se no século XVII, quando lá viveu uma tribo indígena, e o pajé dessa tribo utilizava a água das fontes para fazer efusões para as suas curas.

Antes, o espaço das fontes era totalmente natural, mas na década de 1980, o proprietário da Fazenda Olho D'água do Pajé mandou construir dois tanques quadrados em volta delas, com um pequeno canal de ligação



entre eles, e estes estão ligados a um outro tanque maior, onde a água escorre e forma um córrego. O proprietário mandou construir também uma cobertura de telhas sobre os tanques.

O Olho D'água do Pajé, por apresentar propriedades sulfurosas, tem um grande teor de enxofre (ótimo para limpar manchas na pele), que atrai diversos visitantes. Ocorrem com muita frequência acampamentos no entorno do Olho d'água do Pajé, mas que ainda não resultam em um maior retorno financeiro para a população. Os frequentadores são em sua maioria professores, alunos, estudiosos e curiosos, que passam apenas algumas horas no local.

Não há uma preocupação por parte de alguns visitantes em conservar o local, o que termina resultando no despejo de lixo na água e nos resquícios de fogueiras próximas das fontes.

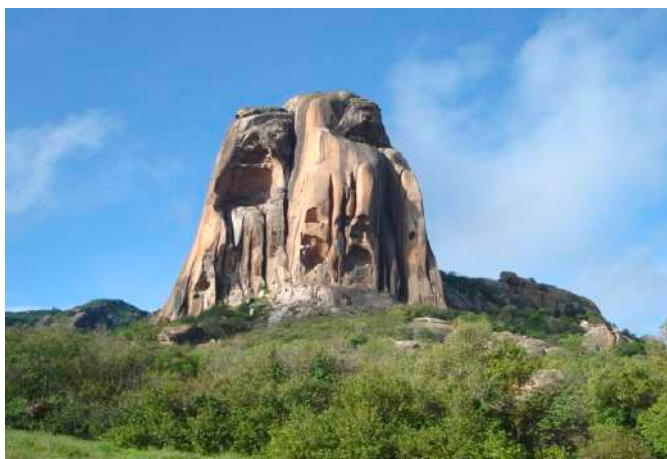
No Olho D'água do Pajé, um projeto de ecoturismo já está sendo implantado com a promoção de minicursos para a população local e dotação de boa infraestrutura como a construção de chalés, restaurante, haras, piscinas para adultos e crianças, entre outros. Para a implantação dessa infraestrutura foram tomados os cuidados em retirar o mínimo ou nenhum fragmento de rochas ou outros recursos naturais da área.

Um dos pontos mais polêmicos do projeto de ecoturismo é a ampliação das fontes termais do Olho D'água do Pajé. Consideramos que esta ampliação não deva ser realizada, pois se isso acontecer, poderá trazer problemas devido ao seu limitado potencial hidrológico. Porém, uma melhor adaptação da cobertura das fontes é uma ótima e necessária medida.

Propostas de atividades ecoturísticas no local: pode ser realizada a contemplação da paisagem, das fontes termais, da estrutura já montada para receber ecoturistas, o banho nas piscinas e a caminhada e cavalgada na área que cerca o Olho D'água do Pajé.

Pedra da Andorinha (Fazenda Andorinha): fica localizada a 9,7km da sede do Distrito de Taperuaba. São 7,2km de via asfaltada, 1,5km de estrada carroçável e 1km de caminhada. A “Pedra da Andorinha” (Figura 8) é um monólito bastante elevado e de formato exótico, originado de uma intrusão granítica juntamente com todo o Complexo Serra do Corrente (maciço residual seco), pertencente à unidade geomorfológica maciços residuais (serras e inselbergue).

**Figura 8** - Pedra da Andorinha. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.



Fonte: Antonio Fábio Braga Mendes Júnior (arquivo pessoal)

O nome “Pedra da Andorinha” deriva do fato de milhares de andorinhas fazerem suas moradas na parte superior da rocha. O espetáculo pitoresco fica por conta do retorno das andorinhas para o monólito, que ocorre religiosamente entre 17h30 e 18h, num revoar frenético até sua acomodação para dormida. Existe uma outra fenda localizada na parte inferior da rocha, que tem um aspecto de micro caverna e que também desperta a curiosidade de muitos visitantes.

É importante ainda destacar que a “Pedra da Andorinha” se constitui no principal símbolo do distrito de Taperuaba, sendo comum

encontrarmos em várias residências quadros, pinturas de parede, proteção de telas de computadores e fotos representando o local.

Propostas de atividades ecoturística: pode ser realizada a contemplação da paisagem do monólito “Pedra da Andorinha”, o alpinismo, a exploração de uma fenda que fica localizada na parte inferior e norte do monólito, que tem o aspecto de micro caverna, e também a contemplação e exploração de pequenas “casas de pedras” cortadas por córregos que ficam bem próximos do local.

## **DESAFIOS DO ECOTURISMO EM TAPERUABA**

Pensando na possibilidade de que, em um futuro breve, as sete potencialidades ecoturísticas do distrito de Taparuaba apresentadas em nosso trabalho (assim como outras não mencionadas) possam ser aproveitadas por empreendedores do setor, resolvemos apresentar aqui algumas sugestões e precauções para que a atividade ocorra de forma sustentável.

No “Açude de pedra” (Ponto 1), a abertura da pequena trilha de acesso deve englobar o mínimo de alteração da vegetação. Faz-se necessário também conservar a limpeza do ambiente para garantir a não poluição das águas, o estabelecimento de limites de proteção do sítio arqueológico existente no lugar e um rígido controle do número de turistas em um mesmo horário.

Nos Açudes Ézio de Sousa e Santa Maria (Pontos 2 e 3), os cuidados devem envolver a não utilização de qualquer recurso natural das áreas na construção de infraestruturas, a conservação da limpeza dos ambientes e a conscientização da população para que isso se estenda a todos os afluentes que drenam água para os açudes. Deve-se evitar a saturação desses espaços pelo fluxo de visitantes, pois eles são bastante utilizados pelos pescadores da região como fonte de sustento.

Na Gruta de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (Ponto 4), os cuidados devem buscar a conservação da limpeza do ambiente, a não utilização de qualquer recurso natural da área para a construção de infraestrutura, assim como o controle do número de turistas em um mesmo horário.

Sobre o Olho D'água do Pajé (Ponto 5) é importante destacar que a Prefeitura Municipal de Sobral, em parceria com o Banco do Nordeste, organizou a criação de uma infraestrutura mínima para o desenvolvimento da atividade ecoturística no local. São chalés, piscinas, restaurante, entre outros. Tudo construído com o mínimo de impacto possível para o ambiente local.

No entanto, o engajamento da população local nesse projeto só ocorreu no início, atualmente a infraestrutura montada encontra-se abandonada e sem previsão de início das atividades. Pior que o abandono desse promissor projeto, foi a realização de várias “manhãs de sol” no local, com bandas tocando forró o dia inteiro e a maior parte dos participantes deixando uma imensa sujeira.

Acreditamos que o projeto ecoturístico do Olho D'água do Pajé poderá ser retomado dando suporte para todo o conjunto de pontos aqui mencionados, tornando possível fazer turismo, obter retornos econômicos e manter a natureza conservada, buscando sempre a participação da comunidade para que ocorra o desenvolvimento local.

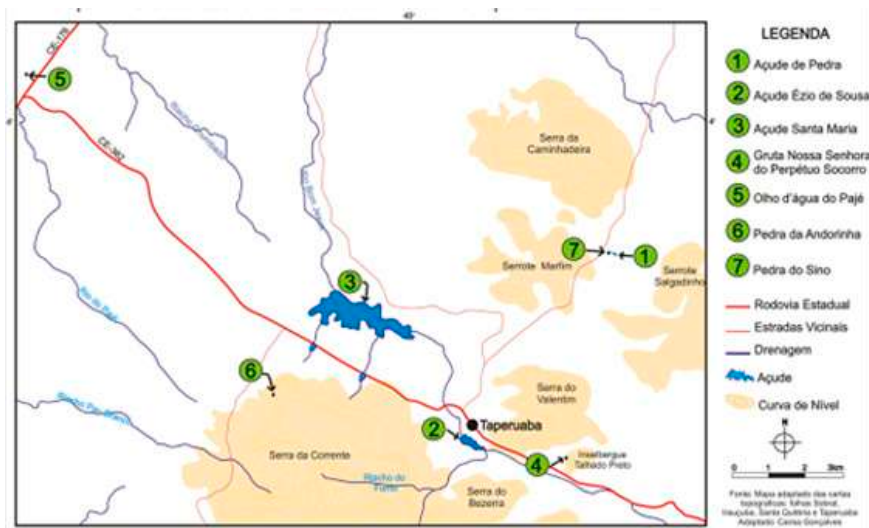
Os cuidados nessa área devem englobar o mínimo de alteração da vegetação, a conservação da limpeza do ambiente para garantir a não poluição das águas, o estabelecimento de áreas limites de proteção dos tanques e um rígido controle do número de turistas em um mesmo horário.

Na Pedra da Andorinha (Ponto 6) e na Pedra do Sino (Ponto 7), os cuidados devem integrar o mínimo de alteração da vegetação no processo

de abertura das trilhas de acesso, a não utilização de qualquer recurso natural da área na construção de infraestrutura, a conservação da limpeza do ambiente para garantir a não poluição das águas dos córregos existentes e um rígido controle do número de turistas em um mesmo horário para evitar a sobrecarga de visitantes.

Todos esses cuidados devem estar associados à oferta de cursos de educação ambiental e à valorização da cultura local, que são duas importantes ações para ajudar a efetivar no Distrito de Taperuaba a sustentabilidade da atividade ecoturística.

**Figura 9** – Potencialidades ecoturísticas de Taperuaba. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.



Fonte: elaborado pelo autor

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento do ecoturismo no mundo se apresenta como um contraponto ao turismo predatório que se difunde em vários espaços. O turismo ecológico vai além da valorização dos atributos naturais e de

belezas cênicas, requer o envolvimento dos moradores e a distribuição dos recursos econômicos gerados.

Somos conscientes das dificuldades de implantação desse projeto, já que muitos empreendedores da área do turismo almejam apenas utilizar os rótulos “eco” ou “ecológico” para mascarar interesses particulares.

Contudo, através das análises e reflexões realizadas no decorrer deste trabalho, acreditamos que se as metas do ecoturismo forem seguidas corretamente, esta atividade pode contribuir para o desenvolvimento local.

Por isso, mapeamos sete pontos com potencialidades ecoturísticas que, de fato, já são conhecidos pela população local e por alguns visitantes que frequentam o Distrito de Taparuaba. As atividades e sugestões apresentadas não esgotam as possibilidades de desenvolvimento de outras ações nestes lugares, desde que elas sejam conduzidas pelos princípios da sustentabilidade, ou seja, o crescimento econômico, a prudência ecológica e a justiça social.

Esperamos, assim, que os sete pontos identificados em nosso trabalho sejam potencializados de forma sustentável e que eles possam formar um complexo ecoturístico que contribua para a preservação das riquezas naturais e culturais e para o desenvolvimento do Distrito de Taparuaba.

Por fim, gostaríamos de destacar que este trabalho nos trouxe enriquecimento intelectual e profissional. Esperamos que ele possa contribuir como referencial bibliográfico para os interessados pelo tema, assim como estimular futuros estudos sobre a atividade ecoturística na Região Norte do Ceará.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, L. F. Turismo sustentável e globalização: impasses e perspectivas. **Revista da casa da Geografia de Sobral**. v. 4/5, n. 1., p. 131-142, Sobral - CE: UVA, 2003.

BRASIL. Ministério da indústria, do comércio e do turismo. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 4. ed. São Paulo: Papirus, 2003.

CONTI, J. B. Ecoturismo: paisagem e Geografia. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 59-69.

CUNHA, O. **A santa peregrina**. Fortaleza, 2005.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

FURLAN, S. Â. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 47-58.

MITRAUD, S. (Org.). **Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF Brasil, 2003.

OMT - Organização Mundial de Turismo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

PENHA, D. H; BARROS, S. (Orgs.). **Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Goiás Velho: EMBRATUR, 1994.

RODRIGUES, A. B. Ecoturismo – limites do eco e da ética. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Ecoturismo no Brasil**: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003. p. 29-45.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. São Paulo: Papyrus, 1997.



## CAPÍTULO 9

### GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE PEDRA DA ANDORINHA

*Denis Paiva Lopes*

*Benedita Marta Gomes Costa*

#### INTRODUÇÃO

Esse capítulo visa discutir a Gestão Ambiental nas Unidades de Conservação a partir de um estudo de caso na Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Pedra da Andorinha, evidenciando a importância de se conservar estas unidades e promovendo um desenvolvimento sustentável.

Além do mais, serão discutidos também os diversos mecanismos legais que possibilitam a proteção destas áreas, além do papel do poder público e participação popular no intuito de minimizar as agressões ao meio ambiente.

De maneira contextualizada, esse trabalho foca na análise da gestão ambiental, suas bases ideológicas e legislativas no que se referem ao modo como ela deve ocorrer em fundamento do desenvolvimento sustentável – tendo todos esses preceitos aplicados à Unidade de Conservação Pedra da Andorinha, no esforço de caracterizar o ponto em seus aspectos geográficos, de infraestrutura, processuais e administrativos, assim como seu valor cultural para a comunidade.

Sintetizando, esse trabalho visa apresentar a realidade da Unidade de Conservação sob uma ótica que aborde seu perfil – e o perfil daqueles

que se empenham nessa atividade – assim como as dificuldades e planos da gestão; buscando também construir a imagem da Pedra da Andorinha com base nos relatos dos seus visitantes.

## **CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO**

A Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Pedra da Andorinha situa-se em Taparuaba, um dos 13 distritos do município de Sobral, distante 68km da sede e 235km da capital cearense. Sua principal via de transporte consiste da rodovia CE-362. O distrito possuía, de acordo com dados do IBGE/CE em 2010, uma população de 6.113 habitantes, consistindo de 1.578 em zona rural e os demais em zona urbana.

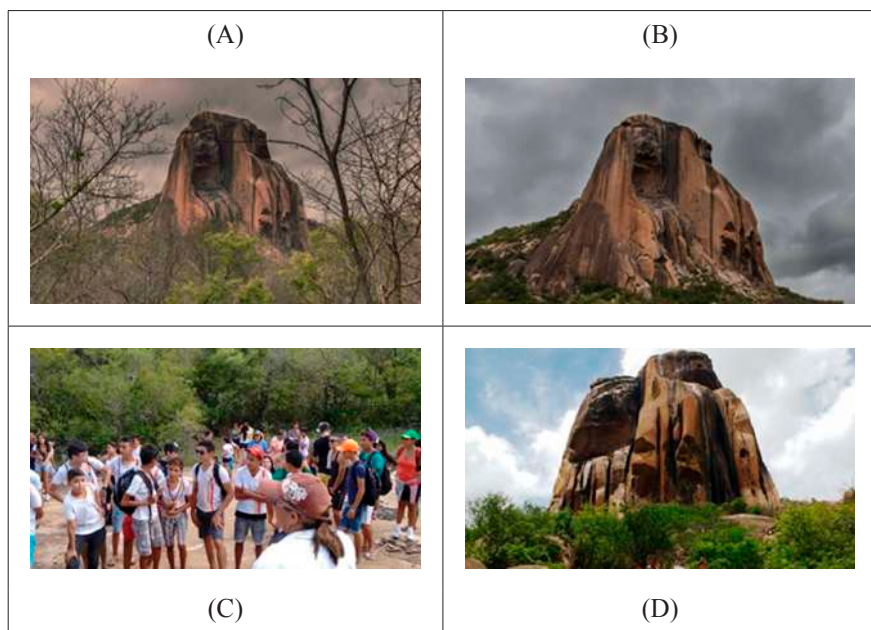
Além da Unidade de Conservação Pedra da Andorinha, o distrito conta, como patrimônios culturais e atrativos turísticos, com as pinturas rupestres espalhadas pelos diversos sítios arqueológicos – como o Olho d'Água do Pajé (fonte termal), a Serra do Bico do Papagaio e a Pedra do Sino, que alimentam não só diversas pesquisas na região, como também o imaginário do povo local.

O Refúgio de Vida Silvestre Pedra da Andorinha fica a 6km do distrito, Taparuaba, e antes de efetivamente tornar-se Unidade de Conservação, compunha o terreno de uma fazenda pertencente ao Sr. Miguel Aguiar, e em virtude da necessidade de proteger a riqueza natural desse sítio, caracterizando-o como patrimônio cultural diante de sua importância para a comunidade e o equilíbrio natural, foi decretada a Lei Municipal 1.252 de Agosto de 2010, uma medida compensatória foi feita na época, resultando na aquisição de uma área considerável de 600 hectares, composta por belezas cênicas e representando um ambiente próprio para pesquisas científicas (. Concebendo, portanto, o primeiro Refúgio de Vida Silvestre do Ceará, e o vigésimo quinto no âmbito nacional.

A Pedra da Andorinha (figura 1), assim como o território em torno dela, serve de habitat natural para muitas espécies, representando um ponto de proteção importante para a preservação dessa biodiversidade. Mas, como característica que provê o título do local, a Pedra serviu de lar para as andorinhas por muitas gerações, caracterizando um ecossistema milenar e de substancial importância para a proliferação das populações nativas e migratórias – totalizando cerca de 10 espécies diferentes que fazem seus ninhos nas fendas mais altas da rocha.

Até 2014, a gestão era realizada diretamente pelos funcionários da AMA, mas desde então esse cargo é exercido por um gestor, que aderiu à função por dispor de graduação em Biologia e por ter sempre acompanhado os trabalhos feitos na Unidade. Compondo o corpo de funcionários que colaboram com a administração do local, tem-se o zelador e uma voluntária.

**Figura 1** – Imagens da Pedra Andorinha no período seco (A), período de chuva (B), desembarque de alunos para aula de campo (C) e visitantes (D). Sobral, Ceará, Brasil, 2018.



Fonte: Prof. Esp. Francisco Ávila Mendes (arquivo pessoal).

## **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MECANISMOS LEGAIS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL**

Procedendo a partir da definição orientada no Artigo 3º, Inciso I, da Lei 6.938/81, que provê a concepção da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), temos uma ideia do que é Meio Ambiente a partir da seguinte citação: “Meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rega a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981, s/p)

Tomando como ponto de partida essa definição e os conceitos de universalidade e integração dos agentes que compõem o meio ambiente, e ainda, levando em conta o desenvolvimento progressivo da humanidade, tem-se observado que a paisagem foi tão modelada pelos processos antrópicos que certos danos são irreversíveis, tornando clara a fragilidade do meio natural diante das nossas ações.

Em virtude dos impactos provenientes das alterações que a sociedade vem promovendo na natureza, inúmeras discussões foram iniciadas em diversas conferências, como por exemplo, citamos a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92.

A partir desse evento, o termo Desenvolvimento Sustentável é visto como um dos princípios gerais do Direito Ambiental, formulados a partir de reuniões envolvidas na formação de uma consciência planetária. Ao lado dos preceitos de solidariedade intergeracional, da natureza pública da proteção ambiental e, entre outros, o Desenvolvimento Sustentável destaca-se por asseverar a necessidade do equilíbrio no cenário econômico, de modo que ele ocorra sob a premissa de sustentabilidade e sem detrimento de direitos nos âmbitos sociais e ambientais.

Dessa forma, ao adotar o Desenvolvimento Sustentável, tem-se como visão ideológica o fato de que não se trata, necessariamente, de um freio econômico para as nações, mas sim uma visão compartilhada de desenvolvimento aliado à manutenção sóbria dos recursos naturais, visto que esses são limitados e de direito às futuras gerações, ressaltando o princípio denominado de solidariedade intergeracional – os recursos atuais devem ser tratados de tal maneira que possam garantir o bem-estar, tanto da geração atual como das que estão por vir.

Tal fundamento baseia-se na necessidade de todos os componentes da sociedade agirem em virtude do bem comum. Destaca-se que o princípio de Desenvolvimento Sustentável é delimitado “na condição de desenvolvimento que possa atender às necessidades do presente, sem comprometer as futuras gerações e agindo em conformidade com os ditames da lei” (LIMA, 2014, p. 59).

Dentro do cenário brasileiro, o tema voltado para questão ambiental encontra-se vinculado a legislação específica. O ponto balizador para a adoção do conceito de desenvolvimento sustentável no Brasil se constitui na Lei 7.689, de 15/12/1988, através do 6º capítulo, artigo 225, que declara: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988, s/p).

Tendo em vista a necessidade de focar nas legislações relevantes à temática – por tratar de maneira direta e influente sobre os processos pertinentes às Unidades de Conservação em diferentes níveis – diante da abrangência de todo o conjunto que faz referência ao conteúdo em alguns aspectos, podem ser citadas as seguintes leis, numa ordem cronológica.

De certa forma a legislação referente às Unidades de Conservação encontra-se vinculada a Lei nº 4.711, de 15/09/65: que estabelece o Código

Florestal Brasileiro, responsável por ditar, através de regras gerais, quais territórios brasileiros que possuem vegetação nativa podem ser explorados, sob preceitos de conduta declarados por ele, e quais devem ser preservados através de mecanismos de proteção que estabelecem Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente (BRASIL, 1965). Essa temática volta a ser objeto da legislação através da Lei nº 6.902, de 27/04/81, que se refere à criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental, que representam, seguindo a definição provida no primeiro artigo da referida lei, “áreas representativas de ecossistemas brasileiros, destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de Ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista” (BRASIL, 1981, s/p).

No entanto, será através da Lei 6.938, de 31/08/81, que determina a criação da Política Nacional do Meio Ambiente, que dispõe sobre os entes responsáveis pela gestão dos processos referente às Unidades de Conservação, entre outras particularidades com relação à busca do equilíbrio ecológico através da racionalização, planejamento e fiscalização do uso de recursos naturais por intermédio dos órgãos estatais, nos seus diferentes graus hierárquicos, ao mesmo tempo em que se empenham na proteção de áreas ameaçadas e na educação ambiental em todos os níveis de ensino. Sua principal representatividade ocorre através do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) (BRASIL, 1981).

O Sistema Nacional do Meio Ambiente trata-se do complexo de órgãos do Estado em todas as suas esferas de atuação, que se responsabilizam pela administração dos processos relativos à diligência do Meio Ambiente e todas as suas áreas de empenho, atuando sob as diretrizes dirigidas pelo próprio sistema em virtude da preservação e uso prudente de áreas naturais previamente demarcadas.

O SISNAMA é constituído pela seguinte hierarquia de jurisprudência e atuação, cabendo às esferas menores atuação independente e responsável sobre suas áreas de desempenho (MMA, s/d). Seguindo uma ordem decrescente:

- O Conselho de Governo representando o órgão superior;
- O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) como órgão consultivo e deliberativo;
- O Ministério do Meio Ambiente (MMA), atuando como órgão central;
- O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) como órgão executor do Sistema;
- Por fim, temos os órgãos ou entidades estaduais como órgãos seccionais (no cenário local, pode-se citar a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE) e os órgãos e entidades municipais (novamente, tendo como exemplo a Autarquia Municipal de Meio Ambiente – AMA).

Sendo essas duas últimas entidades dignas de menção no decorrer do trabalho, visto que as mesmas têm mais ligação com o objeto de estudo.

Agora, seguindo a legislação que concerne ao cenário específico, ou seja, pertinente à criação e manutenção de Unidades de Conservação, temos a Lei nº 9.985, de 18/07/2000, atualizado pelo Decreto nº 4.340, de 22/08/2002 (que garantiu concreticidade ao poder empenhado), que dispõe da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – caracterizado como o conjunto de diretrizes, procedimentos oficiais e conceitos pertinentes às Unidades de Conservação. O Sistema denominou o próprio termo Unidade de Conservação (UC) e o define, em seu Artigo 1ª, Inciso I, como áreas passíveis de proteção (BRASIL, 2000)

As Unidades de Conservação têm como objetivo principal, tomando como fundamento auxiliar o artigo 225 da Constituição Federal, efetivar os direitos de cidadania tocante ao privilégio individual de conviver em um ambiente natural saudável, ao estimular a criação de regiões cabíveis de proteção por suas características especiais, seja para proteger sua vida silvestre, de maneira intransponível ao contato do ser humano, ou servindo como ponto turístico, permitindo visitas, pesquisas científicas e até mesmo o uso controlado dos recursos locais – de qualquer modo, independente da intenção da UC específica, todas compartilham da premissa de criar um refúgio onde o ambiente natural possa se desenvolver de maneira saudável.

Tendo em conta o fundamento de que a responsabilidade pelo ambiente é compartilhada por todas as pessoas, representadas nas diversas esferas da sociedade, a SNUC se esforça para garantir os mecanismos legais para que os cidadãos possam ter sua participação na criação e gestão de UCs, seja entre entes federados ou de iniciativa privada, até na regulação empenhada pela sociedade civil – constituindo uma relação harmônica e de desempenho entre o Estado, o Meio Ambiente e a sociedade. A SNUC, em sua diligência, categoriza as UCs em dois grupos: os de Uso Sustentável e os de Proteção Integral (BRASIL, 2000).

A primeira categoria visa conciliar a proteção da região com o uso responsável e sustentável de seus recursos, instituindo uma relação benéfica entre o Meio Ambiente e a presença humana. Possui sete tipos de Unidades, cada uma delas possuindo um caráter distinto e tendo origens, na maioria dos casos, em leis diferentes – o quadro 1 caracteriza cada um dos tipos referentes ao grupo de Uso Sustentável.



**Quadro 1** - Categoria, data de criação e objetivo das Unidades de Uso Sustentável. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.

Categoria/Criação	Objetivo
Área de Relevante Interesse Ecológico/Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) –1984	É caracterizada por sua área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana e que é preservada por suas características naturais exóticas, no intuito de manter o cenário regular, apenas algumas visitas são permitidas.
Reserva Particular do Patrimônio Cultural/ Ministério do Meio Ambiente (MMA) – 1996	Tem caráter privado e visa conservar a biodiversidade local.
Área de Proteção Ambiental/ Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) –1981	Normalmente representa áreas extensas, com alguma ocupação humana, e que por suas qualidades especialmente importantes para a convivência da comunidade, procura proteger a biodiversidade e reeducar sobre a ocupação do local, ao mesmo tempo em que incentiva o uso sustentável dos recursos locais.
Floresta Nacional/ Código Florestal – 1934	Trata-se de áreas extensas com floresta nativa e que é destinada ao uso ponderado de seus recursos e pesquisa científica.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável/ Sistema Nacional de Unidades de Conservação – 2000	Corresponde às áreas naturais que servem de habitação a populações tradicionais que lá vivem por gerações, coexistindo com a natureza de maneira sustentável enquanto desempenham os papéis de proteção e manutenção do local.

Reserva de Fauna/ Lei de proteção à Fauna –1967	Caracteriza-se por áreas naturais que servem de habitat para a fauna local ou migratória, apropriadas para estudos sobre métodos de uso sustentável desses recursos.
Reserva Extrativista/ Sistema Nacional de Unidades de Conservação – 2000	São regiões habitadas por comunidades locais, que sobrevivem principalmente do extrativismo, agricultura de subsistência e pecuária de pequeno porte, o intuito dessa UC é proteger a cultura local do povo e garantir que o mesmo usufrua dos recursos disponíveis de maneira responsável.

Fonte: Elaborado pelo autor

O segundo grupo, designado como Unidades de Proteção Integral, destina-se, garantir um ambiente imperturbável, em certos níveis, da região protegida, onde a fauna e a flora possam ser preservadas com o mínimo de interferência humana possível. Essa categoria possui cinco tipos de Unidades, apresentadas no quadro 2:

**Quadro 2** - Categoria, data de criação e objetivo das Unidades de Proteção Integral. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.

Categoria/Criação	Objetivo
Estação Ecológica/ Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) –1981	Possui caráter de domínio público e atua somente como reserva para proteção e pesquisas científicas, as visitas só podem ter cunho educacional e necessitam de autorização prévia para acontecerem.
Reserva Biológica/ Lei de Proteção à Fauna – 1967	Busca a preservação integral do local, não permitindo a interferência humana, salvo os esforços de medidas de preservação, recuperação e manutenção.

Parque Nacional/ Código Florestal – 1934	Tem o intuito de preservar ecossistemas de grande importância e beleza cênica, possibilitando desde pesquisas científicas até recreações e turismo ecológico.
Monumento Natural/ Sistema Nacional de Unidades de Conservação – 2000	Recebe esse título por representar sítios naturais singulares ou que possuam características raras.
Refúgio de Vida Silvestre/ Sistema Nacional de Unidades de Conservação – 2000	Objetiva a proteção de regiões que servem de habitat para espécies de flora, assim como fauna residente ou migratória, para que possam residir, reproduzir e manter sua existência sem ameaças e com pouca interferência humana.

Fonte: Elaborado pelo autor

Com relação ao processo de gestão das Unidades de conservação, torna-se oportuno destacar que através do Art. 23, inciso III, foi deferido que cabe à União, estados, Distrito Federal e municípios “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos” (BRASIL, 2000, s/p). Assim, cada ente governamental torna-se responsável pelo meio ambiente, devendo elaborar legislação própria que vise à proteção do meio ambiente envolto na área do país, estado ou município.

No caso específico do estado do Ceará, cabe chamar a atenção para a Lei nº 13.465, de 05 de maio de 2004, que através do art. 1 estabelece que compete ao poder estadual a “proteção e vigilância dos documentos, obras, paisagens naturais e dos sítios arqueológicos existentes no estado” (CEARÁ, 2004, s/p). Quanto às Unidades de Conservação municipais, por lei, devem seguir o regimento interno do órgão regional responsável, no caso, a AMA.

Seguindo o que determina a SNUC, a lei estadual e municipal, a Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Pedra da Andorinha, localizada no município de Sobral - CE, tem um conjunto de órgãos responsabilizando-se pela sua administração, no âmbito municipal destacam-se a AMA (Agencia Municipal de Meio Ambiente) e a Secretaria de Urbanismo, contando com o auxílio das esferas mais amplas através do IBAMA e da Polícia Florestal. Destaca-se ainda o CONDEMA (Conselho de Defesa do Meio Ambiente) para auxiliar nos processos administrativos da Unidade.

## **INFORMAÇÕES PERTINENTES REALIZADAS A PARTIR DE OBSERVAÇÕES E ENTREVISTAS**

### **PERFIL DOS ENTREVISTADOS**

A aplicação das entrevistas tornou possível a caracterização dos indivíduos envolvidos no tema em questão. De tal forma, podem-se citar seus perfis referentes à faixa etária, nível de instrução, entre outros, assim como sua opinião quanto à Unidade de Conservação e suas características.

### **GESTOR DA UNIDADE**

O atual gestor da Unidade chama-se Francisco Ávila Mendes, tem 55 anos e reside em Taperuaba. Possui graduação em Biologia (Licenciatura) e Especialização em Gestão e Didática de Ensino Superior. Para ele, sua função na Unidade é vista como uma missão e um presente, em que deve dar início ao trabalho de garantir visibilidade e promover condições para que as futuras gestões possam atuar. Ele aceitou esse desafio objetivando dar oportunidades às novas gestões, de modo que a comunidade e os órgãos públicos possam valorizar esse patrimônio, possibilitando recursos para os planos feitos, o que inclui a concepção de uma infraestrutura apropriada, sendo assim, um polo ecoturístico e de pesquisa, tornando-se referência em tais valores.

## **VISITANTES**

No intuito de caracterizar o perfil dos visitantes, é válido analisar o compilado de respostas coletadas e, com base na entrevista aplicada, pode-se considerar os seguintes resultados, levando em conta uma abordagem percentual sobre um público de 43 entrevistados: 76,74% destes são do sexo masculino, observando-se também que esse mesmo percentual apresentou idade entre 15 e 20 anos. Além disso, 86,04% possuem ou estão perto de concluir o ensino médio. Por fim, 97,7% do público geral residem em Taparuaba.

Levando em consideração a opinião apresentada pelos entrevistados quanto à preservação desse Refúgio de Vida Silvestre, todos afirmaram ter consciência de que a população local deve comprometer-se com a preservação desta área. Sendo que 72% destes veem a Pedra da Andorinha tanto como um ponto turístico, quanto uma reserva de vida silvestre e um patrimônio cultural do distrito. Sobre o motivo das últimas visitas realizadas, 58,13% destas foram no intuito de aprendizagem, sob o preceito de aulas de campo. Após as visitas, 48,83% do contingente sentiram-se muito satisfeitos, sendo que 97,7% voltariam a realizar essa visita em outras oportunidades.

## **VISITAS, DIVULGAÇÃO E FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL**

Dentre os serviços desenvolvidos na Unidade, vale ressaltar o mais importante deles e que é a premissa de todos os demais tipos de Unidades de Conservação: garantir a preservação do ambiente e dos seres que o habitam, promovendo um cenário de convivência mútua entre o homem e a Natureza. No entanto, sendo caráter dos Refúgios de Vida Silvestre, a Pedra da Andorinha destaca-se por mostrar uma riqueza composta por fauna, flora e belezas cênicas diante de um cenário tão agredido como a caatinga – a proteção de tais traços é o principal norteador da gestão.

Além disso, outras funções são empregadas: o trabalho de receber as pessoas, independente do cunho da visita ser educacional ou de lazer; e a incessante atividade de promover a educação ambiental para as pessoas, o que inclui fazê-las perceber a importância da região como identidade e patrimônio cultural. As visitas realizadas seguem um processo de agendamento que varia de acordo com a especificidade do visitante – enquanto pessoas físicas necessitam apenas fazer o contato com a gestão, é requerido, no caso de instituições, que sejam feitos ofícios prévios. Depois disso, as visitas são realizadas com o acompanhamento de guias, percorrendo, a pedido dos visitantes, os 10km de trilhas que a Unidade provê.

Durante os três anos da gestão atual, diversas visitas de cunho educacional foram realizadas – suportados pelo termo de cooperação técnica entre AMA, a Universidade Estadual Vale do Acaraú e o Refúgio de Vida Silvestre Pedra da Andorinha, uma quantidade significativa de turmas da Instituição, independente do curso, frequentam o local em aulas de campo ou pesquisas científicas – além disso, outras entidades de ensino buscam a Unidade por seu lugar propício, entre elas as turmas da Universidade Federal do Ceará (normalmente em seus cursos de Geografia e Ciências Naturais), assim como alunos do Instituto Federal do Ceará e de escolas de forma geral, sejam do ensino fundamental ou médio, particulares ou públicas.

Diante da exponente divulgação da Unidade como ponto de aprendizado ambiental nas instituições de ensino, demais públicos foram atraídos para desfrutar de visitas ao local – cada vez mais, pessoas de outras cidades vêm ao distrito para conhecer as belezas cênicas que o lugar tem para oferecer, além disso, a própria comunidade local tem visto a Unidade de maneira diferente, visitando-a e construindo uma opinião abrangente sobre a importância da Pedra não só como cartão postal, mas como um abrigo de conservação e restauração ambiental e uma possível fonte de renda.

Grande parte da responsabilidade atribuída à expansão do conhecimento relativo à Pedra da Andorinha se dá aos meios de comunicação em massa. Como consequência das crescentes visitas por parte das pessoas e instituições educacionais, o valor da Unidade como ponto de referência turística e ambiental chegou aos canais da Web e às mídias televisivas, de tal forma, é possível encontrar reportagens em diversos blogs e emissoras de televisão, como SBT e Globo, todos apresentando as qualidades relativas às belezas cênicas e como importante reduto natural.

Em média, são registradas entre 2000 e 3000 visitas. Com base nesses registros, sejam os formais, elaborados pela própria gestão da Unidade, ou os relatos comentados e publicados pelos visitantes, é possível ter uma ideia da opinião do público sobre a Unidade em si e os aspectos ambientais relativos a ela.

Após a aplicação da pesquisa, pôde-se analisar a opinião dos visitantes sobre as qualidades da Unidade fazendo uso de duas perspectivas norteadoras – que relacionados às potencialidades e aspectos que mais agradaram o público visitante e o aprendizado adquirido com a visita.

Pôde-se constatar, de acordo com as citações de 97,7% do público entrevistado, que 44,2% relataram o ambiente de lazer, descanso e diversão como motivo para refazer a visita; seguido por 32,5% que mencionaram as belezas cênicas do local, os demais fizeram menção ao contato com a natureza, um local para aprendizado e pesquisa, além de representar um patrimônio cultural digno de valorização.

No que se refere ao aprendizado adquirido, 53% dos entrevistados mencionaram a preservação da unidade ou algum fator relacionado, enquanto 37,2% relataram algum conteúdo relacionado à importância da biodiversidade local. 4,6 % dos entrevistados ressaltaram o histórico e o patrimônio cultural que a mesma representa.

## OS DESAFIOS QUE ENVOLVEM A GESTÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Dentre os problemas enfrentados pela gestão, um dos que mais se destacam é a dificuldade com que o órgão público pode prover os recursos necessários para o bom prosseguimento do trabalho – diante disso, há a relativa descrença na valorização da Unidade como patrimônio cultural e também, tendo em conta o caráter de sua conceituação, um refúgio importante para a conservação das espécies locais. Essa conscientização consiste no ímpeto de desenvolver a infraestrutura do local, a fim de oficializar o trabalho e garantir seus devidos recursos – de tal forma, é necessário que o órgão público possibilite a criação de uma sede física dentro da propriedade da Unidade, assim como uma cerca apropriada, sendo assim o primeiro passo para regularizar um corpo de colaboradores (que consistem de guias, administradores, seguranças etc.) para exercer o ofício com mais empenho.

Durante o período chuvoso, mesmo que normalmente isso represente algo bom para a população acostumada com a seca, torna difícil o processo de roçagem das trilhas em geral, visto que o quadro de funcionários é bem reduzido para isso – e durante o verão, torna-se quase inviável que a vida local floresça em sua plenitude, posto que fauna e flora necessitam da água, recurso cada vez mais escasso diante dos anos de estiagem, para sobreviver.

Por fim, a gestão tem de lidar diretamente com a conscientização das pessoas. Essa temática é abrangente o suficiente para segmentar-se em diversas questões, mas no caso específico, é válido tratar de três pontos distintos:

- A caça ilegal, que apesar de ter seu número de ocorrências bem reduzido, ainda é uma prática realizada por infratores que conseguem entrar na Unidade sem permissão ou longe da vigilância – porém,



como dito, visto que são encontradas pouquíssimas armadilhas no território, o que pode ser traduzido como a compreensão da comunidade sobre o valor de preservação das espécies.

- A gestão tem de lidar com outros aspectos, sendo um deles referente à criação de animais na região – problema consequente da ausência de uma cerca apropriada – de tal forma, os rebanhos dos fazendeiros locais tendem a, eventualmente, invadir o território protegido, interferindo na vida silvestre e impactando a flora também.
- Por fim, e representando o principal problema relativo à interferência humana, há os focos de incêndio causados pela prática arcaica das queimadas nos processos agrícolas, promovidas nos roçados adjacentes à Unidade, à vista disso, as chamas acabam se descontrolando e atingindo pontos do território protegido, tornando-se impraticáveis de se apagarem e causando danos catastróficos e quase irreversíveis à vida local. Essa adversidade torna-se ainda mais extenuante à frente das secas, que facilitam a dispersão das chamas através dos focos espontâneos, gerados pela ação do vento e da temperatura alta, que resultam no retorno do incêndio em pontos aleatórios, tornando mais árduo o trabalho de contenção.

No entanto, partindo da visão dos visitantes, é possível citar, com base na análise do questionário aplicado, que muitos deles não identificaram pontos negativos durante suas visitas – de fato, somente 58,13% dos 43 entrevistados apontaram tais defeitos – diante dessa totalidade, 24% citaram a presença de lixo no percurso, 20% mencionaram a passagem de animais de criação pelo local, assim como a dificuldade e insegurança em certos pontos de acesso, 16% falaram sobre a necessidade de melhoria das trilhas que percorrem a Unidade, e os demais relatos fizeram menção à

infraestrutura carente (no que se refere à comodidade e recepção do local) e a distância entre o ponto e o distrito.

Sendo assim, pode-se elaborar uma síntese dessas informações através dos seguintes apontamentos:

- A infraestrutura insuficiente do local, no que diz respeito à qualidade das trilhas e certos pontos que apresentam dificuldade de acesso. As trilhas necessitam de manutenção, ampliando-as e roçando onde for necessário. Além disso, há a falta de segurança que alguns relataram ao subir em pontos elevados.
- Há a constante presença de animais de criação na região, que não somente dificultam a passagem dos turistas, como danificam a mata silvestre, que supostamente deveria ser protegida de interferência externa – a passagem desses animais torna-se bastante clara para os visitantes.
- Além dos vestígios de passagem animal, torna-se bastante clara a intervenção humana, visto que muitos relataram a presença de lixo nas trilhas.
- A distância entre a Unidade de Conservação e o distrito, uma dificuldade que é reforçada pela ausência de locais apropriados para estacionamento.

Por conseguinte, nota-se a correlação desses relatos com as dificuldades apontadas pela gestão, podendo ressaltar, principalmente, a questão da necessidade de uma infraestrutura adequada – que tornariam possíveis a manutenção regular, conforto e suporte aos visitantes, a qualidade do espaço disponível e das trilhas, e um obstáculo para a entrada de animais de criação que possam causar danos decorrentes. A apresentação desses resultados reforça a sinergia entre os objetivos da gestão e o comprometimento do público com a causa ambiental e no cuidado com a

## Unidade de Conservação Pedra da Andorinha.

- Antes de tudo, a gestão visa consolidar a Unidade de maneira definitiva, isto é, de modo que possa funcionar em sua plenitude, possibilitando seu funcionamento adequado – sendo assim, é proposta a construção de uma sede, possuindo ponto físico dentro do território do refúgio, este, por sua vez, sendo protegido por uma cerca adequada que possa impedir a entrada de animais de criação. É almejada também a perfuração de um poço profundo, que possa abastecer as necessidades da Unidade. Assim sendo, são proporcionadas oportunidades de trabalho para a população local – o que gera uma fonte de renda adicional para a comunidade, visto que a sede necessitaria de um corpo de colaboradores muito maior que o atual, sendo que seriam necessários guias, biólogos, educadores físicos, administradores etc.
- Em segundo lugar, a administração buscar criar seu Plano de Manejo, que representa um equipamento de caráter orientativo e gestor, evidenciando sua relevância para o decorrer dos trabalhos na Unidade – trata-se de um documento multidisciplinar, que envolve diversos profissionais de áreas científicas no momento de sua concepção, que visam estipular o quadro de técnicos e mapear a região referente, caracterizando um direcionamento para os trabalhos feitos nos próximos quatro ou cinco anos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que a Unidade de Conservação Pedra da Andorinha possui uma gestão jovem, mas capacitada, de modo que está evoluindo consideravelmente sua representatividade enquanto propõe um ambiente de lazer, aprendizado e pesquisas científicas aos diversos públicos que usufruem do lugar. Essa visão é reforçada pelos relatos dos visitantes, seja através das redes sociais ou dos dados coletados na pesquisa realizada,

que compartilham das perspectivas idealizadas pela gestão, ou de maneira que essa compreensão esteja se propalando e constituindo uma consciência ambiental e patrimonial.

Como mencionado anteriormente, foi possível constatar também a ausência de recursos apropriados para a evolução do trabalho – não podendo ser destacados esclarecimentos sobre a questão, mas os órgãos públicos, apesar de se esforçarem no zelo da Unidade de Conservação, pecam um pouco em faltar com a compreensão sobre a importância desse ponto ecológico em seus diversos aspectos, seja como um refúgio de preservação ou uma possível fonte de renda para a comunidade.

Ainda assim, é perceptível que há, entre gestão e população, uma exponents, senão presente, abrangência sobre a fama e missão da Unidade de Conservação Pedra da Andorinha, como importante agente de educação ambiental e desenvolvimento sustentável – tais concepções, assim como o seguimento da Unidade, serão realizadas com a conclusão dos objetivos da gestão, quando houver oportunidades de o local receber mais atenção e tornar-se uma sede fixa e referência em ecoturismo.

Por fim, partindo de uma opinião própria sobre o tema, é possível dizer diante do trabalho aplicado, que o progresso da Unidade de Conservação Pedra da Andorinha é notório sob a ótica da gestão como também do público, onde ambos cumprem e agem sob a perspectiva de proteção ambiental – no entanto, tal evolução será mais acentuada quando houver acesso aos meios necessários para seu melhor desenvolvimento – sendo ainda assim, um pequeno passo que eventualmente será realizado sob a perspectiva da crescente causa ambiental, aliado ao grande progresso realizado na Unidade de Conservação e sua gestão capacitada.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 4.711 de 1965:** Institui o Código Florestal. 1965. Disponível em: <[www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br)>. Acesso em 11 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 6.902 de 1981:** Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e da outras providencias. 1981. Disponível em: <[www2.comera.leg.br](http://www2.comera.leg.br)>. Acesso em 8 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 6.938 de 1981:** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio do Ambiente. 1981. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/1133463>>. Acesso em 8 de abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 7.689 de 1988:** Constituição da república federativa do Brasil de 1988. 1988. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em 10 abr. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.985 de 2000:** Regulamenta o artigo 225 da constituição Federal e Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. 2000. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>>. Acesso em 8 abr. 2017.

CEARÁ. **Lei nº 13.465 de 2004:** Dispõe sobre a proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico do Ceará. 2004. Disponível em: <[www.al.ce.gov.br](http://www.al.ce.gov.br)>. Acesso em 8 abr. 2017.

LIMA, F. W. **Manual do Direito Ambiental.** 1ª ed. CLEDIJUR. São Paulo, 2014. 672 p.

MMA - Ministério do Meio Ambiente. **SISNAMA:** Sistema Nacional do Meio Ambiente. s/d. Disponível em: <[www2.mma.gov.br](http://www2.mma.gov.br)>. Acesso em 10 abr. 2017.



# PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS







## CAPÍTULO 10

### RESGATE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO DISTRITO DE TAPERUABA<sup>1</sup>

*Maria Vilma Gomes Mendes*

*José Edvar Costa de Araújo*

#### INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta um registro sócio histórico feito a partir de uma pesquisa sobre a educação escolar no distrito de Taparuaba – Sobral – Ceará, desde o surgimento das escolas nas fazendas, período conhecido como Escolas Isoladas e Rurais, até as redes escolares atuais, no que se refere aos tipos de escolas, professores, alunos e os principais conteúdos estudados. Busca-se destacar o surgimento e a evolução do distrito, procurando identificar as práticas pedagógicas mais importantes ocorridas no percurso do sistema de educação das localidades de Taparuaba.

Através da pesquisa, pretendeu-se identificar e caracterizar os desafios e dificuldades enfrentados pelos professores, quais eram suas responsabilidades referentes às competências exigidas pelos pais na formação dos discentes e suas influências positivas no processo ensino-aprendizagem. Sabendo-se que os alunos não tinham o hábito da leitura ao iniciar sua vida escolar e dificilmente havia este hábito em casa, muitos dos alunos apresentavam falta de interesse e não consideravam leitura e o aprendizado uma prioridade.

A pesquisa caracterizou-se por ser descritiva e explicativa, fazendo

---

<sup>1</sup> Artigo originalmente apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, como Trabalho de Conclusão de Curso, para obter o título de graduada em Pedagogia.

uma abordagem preferencialmente histórica. Quanto às fontes utilizadas, foi usada a bibliografia existente sobre a história do distrito de Taparuaba e relatos através de entrevistas e gravações de vídeos com antigos professores e moradores das localidades, procurando fazer um resgate da história educacional e sobre as vivências e experiências vividas por ex-professores no decorrer da trajetória da vida escolar do distrito.

Os sujeitos da pesquisa foram seis ex-educadoras e um inspetor de ensino das Escolas Isoladas e Rurais de Taparuaba e mais algumas pessoas do referido distrito. O texto final foi organizado tendo em vista a apresentação da pesquisa e da metodologia; posteriormente uma descrição das características do distrito e os relatos por época: Escolas Particulares, Escolas Isoladas, Escolas de Ensino Fundamental e Escolas Estaduais.

## **ATUALIZAÇÕES EDUCACIONAIS SOBRE O DISTRITO DE TAPERUABA DESDE A ÉPOCA DAS FAZENDAS ATÉ AS REDES ESCOLARES ATUAIS**

O Distrito de Taparuaba, surgiu a partir da junção de algumas fazendas, principalmente da Fazenda Santa Maria, dando origem assim à sede do distrito. Como podemos perceber, somente com o passar dos anos foi havendo uma mudança mais sistemática na história da educação local, muito embora de maneira lenta. Só em algumas dessas fazendas é que existiam professoras contratadas através de seus proprietários. Só foram surgir escolas organizadas a partir dos anos de 1940, neste caso o Educandário Santa Maria (1943), escola particular que tinha como professor titular João de Deus do Nascimento (*in memoriam*). Somente depois foi que surgiram as Escolas Isoladas, seguidas pelos Sistemas Educacionais Estaduais e Municipais que hoje existem.

## **AS ESCOLAS PARTICULARES**

Segundo a professora Antônia Ferreira Gomes Rogério, as escolas particulares da época funcionavam nas residências de alguns fazendeiros com maior poder aquisitivo, que contratavam professoras para educar seus filhos, filhos de seus familiares e, em alguns casos, filhos de seus empregados. As professoras iam morar nas fazendas e lecionavam na residência dos próprios fazendeiros. E muitas vezes acabavam até ajudando a família nos afazeres domésticos. Mas o foco era ensinar as crianças e jovens da localidade (ROGÉRIO, 2017).

O professor tinha de ter experiência em ensinar conteúdos diversos, dando início com a alfabetização e só terminava quando os alunos aprendiam a ler. Continuando o trabalho através de estudo de textos e outras atividades para o desenvolvimento da fala, da escrita e da leitura do aluno. Quanto ao aluno, aprendia a ouvir, falar, escrever.

Na metodologia aplicada, o aluno começava sua aprendizagem pelas coisas que conhecia, que faziam parte de seu mundo, que ele pudesse pegar visualizar, cheirar e sentir. Aprendia a ler, a escrever, adquiria a habilidade de efetuar as quatro operações e a desenvolver o raciocínio e a capacidade de pensar. O ensino era conhecido como método intuitivo, os alunos aprendiam através do concreto. Os métodos de ensino nas escolas particulares eram sempre os mesmos: leitura, escrita e matemática (aritmética).

## **ESCOLA EDUCANDÁRIO SANTA MARIA**

Em 1943, o professor João de Deus do Nascimento, recém-formado no Seminário Episcopal de Sobral onde havia concluído 1º grau, por motivo de saúde volta para a casa de seus pais em Santa Maria. Ao recuperar a saúde e não havendo possibilidade de retomar seus estudos, em conversas com parentes e amigos, percebeu que havia uma grande carência

de escolas em Santa Maria. Começou a visitar alguns amigos e também amigos de seus pais com pretensão de conseguir alguns alunos e abrir uma escola particular. Como foi de interesse de muitos pais, o professor João de Deus conseguiu formar uma turma de alunos e fundou o Educandário Santa Maria.

Segundo Pereira (2009), os alunos do Educandário já saíam com a 5ª Serie, capazes de submeter-se ao exame de admissão ao curso Ginásial, conforme a lei vigente. Muitos deles iam ser professores em fazendas, em Escolas Isoladas. O Educandário funcionou durante nove anos. Devido uma grande seca, o Professor João de Deus resolveu fechar o Educandário e foi dirigir uma escola do DNOCS<sup>2</sup> na Fazenda Boa Vista, não muito longe da zona urbana, onde estava sendo construído o açude Santa Maria. Nesse tempo, os professores abriam suas escolas particulares e começavam a ensinar, para quem e onde pudessem pagá-los. Para alegria de muitos pais e alunos, em 1960 foi reaberto o Educandário, agora com o nome Educandário Nossa Senhora do Carmo, funcionando até 1967.

## **ESCOLAS ISOLADAS E RURAIS**

Estas escolas constituíram-se na primeira tentativa de escolarizar crianças em áreas isoladas, como nas fazendas e localidades distantes das cidades. Os professores das Escolas Isoladas muitas vezes só haviam concluído o ensino fundamental I, mas tinham percepção e domínio do conhecimento a ser repassado para seus alunos, que seria iniciá-los na aquisição das habilidades da leitura, no desenvolvimento do raciocínio lógico, a interação ao ambiente em que viviam e em seu ajustamento social. Cabia ao professor ter habilidade, imaginação e interesse na realização de sua grandiosa tarefa de educar. As professoras indicadas passavam por uma espécie de avaliação e, mesmo não tendo nenhuma formação superior, eram indicadas a serem professoras nas referidas localidades.

---

2 DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, órgão do governo federal encarregado de construir os açudes na Região Nordeste.

Como incentivo aos seus trabalhos, as professoras recebiam alguns materiais de suporte como ajuda no dia-a-dia: livros, cartilhas, cadernos, merendas e outras coisas consideradas prioridades para as escolas. Só não recebiam mobília, mesas e cadeiras, alunos, muitas vezes, tinham que sentar no chão e as professoras das Escolas Rurais e Isoladas, por conta própria, mandavam fazer bancos ou cadeiras. Estas professoras, em suas escolas, também exerciam o papel de diretoras, coordenadoras, merendeiras e muito mais.

Mesmo com toda a carência que existia nas escolas isoladas, essas professoras carregavam consigo a verdadeira essência da educação e formação moral, professoras que tiveram uma grande importância na construção da vida escolar e pessoal de todos os seus alunos, que eram de diferentes idades e níveis de ensino, como alfabetização (Carta de ABC) até o 2º ano; com isso, elas conseguiam transmitir e desenvolver conteúdos e facilitar o aprendizado de todos.

### **ESCOLA ISOLADA ROSALINA FERREIRA DUARTE – FAZENDA SÃO SEBASTIÃO**

Nos anos 1960, crianças e adolescentes que moravam na Fazenda São Sebastião, distrito de Taparuaba, iniciaram os estudos na Escola Rural Rosalina Ferreira Duarte (*in memoriam*). A escola era na residência da então professora, que dava o nome à escola. Os alunos, ao concluir o 2º ano do ensino fundamental, tinham de ir para outras escolas onde pudessem continuar seus estudos, porque a referida professora só tinha concluído até o 4º ano e não estava apta a continuar com as outras séries.

Contudo, isso não a impedia de dar sempre bons resultados com aprendizagem de seus alunos. Ela ensinava com muita dedicação seguindo todas as metodologias exigidas na época. Suas aulas eram bem dinâmicas e seus alunos tinham uma boa frequência. A professora Rosalina ensinou na fazenda São Sebastião entre o final dos anos 1969 e meados do ano de

1970, indo residir na cidade de Maranguape – CE. Com seu pedido de desligamento a Fazenda São Sebastião ficou sem escola (registro da autora, ex-aluna da escola).

## **ESCOLA DA FAZENDA SÃO SEBASTIÃO**

A partir do ano de 1971, já no mandato do prefeito Joaquim Barreto Lima, o Quinca (1971 -1973), a escola voltou a funcionar na fazenda São Sebastião, passando a funcionar na residência do senhor José Paulino Duarte. A escola funcionava numa casa grande de fazenda rodeada de alpendres, tinha uma sala própria para as aulas, com mesas grandes e bancos onde os alunos poderiam sentar. Quando tinham de fazer alguns trabalhos em grupo, os alunos iam para os alpendres. As turmas eram divididas por séries e por horários diferentes, facilitando assim o ensino, onde era exigida de todos os alunos melhor aplicabilidade das habilidades específicas concernentes por série.

A Escola Fazenda São Sebastião funcionou até 1973, quando terminou o mandato do Prefeito Joaquim Barreto Lima. Na escola da fazenda São Sebastião, a professora nomeada foi Maria Valdene Gomes, filha do senhor Sebastião Rodrigues Gomes que residia na própria casa onde passou a funcionar a escola. A nova professora já havia concluído o Ginásio, hoje ensino fundamental II, e estava apta a lecionar nas escolas existentes.

Segundo a ex-professora Valdene, ter sido professora na Fazenda São Sebastião foi um grande e prazeroso aprendizado e diz que sente saudades da escola e de seus ex-alunos (GOMES, 2017). Hoje reside na cidade de Campinas – São Paulo, é graduada em Design Gráfico pela UNIP, onde exerce outras funções, mas relatou orgulhosa que quando já estava em São Paulo recebeu uma carta, assinada pelo o Ex-Prefeito Joaquim Barreto, que foi novamente eleito posteriormente, chamando-a para assumir seu antigo emprego, mas devido a outras circunstâncias não

foi possível aceitar, e que para ela foi difícil essa decisão. Mas guarda consigo boas lembranças de tudo que viveu como professora (GOMES, 2017).

## **ESCOLA ISOLADA JOSÉ JOAQUIM ÁVILA BASTOS – FAZENDA BOM JESUS**

A Escola Anexo José Joaquim Ávila Bastos iniciou suas atividades nos anos 1960, no mandato do então prefeito Padre José Palhano de Sabóia. Conhecida como Escola Isolada, tinha como professora titular Francisca Mendes Mesquita. Conhecida como Dona Fransquinha do seu Nelson, tinha concluído apenas o ensino fundamental, mas sempre foi uma professora competente e seus alunos sempre obtiveram excelentes resultados e um ótimo aprendizado. A escola funcionava pela manhã com turmas de Alfabetização até o Segundo Ano, e a noite com Educação de Jovens e Adultos. De início, enfrentou algumas dificuldades, com falta de material didático para os alunos e principalmente a falta de merenda. As turmas eram grandes e tornava-se insuficiente para o mês todo.

A professora muitas vezes dava merenda para seus alunos, com seus próprios recursos, também usava de sua amizade e pedia ajuda a parentes, amigos e vizinhos e todos se sensibilizavam pelo seu interesse de querer sempre oferecer o melhor para os seus alunos, no que diz respeito a uma alimentação adequada e uma boa aprendizagem. Ela lembra que por diversas vezes vinham de Fortaleza cestas básicas, materiais didáticos, tanto para ela professora como para os alunos, de familiares, parentes e amigos, a quem ela diz dever muito por toda a ajuda recebida na sua vitoriosa carreira de professora (MESQUITA, 2017).

A Escola José Joaquim Ávila Bastos, depois da construção da Escola Deputado Francisco Monte, passou a ser um anexo desta última. Por dois anos a professora Fransquinha contou com uma ajudante, que

tinha sido sua ex-aluna, a professora Maria Auzenir Lopes. Com a saída de Auzenir, ela continuou sozinha e a escola passou a atender apenas à Educação Infantil.

Em 2005, ao se aposentar, a professora Dona Fransquinha ficou apenas como merendeira da escolinha, passando a assumir como professora Karla Rhochelli Pereira Teófilo, permanecendo por dois anos até 2006, e, por último, a Professora Maria Vilma Gomes Mendes, que lecionou por três anos (2007-2009). No ano seguinte, a Escola Anexo José Joaquim Ávila Bastos fechou suas portas por não haver na Fazenda Bom Jesus crianças suficientes para seu funcionamento. As poucas crianças que ainda residiam eram enviadas para estudar na escola polo. Ex-alunos, pais, ex-professoras, vizinhos e amigos agradecem de coração à Professora Dona Fransquinha pela sua dedicação, paciência e carinho ao lecionar e por tornar a aprendizagem de seus alunos uma experiência magnífica!

## **ESCOLA ISOLADA VALENTIM – FAZENDA VALENTIM**

Foi mais uma das escolas pesquisadas. Fica na localidade da Fazenda Valentim; tinha como denominação Escola Isolada Valentim. Durante esta época, a escola funcionava na residência de Dona Rita Mesquita da Silveira. Os alunos ficavam todos juntos na mesma sala, não existiam cadeiras nem mesas apropriadas para que os alunos tivessem um pouco de conforto. Para que os alunos não sentassem no chão, ela mesma providenciava bancos com tabuas de madeira e latas de querosene de vinte litros. Depois, por sua conta, mandou fazer uns bancos de aroeira, muito usados na época.

Os alunos eram separados por série. De um lado ficava o infantil, seguido das turmas de primeira série, segunda, terceira e até quarta série. Segundo a professora, ela se organizava de uma maneira que, enquanto uns iam lendo livros ou textos, outros iam fazendo as atividades diferenciadas por séries. Os que já sabiam um pouco mais ajudavam os menores; desta



forma a socialização e o aprendizado aconteciam de forma significativa.

Os alunos, ao concluírem o quarto ano, eram encaminhados para a escola do distrito e lá passavam por uma avaliação para medir o nível de aprendizado. Segundo a professora, seus alunos sempre obtiveram bons resultados, passando assim para o quinto ano do ginásio. A professora citou que as frequências desses alunos eram boas. Isso tinha relação com o trabalho que ela fazia junto aos pais, mostrando o quanto era importante esse aprendizado para esses jovens (SILVEIRA, 2017).

Os conteúdos repassados para os alunos eram as disciplinas de Português, Matemática, História do Brasil e Geografia. Na disciplina de português, muita leitura e cópias de textos; em matemática, as quatro operações e geometria; História, descobrimento da América e do Brasil, Os Índigenas, As Capitanias Hereditárias e os tipos de governos do país. Já nas turmas de alfabetização, era aprender a ler e escrever o alfabeto. De início, a escola pertencia ao Estado, depois passou para responsabilidade do Município, deixando de funcionar na casa da professora, para um novo prédio recém-construído, com padrões de outras escolas da época, passando a se chamar de Escola José Firmo de Mesquita.

No ano 1996, dona Rita se aposentou e foi enviada outra professora para substituí-la, Maria de Fátima Paiva Silveira, ainda na ativa, foi encaminhada de outra Escola Isolada. A Escola José Firmo de Mesquita passou a não atender mais ao ensino fundamental, ficando somente com ensino infantil. Em 2007, a Escolinha do Valentim, como havia passado a se chamar, teve de ser fechada por não mais atingir o número de alunos que era exigido pelo Município. Hoje, a escola se encontra inativa, restando sua história na memória de muitos alunos e principalmente na memória da professora dona Rita Mesquita da Silveira, que com orgulho comenta: “Fiz minha parte, cuidei da educação de muitas crianças e jovens de minha comunidade na Fazenda Valentim” (SILVEIRA, 2017, s/p).

A professora citada morava na cidade de Itapajé, onde nasceu por volta de 1947, é graduada em Português/Inglês pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Ao receberem uma herança de seus avôs, seus pais tiveram de vir com a família morar na Fazenda Valentim, em Taparuaba. Nesta época, não existiam escolas na região. Somente alguns anos depois, em 1966, que surgiu em Sobral um curso financiado pelo Estado do Ceará, curso de “*Professora Regente de Classe*”, que capacitava professores para lecionar em escolas dos distritos ou em fazendas, principalmente em escolas isoladas do município.

Dona Rita, ao participar do curso e ter obtido bom êxito, foi submetida a uma espécie de prova por uma comissão da Secretaria de Educação do Estado, que veio a Taparuaba para testar os seus conhecimentos para que pudesse se tornar professora. Apresentou um bom resultado na entrevista e na prova, o que não foi difícil, pois já havia concluído o ensino médio na sua cidade natal. Obtendo bom resultado, foi encaminhada para um treinamento no Curso Professora Regente de Classe na cidade de Sobral, com duração de seis meses e realizado no Ginásio Sobralense, hoje Colégio Farias Brito. A partir daí pôde assumir a vaga de professora.

## **ESCOLA ISOLADA JULIANA FERREIRA DO NASCIMENTO – FAZENDA SÃO SEBASTIÃO**

Em entrevista com o Senhor Lindolfo Alves do Nascimento, conhecido em Taparuaba como Fiscal das Escolas Rurais e Isoladas, e nós carinhosamente apelidamos de Inspetor de alunos e escolas, função que ele exercia com muita responsabilidade e carinho, ele conta que existiam outras escolas Rurais e Isoladas em fazendas distantes da sede. Ele tinha de visitar a todas e, por serem distantes, ele fazia esse percurso de bicicleta ou a cavalo. Segundo o senhor Lindolfo, após ter sido fechada a escola da Fazenda São Sebastião e com a ausência da ex-professora Valdene Gomes, a comunidade começou a ir em busca de uma nova escola (NASCIMENTO, 2017).

Em 1973, o prefeito de Sobral, Senhor José Parente Prado, nomeou para exercer o cargo de professora da fazenda São Sebastião a Senhora Juliana Ferreira do Nascimento (*in memoriam*), esposa do Senhor Lindolfo. A escola se chamou Escola Rural Juliana Ferreira do Nascimento e funcionava na residência do casal. Dona Juliana mantinha sua escola bem organizada, manhã e tarde com turma de Alfabetização ao Segundo Ano. Houve anos em que funcionava a noite com aula para os adultos. Seus alunos usavam fardamento que ela mesma conseguiu junto à Prefeitura de Sobral, eram separados por turmas, de maneira que ensinava a todos sem causar nenhum tumulto.

A professora procurava ministrar suas aulas com dinamismo para conseguir um bom aprendizado de seus alunos. Ao ensinar, estudava todo o conteúdo que passava para os alunos de forma bem esclarecedora. A professora Juliana só cursou até o 4º ano do ensino fundamental I, mas isso não a fez incapaz de alcançar bons resultados junto aos seus alunos. A escola funcionou até a década de 1980, até se aposentar. Hoje já falecida, restou aos seus alunos, pais e toda a comunidade da Fazenda São Sebastião a história de seu carisma, de uma boa e competente professora.

## **ESCOLA ISOLADA BOA VISTA – FAZENDA BOA VISTA**

Nos anos de 1963, O prefeito de Sobral, Cesário Barreto Lima, começou a inserir escolas nas fazendas de toda região de Taparuaba. Juntamente com a comunidade local e com o apoio do professor João de Deus do Nascimento, fundador do Educandário Santa Maria, foram escolhidas algumas localidades e professores para formar as escolas. Uma delas foi a Fazenda Boa Vista, na residência do Senhor Raimundo Hermano, a professora seria sua filha, Francisca Ferreira Gomes Rocha, por já ter sido aluna do Professor João de Deus no Educandário e ter concluído a admissão ao ginásio e, neste caso, foi considerada apta a ser a professora indicada.

Na Fazenda Boa Vista, a escola passou a chamar-se Escola Isolada Boa Vista. Começou a funcionar em 1963, com turmas de alfabetização e de 1º ao 4º ano. Os alunos eram separados por série, mas todos em uma mesma sala. Em 1971, a referida professora casou-se e foi morar no bairro de Vassouras, comunidade vizinha, mas continuava a lecionar na fazenda. A partir de 1973 preferiu transferir a escola para sua casa, em Vassouras, onde continuou dando aula, mas para outra clientela e bem mais numerosa, pois a população do bairro era bem maior, deixando a Fazenda Boa Vista sem escola. Esta escola funcionou até 1986, passando a pertencer à Escola Frederico Auto Correia, no bairro de Vassouras. Como a professora era efetiva, foi mantida na escola como professora auxiliar até sua aposentadoria (ROCHA, 2017).

## **ESCOLA ISOLADA BOA VISTA – FAZENDA VÁRZEA DO SIMÃO**

Com a transferência da Escola Isolada Boa Vista para o Bairro Vassouras, a comunidade de Boa Vista ficou sem escola. Algumas professoras davam aulas particulares, mas não havia escola expressiva como antes. No ano de 1980, ao casar-se, Antônia Ferreira Gomes Rogério, tendo concluído o ensino médio e iniciado uma graduação, conseguiu fundar uma escola em sua residência, na fazenda vizinha à do seu pai, Raimundo Hermano; chamava-se Escola Isolada Várzea do Simão e funcionava por conta da prefeitura de Sobral. Segundo a professora, ela procurava ministrar aulas bem dinâmicas, seu material didático era riquíssimo e de fácil entendimento. A escola começou com mais de 35 alunos de alfabetização até o 2º ano e a noite havia educação de adultos (ROGÉRIO, 2017).

As comunidades de Boa Vista, através de abaixo assinados, foram em busca da construção de um prédio próprio para suprir a demanda de crianças e jovens que precisavam estudar. Com o apoio da diretora da Escola Deputado Francisco Monte, Socorinha Brasileiro (atualmente,

2017, vereadora representante do distrito), em 1982 foi construído um prédio escolar em Boa Vista, com duas salas de aulas, cantina e uma sala de diretoria, recebendo o nome de Escola Isolada Norberto de Paiva Dias. Ela pertencia à Escola Deputado Francisco Monte de Taparuaba até 1986, passando depois para a Escola Frederico Auto Correia.

Com a construção da Escola Norberto de Paiva, os alunos da Escola Isolada Várzea do Simão foram transferidos. Professora Toinha passa a assumir a direção da escola, contando com o apoio de um vice-diretor e também professor José Elmir Gomes, hoje vigário na cidade de Coreaú-CE, mais três professores, um zelador e uma merendeira. Depois, o vice-diretor saiu e ficou em seu lugar sua irmã, Francisca Vilanir Gomes. A Escola Isolada Norberto de Paiva, passando a pertencer à Escola Frederico, a diretora Antônia Ferreira Gomes Rogério deixa seu cargo e volta a ser professora da Escola Deputado Francisco Monte, de Taparuaba, por ser efetiva, onde permaneceu até se aposentar.

## **ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL – TAPERUABA**

Desde a época das Escolas Isoladas, O distrito de Taparuaba contava com apenas uma escola de ensino fundamental, o Colégio Ginásio Inácio Pinto, única escola na sede que atendia a alunos do 5º ao 8º ano do ensino fundamental; recebia alunos que migravam das Escolas Isoladas. Atualmente existem quatro escolas da rede Municipal de Sobral e uma Estadual. São elas: Escola Deputado Francisco Monte - Bairro Centro, que funciona nos turnos manhã, tarde e noite, com turmas do infantil III ao fundamental II, e a noite com as turmas EJA; Frederico Auto Correia/ Bairro de Vassouras que atende nos horários manhã e tarde, com crianças do infantil III ao fundamental II e, a noite, turmas de EJA, com uma turma de cada série; Cel. Araújo Chaves, comunidade de Bilheira, que funciona pela manhã e a tarde com turmas do infantil III ao 9º ano, à noite com duas turmas de EJA, com três turmas de 1º ao 3º ano do ensino médio,

funcionando como anexo da Escola Estadual Cesário Barreto Lima de Taperuaba; Escola Massilon Sabóia de Albuquerque, na Comunidade de Olho D'Água do Pajé, com o Anexo Paulo Freire, no Assentamento EMASA, e funciona com turmas do infantil III ao fundamental II, nos horários manhã e tarde, e EJA à noite.

## **COLÉGIO GINÁSIO INÁCIO PINTO**

Em 1968, foi fundado o Ginásio Inácio Pinto, com o ensino fundamental II, de 5º a 8º série. Sem prédio próprio, funcionava no Grupo Escolar Deputado Francisco Monte. A partir de 1977, passou a funcionar na Casa Paroquial de Taperuaba. Com a ajuda do monsenhor Sabino e do padre Gonçalo de Pinho Gomes, pároco na época na paróquia de Santo Antônio (Aracatiaçu) e da então Capela de Nossa Senhora do Carmo, de Taperuaba, dona Gracinha Siqueira, sobrinha do monsenhor Sabino, assumiu a direção do Ginásio Inácio Pinto, que funcionou até 1981.

Durante seu funcionamento, teve como diretores Maria das Graças Loiola Siqueira, Padre Gonçalo de Pinho Gomes, José Braga Sobrinho e, por último, Dr. Eguiberto Teixeira Duarte. O Ginásio Inácio Pinto foi para os alunos uma fonte de inspiração, de descobrimento do saber. Quem concluía a 8ª série não tinha como continuar a estudar em Taperuaba, tendo de continuar seus estudos em outras localidades. O Ginásio, enquanto funcionou, conseguiu exercer o papel de uma escola exemplar, que atingiu a proposta pedagógica a que se propôs desde o início: formar alunos competentes. Os pais e ex-alunos do Ginásio Inácio Pinto serão eternamente gratos a Dona Maria das Graças Loiola Siqueira.

## **ESCOLA DEPUTADO FRANCISCO MONTE DE ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL**

No ano de 1965, quando o distrito ainda não dispunha de dependências para o funcionamento de uma escola, o Sr. Francisco Alves

Pereira doou um terreno ao prefeito de Sobral da época, Cesário Barreto Lima, para a construção de um grupo escolar. Assim nasce uma escola de primeiro porte em Santa Maria, o Grupo Escolar Municipal Dep. Francisco Monte. Concluída a obra, passou a funcionar sob a direção do professor e escritor João de Deus do Nascimento (*in memoriam*), que teve ao seu lado a eficiente coordenação da jovem Orane Pinto de Vasconcelos, formada em Pedagogia.

Foi um passo gigantesco para Taperuaba, dando oportunidade aos pais de verem seus filhos terem aulas numa escola com espaço físico suficiente, grande responsabilidade, método e técnica adequados à época. O diretor e professor João de Deus, juntamente com uma equipe de jovens professores, buscava a cada dia melhorar a educação de seus conterrâneos.

A Escola Francisco Monte vem ao longo de seus 61 anos contribuindo com a educação de seu povo em parceria com a família. Hoje (2017), tem como diretora Gisane Monteiro de Andrade, vice-diretor Antônio Magalhães Cordeiro e, como coordenadores, Carmem Rosana Teófilo, Francisco das Chagas Ramos, Leandro Teófilo Pereira e Francisca Édina Pereira Teófilo.

## **ESCOLA EIEF FREDERICO AUTO CORRÊIA – VASSOURAS**

A Escola Frederico Auto Correia foi inaugurada em 10 de outubro de 1985, na gestão do então prefeito de Sobral Joaquim Barreto Lima. Durante os três últimos meses do referido ano, atendeu como Escola Isolada, passando a ter o registro de funcionamento permanente em janeiro do ano seguinte, 1986. A escola tinha como finalidade atender aos anseios educacionais dos moradores do Bairro de Vassouras – Taperuaba, com o nome de Frederico Auto Correia, em homenagem ao primeiro professor da região, um conhecido professor ambulante, filho do doador de 50% do terreno onde foi construída a referida escola.

A Escola Frederico só atendia nos turnos diurnos, com sete turmas distribuídas da seguinte forma: quatro pela manhã e três à tarde, com o total de 185 alunos, 6 professores, 5 funcionários auxiliares, um diretor e um vice-diretor. Tendo, no ano de 2017, como diretora Maria Eulene Mesquita Osmar e vice-diretora Maria Mesquita Aleixo, iniciou com quatro salas de aulas, sete turmas funcionando com pré-escolar, alfabetização, primeiro e segundo ano. Atualmente está bem desenvolvida, com um total de 347 alunos matriculados, 44 funcionários e 15 professores, um coordenador pedagógico, professor Eliézio Almeida Moura, passando agora ao cargo de diretor, que antes era de Ludmila Tomaz de Sá Mendes Carneiro, ficando com a coordenação Irla Ávila Paiva e uma secretária, Maria Evanda de Mesquita.

Sua localização é bem central na região, permitindo um acesso mais fácil aos seus alunos e funcionários nos três períodos, manhã, tarde e noite, atendendo às turmas do infantil III até o 9º ano do ensino fundamental II. A escola vem desenvolvendo um papel importantíssimo para todos os moradores do bairro de Vassouras e tem alcançado excelentes resultados.

## **ESCOLAS ESTADUAIS – TAPERUABA**

No final dos anos 50, foi construído em Taparuaba um prédio para abrigar a primeira escola estadual, a Escola Estadual de Taparuaba. A escola funcionava até então no prédio onde hoje funciona a Delegacia Policial de Taparuaba. Esta Escola Estadual teve como a primeira professora dona Dalila Magalhães. Não foram encontrados registros desta época. Só há registros a partir de quando a nova professora, Marluce, começou a lecionar. Esta professora dava aulas para turmas de 3º e 4º ano e suas atividades foram até o ano de 1986.



## ESCOLA ESTADUAL DE TAPERUABA

A Escola Estadual de Taparuaba começou a funcionar com a professora Dalila, mas infelizmente não foram encontrados registros de quando ela começou a ensinar e nem quando ela parou, apenas de seu nome, dona Dalila Magalhães, professora taparuabense. Após a passagem de dona Dalila nesta escola, o prédio passou por uma reforma para ter condições de abrigar quatro turmas de alunos; as professoras a assumirem essas turmas seriam quatro jovens de Taparuaba, recém-formadas no curso pedagógico, hoje ensino médio.

O ex-vereador de Sobral, Francisco Rodrigues Magalhães (Chico Pinto), conseguiu o prédio e ajudou a formar a Escola Estadual e outras escolas de Taparuaba. Das professoras que iam lecionar na Escola Estadual, ficou apenas sua sobrinha, Marluce Vasconcelos Catunda. A referida professora foi nomeada dia 06 de novembro de 1964, tendo começado a ensinar em 1963. Durante alguns meses, enquanto terminava a reforma do prédio do Estado, a professora Marluce ensinou em um prédio da Igreja Católica onde funcionava o Grêmio Recreativo de Taparuaba, em 1963. No ano seguinte, a escola passou a funcionar no prédio do Estado e lá funcionou por vinte e três anos.

A Escola Estadual funcionava de manhã, atendia alunos de terceiro e quarto ano, muitos vindo das fazendas. A professora aproveitava os (as) alunos (as) mais aplicados para ficar nas salas em seu lugar, com isso ela ia revezando, uma hora estava em uma sala, outra hora estava em outra sala, pois todos sabiam seu jeito de ser e de ensinar e comportavam-se de forma a não prejudicar o andamento das aulas e das turmas. Enquanto ela explicava o conteúdo no terceiro ano, ficava uma aluna no quarto e assim sucessivamente. E não faltavam alunos para ajudá-la, pois era um aprendizado a mais: enquanto aprendiam o conteúdo a ser estudado, aprendiam também a ensinar.

Às sextas-feiras fazia-se revisão dos conteúdos da semana, para que os alunos tivessem um aprendizado por igual e não houvesse nenhuma reprovação ou desistência. As aulas eram bem dinâmicas, trabalhava datas comemorativas, ajudava as famílias de seus alunos e pessoas da comunidade. Através de campanhas, seus alunos conseguiam o que as pessoas necessitavam, isto é, alimentos, remédios e outras coisas. O espaço da escola era bem aproveitado. Numa sala funcionava o terceiro ano, na outra, o quarto ano, parte dessa era uma pequena biblioteca e o espaço entre as duas salas era usado para recreação e aulas práticas.

A professora conta que as turmas eram de 30 a 40 alunos, que todos tinham muito interesse no aprendizado, eram alunos obedientes, ela não tinha muita dificuldade em dar aula, também recebia muita ajuda dos alunos, dos pais e de vizinhos da escola para tudo que ela precisava: na limpeza das salas, do pátio, na pintura do prédio e nos projetos com os alunos. Isso era enriquecedor para o aprendizado dos alunos, que se sentiam muito felizes, com presenças frequentes das famílias na escola (CATUNDA, 2017).

Ela fala que sempre aconselhou seus alunos que procurassem aprender o bastante, para os que fossem continuar seus estudos estarem bem preparados e os que por algum motivo parassem no 4º ano, teria valido o aprendizado. Ela destaca que se orgulhavam quando a escola era visitada por coordenadoras do Estado, era muito elogiada pela organização. Seus alunos estavam sempre fardados e muito bem aseados e a escola sempre muito limpa (CATUNDA, 2017).

A Professora Marluce, hoje aposentada, também foi professora no Ginásio Inácio Pinto, na EEFM Deputado Cesário Barreto e na Escola Deputado Francisco Monte. A professora afirma que deixou para a história da educação de Taparuaba muitos ensinamentos e que honrou com muita coragem e dignidade sua missão de ensinar. Tem certeza de que nasceu para ser professora e agradece tudo isso aos seus alunos.

## **E.E.F.M. DEPUTADO CESÁRIO BARRETO LIMA**

A Escola Deputado Cesário Barreto Lima passou a ministrar o ensino médio a partir de fevereiro de 1997. O primeiro prédio onde a escola funcionou foi a Casa Paroquial de Taperuaba. O governador do Ceará, Luís Gonzaga Mota, liberou a construção de quatro salas e o prédio novo foi inaugurado em 07 de março de 1987. O prefeito Joaquim Barreto Lima, junto com o referido governador, construiu mais duas salas. Em 1991, o governador Ciro Gomes autorizou a primeira reforma da escola e a construção de mais duas salas de aula.

A Escola possui quadra coberta, os laboratórios de informática e ciências e o primeiro campo de futebol society das escolas públicas estaduais do Ceará. A Escola Deputado Cesário Barreto Lima teve como primeira diretora a professora Maria Socorro Sousa (Socorrinha Brasileiro), de 1982 a 1992 e de 1995 a 2001, como primeira secretária, a professora Raimunda Ivone Ávila Vasconcelos. Atualmente, está na direção o professor Francisco Agenor Almeida Mendes, no seu segundo mandato. Como coordenadores, Antônio Fábio Braga Mendes Júnior, que esteve como diretor de 2009-2018, Penha Magalhães Ribeiro (de licença para cursar o Mestrado), Rafael Lira Gomes Bastos, hoje de licença fazendo mestrado, e como secretária, Francisca Sônia Souza.

A Escola Cesário Barreto obteve, nos últimos anos, ganhos importantíssimos na área pedagógica, mas no que se refere à estrutura física, precisa melhorar. Vem obtendo bons indicadores educacionais no IDEB, estando em primeiro lugar entre as 49 escolas que compõem a 6ª CREDE (Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação 6) do Governo do Estado do Ceará – Secretaria da Educação (SEDUC). Em relação ao resultado no SPAECE, vem alcançando, também, excelentes resultados (MENDES JÚNIOR, 2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse em fazer esse resgate na história da educação de Taparuaba foi conhecer melhor a educação que vivenciamos na época das escolas nas fazendas, observar a metodologia de ensino dos professores nestes períodos históricos e fazer uma análise sobre as práticas utilizadas. Segundo os pesquisados, os resultados foram considerados satisfatórios, seus alunos eram transferidos para escolas da sede do distrito ou até mesmo de outros municípios, os resultados que recebiam de retorno dos outros educadores e familiares eram que os alunos vindos das Escolas Isoladas de Taparuaba eram avaliados e obtinham excelentes resultados no seu desempenho escolar. Com isso, podemos dizer que tais professores conseguiram os resultados desejados em suas metodologias e práticas.

Os professores pesquisados conseguiam promover harmonia no ambiente escolar e obtiveram resultado significativo no processo de aprendizagem. O trabalho desenvolvido nas escolas foi eficaz e produtivo para sua época: a conscientização dos alunos, as parcerias entre escola e família.

Hoje, sabemos que o aprendizado é diferente, as reformas no ensino trouxeram mudanças nas disciplinas e nos conteúdos e até no modo de aprendizagem dos alunos. Por outro lado, são muitas as mudanças e as transformações que ocorreram nas últimas décadas na sociedade brasileira e estas estão se refletindo na escola, em que os professores não podem mais ficar indiferentes a estas mudanças, redirecionamentos e reconstruções. É necessário que o professor esteja disposto a buscar cada vez mais se capacitar para melhorar sua prática docente.

Neste sentido, são muitos os fatores que podem influenciar de forma negativa ou positiva a motivação dos alunos e, conseqüentemente, seu rendimento escolar. Sabe-se que a tentativa de preenchimento desta lacuna pela escola poderá construir ações concretas e eficazes, incutindo

no aluno o prazer de descobrir, de envolver-se e valorizar o aprender. Está no desejo da descoberta o fator determinante do desenvolvimento da aprendizagem eficaz e significativa.

Portanto, faz-se necessário conhecer e reconhecer todos os fatores motivacionais como influências positivas na aprendizagem, para que se possa trilhar a direção da motivação e conseqüentemente dos resultados satisfatórios em educação. O professor e a escola devem encontrar situações que provoquem o interesse dos alunos, cabendo ao professor o papel de mediador, mantendo a forma pedagógica para o ato de aprender prazeroso.

Os depoimentos da pesquisa mostraram que se existia falta de preparação em relação à formação dos professores, no entanto, não lhes faltaram conhecimento de vida, habilidades e senso de compromisso com a educação e envolvimento com alunos, com a escola e com a família. Uma história de socialização que os proporcionou uma boa aprendizagem. Sabemos que o papel do professor em classe é desenvolver e manter a motivação positiva, desenvolvendo situações para o crescimento intelectual; em outras palavras levar o aluno a valorizar o aprender como um objeto pessoal buscando auferir o maior proveito do processo de ensino-aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

PEREIRA, R. M. **Taparuaba origem e evolução**. Sobral: Imprensa Oficial do Município, 2009.

## DEPOIMENTOS ORAIS E ESCRITOS

CATUNDA, Marluce Vasconcelos. Entrevista realizada por Maria Vilma Gomes Mendes. Taparuaba, 25 de mai. 2017.

GOMES, Maria Valdene. Entrevista realizada por Maria Vilma Gomes Mendes. São Paulo, 4 de out. 2017.

MESQUITA, Francisca Mendes. Entrevista realizada por Maria Vilma Gomes Mendes. Taparuaba, 4 de dez. 2017.

MENDES JÚNIOR, Antonio Fabio Braga. Entrevista realizada por Maria Vilma Gomes Mendes. Taparuaba, 4 de dez. 2017.

NASCIMENTO, Lindolfo Alves do. Entrevista realizada por Maria Vilma Gomes Mendes. Taparuaba, 3 de fev. 2017.

ROCHA, Francisca Ferreira Gomes. Entrevista realizada por Maria Vilma Gomes Mendes. Taparuaba, 30 de abr. 2017.

ROGÉRIO, Antônia Ferreira Gomes. Entrevista realizada por Maria Vilma Gomes Mendes. Taparuaba, 3 de mar. 2017.

SILVEIRA, Rita Mesquita da. Entrevista realizada por Maria Vilma Gomes Mendes. Taparuaba, 2 de jan. 2017.

## CAPÍTULO 11

### PROPOSTA DE ROTEIRO DE AULA DE CAMPO PARA O ESTUDO DA GEOMORFOLOGIA LOCAL

*Antônio Pereira Alves*

#### INTRODUÇÃO

A geografia, como ciência do presente, tem a responsabilidade de investigar, compreender e espacializar os elementos no globo, assim como sua gênese e evolução. Ainda que procure estabelecer uma análise sobre diversos espaços e paisagens em uma perspectiva físico-natural, a Geografia, em sua essência, busca compreender o espaço geográfico, fruto da relação entre natureza e sociedade.

Sua atuação vai desde as camadas subjacentes à superfície terrestre até a troposfera, embora, ainda que de forma pontual, precise alcançar a última camada da atmosfera, a exosfera (com distância aproximada aos 600 km), para contemplar as geotecnologias hoje essenciais para a análise geográfica.

É nesse contexto de grande complexidade da ciência geográfica que o presente capítulo se propõe refletir como a geografia, especialmente a geografia física através da geomorfologia, observa, descreve, analisa, compara e apresenta as diferentes formas de relevo nas diversidades de ocorrências no espaço mundial.

Apresentam-se, também, algumas propostas para trabalhar a paisagem local através das unidades geomorfológicas, tendo a aula de campo como um rico e indispensável recurso metodológico para explorá-las e melhor conhecê-las.

Contudo, objetiva-se realizar um levantamento das unidades geomorfológicas do distrito de Taperuaba para então propor um roteiro para aula de campo, com o intuito de contribuir tanto com os acadêmicos quanto com os professores, que pretendam utilizar-se desse recurso para pesquisas e para enriquecimento de suas aulas.

## **FUNDAMENTOS E OBJETIVOS DA GEOMORFOLOGIA**

A concepção etimológica da geomorfologia é entendida como a ciência que se ocupa das formas da terra (PENTEADO, 1975). Derivando, então, daquelas disciplinas que no momento de seu surgimento tinham a incumbência de descrever a terra, como no caso da orografia, corografia e fisiografia. Na tentativa de melhor expressar tanto etimologicamente como epistemologicamente a geomorfologia, é importante a colocação proposta por Casseti (1995, p. 36):

Entendida como uma ciência que busca explicar dinamicamente as transformações do geo-relevo, portanto, não apenas quanto a morfologia (forma) como também a fisiologia (função), incorporado organicamente ao movimento histórico das sociedades, é natural que sua vinculação com a geografia é mais que justificável.

A geomorfologia é fundamentada no final do século XVIII pelos trabalhos de Hutton, que já analisava a natureza numa compreensão sistemática, coerente e racional, criando, através dessas concepções, o Uniformitarismo. Segundo essa teoria, na natureza existe uma ordenação natural onde a destruição leva conseqüentemente à construção. Playfair e Lyell são posteriormente os implementadores dessa análise geomorfológica, que enfatiza: “o presente é a chave do passado”.

É importante salientar que o estudo das formas de relevo também compete a outras ciências, dentre as quais devem-se considerar principalmente a geologia, a geofísica e a própria geografia (CASSETI,



1995). A geomorfologia como disciplina autônoma surge na Europa e nos Estados Unidos no final do século XIX, via William Morris Davis, ligada à geografia física. No início do século XX já desponta como ciência, pois o próprio Davis criou, para a análise das formas de relevo, uma terminologia genética, o método científico denominado ciclo de Davis.

No Brasil, a geomorfologia surge em consonância com aquilo que está posto em nível mundial, mas sempre ocorrendo a posteriori. Dentro dessa dinâmica evolutiva é que se formalizam os três períodos mais significativos da geomorfologia no Brasil, segundo Christofoletti (1980): 1º) períodos dos predecessores (1817-1910); 2º) períodos dos estudos pioneiros (1910-1940) e 3º); períodos de implantação das técnicas modernas (1940-1949).

Ainda no contexto geomorfológico brasileiro, pode-se destacar a evolução da classificação das formas de relevo ao longo das décadas, com destaque para os trabalhos realizados pelo Prof. Aroldo de Azevedo (década de 1949), pelo Prof. Aziz Ab'Saber (década de 1960), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a classificação segundo o Prof. Jurandyr Ross (década de 1990).

A produção teórica e metodológica acumulada pelos ramos específicos da geografia, em particular a geomorfologia, até os dias atuais, propicia a oportunidade de estudar as formas de relevo nos seus pormenores, de modo integrado e na perspectiva local.

Portanto, em uma perspectiva genérica da geomorfologia do distrito de Tapuruaba, na visão dos seus próprios moradores, consideram-na vulgarmente compartimentada em serra e sertão. Todavia, esta não é uma sistematização acadêmica, mas deve ser considerada como uma categoria de análise inerente a uma sociedade, portanto, muito importante no contexto local e referência obrigatória para se iniciar uma abordagem geomorfológico-científica.

Desta forma, faz-se necessário apresentar uma proposta de compartimentação geomorfológica do distrito de Taparuaba, para posteriormente apresentar um roteiro de campo para realização de aulas de cunho geomorfológico.

## **UNIDADES GEOMORFOLÓGICAS LOCAIS**

Em uma escala local, a paisagem de Taparuaba compreende uma rica diversidade de formas de relevo, sobressaindo-se bem três unidades geomorfológicas, das nove estabelecidas para o estado do Ceará, segundo Souza (et. al., 1979). São elas: depressão sertaneja, maciços residuais e planície fluvial.

### **DEPRESSÃO SERTANEJA**

A depressão sertaneja (foto 1) é a unidade de relevo de maior expressividade no estado do Ceará, apresentando-se por uma área de 101.992,00km<sup>2</sup>, totalizando um percentual de 68,91% do relevo cearense. Por se tratar de uma área expressiva, apresenta significativa diversidade de formas menores de relevo, facilmente identificadas pelas variações paisagísticas, desenhadas por um relevo constituído por diferentes litologias e processos de estruturação pedológica.

**Figura 1** – Panorama da Depressão sertaneja de Tapuruaba. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.



Fonte: Antônio Pereira Alves (arquivo pessoal)

Representa uma superfície embutida, entre planaltos cristalinos e/ou sedimentares, com níveis altimétricos variáveis entre 100 e 350m, com topografia expressivamente aplainada ou ligeiramente ondulada e recoberta por caatinga de porte e flora bastante diferenciáveis conforme a localização (SOUZA et al., 1979, p. 80).

O emprego de técnicas de sensoriamento remoto mais acessíveis aos estudantes brasileiros, facilitadas por instituições governamentais como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMPRAPA), tem facilitado enormemente o trabalho de compartimentação do relevo. Como algumas das principais formas de relevo que se destacam na vasta superfície sertaneja, podem ser verificados os anticlínios, as sinclinais, os estoques e as lagoas.

O Anticlíneo ou anticlinal é uma forma de relevo dobrada com o topo convexado, na qual as camadas mergulham de maneira divergente, ou seja, para lados opostos, a partir de um eixo (GUERRA, 1975). “De acordo com os processos morfológicos, as dobras costumam ser classificadas em isoclinal, monoclinal, assimétrica, deitada e em leque” (JATOBÁ; LINS, 1995, p. 38).

Os processos construtores dessas formas de relevo são principalmente os endógenos (internos), em movimentos epirogênicos, associados à natureza das rochas e aos processos esculturais. É nessa composição geomorfológica, também denominada de interflúvio, que se efetiva de maneira mais intensa a ocupação humana, estabelecendo-se essa relação sustentada em uma estrutura basal mais estável e resistente, facilitada por um maior gradiente de declividade, além de proporcionar aos residentes, sobretudo àqueles que ocupam as pequenas colinas, um horizonte de paisagens mais bucólicas.

A sinclinal ou sinclínio é caracterizada pela parte côncava de uma dobra, para onde convergem as camadas inclinadas, formando uma depressão. O fundo dos sinclínios constitui como que uma bacia ou vale alongado, por onde ocorreu a evolução da drenagem primitiva ou rio consequente (GUERRA, 1975). Apesar da pequena amplitude entre os interflúvios e fundos de vales, pela fraca capacidade da drenagem em talhar o relevo, o sinclínio destaca diferentes paisagens, num contraste com o anticlínio, estando essas feições associadas a um relevo de acumulação.

Os processos estruturais para as duas formas aqui discutidas podem ter a mesma origem, porém, quanto à enculturação, a dinâmica ocorre de maneira oposta. O que vai prevalecer na sinclinal é uma alocação de sedimentos em geral, que culminará numa estrutura pedológica diferenciada pela associação de material solódico com um potencial mais expressivo, aumentando a susceptibilidade no desenvolvimento da biota.

O estoque (stock) é uma intrusão granítica com menos de 100km<sup>2</sup>, semelhante a um batólito Daly (GUERRA, 1975). Na depressão sertaneja da região de Taparuaba, esse elemento estrutural ocorre sendo disseminado pelos diversos processos erosivos em curso no semiárido e estando quase sempre próximo a um maciço residual. Embora seja uma forma tipicamente geológica, quando aflorado à superfície não deixa de ser mais uma

compartimentação do relevo. A diaclase dessas rochas ígneas provocada pela meteorização de suas partículas nos ajuda a compreender como ocorrem os processos de esculturação da superfície sertaneja, inclusive permitindo fazer a relação dessas informações com a morfogênese no ambiente semiárido.

O estoque é um elemento do relevo nordestino bastante conhecido pela população nativa. Outrora, os estoques eram muito usados pelas lavadeiras durante a quadra invernos, visto que sempre apresentam em seu interior formas deprimidas, propiciando o aporte de água da chuva. Na maneira peculiar de falar da população camponesa, o estoque é conhecido vulgarmente como lajedo ou lajerão, numa referência feita ao termo lajedo. Nos dias atuais, o estoque é considerado um recurso, ou seja, um bem econômico e, apresentando uma alta concentração de minerais mais resistentes como o quartzo, podendo ser catalogado como uma jazida mineral.

A lagoa, é definida como uma depressão de formas variadas, mais comumente ocorre em desenhos circulares de pequenas profundidades, e que recebem água periodicamente em decorrência das chuvas (GUERRA, 1975).

O maior destaque paisagístico apresentado pela feição lagoa acontece logo após cessarem as chuvas da quadra invernos e o desaparecimento das águas dos rios. Pela capacidade de reter a água da chuva por mais tempo, esses ambientes começam a receber a convergência dos elementos que compõem as diferentes populações da fauna local.

Algumas lagoas no estado do Ceará, inclusive uma na região de Taparuaba, denominada Lagoa de Pedra, são verdadeiros sítios arqueológicos. Na Lagoa de Pedra, por exemplo, já foram encontrados diversos ossos de diferentes animais extintos do planeta há milhares de anos.

## MACIÇOS RESIDUAIS CRISTALINOS

Os maciços residuais cristalinos (foto 2) povoam a superfície sertaneja cearense, surgindo de quando em quando, como verdadeiras ilhas de umidade dentro de um clima predominantemente semiárido. Como unidade geomorfológica, os maciços cearenses representam uma expressiva área de 11.402,00km<sup>2</sup> ou 7,70% do relevo do Estado, sendo a terceira mais importante. É subdividida em maciços residuais úmidos e secos (SOUZA et al., 1979).

**Figura 2** - Aspecto do Maciço Residual Serrado Corrente em Taperuaba. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.



Fonte: Antônio Pereira Alves (Arquivo pessoal)

A formação dos maciços residuais cristalinos se dá por intrusão granítica, ou seja, pela injeção do magma nas formações subjacentes da crosta terrestre, por movimento orogenético, provocando um soerguimento da crosta terrestre e conseqüentemente a formação da montanha. É uma paisagem isolada na superfície sertaneja. “São formas disseminadas pela depressão sertaneja que efetivam os efeitos seletivos de trabalho erosivo no decorrer da história recente da região (SOUZA et al., 1979, p. 84) ”.

Depois de estudos realizados em serrotes na região fronteira do Ceará com o Piauí, o Prof. Wilhelm Kegel “concebe-os nesse caso, como elevações pouco alongadas, e relativamente ilhadas, cuja evolução se fez [*sic*] em função de um sistema de erosão, como o clima semiárido” (GUERRA, 1975, p. 235). A concepção de W. Kegel associando os serrotes aos inselbergues, traz uma contribuição muito positiva para essa forma de relevo de considerável ocorrência na região de Taparuaba, pelo risco de isolamento a qual estava fadada, pela dúvida existente entre a que realmente unidade geomorfológica pertenceria.

As vertentes são definidas como: “planos de declives variados que divergem das cristas ou dos interflúvios, enquadrando o vale. [...] nas zonas montanhosas, as vertentes podem ser abruptas e formarem gargantas” (GUERRA, 1975, p. 429). Nos maciços residuais cristalinos secos, característicos na região de Taparuaba, como as serras do Corrente, Feijão, Valentin, Almas, Caminhadeira, Pajé, complexo Serra Verde dentre outros, com altitude média de 700m, essas formas são abundantemente presentes. Representam uma área de grande interesse de estudo, visto que são constantemente desmatadas para o cultivo agrícola.

Os vales de altitudes eventualmente ocorrem nos maciços, principalmente relacionados com a estrutura e a forma como foram esculpidos pelos processos erosivos. É importante salientar que é junto aos vales onde se dá a maior intensificação do uso e ocupação desses ambientes, associada a uma maior fertilidade do solo e na possibilidade de se ter a água com um esforço menor. Podemos fazer uma associação desse tipo de vale com o rio de foz suspensa, que é conceituado como “aquele que possui o seu nível de base acima do rio principal ou do oceano” (GUERRA, 1975, p. 370).

O talude inserido no contexto dos maciços residuais cristalinos favorece uma análise através de sua paisagem quanto à dissecação do relevo. A sua estruturação ou ocorrência nos remete aos processos erosivos,

mostrando a intensidade da dinâmica ocorrida no tempo geológico recente. O talude é conceituado como “superfície inclinada do terreno da base de um morro ou de uma encosta de vale onde se encontra um depósito de detritos” (GUERRA, 1975, p. 399).

## PLANÍCIES FLUVIAIS

Para Souza et al. (1979, p. 84), “representam típicas formas de deposição fluvial, que por oferecerem melhores condições de utilização agrícola, contrastam com os setores de interflúvios com solos mais limitativos para aquele tipo de uso”. Essa forma de relevo (foto 3) é concebida como uma “banqueta pouco elevada acima do nível médio das águas sendo frequentemente inundada por ocasião das cheias. A planície de inundação é, também, chamada de terraço, várzea, leito maior, etc.” (GUERRA, 1975, p. 335).

**Figura 3** – Planície fluvial do Riacho do Viana, em Vassoura, Tapuruaba. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.



Fonte: Antônio Pereira Alves (arquivo pessoal).

Na planície de inundação fluvial identificamos imediatamente três compartimentações distintas. São elementos da formação do relevo que se



homogeneizam, segundo as funções que executam. A área de abrangência dessa formação geomorfológica é de 4.340,00km<sup>2</sup> ou de 2,93%, do relevo do Estado do Ceará.

O talvegue ou vazante é representado pela área mais deprimida da calha do rio e definido como “linha de maior profundidade do leito fluvial. Resulta da intersecção dos planos das vertentes com dois sistemas de declives convergentes; é o oposto da crista” (GUERRA, 1975, p. 400).

Afastando-se do talvegue tanto para a direita como para a esquerda, em perfil longitudinal paralelo ao rio, encontramos os diques marginais ou pestanas. Conceitua-se como “pequena acumulação de material aluvial, que aparece ao longo dos rios cujo declive é muito fraco” (GUERRA, 1975, p. 323).

Saindo do dique marginal em direção ao interflúvio, temos a várzea, principalmente se ocorrer a chamada mata galeria. A várzea é um elemento de transição entre as duas unidades geomorfológicas citadas, mas efetivamente compõe a maior parte da planície fluvial.

São considerados como várzea os terrenos baixos e mais ou menos planos que estão situados, em geral, junto às margens dos rios (GUERRA, 1975). Numa análise geomorfológica, são classificados também como leito maior excepcional, sendo sazonal e irregularmente inundado por ocasião das grandes cheias. O desenvolvimento estrutural da várzea acontece dentro da sinclinal ou em associação a ela, e representa no contexto do semiárido nordestino importante área de cultivo agrícola para as populações ribeirinhas.

## INSELBERGUE (INSELBERG)

As cristas residuais e inselbergues (figura 4) ocupam a penúltima colocação para as unidades de relevo do Estado do Ceará, representando uma área de 2.306,00km<sup>2</sup> ou 1,56%. É uma paisagem isolada na superfície sertaneja. “São formas disseminadas pela depressão sertaneja que efetivam os efeitos seletivos de trabalho erosivo no decorrer da história recente da região” (SOUZA et al, 1979, p. 84).

**Figura 4** – Aspecto de Inselbergues na região de Taparuaba. Sobral, Ceará, Brasil, 2018.



Disponível em: <https://www.google.com.br/imagem>, acesso em 12/08/2018.

Depois de estudos realizados em serrotes na região fronteira do Ceará com o Piauí, o Prof. Wilhelm Kegel (apud GUERRA, 1975, p. 235) “concebe-os nesse caso, como elevações pouco alongadas, e relativamente ilhadas, cuja evolução se fêz[sic] em função de um sistema de erosão, como o clima semiárido”. A concepção de W. Kegel associando os serrotes aos inselbergues, traz uma contribuição muito positiva para essa forma de relevo de considerável ocorrência na região de Taparuaba, pelo risco de isolamento a qual estava fadada, pela dúvida existente entre a que realmente unidade geomorfológica pertenceria.

Em geral, os inselbergues são caracterizados por uma vegetação arbustiva associada aos solos litólicos, de pouca estruturação pedológica, limitando sobremaneira o uso e ocupação desses ambientes.

## **PROPOSTA DE ROTEIRO DE CAMPO PARA ESTUDO DA GEOMORFOLOGIA LOCAL**

A necessidade de se trabalhar as compartimentações geomorfológicas locais é na verdade uma ótima oportunidade para a integração dessas paisagens em um mesmo recorte espacial. Os Maciços Residuais, a Depressão Sertaneja e as Planícies Fluviais apresentam paisagens distintas, porém, estão associadas entre si e às grandes compartimentações do relevo: Montanhas, Planaltos, Planícies e Depressões.

Nesse sentido, aborda-se cada uma das formas de relevo da região de Tapuruaba, trabalhando numa visão sistêmica, do particular para o geral, discutindo também as principais subdivisões inerentes a cada uma. Para isso, ressaltamos a inclusão da aula de campo como mais um importante método de ensino e aprendizagem para a conquista desse conhecimento.

A prática de campo poderá ser realizada em três momentos distintos, porém, relacionados entre si. Na primeira parte, em sala de aula, deverá ser trabalhado o conceito de paisagem a partir da concepção da turma e do direcionamento do professor, sempre confrontando essa produção com os autores e usando uma abordagem inversa a que será feita em campo, ou seja, do geral para o particular, através de exposição oral apoiado no uso das diversas linguagens, como livros, revistas, fotografias, vídeo, transparências, mapas, globo, imagens de satélite etc., de maneira que os alunos reconheçam nessa amostra pontuada a sua própria paisagem.

Na segunda parte, depois de reconhecidas as diferentes formas do relevo local através da paisagem, os alunos serão induzidos a fazerem uma descrição do relevo, o que os levará a uma observação diferente daquela

realizada costumeiramente. Nesse momento, cada aluno deverá receber uma base cartográfica da região de Taparuaba em articulação compatível com a escala 1/25.000, compreendendo as cartas SA-24-Y-D-IV-4-SE, SA-24-Y-D-V-3-SO, SB-24-V-B-1-2-NE e SB-24-V-B-II-1-NO segundo a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), onde constará apenas a sede do distrito de Taparuaba, a localidade de Bilheira e a CE-362, como pontos de referência para que possam trabalhar a espacialização das principais formas de relevo em associação às suas respectivas residências.

O terceiro e último momento é a proposta da aula de campo propriamente dita. O professor a essa altura deverá mostrar o roteiro (projeto) já estruturado previamente, porém, aberto e flexível às mudanças que venham a enriquecer o ensino e a aprendizagem da maioria do grupo. A busca da interdisciplinaridade é outro aspecto relevante nesse processo, pois ajuda na integração do conhecimento contido nas diferentes disciplinas, além de melhorar a socialização entre docentes e discentes. As disciplinas de História, Ciências e Arte, dentre outras, podem em momentos específicos oferecer grandes contribuições para o conhecimento geográfico local e geral.

Segundo Falcão Sobrinho (2006), a aula de campo possibilita a coleta com os olhos, com as mãos ou com instrumentos durante a fase empírica, e cria condições para o levantamento de hipóteses por parte dos alunos, o que leva o professor a perceber o quanto a teoria foi assimilada em sala de aula, e até que ponto está sendo resgatada em campo através da percepção do aluno.

Para Lima (2005), o roteiro do trabalho de campo deve deixar claros os objetivos e assim provocar diversos interesses nos estudantes. O contato direto com as diferentes formas do relevo e suas geofácies provocarão com certeza outros questionamentos não discutidos em sala de

aula, o que reforça a importância da inclusão dessa atividade para o modo de pensar geográfico dos alunos.

Como na região de Taparuaba as formas geomorfológicas existentes se superpõem sem atingir grandes distâncias, foi elaborado apenas um roteiro, que será completado em no mínimo 04h, contemplando a paisagem geomorfológica local.

## **ROTEIRO PARA TRABALHO DE CAMPO (ÚNICO)**

Duração prevista: 04 horas

Objetivo geral: Compreender as diferentes formas de relevo numa visão geomorfológica integrada.

Planejamento em sala:

- Deixar claros os objetivos do roteiro em associação ao que foi discutido, colocando também que eventuais questionamentos pertinentes não abordados anteriormente podem ocorrer;
- Outra tarefa fundamental é identificar o referencial ou ponto de partida da turma, e a partir daí buscar a localização no globo. Perceber os limites fronteiriços do distrito de Taparuaba com os municípios vizinhos e calcular as distâncias médias que os separam da sede municipal (Sobral) e dos pontos a serem alcançados no roteiro é um exercício importante para a evolução geográfica dos alunos;
- Os professores de História e Ciências têm importantes contribuições a dar e, portanto, devem fazer parte do grupo;
- Havendo possibilidade, seria importante uma visita ao Museu de Rochas e Minerais no Centro de Ciências Humanas – CCH, para se fazer uma relação do material ali catalogado com as observações que serão realizadas em cada parada do trajeto.

## PROPOSTAS METODOLÓGICAS PARA A AULA DE CAMPO

- A primeira parada deverá ser na Depressão Sertaneja, também conhecida como Superfície Sertaneja ou simplesmente Sertão. O professor anunciará que o grupo acaba de ocupar esta compartimentação do relevo, colocando todos automaticamente na posição de observadores;
- O professor deverá direcionar a observação, no sentido de associar esta ação a ações anteriores, não só discutidas em sala, mas vivenciadas no dia-a-dia de cada um no referido ambiente;
- Deverá ser solicitado em seguida que os alunos comecem um a um a comentar suas observações, recebendo a imediata contribuição dos demais, de maneira que todos participem. Havendo ainda a necessidade de se comentar sobre aspectos importantes não ventilados, caberá ao professor acrescentar;
- O uso e ocupação da Superfície Sertaneja é o que se dá com maior intensidade na região de Taparuaba, visto ser nela onde se desenvolve a grande maioria das atividades socioeconômicas da população. O interesse maior nesse instante se fundamenta no exercitar uma categoria de análise da geografia, a paisagem, de dentro dela. A identificação dos elementos que compõem esta porção real do relevo a qual ocupamos faz parte de um complexo jogo de interações entre as forças de construção internas e externas, em associação às diversas formas de utilização do ambiente pela sociedade. Fazer o reconhecimento de modelados diferentes dentro da Superfície Sertaneja também é de grande interesse do primeiro momento;
- Uma vez identificados o anticlínico, a sinclinal, o stock e a lagoa, podemos então encaminhar o raciocínio lógico das partes para o

todo, abordando também os tipos de depressões e geofácies nelas encontradas, discutindo como, provavelmente, ocorre a formação e transformação desse modelado do relevo. O passo seguinte é fazer a integração dessa compartimentação geomorfológica junto às demais que ocorrem na área de estudo, em especial aquelas que estão ao alcance da visão, para assim associá-las às escalas local, regional, nacional e global;

- A segunda parada deverá ocorrer na Planície Fluvial do Rio Bom Jesus, no exato ponto onde ocorre a entrada do riacho do Viana, um tributário da margem esquerda;
- O professor prosseguirá com a mesma sistemática desenvolvida na parada anterior, mas chamando a atenção do grupo para as especificidades contidas nessa nova forma do relevo taperuabense, que devem ser entendidas em associação com o que foi visto no modelado anterior e integradas às demais nas diferentes escalas;
- A várzea, os diques marginais, o leito vazante e o talvegue conferem uma paisagem contrastante ao sertão. Os carnaubais e as oiticicas são elementos da flora que caracterizam os terraços fluviais, ajudando no controle dos fluxos de matéria e energia que naturalmente convergem para o rio, de onde são direcionados para os patamares inferiores do relevo. É intenso o uso e a ocupação na Planície Fluvial nesse ponto da visita. As práticas agrícolas com manejo de queimadas, a extração de areia e argila para serem empregados na construção civil, e a fixação de residências por parte da população de menor renda, também caracterizam a apropriação do relevo pela população local, sem as devidas condições de infraestrutura. É importante, depois desta abordagem, ressaltar que a forma de relevo em questão é protegida pela Constituição Federal, LEI – 4.771/1965 que assegura como Área de Preservação

Permanente (APP) em faixa marginal paralela de vegetação, estabelecendo 30 metros e 50 metros para o riacho do Viana e o Rio Bom Jesus, respectivamente.

- A terceira parada será no Maciço Residual Serra do Corrente. O professor continuará usando a mesma estratégia de abordagem, e, através da observação da paisagem montanhosa, fazer a identificação das vertentes, dos taludes, vales de altitudes, que representam as principais compartimentações dos Maciços Residuais Cristalinos.
- Em geral, esta unidade de relevo se apresenta extremamente dissecada pelos processos erosivos associados ao clima semiárido, mais o cultivo agrícola de subsistência com o manejo de queimadas. Abrangendo uma área aproximada a 12km<sup>2</sup> e com altitude máxima de 957 metros, o Maciço Residual Serra do Corrente representa um elemento de grande interesse para o entendimento de como se dá essa formação do relevo na região, os processos de esculturação, e como se inter-relaciona dentre as demais formações geomorfológicas locais, regionais, nacionais e globais.
- Até a década de 1980, a comunidade contava com 18 famílias sobrevivendo exclusivamente das atividades agrícolas cultivadas sobre a montanha. É importante, durante a observação e a descrição do grupo, refletir sobre a quase total desocupação das residências, contando hoje apenas com quatro famílias, tentando estabelecer uma ligação desse fato com algum fenômeno geomorfológico como, por exemplo, ravinhas, voçorocas, mudanças morfoclimáticas e movimentos de massa.
- A quarta e última parada será para contemplar a última das formas do relevo da região, no caso, a formação geomorfológica denominada de Inselbergue. O principal interesse para essa forma



de relevo, já que ela aparece de forma isolada dentro da Superfície Sertaneja, será relacioná-la no contexto geomorfológico local e geral, assim como discutir sobre os mais prováveis processos de sua formação e transformação, responsáveis por sua disseminação no sertão nordestino.

Avaliação: participação e engajamento nas atividades desde a preparação para a aula de campo; observações, descrições e questionamentos feitos com pertinência; anotações em forma de relatório; apresentação, debate e/ou exposição.

Possibilidades para o trabalho interdisciplinar: História, Ciências e Artes.

Outros pontos e aspectos que podem ser explorados no roteiro:

Visita a formações exóticas onde ocorre a erosão diferencial, como a Pedra da Andorinha, a Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, as inscrições rupestres e aos açudes Santa Maria, Valentim e Sonrisal.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final deste capítulo, constatou-se que o distrito de Taparuaba constitui-se de uma rica diversidade de unidades geomorfológicas em um espaço. Portanto, sua utilização para estudos dos mais diversos possíveis é de significativa importância perante o potencial percebido no decorrer do capítulo.

Contudo, a elaboração de um roteiro de campo para o estudo das unidades geomorfológicas determinadas para o distrito torna-se não apenas viável, mas também essencial para o ensino e aprendizagem, por meio de práticas associada à teoria vista em sala, por meio do livro didático e exposição realizada pelo professor.

Desta forma, a elaboração de um roteiro previamente estabelecido, como o apresentado, muito contribuirá com quem pretenda realizar efetivamente o que foi proposto.

## REFERÊNCIAS

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. 2. Ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1980.

FALCÃO SOBRINHO, J. **Relevo e paisagem: proposta metodológica**. Sobral: Ed. Sobral, 2007.

GUERRA, A. T. **Dicionário geológico-geomorfológico**. 4. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

JATOBÁ, L; LINS, R. C. **Introdução à geomorfologia**. Recife: Bagaço, 1995.

LIMA, V. B. **Mapeando alguns roteiros de trabalhos de campo em Sobral (CE): uma contribuição ao Ensino de Geografia**. 2005. 96 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2005.

PENTEADO, M. M. **Fundamentos de geomorfologia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

SOUZA, M. J. N. et al. **Compartimentação Topográfica do Estado do Ceará**. Fortaleza: Revista Agrônômica, 1979. p. 6-11.

# POSFÁCIO





## POSFÁCIO

O homem, ao longo de sua existência, sente a constante necessidade de entender seu passado como uma tentativa de entender-se a si mesmo, assim como anseia por desvendar os mistérios que o orientem para um futuro próspero. Desse modo, a construção de um sujeito histórico e cultural requer a atenção em relação a tudo que o cerca e principalmente às histórias que permeiam a memória popular e o potencial de pesquisa que há onde se vive.

O leitor que finda esse livro adquire uma compreensão abrangente de muitos elementos constituintes da construção histórica e social do povo taperuabense. Os artigos que compõem o livro são frutos de pesquisas científicas bem embasadas teoricamente, muitas também ancoradas na memória popular e na percepção atenta de cada autor, de que a sua localidade é um objeto de pesquisa e, portanto, passível de ser compreendida à luz das teorias já estudadas, passando a imprimir na realidade significados antes encobertos pelo véu do esquecimento.

Cheia de encantos, a terra habitada por índios Canindé, sob o domínio do “chefe Taperi-Aba”, que na língua desses nativos significa chefe da morada das andorinhas, a Taperuaba se ergueu entre histórias lendárias e reais, que despertam a curiosidade. A posição geográfica, o relevo, os sítios arqueológicos, as rochas exóticas, entre outros, representam, por exemplo, parte de um patrimônio cultural que precisa ser valorizado e estudado a fim de que se proteja e se estabeleçam medidas públicas que resguardem esse patrimônio e que a população também possa usufruir dele sem lhe prejudicar. Por essa razão, os artigos que tocam nessas questões foram fundamentais para que se compreendesse a dimensão e a potencialidade que essa terra possui, não somente pela beleza que nos enche os olhos, mas pelas comprovações e estudos científicos que a afirmam.

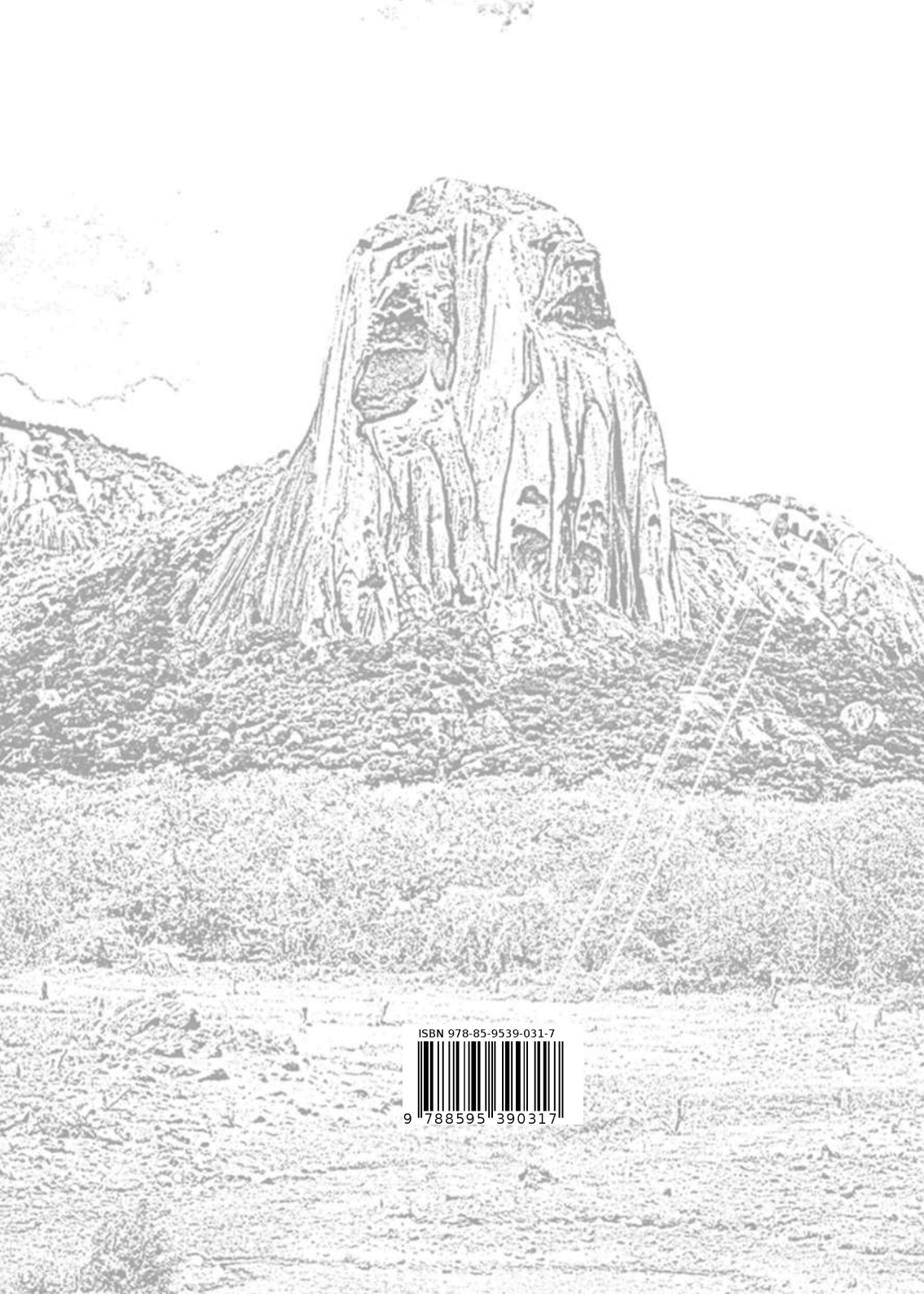
Mesmo distante da sede do município de Sobral, é possível afirmar que a população sempre esteve preocupada com o desenvolvimento educacional da comunidade, desde as Escolas Isoladas, passando

pela fundação do Colégio Inácio Pinto até as atuais escolas, vê-se o comprometimento com o educar. Prova disso, são as inúmeras conquistas na área da educação que se presencia atualmente e principalmente, essa preocupação é o alicerce desse livro. Não fosse os estudos e a preocupação desses autores com a realidade em que vivem, muitas das histórias recolhidas nesse livro ficariam esquecidas e apagadas pelo tempo, e consequentemente não fariam parte da construção da identidade de um povo batalhador, que presencia a revoada das andorinhas ao passo que costura e borda os pedaços da história desse povo de fé que aceitou que Santa Maria abençoasse Taperuaba.

Por essa razão, essa coletânea de artigos que inicialmente parecem independentes, mas que em conjunto seguem um mesmo fio condutor e possibilita a apreensão de parte da história da Taperuaba, constituiu-se em um acervo de pesquisa a toda população. Principalmente para as jovens gerações que ainda não tiveram a oportunidade de conhecer um pouco mais do lugar onde vivem através de pesquisas de autores locais, tornando-se assim um objeto de pesquisa para ser estudado em sala de aula, fomentando também nos estudantes o desejo de reavivar memórias e histórias que possam estar guardadas sob o risco de se perderem ao longo do tempo.

Enfim, acredita-se que essas pesquisas não findam ao término desse livro, elas podem ser um passo inicial para futuros estudos ou aprofundamento, pois a construção da história de um povo precisa ser narrada pelos próprios atores que dela participam e que muitas vezes são silenciados por fazerem parte da denominada minoria, é preciso também dar voz aos vencidos. Se o objetivo maior desse livro tiver sido valorizar o patrimônio material e imaterial do povo taperuabense e instigar a prática da pesquisa em torno da realidade em que se vive, ele alcançou seu objetivo.

*Priscilla Pontes Bezerra Mendes*  
*Mestra em Filosofia (UECE)*



ISBN 978-85-9539-031-7



9 788595 390317